

SILVÂNIA DE QUEIRÓZ

**Revisando a Revisão:**  
***GENOCÍDIO AMERICANO: A GUERRA DO PARAGUAI***  
**De J.J. Chiavenato**

PASSO FUNDO, DEZEMBRO DE 2010.

SILVÂNIA DE QUEIRÓZ

**Revisando a Revisão:**

***GENOCÍDIO AMERICANO: A GUERRA DO PARAGUAI***

**De J.J. Chiavenato**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Mário Maestri.

PASSO FUNDO,

2010.

## **DEDICATORIA**

Dedico este trabalho a todos aqueles que me apoiaram na realização desse sonho.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Adélia e João Derli pelo dom da vida.

A família que me deu a base educacional ensinando-me os valores humanos fundamentais para a vida.

Ao irmão Valdomiro pelo auxílio desde os primeiros passos, no jardim de infância, na graduação e agora no mestrado.

A cunhada Luciane e a pequena Milena pelo amor, companheirismo e a constante presença em minha vida.

A amiga Ivani e família pela amizade e companheirismo vivenciados ao longo dos anos.

Ao amigo Joel Picoli pela acolhida, ajuda e apoio nas andanças por Passo Fundo.

Aos professores do curso de Graduação em História da UNOESC, em especial a Professora Msc. Ana Maria Pertile orientadora de graduação e amiga, pela confiança, incentivo e amizade vivenciados ao longo dos últimos anos, que em sua prática profissional e pessoal mostrou os caminhos e descaminhos da história e a nossa responsabilidade em transformá-la em algo melhor. Devo muito a você pela realização desse sonho, você é minha mãe de coração.

Aos amigos Francieli, Fernando, Flávia, pela ajuda nos momentos difíceis e por entender os inúmeros momentos de ausência.

A Júlio José Chiavenato pela acolhida e colaboração na realização dessa pesquisa.

A todos os professores e historiadores entrevistados pela colaboração.

As demais pessoas que contribuíram para a realização da pesquisa.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da UPF pela amizade e conhecimentos compartilhados.

A Universidade de Passo Fundo através do Programa de Bolsa de Estudos que possibilitou a realização deste sonho.

Um agradecimento especial ao professor Dr. Mário Maestri, pela constante atenção e estímulo, principalmente no difícil momento da mudança radical de tema, seu incentivo e sua confiança foram essenciais para a realização da pesquisa.

Ao companheiro André pela compreensão nos momentos de ausência e stress, pelo estímulo nos momentos de angústia, desânimo e, principalmente, pelo carinho e amor em todos os momentos partilhados.

“CFC condena livros de Chiavenato. O livro *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenato, foi considerado ontem pelo Conselho Federal de Cultura “uma distorção da História por parte de supostos historiadores panfletários para servir a ideologias antinacionais”. Todos os conselheiros consideram o livro “indigno de ser lido pela juventude universitária”. A conselheira Cecília Maria Westphalen, professora de História, mencionou que o livro de Júlio José Chiavenato não se trata de caso único, referindo-se a “outras obras destinadas a estudantes em que se distorce criminosamente a História do Brasil, apresentando-a sob perspectivas deformadoras e até difamadoras”.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1980

## RESUMO

A obra *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*, do jornalista e escritor Júlio José Chiavenato, de 1979, foi publicada em um período conturbado da história nacional, em pleno processo de abertura política. O livro foi muito bem aceito pelo meio intelectual e acadêmico e tornou-se sucesso de vendas e referência no estudo da guerra do Paraguai. A obra despertou o descontentamento de grupos ligados ao regime militar por criticar duramente os objetivos e a ação do Império na guerra. O livro e o autor sofreram fortes ataques por parte de intelectuais e autoridades ligadas ao regime. J.J. Chiavenato apresentou uma releitura sobre os acontecimentos e trouxe novos e importantes elementos para a historiografia nacional, como a discussão da formação social, cultural e econômica do Paraguai; mostrou os interesses da Argentina liberal-mitrista e do Império na guerra; criticou a ação dos pretensos *heróis* militares nacionais e mostrou o extermínio ocorrido no Paraguai. O presente estudo analisa as razões profundas do conflito, nascidas já no processo de independência na bacia do Prata, quando as classes dominantes da província de Buenos Aires iniciaram luta pelo controle das ex-província do vice-reinado do Prata, entre elas, o Uruguai e o Paraguai. Analisa a historiografia revisionistas argentina, paraguaia e a nacional-patriótica brasileira sobre o conflito. Discute as condições gerais da gênese, orientação limitações e tropeços historiográficos da obra *Genocídio americano*, no contexto de sua importância germinal, registrada na influência das gerações de historiadores em formação na época e na reorientação profunda, por longas décadas, do ensino escolar sobre aqueles sucessos. O trabalho aborda o sentido restauracionista do processo de deslegitimação conhecido por esse trabalho nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai, Júlio José Chiavenato, historiografia.

## ABSTRACT

The book *American Genocide: war of Paraguay*, the journalist and writer Júlio José Chiavenato, 1979, was published in a troubled period of national history in the process of political opening. The book was very well accepted by the intellectual academic and liberal, seeking new forms of struggle and resistance against the dictatorship and in a few months, the *American Genocide* became a bestseller and a reference in the study of war in Paraguay. Moreover, the work aroused the discontent of groups linked to the military regime by criticizing the action and the memory of the army in war. The author suffered severe retaliation on the basis of the work. JJ Chiavenato presented a reinterpretation of the events of the war with Paraguay and brought new and important elements for national historiography, as the social, cultural and economic situation in Paraguay, showed the Argentine and Brazilian interests in the war, criticized the action of national heroes and showed the killing occurred in Paraguay. To understand these changes we need to understand the root causes of this conflict, which started in the process of independence in Spanish America, followed by between unitary and federalist discuss the control of the La Plata United Provinces and Buenos Aires province by elite interests dominate in Paraguay and thus realize the old dream of expanding his dominion over the whole territory of the former viceroyalty of La Plata. In reviewing the history of Paraguay, it was noted that she is very close to the vision of JJ Chiavenato, where governments of both France and Lopez were presented as wise leaders, who were forced into isolation, the Paraguayan soldiers defended not only the Solano López, but their existence as small farmers, among other elements. The study of Brazilian history, historiography Paraguayan and Argentine historiography possible to better define the concepts of each score and the similarities and differences between them. In the analysis of interviews with historians and school textbooks is clear the importance and impact that the work had over the years, forming opinions for generations. In recent years the work of JJ Chiavenato has undergone a process of legitimation, however, either positively or negatively those who work the national historiography of the war in Paraguay, will have to compulsorily quote Chiavenato JJ.

Keywords: War of Paraguay, Júlio José Chiavenato, historiography.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa do Vice-reinado do Prata.....	19
Figura 2 – Mapa da Argentina.....	21
Figura 3 – Juan Manuel Rosas.....	24
Figura 4 – Bartolomeu Mitre.....	26
Figura 5 – Francisco Solano López.....	29
Figura 6 – Dr. José Gaspar de Francia .....	34
Figura 7 – Mapa do Paraguai.....	52
Figura 8 – Carlos Antonio López.....	62
Figura 9 – Casa da Família López.....	63
Figura 10 – Dom Pedro II.....	69
Figura 11 – Batalha de Riachuelo .....	75
Figura 12 – Soldados brasileiros.....	95
Figura 13 – Capa do livro <i>Genocídio americano: a guerra do Paraguai</i> .....	120
Figura 14 – Capa e contra-capas do livro <i>Genocídio americano em espanhol</i> .....	125
Figura 15 – Igreja de Humaitá destruída na guerra do Paraguai.....	188
Figura 16 – Caricatura do “Tirano López” .....	201

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NO PRATA.....</b>	<b>18</b>
<b>2. – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO PARAGUAI.....</b>	<b>50</b>
<b>3.– HISTORIOGRAFIA DO BRASIL SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI – ATÉ 1979.....</b>	<b>66</b>
3.1 – <i>A guerra do Paraguai</i> do coronel Antônio de Sena Madureira, de 1850.....	71
3.2 – <i>Os Voluntários da Pátria</i> , do general Paulo de Queiróz Duarte, de 1910.....	79
3.3 – <i>Reminiscências da Campanha do Paraguai</i> , de Dionísio Cerqueira, de 1910.....	86
3.4– <i>Episódios militares</i> , gal. Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, de 1920.....	91
3.5– <i>História da guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai</i> , Tasso Fragoso, de 1934....	96
<b>4. – A DITADURA MILITAR E O GENOCÍDIO AMERICANO.....</b>	<b>103</b>
<b>5. –A GÊNESE, PUBLICAÇÃO E SUCESSO DE GENOCÍDIO AMERICANO.....</b>	<b>117</b>
<b>6. – GENOCÍDIO AMERICANO –AVANÇOS E TROPEÇOS.....</b>	<b>135</b>
<b>7. – A RECEPÇÃO DE GENOCÍDIO AMERICANO – HISTORIADORES.....</b>	<b>159</b>
<b>8.–A RECEPÇÃO DO GENOCÍDIO AMERICANO – OS MANUAIS ESCOLARES.....</b>	<b>181</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>206</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....</b>	<b>214</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>220</b>

## **INTRODUÇÃO**

Por longo tempo, a escrita da história foi vista como a narrativa dos feitos de heróis, de grandes homens e de importantes acontecimentos políticos. Uma concepção que escamoteou a história das camadas populares, das pessoas comuns, dos “vencidos”. Esses últimos foram dominados no mundo das representações como foram e são subjugados no mundo social objetivo. Seus valores e necessidades tornam-se quase invisíveis, mesmo e principalmente quando foram eles que participaram e participam da construção das sociedades.

Quem construiu as fortes portas, os poderosos muros, as indescritíveis maravilhas de Tebas, cidade narradas incessantemente na Antiguidade por seus grandes senhores e militares? “Nos livros constam os nomes dos reis.” Entretanto, “foram eles que carregaram as rochas?” – pergunta o poeta.

Também a história do Brasil foi construída como se não houve justos e injustos, com os olhos voltados para os grandes protagonistas, esquecendo as enormes massas de construtores anônimos de uma sociedade que pouco usufruíram. Nos últimos anos, no contexto de enormes dificuldades, novos olhares historiográficos trouxeram à tona questões não raro fundamentais para uma compreensão desse mundo silenciado e dominado. Um processo que se constitui sempre como uma difícil desconstrução dos monumentos culturais de profundos e poderosos alicerces, protegidos pelas tropas poderosas e aguerridas dos dominadores. Nessa luta, as batalhas travadas em torno de monumentos referências assumem significado paradigmático.

Entre esses embates, destacam-se indiscutivelmente as visões historiográficas sobre a chamada guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança – referência germinal na historiografia dos grandes feitos, dos grandes heróis e da própria nação brasileira, construída pelas classes dominantes. Essa guerra foi tradicionalmente apresentada como verdadeira glória da comunidade nacional, dirigida pelos grandes militares e políticos, na defesa da nação agredida.

### **História do Prata**

Historicamente, o Prata foi uma região de disputa entre os grandes Estados coloniais ibéricos e, a seguir, pelas classes dominantes das nações que surgiram da explosão dos mesmos. Desde o início de sua ocupação pelos ibéricos, em inícios do século 16, essa região

foi palco de tensões e conflitos, inicialmente protagonizados principalmente pelos impérios lusitano e espanhol, mas, também pelos ingleses e franceses, com destaque para a luta pelo controle territorial e comercial e, portanto, da livre navegação dos seus importantes rios, acesso às terras do interior do continente.

Em meados do século 19, as duas maiores forças nacionais no Prata eram o Império do Brasil e a Argentina, entendendo-se esta última especialmente pela poderosa província de Buenos Aires, tendo em vista que ainda não ocorrera a efetiva unificação das províncias que constituiriam a seguir aquela nação. As classes dominantes dessas duas nações disputavam a hegemonia da região, como meio de consecução de seus objetivos singulares. Confrontos e objetivos que nas narrativas historiográficas e outras foram sempre apresentados como pugnas nacionais, por sobre as contradições e interesses particulares de classe.

Por um lado, sobretudo os comerciantes e grandes criadores da província de Buenos Aires mobilizavam-se pela unificação do antigo Vice-reinado do Rio da Prata, para manter o monopólio portuário e comercial gozado no período colonial. Não conseguiram alcançar tal objetivo em boa parte devido à intervenção do Estado imperial que se esforçava para estender sua hegemonia àquela região.

Anos mais tarde, o Paraguai – ex-província do Vice-reinado do Rio da Prata, ganharia destaque nesse cenário, sob o governo do seu *ditador perpétuo* José Gaspar Rodríguez de Francia [1766-1848], que garantiria a independência nacional efetiva de sua nação, à custa do seu isolamento em relação aos países vizinhos. Uma política que, na luta intransigente pela independência, ensejaria o enfraquecimento dos segmentos crioulos dominantes, em favor dos pequenos camponeses proprietários e arrendatários, e um desenvolvimento autônomo do país, sem dependência a Buenos Aires e, sobretudo, ao capital estrangeiro, com destaque para o inglês.

### **Um livro, um caso**

Em 1979, Júlio José Chiavenato publicava *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. Em período conturbado da vida nacional, em plena ditadura militar, a obra trazia uma nova visão de história da guerra do Paraguai, extremamente dura e contundente no que se refere às representações historiográficas tradicionais, pois radicalmente contraria a visão oficial nacional-patriótica, praticamente indiscutida no Brasil até a publicação desse livro. A publicação foi marcada pelo rápido esgotamento das vendas, causando a seguir forte repercussão historiográfica e enorme polêmica no meio intelectual e político da época.

Desagradando militares e grupos de direita no poder, tornou-se para intelectuais, militantes, políticos e, sobretudo estudantes e professores de História, na resistência ou oposição, ativa ou passiva ao regime militar, uma espécie de marco referencial na leitura do passado, uma verdadeira nova forma de ler a história nacional. E, igualmente, uma forma também de empreender a luta contra a situação política de então, pois a obra mostraria essência profunda da natureza do mundo social dominante. Apesar de, como veremos oportunamente, segundo o autor, não ter sido esse o objetivo da obra.

Chiavenato utilizou-se de fontes até então inéditas ou praticamente inéditas no Brasil, sobretudo no que se refere à historiografia paraguaia e argentina. Na obra, apresentava uma nova forma de narrar a história daquela guerra, em relação à historiografia nacional-patriótica, que partia da posição axiomática do conflito como defesa da honra e do território nacional agredidos por ditador ambicioso e empreendia seu relato como narrativa cronológica dos grandes combates, vencidos devido ao esforço e ao heroísmo das armas nacionais.

Ao contrário das obras da historiografia tradicional, o autor iniciou seu relato da guerra a partir da história do Paraguai, da sua independência, do governo do doutor José Gaspar de Francia, de seu projeto de isolamento, devido à pressão portenha, passando pela crônica do governo de Carlos Antonio López para chegar, por fim, ao governo de Francisco Solano López, para então abordar a guerra terrível que, apresenta como profundamente injusta para com o Paraguai e sua população.

Em sua obra, além da revolução no plano e objetivo da narrativa, que procura partir das bases e razões materiais e políticas profundas do conflito, o autor traz novos e surpreendentes elementos: apresenta um Paraguai desenvolvido, alfabetizado. Um país que sofre aquela guerra devido sobretudo aos interesses da Inglaterra, que não queria um país independente da subjugação em que mantinha a América do Sul e, apenas secundariamente, devido aos interesses das classes hegemônicas do Brasil e da Argentina liberal, que visavam dominar o território paraguaio.

Mesmo no Brasil, essa leitura revisionista da guerra do Paraguai não era absolutamente nova. O livro dos italianos Manlio Cancogni e Ivan Boris, de 1970, *Solano López: o Napoleão do Prata*, fora publicado no Brasil em 1975. Em 1978, o americanista e catedrático da USP Raul de Andrada e Silva publicara sua tese de doutoramento, *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. Por razões diversas, os dois trabalhos não tiveram maior repercussão, com destaque para o segundo, semi-ignorado, apesar de seu indiscutível valor científico. Teve igualmente repercussão a tradução ao português de *La Guerra del Paraguay*,

de Léon Pomer, de 1968, realizada no ano seguinte após o lançamento de *Genocídio americano*.

Entretanto, anteriormente à obra de Júlio José Chiavenato, era hegemônica a visão historiográfica que definimos como nacional-patriótica, onde as forças militares do Brasil eram apresentadas como gloriosas defensoras da nação agredida e, não raro, paradoxalmente, salvadoras da própria nação paraguaia do domínio do tirano e sanguinário Solano López, verdadeiro motivador do conflito, devido a uma ambição desmedida. Uma visão que propunha em geral que, apesar dos esforços do governo imperial brasileiro em tentar a aproximação com o governo do Paraguai, aquele tirano não aceitara as propostas de acordos para continuar seu projeto expansionista, terminando por atacar traiçoeiramente o Brasil, forçando o governo imperial a declarar guerra ao país agressor.

Por primeira vez, no relativo àquele confronto, a nova visão dissociava a ação das chamadas elites do Brasil dos interesses da população, em um relato de grande repercussão historiográfica e cultural, como assinalado. De certo modo, realizava-se radical inversão, onde os grandes heróis nacionais eram transformados em vilões. Aquelas páginas eram arrancadas do livro das glórias nacionais e expostas como momentos de infâmia dos ditos dirigentes da nação.

*Genocídio americano: a guerra do Paraguai* teve grande repercussão historiográfica. Tornou marco no estudo da guerra do Paraguai, reescreveu literalmente as representações nacionais dominantes sobre aquele conflito, desequilibrando por anos, em forma poderosa, a hegemonia historiográfica oficial e oficiosa sobre aquele importante tema.

A nova visão da guerra do Paraguai foi logo criticada em forma muito dura, especialmente pelos representantes diretos e indiretos da historiografia nacional-patriótica, que buscaram desqualificá-la, caracterizando-a como antipatriótica, antinacional, subversiva, comunista. A esse movimento, através inicialmente da grande mídia, seguiu-se longa operação de desconstrução e deslegitimação historiográfica daquela interpretação, apoiada na crítica dos seus erros, das suas incorreções, das suas exagerações sobre os fatos históricos.

Tratava-se de verdadeiro esforço na procura da reconstrução e consolidação das posições perdidas e abaladas. Uma operação que alcançaria indiscutíveis resultados, ao menos aparentemente. Pouco mais de vinte anos após sua publicação, a leitura revisionista de J.J. Chiavenato encontrava-se oficialmente enterrada como releitura histórica daqueles sucessos, minimamente merecedora de atenção.

Entretanto, *Genocídio americano: a guerra do Paraguai* teve enorme repercussão historiográfica, ideológica e cultural, no Brasil e fora do Brasil. A obra influenciou

igualmente, em forma profunda, a historiografia sobre aquele confronto e determinou a formação de toda uma geração de historiadores acadêmicos. Tratou-se, sobretudo, de um sucesso inesperado para o produto da pena de um jornalista sem experiência historiográfica, sem apoio e financiamento, submetido na época aos percalços profissionais e econômicos conhecidos por milhares de profissionais da cultura que se colocavam e se reivindicavam no campo social, do trabalho e da democracia. Uma repercussão singular sobretudo para uma obra concebida do encontro aparentemente aleatório do autor com o tema, quando de viagem ao Paraguai, e parida nos momentos de folga profissional, sem qualquer certeza de publicação.

As realidades assinaladas delimitam indiscutivelmente *Genocídio americano*: a guerra do Paraguai, de J.J. Chiavenato, como um verdadeiro fenômeno cultural e histórico. Ou seja, uma produção historiográfica que alcançou repercussão absolutamente inesperada, de indiscutível longevidade e permanência.

Entretanto, as razões da feitura, do inesperado sucesso, da ampla repercussão, do enorme criticismo, do amplo movimento de deslegitimação, etc. sobre a obra jamais foram objeto de análise e crítica. Salvo engano, jamais houve estudo mais profundo sobre as eventuais determinações que embalsamaram a proposta, feitura e lançamento desse trabalho, percebidos muito parcialmente pelo próprio autor. Salvo engano, jamais foi proposto aplicar o método de análise histórica a essa produção cultural de tão ampla repercussão histórica e historiográfica.

O presente trabalho tem por objeto analisar e discutir a importância da obra *Genocídio americano*, de J.J. Chiavenato para a historiografia brasileira, tendo por base o momento histórico da sua gênese, produção e publicação, assim como o conteúdo, o sucesso, a recepção e a repercussão da obra na sociedade da época, em especial no meio intelectual, acadêmico e nos manuais escolares.

### **Razões e metodologia da pesquisa**

As razões que definiram este assunto como tema de nossa dissertação de mestrado são antigas e recentes. Meu primeiro contato com a obra de Chiavenato remonta aos tempos de estudante secundarista, em 1995, quando discutiu-se em minha escola, Escola Osvaldo Ferreira de Mello, no município de Tigrinhos, interior de Santa Catarina, a partir da mobilização de alguns professores, a necessidade de mudança do nome do Grêmio Estudantil que na época era Duque de Caxias, isso por que ele não seria o herói *nacional* tradicionalmente apresentado.

Essa proposta, muito polêmica na escola, que gerou importante discussão, para mim e meus colegas, sobre a história e suas relações com o presente, foi motivada por um livro, precisamente *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*, obra que apresentava um outro Duque de Caxias, que de herói passava a ser apresentado como um dos grandes responsáveis por dizimar as populações paraguaias. Certamente outras discussões e sucessos semelhantes ocorreram através do Brasil.

Tempos depois, em 2004, no curso de graduação em História, na Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, tivemos novo contato com a obra, que foi discutida, de forma superficial entre os colegas. Ela nos chocou pela terrível descrição da guerra do Paraguai.

Mais recentemente, em Seminário Especial do curso do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, sobre a Guerra do Paraguai, ministrado pelo prof. dr. Mário Maestri, surgiu a oportunidade de fazer uma primeira leitura aprofundada sobre a obra que tivera indiscutível repercussão em minha vida de estudante. No desenvolvimento das discussões no seminário e, sobretudo, do trabalho preparado como conclusão do mesmo, sobre o livro *Genocídio americano*, surgiram questões importantes, que exigiam um conhecimento maior da obra, de sua construção, do seu autor, das motivações que o levaram a escrever, da repercussão na época, do contexto histórico do período, das críticas na época e na atualidade. Estas indagações aguçaram minha curiosidade científica, levando-me a abandonar projeto inicial de pesquisa, já em desenvolvimento, e empreender o presente trabalho.

Para responder essas questões, utilizamos fontes escritas, como livros da historiografia argentina, paraguaia e brasileira, de cunho nacional-patriótico e revisionista. Realizamos longa entrevista com Júlio José Chiavenato, na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, em 26 de fevereiro de 2010, publicada em anexo. Questões abordadas nessa entrevista foram mais tarde aprofundadas, por correio eletrônico e telefone. Registramos nosso profundo agradecimento ao jornalista e historiador J.J. Chiavenato pela gentil atenção que nos dispensou.

Preparamos questionário sobre a obra de Chiavenato [Anexo 1], enviado por correio eletrônico para aproximadamente trinta historiadores, com destaque para os que ensinavam ou eram estudantes de História em 1979, quando do lançamento do *Genocídio americano*. Os contatos de correio eletrônicos foram fornecidos pelo orientador dessa pesquisa, tratando-se de historiadores com os quais mantém contato profissional ou pessoal, próximo ou distante. Recebemos quinze respostas: os demais responderam não ter lido o livro [três professores]; necessitar relê-lo para responder o questionário e não disporem de tempo para fazê-lo [dois

professores]. Onze professores não responderam o e-mail, em boa parte certamente devido a endereços eletrônicos desatualizados.

O questionário buscava responder questões relacionadas com a aceitação, na época da leitura, e repercussão da obra *Genocídio americano*, na formação e na historiografia, a partir da opinião dos historiadores consultados. Todos os entrevistados que responderam tiveram contato com a obra, sete deles, durante o Curso Superior ou curso de Especialização; dois, enquanto cursavam o ensino médio; três, enquanto docentes em cursos de pré-vestibular ou em escolas estaduais e um, enquanto professor universitário. Esses estudantes e jovens professores possuem hoje destacada atuação como docentes e como historiadores. O nome e os dados dos entrevistados são arrolados no Anexo 2. Fica aqui nosso sincero agradecimento pela gentil colaboração para nosso trabalho.

### **Divisão do trabalho**

O primeiro capítulo, para melhor compreensão do quadro geral do conflito, já que a obra em estudo deve ser necessariamente cotejada com o conhecimento na época e atual sobre a realidade que analisa, aborda a história e a historiografia Argentina sobre a guerra do Paraguai. Destaca-se a formação, independência, criação das Províncias Unidas do Prata, a disputa interna entre unitários e federalistas, a tentativa sobretudo das classes dominantes portenhas de unificar todo o antigo vice-reinado do Prata e suas relações com o Paraguai. Fatos esses que contribuíram para que o governo mitrista da Argentina realizasse, junto com o governo imperial e o Uruguai do colorado de Venâncio Flores, a guerra contra o Paraguai.

No segundo capítulo é abordada a discussão referente à história e à historiografia do Paraguai, destacando a formação da população e da sociedade, o uso da terra, o processo de independência, o governo Francia e o sentido dos governos de Carlos Antônio López e Francisco Solano López.

No terceiro capítulo é discutida, também em forma sumária, a historiografia nacional-patriótica brasileira sobre a guerra, destacando-se, sobretudo, as principais obras produzidas imediatamente após a guerra e após a República – *historiografia monarquista e republicana*. Procuramos compreender os elementos centrais da retórica patriótica sobre o conflito impulsionada pelo Estado e pela alta oficialidade das Forças Armadas brasileiras.

No quarto capítulo é abordado o contexto geral da produção do *Genocídio americano*, ou seja, o período de Ditadura Militar, resultado da derrota da estratégia nacional-populista.

Destaca-se nesse contexto o início do período chamado de Abertura, quando é editado o livro *Genocídio americano*.

No quinto capítulo estuda-se a gênese, a publicação e o sucesso da obra *Genocídio americano*, destacando-se a trajetória de Chiavenato, seu encontro com o tema, suas motivações, a edição, as fontes utilizadas, a publicação, o sucesso do livro e a repercussão na imprensa, elementos esses apresentados a partir da visão do autor, trinta anos após sua publicação.

No sexto capítulo realiza-se a discussão historiográfica da obra de Chiavenato – seus avanços e seus tropeços, a descrição da obra, estilo, método, fontes e as novas teses introduzidas pelo autor na historiografia brasileira.

No sétimo capítulo, trabalha-se sobre a repercussão da obra *Genocídio americano* entre os historiadores. Através da pesquisa realizada via e-mail com historiadores brasileiros que vivenciaram o período de maior sucesso da obra de Chiavenato, buscou-se identificar a repercussão, a influência e a importância da obra no contexto histórico nacional e no surgimento de novas concepções sobre a guerra do Paraguai.

O oitavo e último capítulo trás uma análise das abordagens da guerra do Paraguai nos manuais escolares, entre os anos de 1906 até 2008, destacando as tendências historiográficas presentes em cada obra, as transformações que ocorreram ao longo dos anos, principalmente após 1979 com a obra de J.J. Chiavenato, e a influência desta obra nos manuais escolares.

Reapresentamos e aprofundamos, ainda que telegraficamente, nossas avaliações, na Conclusão.

É necessário agradecer a ajuda e a colaboração de todos os entrevistados, bibliotecários e arquivistas que contribuíram para a realização dessa pesquisa.

## 1 – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NO PRATA

### Crise e Independência na Argentina

A consolidação da Argentina como nação unitária passou por um longo processo, de múltiplas etapas e influências – colonização espanhola; invasões napoleônicas de Espanha; queda e restauração de Fernando VII; revoluções liberais na Europa; fim do domínio da Espanha sobre o Vice-reinado do Prata que levou à criação das Províncias Unidas do Prata, com as quatorze províncias que formariam finalmente a Argentina.

Os espanhóis chegam em 1516 na região do rio da Prata. Anos depois, em 1537, teve início a colonização da região, por Pedro de Mendonza. Nesse mesmo ano, Juan de Salazar de Espinosa fundava Assunção, o primeiro assentamento permanente na bacia do Rio da Prata. Desde então, os espanhóis controlaram o território entre os rios Paraná e Paraguai.

Fundado em 1553, Santiago del Estero foi o primeiro assentamento permanente no atual território argentino. Toda a região do Rio da Prata ficou inicialmente sob o controle administrativo do vice-reinado do Peru e, somente em 1776, no contexto das reformas borbônicas, foi criado o vice-reinado do Rio da Prata, formado por enormes territórios, pertencente aos atuais estados da Argentina, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai.<sup>1</sup>

Propõe-se que a América hispânica sofrera de forte opressão da coroa espanhola, como um todo. O revisionismo historiográfico argentino tem matizado essa posição. Em *José Hernandez y la guerra del Paraguai*, de 2007, o historiador marxista Enrique Rivera destaca:

La relación de la América con España ha sido tradicionalmente presentada como una sujeción colonial-nacional, es decir, como de una nación que oprime a otra, bajo el sistema colonial. Empero, basta mirar desprejuiciadamente la realidad histórica para apreciar que esta no admite tal clasificación. El hecho es que una parte de la sociedad española se trasladó a América e intentó reproducir en ella el régimen de la Madre Patria; dicho de otra manera, quiso recrear, en las nuevas condiciones de las tierras conquistadas, la sociedad a la que había vuelto las espaldas, utilizando como siervos a los indígenas. [...] Esta sociedad de españoles americanos es simplemente una prolongación de España [...]. Quienes padecen, si, de opresión colonial son los indios [...].<sup>2</sup>

Porém, não devemos esquecer a exploração colonial econômica e política.

<sup>1</sup> Ver: TOURON, Lucia Sala de & ELOY, Rosa Alonso. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*: Tomo I: la economía. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

<sup>2</sup> RIVERA, Enrique. *José Hernandez y la guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Colihue, 2007.p.12.



Figura 1 – Mapa do Vice-reinado do Prata. Fonte: <http://www.google.com.br>

Os espanhóis da América buscavam reproduzir o modelo de sociedade espanhola. Com isso, as classes subalternizadas da América sofreram diversos tipos de exploração. Nesse contexto, a Europa viveu as revoluções democráticas e a gênese do capitalismo, com destaque para a Inglaterra, que passou a se consolidar e a determinar fortemente as sociedades com as quais se relacionava. Na América hispânica não havia as bases necessárias para esse modelo de desenvolvimento, pois praticamente toda a produção do país era de caráter artesanal, doméstico e semi-primitivo [pré-capitalista].

### **Províncias Unidas**

A invasão francesa da Espanha contribuiu para a independência da América hispânica. A partir daquele sucesso, afloram fortemente, na Espanha, sentimentos liberais e, na América, *nacionalista*, entre as camadas proprietárias crioulas, que desejavam a autonomia para a colônia. Segundo Enrique Rivera:

Y se observa que cuando el pueblo español se da a sí mismo, por vez primera, libertades democráticas, a su vez las confiere a la América española. Así, en enero de 1809, se declaró que América hispana era parte integrante de la nación española,

significando que dejaba de ser posesión de la monarquía, y se la llamó a elegir sus disputados.<sup>3</sup>

Para esse autor, a América hispânica não fez a revolução *contra* a Espanha, mas como *parte* da revolução espanhola. Ideias liberais vieram da Espanha para a América, tendo com líderes Simon Bolívar [1783-1830] e José de San Martín [1778-1850], que tiveram grande influência na independência dos territórios do Vice-reinado do Rio Prata. Uma proposta relativa, pois as classes crioulas levantaram-se para conquistar a autonomia do domínio político ibérico. O certo é que a idéia do desenvolvimento comum, de união do próprio território hispano-americano não prosperou, devido às grandes diferenças objetivas existentes entre as províncias. Os vice-reinados separaram-se e explodiram em diversas nações.

Entre 1810 e 1815, sucederam-se vários governos em Buenos Aires. A declaração oficial de independência aconteceu apenas em 1816, no Congresso de Tucumán. Nasceram ali as Províncias Unidas do Rio da Prata. Porém, isso não significou a unificação do vice-reinado em uma nação. Nem mesmo, imediatamente, no relativo às províncias ocidentais do Prata. Havia diferentes interesses econômicos entre as classes hegemônicas e subalternizadas das províncias de Buenos Aires, do Litoral e Interior. No Interior, elas visavam fortalecer o mercado interno e, no litoral, a província de Buenos Aires se mobilizava para manter, expandir e monopolizar o comércio. Para isso, era necessário a abertura econômica ao capital comercial inglês.

Segundo Rivera, em *José Hernandez y la guerra del Paraguay*:

En el Virreinato del Río de la Plata las fuerzas centrifugas surgieron de la contraposición de intereses económicos entre las distintas regiones. Las provincias mediterráneas [...] eran proteccionistas; necesitaban asegurar el mercado interno para los productos de sus incipientes industrias. El litoral ganadero tendía, en cambio, irresistiblemente, hacia el libre comercio que valorizaba los cueros y, tras ellos, las tierras. La separación de España [...] cortó la corriente nacional en la que se operaba este comercio, determinando que su lugar fuese ocupado, principalmente, por la Inglaterra, cuya industria, mucho más adelantada, exigía la apertura de todas las zonas precapitalistas para sus artículos y para proveer de materias primas.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Idem. p. 17.

<sup>4</sup> Idem. p. 21.



Figura 2 – Mapa da Argentina. Fonte: <http://www.iped.com.br/sieuploads18303.jpg>

A forte presença do comércio inglês passou a influenciar profundamente a política interna e externa das Províncias Unidas do Prata, sendo motivo de grandes conflitos entre elas, opondo, como vimos, sobretudo, o Interior e o Litoral à província de Buenos Aires. Exemplo disso é o descontentamento das províncias do Interior com a centralização política e monopolização das rendas do porto pela oligarquia da cidade de Buenos Aires que, devido a sua localização geográfica e direitos monopólicos instituídos no período colonial, mantinha o principal e mais rico porto da região, muito importante devido ao crescente movimento de exportação-importação.

### **Porto e Política**

Esgotada a exploração das minas de Potosí e diminuído o comércio com aquelas regiões, a principal fonte do tesouro público regional do vice Reinado do Rio da Prata era o porto de Buenos Aires.

Ahora bien: prácticamente toda la renta aduanera del país se obtenía, [...], del puerto bonaerense. Salían por este las producciones autóctonas y entraban los artículos

manufacturados que se consumían; todo el país pagaba los impuestos aduaneros, que formaban el tesoro nacional.<sup>5</sup>

Conforme fossem as taxas portuárias, fortaleciam-se ou enfraqueciam-se o comércio e a produção interna regional. Esse poder decisório estava localizado na cidade-porto – quem controlasse Buenos Aires, controlava o país, se o país não controlasse Buenos Aires. Tendo como vetor principal o controle exercido pelas oligarquias de Buenos Aires, sobretudo a comercial, mas também a pastoril, sobre o porto, e a incapacidade de entendimento delas com as províncias, surgiram as duas grandes correntes políticas e ideológicas argentina – o *unitarismo* e o *federalismo*.

O *unitarismo* pode ser definido como a ideologia e política da oligarquia comercial e liberal portenha e dos estancieiros da província de Buenos Aires. Eram classes que praticavam relações de dominação e produção pré-capitalistas. Apesar de divergirem, não raro fortemente, como no período *rosista*, os dois grupos uniam-se na defesa da política de manter Buenos Aires como capital da nação e a renda aduaneira como monopólio de Buenos Aires.<sup>6</sup>

Sobre a origem do unitarismo:

Es decir, Rivadavia liquidó la soberanía nacional encarnada en la Junta Grande con el apoyo del Cabildo porteño, derogó las Juntas provinciales [...] y dio al pueblo [sic] bonaerense la hegemonía gubernamental sobre todo el pueblo argentino: la Provincia-Metrópoli. Tanto los unitarios, antes, como los rosistas, después, basaron su política esencial en mantener la Provincia-Metrópoli, [...], despojando a la nación de su capital histórica.<sup>7</sup>

Os *unitários* estavam dispostos a lutar para não perder o controle sobre o porto de Buenos Aires, o que representava o controle do país.

### **Unitarismo e federalismo**

Na história argentina, o *unitarismo* foi a política-ideologia de corte liberal utilizado na tentativa de dominação do país pela oligarquia portenha, em aliança com os criadores-charqueadores bonaerenses. Política que as classe dominantes e subordinadas das demais províncias não aceitaram sem resistência. Portanto, em contraposição ao *unitarismo*, surgiu o *federalismo*, que buscava defender a autonomia das províncias, seus direitos democráticos, a *nacionalização* de Buenos Aires e a federalização das rendas do porto.

---

<sup>5</sup> Idem. p. 22.

<sup>6</sup> Cf: RIVERA. Enrique. *José Hernandez y la guerra del Paraguay [...] Ob. cit.* p. 23.

<sup>7</sup> Idem. p. 25.

Como exemplo de federalismo extremo temos o Paraguai, antiga província do vice-reinado do Prata. Na sua busca pela autonomia, esbarrou na necessidade de um porto para exportar seus produtos. E este porto fora tradicionalmente, Buenos Aires, como seria, a seguir, Montevideú. Devido à exploração da oligarquia portenha, que embolsava os pesados impostos de exportação-importação paraguaios, aquela província acabou se isolando e se emancipando, na tentativa de resistir à política recolonizadora que, nos fatos, pretendia substituir o tacho metropolitano pelo tacho de Buenos Aires.

Segundo o autor:

La independencia fue, para el Paraguay, el medio de defenderse contra la oligarquía porteña, así como la autonomía federal – y a veces, los intentos efímeros de independencia - fueron el medio de las provincias argentinas, que no podían aislarse como aquel. No surgió como resultado de un proceso nacional autónomo; en aquel tiempo no existía aún esa separación entre argentinos e paraguayos, que es un resultado directo de la política de la oligarquía bonaerense, que crea estas diferencias ‘nacionales’ ficticias, haciendo de regionalismos que nunca serían un obstáculo para la unidad, ‘nacionalismos’.<sup>8</sup>

Uma proposta que temos que nuançar, no que se referem às classes subalternizadas argentinas e paraguaias.

Portanto, o Paraguai teria sido forçado a isolar-se e instituir uma política autonomista nacional que, para concretizar-se, apoiou-se em – e foi apoiada por – amplos segmentos populares, resultando em fenômeno singular na América Latina. Não devemos esquecer também que a opressão da província do Paraguai pelo porto de Buenos Aires era antiga, ensejando fortes contradições desde o período colonial e, portanto, tendências particularistas.

### **Ditadura Rosista**

Após o regime unitário fracassar na Argentina, voltou-se, em 1828, à antiga forma de governo, na qual cada província se auto-governava. A luta entre *federalis* e *unitários* ocasionou guerras civis. Em 1829, o grande estancieiro e charqueador Juan Manuel de Rosas [1793-1877] foi eleito governador de Buenos Aires, conseguindo a seguir a *pacificação*.

Rosas era la expresión de ese orden de la campaña bonaerense y eso fue lo que impuso en el gobierno y él duró tanto como eso. [...]La condición del poder de Rosas residía, precisamente en su conservadurismo, en su antiliberalismo, en su política de mantener ese estatus social precapitalista que se beneficiaba del desarrollo capitalista; por este lado, también estaba ligado a las condiciones de la economía mundial de aquel entonces, que no conspiraban contra esa política.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Idem. p. 28.

<sup>9</sup> Idem. p. 37-38.

Rosas submeteu o unitarismo das oligarquias comerciais portenhas, que pretendiam impor uma custosa política de unificação nacional que não interessava aos criadores e charqueadores bonaerenses.

As províncias argentinas viveram sob o regime ditatorial de Rosas durante dezessete anos, período marcado por tensões e tentativas de golpe. No início do governo, Rosas realizou concessões alfandegárias às províncias do Interior, em oposição ao comércio *unitário* de Buenos Aires, que pretendia unificar o país e seu mercado à força, política que desagradava os criadores e charqueadores bonaerenses, inimigos dos impostos e da convocação dos gaúchos para guerra que não era sua, como apenas visto. Em 1842, com apoio de governadores do interior e de tratado com a França, Rosas assumiu o poder absoluto na Argentina.



Figura 3 – Juan Manuel Rosas. Fonte: <http://www.claramente.com.ar/118/images/jmrosas.jpg>

O *ditador* romperia sua aliança com o interior, privilegiando crescentemente os interesses portuários de Buenos Aires. Com os anos de paz e o crescimento da economia mundial, os criadores e charquadores do litoral fortaleceram-se. Em 1850, o também caudilho federalista Justo José de Urquiza [1801-1870], governador da província pastoril e charqueadora de Entre Rios, no *litoral*, se rebelou com apoio dos *unitários* de Buenos Aires, do governo imperial do Brasil e dos interesses portuários de Montevideú. Essa conjunção de forças ensejou a invasão de Santa Fé e a marcha sobre Buenos Aires, consagrada na vitória na batalha de Monte Caseros.

Segundo Rivera:

El triunfo de Urquiza se debió, sobre todo, a la descomposición interna del régimen rosista, del cual él mismo era uno de los elementos.[...]El caudillo entrerriano expresaba, también, el antagonismo del Litoral con la dictadura fluvial de la oligarquía bonaerense y el de todo el país contra su monopolio aduanero.<sup>10</sup>

Os criadores e charqueadores bonaerenses favoreciam-se fortemente com o privilégio portuários de Buenos Aires nas exportações de couros e de charques, em detrimento dos criadores e saladeiristas das províncias do Litoral.

### **Domínio Federalista**

Em 1852, vitorioso na batalha de monte Caseros contra Rosas, com o apoio do Império, Urquiza reuniu um Congresso Geral que promulgou a Constituição de 1853, que nacionalizava Buenos Aires e federalizava suas rendas, o que era inaceitável para a oligarquia comercial portenha, aliada conjuntural do federalismo contra Rosas. Derrotados militarmente por Urquiza, em Santa Fé, na batalha de Cepeda, em 1859, os portenhos refluíram sobre a defesa da província de Buenos Aires, até 1861.

Então, formou-se, de um lado, a Confederação Argentina — que tinha a cidade do Paraná, no rio do mesmo nome, como capital e Urquiza como presidente – e, do outro, a província de Buenos Aires, que não proclamou sua independência nem se uniu à Confederação, mas manteve-se, nos fatos, como nação independente. Como representante dos interesses sobretudo da oligarquia comercial e liberal portenha despontou Bartolomeu Mitre [1824-1906], político, militar, historiador.

Em *La era de Mitre: de caseros a la guerra de la Triple Infamia*, de 1955, o historiador marxista Milcíades Peña propõe: “Mitre no estaba contra la organización del país; estaba contra la organización del país pretendida por intereses rivales de la burguesía [sic] comercial

---

<sup>10</sup> Idem. p.44-45.

porteña.”<sup>11</sup> Portanto, a oligarquia de Buenos Aires não aceitou a criação da Confederação Argentina, pois significava a perda de seu domínio sobre as rendas do porto e, eventualmente, sobre as demais províncias.

Em 1859, inicia a guerra civil pelo controle do país. Entre os principais acontecimentos está a batalha de Cepeda, de outubro de 1859, onde Urquiza derrotou o exército provincial de Bartolomeu Mitre. Porém, Urquiza não ocupou Buenos Aires e desarmou os unitaristas, devido à mediação do governo do Paraguai, através do jovem general Francisco Solano López. Após, a província de Buenos Aires aceitou formalmente ingressar na Confederação. Nos fatos, aproveitou a trégua para um futuro e, então, vitorioso confronto com as províncias do Interior e do Litoral.



Figura 4 – Bartolomeu Mitre. Fonte: [http://www.museomitre.gov.ar/images/mitre\\_presidente.jpg](http://www.museomitre.gov.ar/images/mitre_presidente.jpg)

Em 1860, Santiago Derqui [1809-1867] foi eleito presidente da Confederação Argentina: Urquiza era governador e caudilho de Entre Rios e Bartolomeu Mitre, de Buenos

---

<sup>11</sup> PEÑA. Milcíades. *La Era Mitre: De Caceros a la guerra de la Triple Infamia*. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1975. p.8.

Aires. A paz não durou muito e a guerra civil reiniciou logo. Urquiza enfrentou novamente o exército de Buenos Aires sob o comando de Mitre na Batalha de Pavón, em 17 setembro de 1861. Mesmo com o resultado da batalha se inclinando para os federalistas, Urquiza retirou-se deixando a vitória nas mãos de Mitre e dos unitaristas.

### “Farinha do Mesmo Saco”

A retirada de Urquiza foi e é motivo de eternas especulações. Em *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*, de 1959, o historiador revisionista argentino José María Rosa propõe:

Inexplicablemente Urquiza también se retira del campo. Lentamente, al tranco de sus caballos, los jinetes entrerrianos se van. Es una retirada con *ralentisseur* para demostrar que es voluntaria. Creen en una equivocación de Urquiza. ¡Si nunca ha habido triunfo más completo! Pero Urquiza no solamente sigue su retirada sino ordena la de todos los suyos.<sup>12</sup>

Urquiza alega estar doente e fraco para justificar o abandono da batalha. Seus companheiros, que não entenderam a atitude, permaneceram resistindo, aguardando o retorno de Urquiza, que jamais se realizou. Destaca José Maria Rosa: “Derqui, ingenuamente, intentará la resistencia. El grueso del ejército nacional puestro a las órdenes del general Saa hasta el regreso de Urquiza.”<sup>13</sup> O exército do interior esperava o retorno de Urquiza, mas esse, não quer voltar: “Urquiza quedará en Entre Rios y no perderá una sola de sus vacas. Cuando Derqui se dá cuenta de que Urquiza no quiere volver a este lado del Paraná, opta por eliminarse de la escena.”<sup>14</sup>

Urquiza havia entrado em acordo com Mitre, explícito ou implícito. Ele era proprietário de imensos terrenos, gados e charqueadas sobre o rio Paraguai. Tinha divergências com os unitaristas de Buenos Aires, sobre questões de impostos, mas não contradições estruturais de classe e de interesse. Para se antepor aos unitaristas, teria que se apoiar sobre forças sociais e agitar programa que era contrário aos seus próprios interesses e daqueles que representava, os charqueadores e criadores litorâneos.

Em *La era de Mitre*, Milcíades Peña lembra:

<sup>12</sup> ROSAS. José Maria. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Hyspamérica, 2008. p. 68.

<sup>13</sup> Idem. p. 68.

<sup>14</sup> Idem. p. 69.

Urquiza y los estancieros entrerrianos deseaban para el país el mismo destino que sus colegas bonaerenses, aunque les sugería que más valía contentarse con el papel de secundares que arriesgarse a perder demasiado en una lucha a muerte que, desde su punto de vista, no tenía objeto, ya que el dominio nacional de la oligarquía porteña no podía afectar la buena marcha de sus negocios, ni intentar arruinarlos como hizo Rosas con el monopolio de la navegación de los ríos.<sup>15</sup>

Urquiza acomodou-se aos *unitaristas* e o Interior foi submetido ao domínio portenho, marcando o *início* do fim do *federalismo*, como importante força política decisória. Em 1862, realizaram-se eleições e Bartolomeu Mitre [1827-1896], vencedor de Pavón, foi eleito presidente. Durante seu governo ocorreu a sangrenta guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), quando, após a invasão do Uruguai, em 1864, os exércitos imperiais e argentinos mitrista, invadiram o Paraguai, destruindo-o praticamente como nação independente.

### Motivos da Guerra

Foram diversos os motivos que geraram o maior confronto militar sul-americano. Sobretudo, ele foi uma verdadeira continuação da luta de Buenos Aires contra as províncias rebeldes. O estopim da guerra seria a República Oriental do Uruguai. Nos anos 1860, a Banda Oriental era governada pelo partido Blanco que, até certo ponto, correspondia aos *federais* na Argentina. O império do Brasil invadira o Uruguai, em 1852, quando da derrota de Rosas, reduzindo o país a um semi-protetorado. Arranca-lhe concessões territoriais, enormes privilégios comerciais, direitos extraterritoriais para seus súditos; impõe-lhe a devolução dos cativos fugidos.<sup>16</sup> No Uruguai, passa a reinar o banqueiro rio-grandense Irineu Evangelista de Sousa [1813-1889], futuro Barão de Mauá.

Com os tratados, as imensas fazendas rio-grandenses nos departamentos setentrionais do Uruguai gozam de *status* quase extraterritorial: seus proprietários e dependentes não pagam impostos; não podem ser convocados para as forças armadas; os gados podem ser levados, sem pagar imposto, para as charqueadas do Rio Grande do Sul. Com o fim dos tratados draconianos, dez anos mais tarde, o governo uruguaio tenta estender àquelas regiões o respeito às leis nacionais, sobre a enorme oposição dos criadores rio-grandenses, que

<sup>15</sup> PEÑA. Milciades. *La era de Mitre [...] Ob. cit.* p. 31.

<sup>16</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. 2 ed. São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; EdUnB, 1995

pretextam ser motivos de abusos e violências.<sup>17</sup> Os criadores sulinos ameaçam o governo imperial com o espectro do separatismo, caso não apoie suas reivindicações.

O governo paraguaio tem no porto de Montevideú sua única saída ao mar, já que Mitre, em Buenos Aires, cabeça da Confederação Argentina, tendia a tratar o Paraguai como província rebelde, que devia ser submetida. As relações paraguaias com o exterior dependiam da autonomia do Uruguai. O governo paraguaio, sob a chefia de Francisco Solano López, determinara que a invasão do Uruguai pelo Império e perda de sua autonomia seria considerado *casus belli*.<sup>18</sup> Solano López fora eleito, bem ou mal, por congresso, após a morte de seu pai, igualmente reconduzido à presidência diversas vezes – nesse sentido, a *ditadura perpétua* terminara, ao menos formalmente, com Frância.



Figura 5 – Francisco Solano López. Fontes: <http://vulgaria.files.wordpress.com/2008/02/solano1.jpg>

---

<sup>17</sup> Cf. entre outros: CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; TOURON, Lucia Sala de & ELOY, Rosa Alonso. El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco: Tomo I: la economía. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 1986; TOURON, Lucia Sala de & ELOY, Rosa Alonso. El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco. Tomo II: sociedad, política e ideología. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

<sup>18</sup> Cf., entre outros: BENITES, Gregorio. *Anales diplomaticos de la guerra del Paraguai*. Asunción: Munõztino, 1929.

Após a invasão do Uruguai, por Frutuoso Flores, facilitada, financiada e apoiada por Mitre, completada pelo avanço das tropas do Império, tropas paraguaias invadem o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, em apoio ao governo blanco, iniciando-se oficialmente a guerra, que leva ao acordo da Tríplice Aliança. A invasão do Uruguai pelas tropas imperiais dera-se apenas devido ao acordo de Mitre que articulara aquela operação. Com a guerra, pretendia por fim aos governos *federalistas* do Uruguai e do Paraguai, e submeter, definitivamente, a rebeldia provincial, o que alcançaria.<sup>19</sup>

### Armadilha Mitrista

Mitre tinha interesses em realizar a guerra e organiza uma armadilha ao governo paraguaio quando nega acesso pelo território argentino, conforme destaca Rivera:

Es entonces cuando el Paraguay, que se halla en guerra con el Brasil a causa de la invasión de este al Uruguay, pide permiso a Mitre para pasar sus tropas por las Misiones hacia Río Grande y Uruguay, en auxilio a los federales uruguayos. Mitre se niega. El 13 de abril de 1865 los paraguayos invaden Corrientes y se llevan un buque de guerra argentino; el 29 del mes anterior, el canciller paraguayo había suscrito una comunicación al de Buenos Aires declarando la guerra, pero esta no ‘llegó a tiempo’ y la invasión fue una ‘sorpresa’. Se declara la guerra al Paraguay y, con rapidez sin precedentes, se conviene el 1º de mayo de 1865 un tratado como el de la Triple Alianza, que liga los fines de guerra argentinos con los del Imperio Brasileño y los colorados uruguayos.<sup>20</sup>

A Argentina de Mitre deixara a tradicional hostilidade com o Império de lado, na tentativa de uma hegemonia compartilhada no Prata, na qual o Uruguai e o Paraguai seriam os grandes perdedores. Nos fatos, abria as portas do Prata para o Império para se sobrepor às províncias argentinas semi-rebeladas. Sonhava, igualmente, com a posterior incorporação do Paraguai à Argentina, sempre sob o tacão de Buenos Aires, o que se realizará muito parcialmente, com a incorporação de importantes territórios paraguaios.

El 14 de diciembre de 1864, La Nación Argentina, el diario de Mitre, publicó un artículo titulado ‘El Atila Americano’, denominación adjudicada a López, donde se propiciaba aliarse con el Brasil en la guerra que este tenía entablada con el Paraguay y se caracteriza al imperio feudal y esclavista como ‘liberal, civilizador, regular e amigo de la República Argentina’ – cuando era su enemigo tradicional, como agente de Inglaterra – mientras que el Paraguay era el reinado de la barbarie (¡).Los

<sup>19</sup> RIVERA. Enrique. *José Hernandez [...]*. Ob. cit. p.61.

<sup>20</sup> Idem. p. 62.

gobiernos regulares y civilizados tienen que ponerse de acuerdo – [...] – para contrarrestar al nuevo Atila [Francisco Solano López] que amenaza con la irrupción de la barbarie a los pueblos del Río da Plata.<sup>21</sup>

Poucos anos antes, Mitre desdobrava-se em elogios e agradecimentos ao *Átila do Rio da Prata*, por tê-lo livrado da invasão de Buenos Aires e uma derrota talvez definitiva, diante das tropas dos federais e de Urquiza, após a Batalha de Cepeda.

Destaque-se que o discurso usado pelo governo argentino mitrista, antes e quando do início da guerra, é o mesmo da historiografia nacional patriótica brasileira imperial e republicana, utilizado durante e sobretudo após o confronto. O Paraguai era o símbolo da barbárie, Solano López, “o Átila”, “o ditador”, era uma ameaça aos países vizinhos. Dessa forma era um dever, uma obrigação dos povos “civilizados” salvar a América do Sul e o próprio Paraguai do terrível Solano López. Uma linguagem, como veremos oportunamente, retomada pela atual historiografia acadêmica restauracionista, de viés nacional-patriótico.<sup>22</sup>

### **Domínio oligárquico**

Na Argentina e no Uruguai, não havia apoio geral à guerra contra o Paraguai. Ao contrário, nos dois países, eram fortes os movimentos contra a guerra e a favor do Paraguai, sobretudo por parte dos *Blancos*, na Banda Oriental, e dos *federalistas*, na Argentina, massacrados e perseguidos, após serem vencidos, na batalha de Pavón. A guerra de Mitre e dos *unitários* contra o Paraguai era também e sobretudo guerra contra as forças federalistas provinciais, como assinalado. No Uruguai, o partido e o governo constitucional *blanco* foram derrubados por Flores e pelos colorados devido apenas à intervenção imperial, apoiada econômica e militarmente por Mitre.

Rivera escreve:

[...] la guerra se hace contra el Paraguay, permanente aliado del federalismo en ambas orillas del Plata, y se decreta el estado de sitio en el territorio argentino contra las provincias que se resisten a ir a la guerra y fraternizan con el Paraguay.[...] por un lado, la oligarquía porteña, la uruguaya y el imperio brasileño que, en resumidas cuentas, reflejan los intereses del capitalismo inglés; por otro lado, la gran mayoría del pueblo argentino, uruguayo y paraguayo. La conclusión surge así, tan lógica como inapeable: los enemigos y opresores del pueblo argentino son, a la vez, los enemigos y opresores del pueblo paraguayo.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> Idem. p. 63.

<sup>22</sup> Cf., por exemplo: Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 409, 454.

<sup>23</sup> RIVERA, Enrique. *José Hernandez [...] Ob cit.* p. 63.

A consequência é lógica, segundo Rivera. “La oligarquía que hacia la guerra al pueblo paraguayo era la que hacia al pueblo argentino.” A grande maioria da população argentina era contra a guerra – somente a oligarquia portenha, ligada estreitamente aos criadores bonaerenses e, sobretudo ao capitalismo inglês, tinha interesses na guerra, buscava submeter o Paraguai do mesmo modo que fazia com as províncias argentinas.

Em *La era de Mitre: de Caseros a la guerra de la Triple Infamia*, o historiador argentino Milcíades Peña destaca:

La guerra contra el Paraguay fue la continuación lógica y la última etapa de la guerra de la oligarquía mitrista contra el Litoral y las provincias interiores argentinas, en un doble sentido. Desde luego, porque la potencia económica del Estado paraguayo chocaba desde los más viejos tiempos con el monopolio aduanero y portuario de Buenos Aires, dificultando su dominio indisputado sobre todo el litoral, y constituyendo un foco constante de atracción y reagrupamiento para las derrotadas provincias interiores e incluso para los claudicantes estancieros del Litoral en sus momentos de conflicto con sus colegas y rivales de Buenos Aires.<sup>24</sup>

A hostilidade da oligarquia liberal e comercial de Buenos Aires com a *provincia* do Paraguai era antiga. Quando da independência da América hispânica, em 1810, Buenos Aires pretendia submeter todo o território do antigo Vice-reinado do Rio da Prata ao seu domínio. Como as classes crioulas e populares do Paraguai não aceitaram essa dominação, foi enviada expedição militar comandada por Belgrano, para submeter a província rebelde. O *herói* da independência argentina foi irremediavelmente derrotado pela forças paraguaias crioulas. Foi, a seguir, para submeter a província rebelde, que Buenos Aires impôs duro monopólio sobre suas exportações-importações, apreendendo seus navios e tratando seus cidadãos como se argentinos o fossem.<sup>25</sup>

### **Nem Madrid, nem Buenos Aires**

Milcíades Peña lembra:

La Revolución de Mayo tenía dos objetivos: emancipar al país de España y someter todo el virreinato a Buenos Aires. En aquel tiempo el Paraguay formaba parte del virreinato, y para cumplir el segundo objetivo, marchó hacia el Paraguay la expedición de Belgrano. Resistiendo a Belgrado y derrotándolo, ‘Paraguay no resistió a la revolución ni persistió en ser colonia española. Dos hechos lo prueban: 1º) que a pesar de su gobernador español que quería ceder a Buenos Aires, el pueblo se opuso, y 2º) que luego que venció a Buenos Aires, removió a su jefe español, erigió suyo propio y se proclamó independiente de Buenos Aires y España, en 1811, cinco años antes del 9 de julio de 1816... Descomedida la autoridad local de Buenos

<sup>24</sup> PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre [...] Ob. Cit.* p. 47.

<sup>25</sup> Cf. GARAY, Blas. *El comunismo de las Misiones; La revolución de la Independência del Paraguay*. Asunción: Instituto Colorado de Cultura, 1975.

Aires como autoridad del Paraguay, Buenos Aires no cesó de conspirar contra el gobierno que tomaba esa actitud, es decir contra el gobierno del Dr. Francia.<sup>26</sup>

Buenos Aires buscou dominar o Paraguai e, como este não aceitou, utilizou-se de pressão política e da cobrança de taxas alfandegárias o que acabou levando o Paraguai ao auto-isolamento, para manter sua independência, como também já proposto. O Paraguai tentou estabelecer relações comerciais com a Inglaterra que não aceitou, pressionada por Buenos Aires. Por longas décadas, o governo da província de Buenos Aires e, a seguir, da Argentina, pressionaram para que não se reconhecesse a independência do Paraguai.

O Paraguai queria a internacionalização dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, pois internamente vivia do cultivo de produtos agrícolas e primários, com destaque para a erva mate e para as madeiras, que dependiam do porto de Buenos Aires para a exportação. Aquele país, desde o início de sua independência buscou o desenvolvimento, mas devido a impossibilidade de exportar seus produtos e ao isolamento que lhe foi imposto, passou a se orientar ao protecionismo.<sup>27</sup> No relative à navegação do rio Paraguai, exigia para conceder-lhe plenamente ao Império, acerto final sobre as fronteiras.

Durante o governo do doutor José Gaspar de Francia [1813-1840], o Estado passou a controlar a venda exterior dos principais produtos como a erva e o tabaco, na tentativa de obter recursos para a defesa do país e limitar as forças dos segmentos comerciais paraguaios portenhos. Mais tarde, no governo dos dois López, o país abriu-se ao comércio internacional e impulsionou amplo plano de modernização acelerada, financiada pelo Estado.

Milcíades Peña lembra:

Paraguay evolucionaba independientemente hacia la civilización capitalista industrial y la guerra porteño-carioca vino a cortar esa evolución progresiva para reemplazarla por la súbita asimilación al mercado financiero de Europa en calidad de misérrima semicolonía.<sup>28</sup>

Em nenhum momento o Paraguai se declarou contra o capitalismo, como proposto comumente. Pelo contrário, após o advento dos López, buscou inserir-se no mercado internacional e a família dos presidentes aproveitaram a situação de destaque para

---

<sup>26</sup> PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre [...] Ob. Cit.* p. 49.

<sup>27</sup> Cf. Entre outros: SILVA, Raul de Andrada e. [1905-1991]. *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai: [1814-1840]*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. [Série ensaios, 3]. p. 267.

<sup>28</sup> PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre [...] Ob. Cit.* p. 59.

enriquecerem-se. A diferença no novo modelo que se estruturava, que jamais alcançou a concretizar-se plenamente, estava no padrão de acumulação de capitais pelo Estado, através do monopólio dos principais produtos de exportação e da posse de uma enorme parte das terras do país, em geral arrendada a baixo preço para a população camponesa, processo em que iniciou ensaio de questionamento, no governo dos López, sem, porém jamais concretar-se significativamente. Isto efetivava, nos fatos, verdadeira nacionalização da terra. O que, conseqüentemente, desagradou aos interesses de classes liberais do Império, da Argentina e da Inglaterra.



Figura 6 – Dr. Francia. Fonte:

[http://www.kalipedia.com/kalipediamedia/historia/media/200808/06\\_SCO.jpg](http://www.kalipedia.com/kalipediamedia/historia/media/200808/06_SCO.jpg)

Os países antagônicos à política paraguaia mantinham de longa data campanha pública contra ela – a imprensa mitrista difundiu a visão do Brasil escravista como civilizado, moderno, capitalista e o Paraguai, país com enorme população de pequenos camponeses independentes [proprietários ou arrendatários], como país bárbaro, atrasado e anticapitalista, como assinalado.

Citando Juan Bautista Alberdi, o célebre representante da Confederação Argentina na Europa e ideólogo federalista, expressão de um pensamento democrático-burguês que jamais encontrou raízes no país, Milcíades Peña lembra:

Paraguay representaba la civilización, pues pelea por la libertad de los ríos contra las tradiciones del monopolio colonial; por la emancipación de los países mediterráneos; por el noble principio de las nacionalidades; por el equilibrio, no sólo del Plata, sino de toda la América del Sur.<sup>29</sup>

Os paraguaios lutavam por liberdade, para preservar a tradição da classe dos pequenos proprietários rurais perante um modelo esmagador que se estruturava.

### **Portenhos contra o Paraguai**

Para justificar a guerra contra o Paraguai, a oligarquia portenha e o império do Brasil diziam-se portadores da civilização, quando na verdade seu próprio povo carecia desta. A guerra mitrista contra o Paraguai tinha os mesmos objetivos que a guerra contra as províncias do Litoral e do Interior. A Guerra do Paraguai, por parte da Argentina liberal, não ocorreu contra o *exterior*, mas contra a própria Argentina *não-liberal*. O presidente Mitre não poderia admitir que o Paraguai, independente e abertamente contrário a sua política apoiasse as forças federalistas argentinas representadas pelas províncias do Interior e do Litoral. Assim, corria o risco de perder o conquistado em Pavón. Durante o conflito, teve que retirar suas tropas da *frente paraguaia* para combater a *frente argentina* da guerra.

Milcíades Peña lembra:

El objetivo fundamental de la guerra mitrista contra el Paraguay era liquidar aquel foco que en cualquier momento podía aglutinar a las derrotadas provinciales del Interior y a los estancieros del Litoral, no del todo decididos todavía a perder la suprema lograda bajo la Confederación presidida por Urquiza.<sup>30</sup>

Além disso, a oligarquia portenha tinha interesse em expandir seu monopólio sobre o território paraguaio. “Pero la burguesia [sic] comercial porteña tenía además un interés específico en extender su influencia hasta el mercado paraguayo, rompiendo las barreras de su monopolio estatal y su rígida centralización política.”<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Idem. p. 55.

<sup>30</sup> Idem. p. 58.

<sup>31</sup> Id. ib.

Por outro lado, o monopólio estatal estimulou o desenvolvimento da acumulação paraguaia de capitais, mas impediu que a oligarquia comercial portenha se beneficiasse com ela:

Pero la burguesía [sic] comercial porteña tenía además un interés específico en extender su influencia hasta el mercado paraguayo, rompiendo las barreras de su monopolio estatal y su rígida centralización política. El monopolio estatal del comercio exterior no perjudicaba sino que estimulaba el desarrollo del capitalismo paraguayo, pero impedía que ese desarrollo se hiciera ante todo en beneficio de la burguesía europea y de su socia menor rioplatense, la burguesía [sic] porteña.<sup>32</sup>

A guerra era a única maneira de reverter esse quadro; dominar o mercado paraguaio; consolidar a ditadura portenha sobre as províncias do Interior e do Litoral.

### Motivações do Império

O revisionismo argentino destaca os interesses do Império do Brasil no Prata, na já citada obra *La era de Mitre: de Caseros a la guerra de la Triple Infâmia*, de 1955, Milcíades Peña apresenta o Império como o grande interessado na realização da guerra. O governo imperial usou de sua diplomacia para intervir nos assuntos do Prata, minando a hegemonia regional da Argentina e impedindo a autonomia do Paraguai. A vitória na batalha de Pavón marcou a entrada da oligarquia bonaerense no jogo do Império: “[...] la oligarquía bonaerense había entrado en el juego del Imperio brasileño tendiente a fragmentar el país, contrayendo compromisos que la situaban en la zona del Plata como aliada del Brasil, lo cual significaba enemiga del Paraguay.”<sup>33</sup>

O historiador argentino não nega os interesses próprios da oligarquia comercial portenha e pastoril bonaerense em acabar com o Paraguai – mas enfatiza o Império como o iniciador e o grande responsável pela guerra. Nos fatos, foi a guerra do Império contra o Paraguai, com o apoio da Argentina mitrista e do Uruguai colorado, que determinou o início do confronto. E, com o acordo entre o governo do Império e de Mitre, a Argentina assume um papel de dependência à política imperial na região. Analisando esta colaboração, o supra citado autor impugna explicitamente a tese de uma guerra feita sob encomenda da Inglaterra:

Ni la monarquía coronada brasileña ni la oligarquía mitrista hicieron la guerra del Paraguay por encargo de Inglaterra, aunque al terminar la guerra el principal beneficiario de la destrucción del Paraguay y la miseria de sus vencedores fue el capital londinense.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Id. ib.

<sup>33</sup> Idem. p. 48.

<sup>34</sup> Idem. p. 61.

A Inglaterra não tinha interesses em fortalecer o Império, pois queria todos os países subordinados à sua política.

Y la diplomacia británica actuó más bien en el sentido de frenar la ofensiva brasileña contra Paraguay que de impulsarla, porque el dominio brasileño sobre Paraguay y/o Uruguay era algo que al fortalecer al Brasil tendía a debilitar la influencia directa de Inglaterra en el Rio de la Plata puesto que una vez implantada su soberanía completa sobre el Paraná y el Uruguay la monarquía brasileña hubiera sido mucho más esquiva a las imposiciones británicas [...].<sup>35</sup>

A Inglaterra não quis correr o risco que o apoio ao Império determinasse sua hegemonia na América do Sul. O Império entrou na guerra por seus próprios interesses, conforme Peña: “La monarquía brasileña no actuaba por cuenta de Inglaterra contra el Paraguay; actuaba por cuenta propia, impulsada por causas internas del Brasil, no por presiones externas.”<sup>36</sup> O Império e Inglaterra não viviam um período de proximidade: os ingleses haviam pressionado duramente o Império pelo fim do tráfico, em 1850, o que descontentava suas classes dominantes agrárias que viviam da exploração da mão-de-obra escrava.

### **Uruguai: o Início da Guerra**

O início da guerra do Paraguai ocorreu com a invasão imperial do Uruguai, apoiada pelo mitrismo. Milcíades Peña lembra:

El ataque contra el Paraguay comenzó en realidad por el ataque contra el último aliado que le quedaba en el Plata despues de la derrota del Interior argentino y la neutralización del Litoral por el acuerdo de Urquiza con Mitre. Se trataba del gobierno uruguayo.<sup>37</sup>

O Império invadiu o país por terra e o atacou por mar. Mitre apoiou a intervenção de Venâncio Flores [1803-1868], financiando, protegendo e acobertando suas ações. O governo do Uruguai reclama um posicionamento de Mitre que se omitia. Quando o governo do Uruguai confiscou, em sua costa, navio argentino carregado de armamentos, Mitre declarou-se oficialmente contra o Uruguai.

O Império atacou a cidade de Paysandú reduzindo-a a escombros – cada cidade tomada era entregue ao poder de Flores, que recebia armas de Mitre, pretensamente neutro no

---

<sup>35</sup> Id. ib.

<sup>36</sup> Id. ib.

<sup>37</sup> Idem. p. 63.

conflito. Coroava-se assim a aliança entre Império, mitristas e colorados uruguaios. Na Argentina e na Europa, levantaram-se denúncias contra Mitre e o Império do Brasil, defendido pelo primeiro, com exemplo de civilização americana. Peña cita Mitre: “[...] aunque adoptados por un Imperio, en liberalismo dejan muy atrás a muchas de nuestras repúblicas, siendo una verdad incontestable que en Brasil se goza de una libertad que no es mayor en la República Argentina.”<sup>38</sup> O Império era, então, a última grande nação escravista das América e do mundo.

Mitre comparava uma república, baseada fortemente no trabalho livre e a monarquia escravista do Brasil:

Primero considera perfectamente liberal e irreprochable la esclavitud que alimentaba la monarquía brasileña. Segundo, considera perfectamente lógico e ‘imprescindible’ que las fuerzas armadas brasileñas invadiesen un país para ‘proteger’ a ciudadanos brasileños que se habían radicado en ese país pero se negaban a aceptar sus leyes y, más aún, pretendían que el gobierno uruguayo devolviera a los explotadores brasileños los esclavos que fugaban y se refugiaban en el Uruguay.<sup>39</sup>

O governo imperial e a oligarquia mitrista usaram lógica imperialista: suas leis e seus direitos deviam ser respeitados, enquanto o direito dos países vizinhos não. Em modo especial, o Império, utilizou-se dessa política contra o governo do Uruguai, que procurava garantir autonomia nacional mínima – a desculpa era defender o “direito” de seus cidadãos brasileiros, sobretudo rio-grandenses que ocupavam as terras do norte do Uruguai e não respeitavam as leis do país.

No Uruguai, a escravidão tinha caráter marginal e em boa parte patriarcal, tendo sido decretada lei do ventre livre nos anos 1840 e abolida, em 1848. Quando da guerra do Paraguai, não havia escravidão no Uruguai, a não ser nos departamentos do norte, em mãos de rio-grandenses. Muitos cativos, sobretudo do Rio Grande do Sul, sabendo disso, escapavam para aquele país. Entre as principais exigências do governo imperial ao invadir o Uruguai estavam a devolução dos trabalhadores escravizados fugidos e o fim da “perseguição” do governo *blanco* aos estancieiros rio-grandenses, que teimavam em se comportar, no Uruguai, como se estivessem no Império.

O segundo passo rumo à guerra do Paraguai ocorreu quando Mitre negou arditosamente o direito de passagem das tropas paraguaias nas terras argentinas. Esperava que, assim, os paraguaios fossem obrigados a invadir Corrientes, como efetivamente ocorreu.

---

<sup>38</sup> Idem. p. 68.

<sup>39</sup> Idem. p. 69.

Na verdade, foi uma armadilha de Mitre para justificar seu posicionamento e iniciar a guerra *nacional* contra o Paraguai.

### **Imprensa e Manipulação**

A imprensa argentina liberal-mitrista divulgava abertamente o apoio ao Império. Conforme o Jornal Nación Argentina, de 1864, citado por Peña:

El Brasil y el Paraguay se hallan hoy separados por una declaración de guerra. ¿Qué harán los pueblos argentinos? Nosotros nos dirigimos a los hombres que se interesan por el bienestar de la Nación Argentina para que nos respondan a estas preguntas: ¿Peligra la actualidad de la República triunfando el Brasil? ¿Peligra su libertad? ¿Peligra sus intereses? ¿Peligra su civilización? No, mil veces no. El gobierno brasileño es un gobierno civilizado, liberal, regular y amigo de la Argentina.<sup>40</sup>

A habitual hostilidade foi deixada de lado e o Império tornou-se “amigo” da Argentina mitrista. E o jornal seguiu sua descrição da guerra acrescentava:

¿No sucedería lo mismo con el triunfo de Paraguay? No, por cierto. El triunfo del Paraguay sería para nosotros el triunfo de la barbarie...[...] deseamos que, si el gobierno paraguayo lleva adelante la guerra, sea derrotado por el Brasil.<sup>41</sup>

Os discursos na imprensa eram cada vez mais combativos, na tentativa de convencer a população da necessidade de acabar com o Paraguai e instalar um regime civilizado, de “comércio liberal”, submetido ao porto de Buenos Aires e, conseqüentemente, ao capital inglês.

Em fevereiro de 1865, o jornal declarava:

La monstruosa y fenomenal existencia de una sociedad enteramente asiática en el corazón mismo del libre continente de Colón, debe ya tocar a su fin. La necesidad de que se verifique este plausible y extraordinario acontecimiento que será a no dudarlo uno de los mayores triunfos que obtenga la civilización moderna en el siglo XIX, se presenta ahora como un hecho forzoso e inevitable. [...] y abrir al comercio del mundo esa espléndida región.<sup>42</sup>

Em 24 de março de 1865, o jornal La Nación Argentina apresentava a guerra contra o Paraguai como luta contra o despotismo: “El Brasil no lleva al Paraguay una guerra de

---

<sup>40</sup> Idem. p. 71.

<sup>41</sup> Idem. p. 72.

<sup>42</sup> Id. ib.

conquita, sino una guerra contra el despotismo que ha hecho de aquel desgraciado país un pueblo mártir [...].”<sup>43</sup>

Anos antes, as relações entre o Paraguai de Carlos Antonio López e Mitre haviam sido as melhores, quando a diplomacia paraguaia salvara Mitre da derrota talvez irreparável. O próprio Mitre escrevera elogiando a atuação de Francisco Solano López, que intermediara o confronto entre a Confederação e Buenos Aires mitrista como mediador:

V. E. se halla muchos aspectos en condiciones más favorables que las nuestras. A la cabeza de un pueblo tranquilo y laborioso que se va engrandeciendo por la paz y llamando en este sentido la atención del mundo; [...] respetado y estimado por todos los vecinos que cultiva con él relaciones proficuas de comercio.<sup>44</sup>

Porém mudaram-se os interesses, mudaram-se também os discursos.

### Ataque de Surpresa

Mitre utilizava-se da imprensa para manipular os fatos e a população argentina. Desde o primeiro momento, afirmou que o Paraguai atacara a Argentina sem declaração de guerra. Uma notícia que revoltara o povo argentino. O Paraguai declarou guerra 26 dias antes da invasão de Corrientes, em 13 de abril de 1865.

[...] el Paraguay había declarado la guerra el 18 de marzo, por decisión de su legislatura; el 19 mandado publicar, el 23 aparecido **El Semanario** y el 29 comunicada por mano del teniente Cipriano Ayala, que el 8 de abril llega a Buenos Aires a bordo del ‘Esmeralda’ como lo certifica la lista de pasajeros; la policía secreta lo detiene.<sup>45</sup>

O governo Mitre negava saber da declaração de guerra paraguaia. E mais ainda, acreditava e apresentava a guerra como extremamente rápida, como uma expedição, um verdadeiro passeio a Assunção, sem maiores dificuldades. Mitre declarou, ao abrir confronto com o Paraguai: “24 horas en los cuarteles, en 15 días en campaña, en 3 meses en la Asuncion’.”<sup>46</sup> Mas isso não aconteceu: “El plan anduvo bien en las dos primeras fases, pero la última sufrió una ligera demora de cuatro años y meses, que significaron para el país 500 millones de pesos y la sangre de 50.000 hombres.”<sup>47</sup> A guerra se prolongou por anos e as perdas para os países envolvidos foram enormes.

---

<sup>43</sup> Id. ib.

<sup>44</sup> Idem. p. 73.

<sup>45</sup> Idem. p. 75.

<sup>46</sup> Idem. p. 76.

<sup>47</sup> Id. ib.

No início, Mitre utilizou-se do discurso de guerra não contra o Paraguai, mas contra o *tirano* que dominava o país, contra o *despotismo* de Solano. Esse argumento foi utilizado por muito tempo e foi retomado pela historiografia patriótica do Brasil e da Argentina. No final da guerra, o discurso mitrista era outra, mais claro e cínico:

Los soldados aliados, y muy particularmente los argentinos, no han ido al Paraguay a derribar una tiranía, aunque por accidente ese sea uno de los resultados de su victoria [...] [mas] sirviendo intereses argentinos y los mismo habrían ido si en vez de un gobierno monstruoso y tiránico como el de López hubiéramos sido insultados por un gobierno más liberal y civilizado.<sup>48</sup>

Os interesses argentinos eram os interesses da oligarquia comercial argentina, expressão do grande comércio e indústria britânicos. Por eles, era vertido o sangue latino-americano.

### **Bárbaros e Fanáticos**

Se o discurso mitrista fosse verdadeiro, o povo paraguaio – ao menos em parte substancial – teria apoiado o combate contra Francisco Solano López, o que não aconteceu. Mesmo aprisionados e feridos, os soldados paraguaios não se entregam ou se aliavam aos argentinos. O correspondente do jornal mitrista *Nación Argentina* acusava os paraguaios de *fanáticos*, pois mesmo capturados não se rendiam aos estrangeiros. “[...] que el fanatismo de los paraguayos es el temor que tienen al déspota, y explican ese servilismo por el sistema rígido con que son tratados.”<sup>49</sup> Essa explicação seria retomada pela historiografia nacional-patriótica argentina e imperial e, mais recentemente, pelo revisionismo restauracionista.<sup>50</sup>

A imprensa argentina declara que o povo paraguaio não sabia reconhecer o “bem” que lhe era feito. Mesmo *otimamente* tratados pelas tropas argentinas, preferiam fugir e voltar ao combate. Por isso, mereceriam a morte.

Después de matar todos los hombres, violar todas las mujeres para injertar la sangre de la raza superior. Ese era el programa civilizador de Mitre, que, después de haber recibido de los soldados paraguayos puntapiés desde todos los ángulos, hablaba de ellos despectivamente como “desgraciados soldados paraguayos víctimas de la estúpida obstinación de su tirano, que han sucumbido bajo el látigo de su verdugo defendiendo su propia esclavitud.” [...] <sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> Idem. p. 77.

<sup>49</sup> Idem. p. 80.

<sup>50</sup> Cf. sobre essa definição: MAESTRI, Mário, *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*. *La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos* – Anual del CEL, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.org/55579>.

<sup>51</sup> PEÑA, Milciades. *La era de Mitre [...] Ob. Cit.* p. 81.

O povo paraguaio lutou incessantemente, certamente mais em defesa das condições de existência que conhecia do que em defesa de Solano. Entre as sandices materialistas vulgares de cunho racista muito habituais em sua época, Manuel Dominguez, um dos pais do revisionismo paraguaio, sugeriu com razão, no artigo “Causas del heroísmo paraguaio”, que os pequenos criadores e camponeses paraguaios, ao lutar sem pedir e dar quartel, na defesa da *pátria*, defendiam sobretudo as raízes de sua existência social. Ou seja: suas situações como pequenos camponeses arrendatários e proprietários independentes.

Escrevia aquele autor, em seu célebre ensaio patriótico e ufanista de 1903:

El hogar es, según cierta manera de ver, la patria. No sé cómo explicarme. En una familia, todos, padre, hijo, madre, defienden la *casa*, cuando viene el invasor. El propietario más ignorante comprende que conviene defender lo suyo. La patria, en el sentido más estrecho de la palabra, se ve, se palpa, es la pequeña comodidad en que el trabajador es feliz con su mujer y sus hijos. [...] Por algo ha dicho Michelet que un pueblo se hace patriota con multiplicar el número de los pequeños propietarios.<sup>52</sup>

A guerra do Paraguai representou o fim de uma forma de organização mais igualitária e de uma classe social que não servia aos interesses imperialistas da época. Ela representou o fim do pequeno proprietário rural e a vitória do modelo liberal capitalista na região do Prata.

### **Oposição e Deserção**

Grande parte da população argentina era contrária à guerra contra o Paraguai, pois essa representava os interesses da oligarquia portenha que queria acabar com a resistência do Interior e do Litoral, como vimos. Milcíades Peña propõe:

La guerra contra el Paraguay fue por parte de la oligarquía porteña, ante todo, el golpe final asestado al núcleo más poderoso del frente Interior-Litoral antiporteño que se formó después de la revolución porteña del 11 de setiembre y había sido liquidado en territorio argentino después de Pavón. Pero la guerra debilitó el frente interno de la oligarquía y permitió un último estertor de las masas del Litoral y el interior contra la oligarquía porteña.<sup>53</sup>

Uma das últimas formas de resistência das províncias do Interior e do Litoral à ditadura liberal-mitrista foram as deserções – em vários momentos, os soldados argentinos se

---

<sup>52</sup> DOMINGUEZ, Manuel. *El alma de la Raza*. Buenos Aires: Ayacucho, 1946. p. 34.

<sup>53</sup> PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre [...] Ob. Cit.* p. 85.

revoltaram e abandonaram o campo de batalha maciçamente ou se negaram a partir para ele. “El pueblo argentino voto contra la guerra del Paraguay desertando em masa, insurreccionándose, cooperando con los paraguayos donde pudo y resitiéndose pasivamente al mitrismo en todas partes.”<sup>54</sup>

O próprio general Urquiza, ao reunir seu exército, enfrentou dois movimentos de deserção literalmente totais, sendo abandonado por sua temida cavalaria que literalmente se negou a combater os paraguaios ao lado das tropas portenhas e imperiais, que viam com suas verdadeiras inimigas. Em La Rioja, San Luis, Córdoba, Santa Fé, Entre Rios e em praticamente todo o país ocorreram casos de deserção e sublevação. Portanto, além do combate com o Paraguai, as classes dominantes portenhas tinham que se preocupar também com as sublevações do interior. “A comienzos de 1867 el vicepresidente le escribe a Mitre: ‘Creio que usted pued dejar 8000 argentinos (en el frente del Paraguay) y traer el resto para dominar la sedición interior’.”<sup>55</sup>

O historiador argentino revisionista José Maria Rosa lembra que jornais do interior criticavam o Tratado da Tríplice Aliança e a guerra:

No se hacía ésta para abatir tiranías ni dar libertad de navegación, ni imponer a los paraguayos una constitución liberal. Esas habían sido frases para tontos. Se hacía para repartirse Paraguay como otra Polonia. Un pedazo del viejo virreinato, una provincia que hacía sido argentina, era entregado como despojo de la guerra.<sup>56</sup>

Durante o próprio conflito, fortes criticas foram publicadas, questionando a ação argentina na guerra, negando o apoio ao mitrismo e elogiando a ação do Paraguai. O jornal do Paraná – *El Eco de Entre Rios* – elogiava o general paraguaio Telmo López. Como consequência o governo mitrista fechou diversos jornais.

Rawson ordeno el cierre de cuatro periódicos entrerrianos: El Porvenir y El Pueblo de Gualeguaychú e El Paraná y naturalmente El Eco, de Paraná, porque ‘han tomado una dirección incompatible con el orden nacional y con los deberes que al gobierno nacional incumben en épocas como la presente’.<sup>57</sup>

Uma situação radicalmente diferente do Império, onde praticamente não se levantaram vozes dissonantes criticando essencialmente a guerra, ou onde a defecção popular foi

---

<sup>54</sup> Idem. p. 86.

<sup>55</sup> Idem. p. 87.

<sup>56</sup> ROSA, José Maria. *La guerra del Paraguay [...] Ob. Cit.* p. 230.

<sup>57</sup> Idem. p. 233.

sobretudo individual, através da resistência em se arrolar, da deserção, da pouca marcialidade nos combates.

### Montoneras Argentina

A situação no interior da Argentina era tumultuada. Os soldados não estavam dispostos a servir o mitrismo. Surgiram então as *montoneras* anti-mitristas. A oposição entre “federais e unitários”, entre Buenos Aires e as províncias do Interior e do Litoral e a oposição ao governo Mitre e à sua guerra levou as províncias do Interior a se sublevarem. Surgiram as *montoneras* – grupo militares irregulares formados sobretudo por gaúchos liderados por caudilhos federalistas.

O historiador revisionista José Maria Rosa destaca sobre o início das *montoneras*:

El 8 de noviembre se acuartelaba en Mendoza un contingente de 280 ‘voluntarios’ para llevarlos a Paraguay a fin de cubrir las bajas de Curupayty. A las dos y media de la mañana del 9 se sublevaron al grito clásico de ¡Mueran los salvajes unitarios!<sup>58</sup>

Ali teria iniciado a revolta das províncias do Interior contra a política e a guerra mitrista. Entre as principais *montoneras* estava a de Felipe Varela [1821-1870] estancieiro em Guandacol e líder militar argentino. Ele teria organizado a primeira grande *montonera* anti-mitrista.

Cuando llegó a saber el texto del tratado de la alianza, no lo pensó dos veces. Dio orden de que vendieran su estancia, y con el producto compró unos pocos fusiles Einfield y dos cañoncitos (los bocones, los llamó) del deshecho militar chileno. Equipó unos cuantos exilados argentinos y con ellos se lanzó a través de la cordillera.<sup>59</sup>

Felipe Varela é uma das figuras mais polêmicas da história argentina. Por muito tempo, os historiadores tradicionais definiram-no como um ignorante, que buscava fanatizar as massas. Ao contrário, o revisionismo apresentou-o como homem justo e cavalheiro.

Varela reprimía con pena de muerte los robos de los suyos; y no hay noticia que aplicase a sus prisioneros el degüello, el cepo colombiano o los despellejara la planta de los pies, método corriente en los extranjeros ‘nacionales’. Sus actos muestran un jefe caballeroso y hidalgo.<sup>60</sup>

Varela lutou arduamente em defesa do federalismo e contra a invasão do Paraguai.

---

<sup>58</sup> Idem. p. 232.

<sup>59</sup> Idem. p. 234.

<sup>60</sup> Idem. p. 240.

### Interior em Chamas

A revolta de Varela espalhou-se: “Hay montoneras en Catamarca que derrotan en Tinogasta a un regimiento nacional. La inquietud se deja sentir por Tucumán, Salta y Santiago en ese verano de 1867 que amenaza incendiar toda la república.”<sup>61</sup> Uma das principais batalhas aconteceu em Pozo de Vargas, em 10 de abril de 1867, quando a *montonera* de Varela encontrou-se com as forças mitristas. Com inferioridade bélica, Varela foi derrotado e poucos conseguiram fugir. Ele foi salvo possivelmente por Dolores Díaz, uma das várias mulheres que acompanhavam as *montoneras*.

Em 16 de agosto de 1867, foi a vez de Córdoba sublevar-se, liderada por Simon Luengo [1825-1872], que aproveitou a ausência do governador Mateo Luque [1820-1874] para declarar seu apoio a Felipe Varela. Pouco durou a revolta: o governador Luque desautorizou Luengo e forças nacionais de Santa Fé invadiram Córdoba em revolta. Varela reapareceu liderando um grupo de 180 homens, que marcharam para Jáchal e expulsaram Francisco Aguilar, chefe mitrista. Varela fortaleceu-se após vencer batalhas com o exército mitrista.

As *montoneras* buscavam, por um lado, acabar com o domínio da oligarquia portenha e, por outro, construir unidade federativa com as províncias argentinas, o Uruguai, o Paraguai, se possível. As forças federalistas acreditavam e aguardavam o apoio de Urquiza – que novamente deu as costas aos federalistas do Interior e do Litoral.

De acordo com Milcíades Peña:

Y la impotencia histórica de las montoneras del interior se revelaba nuevamente en su impotencia política para marchar independientemente de Urquiza, que ya había desertado la causa nacional y estaba totalmente subordinado al mitrismo.<sup>62</sup>

Urquiza abandonou as *montoneras*, e o povo, em vão, aguardava seu retorno. Durante os seis anos do governo Mitre ocorreram 117 revoluções e 91 combates, onde morreram 7.700 pessoas.<sup>63</sup>

### Revisiónismo argentino de León Pomer

Outro importante escritor revisionista argentino é León Pomer, que veio ao Brasil em 1977, expulso da Universidade de Buenos Aires pelo regime militar. No Brasil, foi professor

<sup>61</sup> Idem. p. 233.

<sup>62</sup> PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre* [...] p. 89.

<sup>63</sup> Cf. ROSAS, José María. *La guerra del Paraguay* [...] Ob. Cit.

da Pontifícia Católica de São Paulo, da Universidade de Campinas e da Universidade Estadual Paulista. Seus principais livros sobre o Paraguai são “*A Guerra do Paraguai – Grande Negócio*” de 1968, “*La guerra del Paraguay*” e “*Paraguai, nossa guerra contra esse soldado, de 1980*”. Entre as principais ideias defendidas pelo autor podemos pontuar a guerra suja, injusta e violenta. Assim Pomer a define:

Guerra do Paraguai, guerra suja e devastadora de povos; guerra de rapina, mantida e camuflada por interesses obscuros; guerra inteiramente contrária ao sentimento popular que a repudiou e a ela se opôs e combateu; guerra manipulada em conciliábulo tortuosos, em que povos eram distribuídos como cartas de baralho; guerra enganada de palavras hipócritas e enganadoras, bonitas e mentirosas, atraentes, porém, falsas; guerra com uma mão ultramarina apresentando o ouro e outra, nativa, recebendo-o como lucro e recompensa para assassinar irmãos e vizinhos; guerra suja...<sup>64</sup>

Podemos destacar inúmeras semelhanças entre a revisão de Léon Pomer e a obra de Chiavenato - além da visão da guerra injusta, nota-se também a grande tese defendida por Chiavenato, a influência da Inglaterra na guerra do Paraguai.

Entre 1848 e 1864, na Grã-Bretanha, prospera... ‘um período ímpar nos anais da história com o desenvolvimento de sua indústria e o florescimento de seu comércio...’ E isto ocorre por motivos diversos, a começar pelo brutal aumento na exploração do proletariado inglês, pelo desenfreado açambarcamento de povos colonizados ou semicolonizados, pela ampliação de um comércio pelo mundo inteiro e pela transformação de milhões de seres humanos em todos os rincões da terra em fornecedores de matérias-primas e alimentícias e consumidores de produtos manufaturados ingleses.<sup>65</sup>

Pomer apresenta o contexto da Revolução Industrial vivenciada principalmente na Inglaterra, “grande potência mundial da época”, para justificar o interesse desta sobre a região do Prata. Ou seja, devido à necessidade de novos mercados, de mão-de-obra barata, de matéria-prima, de novos consumidores e da guerra civil nos Estados Unidos da América, a Inglaterra procurou expandir seus domínios, primeiramente através das políticas e acordos internacionais.

Era necessário ter aliados em todos e em cada um dos países que ainda não estavam submetidos à ocupação e domínio colonial. A Inglaterra terá esses aliados de sua política, estimulando seu crescimento e fortalecimento, mediante a vinculação deles ao destino da metrópole, mesmo que seja apenas por tempo limitado. Esses aliados aceitarão organizar as economias locais em função das necessidades do senhor ultramarino e não como o exigiriam os interesses nacionais do país que os viu nascer.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> POMER, Léon. *Paraguai: Nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1984. p. 10.

<sup>65</sup> Idem. p. 10-11.

<sup>66</sup> Idem. p. 12.

Para o autor, o único país da região Platina que não seguiu a *bula* inglesa foi o Paraguai, definido por Pomer como “a ovelha negra” – o exemplo que não deveria ser seguido:

O cônsul de Sua Majestade Britânica Mr. Henderson escreve em 1855, ao Foreign Office: ‘A maior parte da propriedade rural é propriedade do Estado. Os melhores prédios da cidade pertencem ao Governo e este possui ricas fazendas de criação e de lavouras em todo o país’. Excesso de estatismo! Mau exemplo! Nada fica para a iniciativa privada e nada sobre para os ingleses e seus negócios!<sup>67</sup>

O Paraguai, seu governo e sua forma de desenvolvimento não estavam dispostos a seguir as normas inglesas. O autor declara:

O Paraguai não é um paraíso nem mesmo um país moderno e desenvolvido. Quem, porém, não reconhece importância à fundição de Ibicuy e a outras iniciativas em andamento, não percebeu nada do sentido e do rumo que está tomando o desenvolvimento do país e para quais interesses esse desenvolvimento está voltado.<sup>68</sup>

E mesmo tendo com objetivo fortalecer seu comércio externo, o país necessitava do porto de Buenos Aires para transportar seus produtos, o que implicava em outra forma de submissão, aos interesses bonaerenses, com a submissão do Uruguai.

Sobre os líderes políticos paraguaios, Pomer apresenta uma visão diferente – Francia surge como um homem culto, doutor em leis, formado na Universidade de Córdoba, que buscou um desenvolvimento nacional, reorganizou política, social e economicamente o Paraguai; Carlos Antonio López, que teria, segundo o autor, seguido o modelo de Francia, investiu na modernização, na construção de estradas de ferro, fundições, barcos, armas, ampliou as estâncias da pátria: “Registra-se, inclusive, um fato novo: o começo da formação de uma burguesia rural, que sem o entrave do latifúndio, vai se desenvolvendo paulatinamente.”<sup>69</sup> Francisco Solano López surgiu para dar continuidade os passos do pai, segue o mesmo modelo de desenvolvimento nacional, estatal e livre do capital inglês, com abertura crescente a uma nova classe dominante.

---

<sup>67</sup> Idem. p. 17.

<sup>68</sup> Idem. p. 18.

<sup>69</sup> Idem. p. 16.

### **Império português vassalo do capital inglês**

O autor critica a relação do Império português com a Inglaterra – para ele, o Portugal foi vassalo da Inglaterra e o Império seguia o mesmo caminho. Denuncia os empréstimos que foram realizados pelo Império na Inglaterra, mesmo com as relações supostamente “rompidas”. Da mesma forma, cita uma lista de empréstimos realizados durante a guerra:

Doações de pessoas físicas, como a de Tomas Armstrong, nessa ocasião diretor residente da Companhia del Ferrocarril Central Argentina, [...] inglês radicado a muito tempo no Prata e intimamente vinculado aos interesses da City de Londres[...] Empréstimos por parte da direção da casa da moeda e Banco da Província de Buenos Aires[...] Empréstimos do Brasil. Uns dois milhões de pesos fortes, providos originalmente do Banco Rotschild de Londres [...] Empréstimos do Banco de Londres [...] Empréstimos da Casa Baring Brothers da Inglaterra [...].<sup>70</sup>

Para Pomer, a guerra foi paga pelo dinheiro inglês. E foram eles, os ingleses, quem mais ganharam com o conflito, pois além de abrirem o comércio paraguaio, atrelaram ainda mais os países envolvidos na guerra ao seu domínio:

Em resumo, as potências centrais de ultramar aumentaram suas exportações para a Argentina, ficaram saldos favoráveis com o ouro dos empréstimos feitos ao Brasil e à Argentina e por acréscimo tornaram-se credores de enormes somas que obrigaram a hipoteca de nossos pobres países latino-americanos ao estrangeiro. [...] o Paraguai foi franqueado às especulações civilizadoras, ao saque do livre-comércio e a entrada de homens e capitais estrangeiros que acabarão por assenhorar-se de suas riquezas.<sup>71</sup>

Após o final da guerra, estava acabada também uma classe social camponesa, a dos pequenos proprietários rurais, fortemente extinta na luta como soldados, defendendo a sua terra e a sua própria existência. Conforme Pomer, desse modo de sociedade, nada deveria sobrar: uma exemplo foi a destruição completa da fundição de Ibicuy: “O futuro não deveria conhecer nem sequer as cinzas do que foram um dos símbolos do Paraguai independente.”<sup>72</sup>

Com o final da guerra, a “civilização” chegou ao Paraguai – os camponeses antes livres, tornaram-se peões, empregados desqualificados e excluídos; a terra antes distribuída de modo mais justo entre os camponeses, passou a se concentrar nas mãos de poucos e grandes latifundiários beneficiados pelo novo governo liberal. Pomer complementa:

A liberdade estava triunfando no Paraguai! E a civilização...Eis um balanço final de toda essa tragédia. Em 1938, quase em nossos dias já, 136 propriedades abarcam mais de 15 milhões de hectares e 607 totalizam aproximadamente 25 milhões. Esses

---

<sup>70</sup> Idem. p. 30-40.

<sup>71</sup> Idem. p. 45.

<sup>72</sup> Idem. p. 48.

607, número macabro, representam o espaço ocupado por milhares de famílias que antes de 1870 moravam nestas terras e as trabalhavam como suas.<sup>73</sup>

Sobre os vencedores da guerra, destaca que poucas foram as suas vantagens – o Império saiu ainda mais dependente da Inglaterra e o Uruguai e a Argentina também não tiveram muitas vantagens, ficando comprometidos com os empréstimos da guerra, além de sofrerem com as revoltas internas, principalmente na Argentina: “Durante os cinco anos, houve no território argentino 85 ‘revoluções’, 27 sublevações de tropas e 43 levantes de contingentes militares por atrasos de pagamento.”<sup>74</sup>

O autor destacou a existência de grupos e movimentos contrários a guerra do Paraguai na Argentina; criticou os autores tradicionais argentinos e a visão mistrista, onde os soldados foram recebidos como heróis de guerra. E entre os principais críticos destaca a ação de Alberdi.

Léon Pomer concluiu enfatizando a responsabilidade os ingleses na guerra: “A guerra do Paraguai foi uma grande catástrofe. De qualquer forma, ela constituiu umas das muitas em que podemos detectar a mão velada do ‘capitalismo central’, mão essa, que sem dúvida se faz presente, sempre que se aguçam as contradições regionais”<sup>75</sup>

Podemos concluir que as visões de Léon Pomer tiveram grande influência e semelhança com as visões de Chiavenato e sua obra *Genocídio americano*. A formação social do Paraguai, a nova visão sobre os políticos paraguaios e principalmente a tese da influência inglesa na realização da guerra são marcantes e comuns, o que diferencia é que Léon Pomer apresenta aspectos das contradições internas existentes na Argentina que contribuíram para a guerra e não faz uma absolutização sobre os fatos históricos em defesa do Paraguai.

---

<sup>73</sup> Idem. p. 49.

<sup>74</sup> Idem. p. 54.

<sup>75</sup> Idem. p. 56.

## 2 - HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO PARAGUAI

Como em boa parte da América Latina, a ocupação do atual Paraguai foi marcada pela chegada dos espanhóis, pelo projeto missionário jesuítico e pela presença dos nativos americanos, especialmente das comunidades guaranis, das quais descendem grande parte da população daquele país. Os primeiros espanhóis ocuparam a região do atual Paraguai a partir dos anos de 1525. Dois europeus reivindicam o título de tê-lo descoberto: o português Aleixo Garcia e o italiano Sebastian Caboto, ambos a serviço da Espanha. Eles ocupam a região em busca do ouro e da prata.

Mais tarde, nomeado governador pelo rei Carlos V, em 2 de março de 1536, Pedro de Mendoza fundou a cidade de Santa Maria de Buenos Aires. A primeira fundação não prosperou. Um ano mais tarde, dois membros da expedição de Pedro Mendoza, Juan de Salazar de Espinosa e Gonzalo de Mendoza, exploravam o rio Paraguai, quando encontraram um excelente ancoradouro onde construíram um forte, em 15 de agosto de 1537, data de Nossa Senhora de Santa Maria de Assunção – o forte de Assunção, anos mais tarde se tornou a capital da República Paraguai.

Tempos depois, o tenente Domingos Martinez de Irala assumiu o governo na região do atual Paraguai, iniciando a organização política e administrativa da região. Segundo Cancogni e Boris:

Também no Paraguai foi instituído o sistema de encomiendas [...]. Na época de Irala já havia 20 mil índios distribuídos entre 320 encomenderos (proprietários), gente rude, aventureiros sem qualquer prática de administração ou de economia rural.<sup>76</sup>

Na *encomienda*, o *índio* devia obediência e tributos ao *encomendero*. E o *encomendero* era *responsável* pelos indígenas: deveria *protegê-los* militarmente e *introduzi-los* no cristianismo.

As *encomiendas* foram abolidas em 1718. Após esse período, a região seguiu a forma de estruturação do vice-reinado do Peru:

Em termos administrativos o Paraguai foi, até 1776, um governo ou província, que dependia da audiência de Charcas, na Bolívia, a qual formava parte – como todos os governos do centro e do sul – do virreynato (vice-reinado) do Peru. De Lima, onde residia, o vice-rei exercia a suprema autoridade militar e civil sobre o vasto território, nomeando os oficiais e funcionários, controlando a receita fiscal.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. *Solano López: O Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 10.

<sup>77</sup> Idem. p. 11.

Junto a esse sistema de vice-reinado estavam a *audiência*, espécie de tribunal de justiça, e o *cabildo*, conselho comunal que representava o *povo*, os *homens bons*, isto é, espanhóis e descendentes com posses. Portanto, excluía-se a presença de espanhóis pobres e, sobretudo, de índios, mestiços de negros, mesmo livres. Como Irala trouxera ao Paraguai as primeiras cabeças de gado, logo surgiram rebanhos e a pecuária tornou-se importante atividade econômica, contribuindo para o crescimento da região e o surgimento de novas cidades como Santa Fé (1573), Concepción (1585), Corrientes (1588), entre outras.

### População e Sociedade

A formação da população paraguaia foi marcada pela intensa miscigenação com os nativos, devido ao escasso número de europeus estabelecidos em região pouco atrativa, pois desprovida de minerais preciosos e longe do litoral. Desse processo resultaram os *criolos*, descendentes de espanhóis nascidos na América, e os *mestiços*, em geral filhos de espanhóis com nativas.

Da fusão sócio-racial resultou a equiparação entre ‘mestiços’ e ‘criollos’, que se tornou usual no Paraguai a ponto de ser expressamente reconhecida e legalizada, pela Real Cédula de Felipe IV, em 31 de dezembro de 1662.<sup>78</sup>

Em forma pouco pertinente, Andrade e Silva tende a deduzir da raça e não da economia “espécie de inércia social” da região:

[...] a presença direta e constante do índio, tão decisiva quanto a do ‘carai’ branco, na vida das comunidades, explicam essa espécie de inércia social, que distinguia o velho Paraguai; uma sociedade cuja dinâmica obedece a ritmos extremamente lentos, atada a costumes simples cristalizados quase imune à ação de forças renovadoras, que não recebiam estímulos internos, nem podiam provir de fatores exógenos. Daí a marginalidade do Paraguai, mesmo em relação ao Rio da Prata; daí a estreiteza de horizontes intelectuais...<sup>79</sup>

É visão incorreta identificar a sociedade paraguaia, sem grandes transformações sociais, como devido à forte miscigenação étnica. Como veremos, a singularidade dessa região deveu-se sobretudo à dificuldade de se inserir nos fluxos do comércio internacional, nascida dos relativamente difíceis contatos com o litoral, através do rio Paraguai, de

<sup>78</sup> SILVA. Raul de Andrada e. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai, 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série ensaios, 1978. p. 31.

<sup>79</sup> Id. ib.

navegação problemática. A população paraguaia apresentava caráter rural, mantendo fortes relações semisserviis e desiguais.



Figura 7 – Mapa do Paraguai. Fonte: <http://www.paises-america.com/mapas/mapa/paraguai.jpg>

Até os fins do século 18, o povoamento urbano estava concentrado principalmente em Assunção:

A população das vilas, instituídas só no século XVIII, somava, na década de 1790, pouco menos de 11.000 habitantes, que representavam apenas cerca de 11.5% do total, oscilando entre 500 (Rosário de Cuarepoti) e 3.000 (Vila Rica) o número de moradores de cada vila; o restante – umas 86.000 almas – repartia-se desigualmente por 58 localidades (paróquias e povoações de índios), sendo que muito poucas atingiam 2 ou 3.000 habitantes.<sup>80</sup>

Quando da fundação das vilas, não se rompiam os laços com o mundo rural: as populações se agrupavam em torno das capelas e de seus arredores, que eram o centro da vida dos colonizadores. Não existia no Paraguai centralização de poder nas vilas. A produção de

<sup>80</sup> Idem. p. 35.

subsistência dava-se em meio rural e o principal produto mercantil, a erva-mate, estava concentrada no interior e nas florestas. A vida acontecia no campo.

Das ‘chacras’ é que o povo paraguaio tirava sua alimentação sóbria, porém suficiente, por vezes abundante, sem conhecer miséria, nem fome, com suas colheitas de milho, mandioca e ervilhas, com o seu gado para a carne e o leite, com as laranjas, os abacaxis, os doces de frutas, o queijo e o mel. Mas era da floresta que se colhia a ‘yerba’, cuja a infusão era largamente consumida. [...] Os povoados formavam, pois, comunidades agrárias onde vingavam igualmente pequenas indústrias que completavam o modesto quadro econômico, como a tecelagem de algodão e lã, e, nas aldeias indígenas, a tecedura de fibras empregadas na cestaria e na fabricação de xerga (pano grosseiro de lã), dos ponchos e dos chapéus, ao lado da cerâmica para o vasilhame doméstico.<sup>81</sup>

### *Señores y siervos*

A sociedade colonial espanhola paraguaia refletia a organização social metropolitana, com forte distinção entre *espanhóis* e *nativos*. O espanhol encontrava-se no ápice da pirâmide social. A seguir vinham os nascidos na terra de ascendência espanhola, os *crioulos*, e, um degrau mais abaixo, os *mestiços*, filho de índio com espanhol, considerados superiores aos nativos puros. Os índios, mulatos e africanos, ocupavam os degraus inferiores e mais baixos das castas sociais, conheciam a liberdade em situação semisservil ou claramente servil.

O governo espanhol vetava direitos e proibia a participação dos que não fossem espanhóis ou, no mínimo, crioulos, nos cargos religiosos, militares e civis. As melhores situações eram privilégios dos espanhóis natos. Andrada e Silva comenta esta situação: “Até a época do Doutor Francia, antes da Independência, persistiram as averiguações de ‘sangre limpia’ para fixar o ‘status’ social, com base na raça, a fim de que mulatos e negros fossem excluídos de certos direitos e situações.”<sup>82</sup> O próprio França teve que *provar* suas origens raciais *puras*, muito discutíveis, já que era filho de um pai de origem *brasileira*, possivelmente mulato.

Contudo, os mestiços eram e continuam sendo a maior parte da população paraguaia, trazendo ainda o povo nos traços e na língua a forte herança guarani.

Os ‘mestiços’ foram progressivamente formando o fundo essencial da população paraguaia (de que hoje somam uns 80%), ostentando o tipo étnico mais representativo do país, revelando, nos traços fisionômicos e na sobrevivência de certos costumes, a ascendência guarani. São os mancebos da terra.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> Idem. p. 36.

<sup>82</sup> Idem. p. 37.

<sup>83</sup> Idem. p. 36.

Era escasso o emprego da mão de obra escrava. Não por ser a sociedade dominante contrária à escravidão, mas por não haver necessidade ou condições para seu forte uso.

A baixa percentagem de negros, mais baixa que em outras colônias, explica-se pela ausência, na província paraguaia de atividades econômicas que, na época, exigiam mão-de-obra escrava: a mineração em grande escala e as extensas ‘plantações’ dos clássicos produtos tropicais de exportação colonial (cana-de-açúcar, tabaco, arroz, anil, algodão); enquanto na exportação dos ervais eram preferidos os índios e os ‘mestiços’; e também porque não se obstava às uniões de negros escravos com índios [...].<sup>84</sup>

Sobretudo, a economia paraguaia, fortemente natural e pouco mercantilizada, não exigia e não possuía meios para assegurar uma introdução sistemática de trabalhadores escravizados, ainda mais que era enorme a mão-de-obra nativa disponível, através do sistema das *encomiendas*. Os trabalhadores escravizados africanos ou afro-descendentes eram utilizados basicamente em trabalhos domésticos – no fim da colônia, não passariam de cinco por cento da população. Salvo engano, não temos estudos sobre a expansão vegetativa da mão-de-obra escravizada no Paraguai.

Além da questão racial a distinção social estava ligada a questão econômica. Um *índio* aculturado com posses era tido como mestiço ou, eventualmente, até mesmo, como crioulo.

Era muito menor, às vezes apenas perceptível, a diferença entre o proprietário rural (sobretudo no domínio da criação de gado), e o peão que para ele trabalhava, no Paraguai de início do século XIX, do que entre um nobre, um burguês e um camponês do Velho Mundo.<sup>85</sup>

No Paraguai ocorreu processo de desestruturação da sociedade transplantada. Ou seja, aos poucos, as rígidas raízes européias modificaram-se, assim como a organização social e cultural do Paraguai.

### O Uso da Terra

A ocupação colonial do atual Paraguai não se deu através da separação radical das populações nativas do uso da terra, igual ao que ocorreu no Brasil e em outras regiões do Prata. Nas *encomiendas*, os nativos moravam em aldeias com terras reservadas para o gado e para suas *chácaras* unifamiliares; uma realidade que permitia a auto-reprodução de suas forças de trabalho e, portanto, garantia os serviços devidos aos *encomenderos*. Mesmo ali

---

<sup>84</sup> Idem. p. 47.

<sup>85</sup> Idem. p. 38.

onde os nativos eram incorporados diretamente às explorações de espanhóis e crioulos, como *servos*, recebiam comumente negas de terras para estabelecerem-se com as famílias.<sup>86</sup>

Os direitos dos nativos *encomendados*, das propriedades das aldeias de índios, etc., foram detalhadamente definidos pelas autoridades metropolitanas. Entretanto, as regras de ocupação de terras eram desrespeitadas sistematicamente, sendo as áreas reservadas aos nativos invadidas e apropriadas sistematicamente pelos espanhóis, *criollos* e *mestiços*, através da violência, do recurso à Justiça, do aluguel dessas terras, etc...

Os grandes proprietários rurais, sobretudo criadores, eram a principal classe dominante da época. Eles exerciam a administração municipal e os cargos eclesiásticos médios: o governo regional era controlado pela prepotente cúpula espanhola nata indicada pela Coroa. Era importante o segmento dos pequenos e médios *charareros* proprietários ou arrendatários. Ele constituía uma espécie de classe média, desprovida de direitos e de representação política. Entre eles, eram muitos fortes os segmentos mestiços e, até mesmo, de origem nativa.

### Missões Jesuíticas

Havia as importantes aldeias de nativos, sobretudo guaranis, originalmente parte dos Trinta Povos. Administradas após a expulsão dos jesuítas pelo Estado, elas possuíam importantes terras comunitárias. Uma enorme parte das terras e florestas da região seguiam pertencendo à coroa. Devido à necessidade de auxílio no processo de conversão e dominação dos indígenas, em 1601, o governador do Paraguai Hernando de Saavedra solicitara a Felipe III o envio de missionários. “Felipe III aprovou a proposta de Saavedra num decreto de 1608 e, no dia 8 de dezembro de 1609 dois jesuítas italianos – Simone Mazeta e Giusepe Cataldino – partiram rumo ao Paraguai.”<sup>87</sup>

Os jesuítas utilizaram-se da música, da língua guarani, da religião e, sobretudo, de formas de organização que aumentavam a produção e a segurança social das comunidades nativas para reduzi-las em missões. O *índio* que jamais fora respeitado ou valorizado no processo de colonização espanhola, encontrou nas reduções um local mais seguro contra os bandeirantes escravizadores e os espanhóis *encomederos*, além de apoio para importante salto civilizatório, no relativo à agricultura, ao desconhecido pastoreio, à tecelagem, etc.

Mais tarde, os jesuítas seriam expulsos do Paraguai e da América espanhola e portuguesa:

<sup>86</sup> Cf. PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra em el Paraguay*. Assunción: Intercontinental, 2008.

<sup>87</sup> CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. *Solano López [...] Ob. cit.* p. 12.

A medida tomada por Carlos III correspondia ao espírito da época do Iluminismo, contrário à Companhia em toda a Europa. No caso específico dos jesuítas paraguaios, a medida foi provocada pela atitude assumida por aqueles durante a guerra travada pelos guaranis contra espanhóis e portugueses, assim como pela aversão dos *encomenderos* ao sistema das *reducciones*, que reduziam o número de índios sob seu domínio.<sup>88</sup>

Após a expulsão jesuítas, o governo do vice-reinado nomeou funcionários civis e padres franciscanos e dominicanos para cuidar da administração das missões, com resultados enormemente deficientes. Porém, as missões garantiram por um muito longo período o direito mínimo ao domínio e exploração da terra às populações nativas. Essas comunidades, assim como as de *encomendados*, viviam acoissadas pela pressão dos espanhóis, crioulos e mestiços, que arrendavam, expropriavam, invadiam as terras comunitárias e se apropriavam dos gados, como apenas assinalado.

### **Robespierre Paraguai**

No fim da colônia e início da Independência, o controle da província do Paraguai estava centrado no eixo oligarquia espanhola, comerciantes e estancieiros. Quando Napoleão invadiu a Espanha, provocou grande agitação em todo o vice-reinado do Prata, e conseqüentemente no atual Paraguai.

Em Assunção havia três partidos políticos. O primeiro, dos aristocratas, orgulhosos de sua origem espanhola e leais ao governo de Cádiz, no qual viam a única garantia de seus privilégios. Era o partido dos espanholistas. O segundo, formado por novos elementos, de idéias e interesses próximos ao da Juntas de Buenos Aires, queria o fim do regime espanhol e a união com a província de Buenos Aires para formar uma só república. Eram os portenhistas. O terceiro e mais numeroso era o partido dos criollos nativos do Paraguai, de sangue misto, exacerbados pela pouca consideração em que eram tidos pelos espanhóis e por estarem até então excluídos de qualquer [sic] cargo público. Aspiravam à liberdade, não para dividi-la com o resto da população índia, mas visando apoderar-se do governo em proveito próprio e exclusivo.<sup>89</sup>

Em verdade, os crioulos eram marginalizados dos principais cargos públicos, civis, militares e eclesiásticos, reservados para os espanhóis natos. Tinham acesso, porém, aos cargos intermediários, com os do cabildo de Assunção.

---

<sup>88</sup> Idem. p. 15.

<sup>89</sup> Idem. p. 19.

Os proprietários rurais crioulos foram uma das bases quando da independência paraguaia, após a Revolução de Maio de 1810:

Foram eles ‘criollos’, parte integrante da oligarquia assuncenha que, aliados aos expoentes das camadas médias vieram a encabeçar a revolução da Independência, mostrando-se mais do que nunca ciosos da autonomia paraguaia que não podiam suportar ficasse ameaçada por nenhuma sujeição a Buenos Aires.<sup>90</sup>

As classes crioulas buscavam a independência da província paraguaia para consolidar suas propriedades e acabar com o domínio da Espanha e de seus representantes. Mas o domínio da Espanha expressava-se, sobretudo, no domínio comercial e tributário exercido pelo porto de Buenos Aires, onde dominavam, até 1810, os grandes comerciantes ibéricos, substituídos, após a Revolução de Maio, pelos comerciantes portenhos.

Portanto, os crioulos proprietários paraguaios tinham de romper os laços de dependência com a Espanha e rediscutir a relação com o porto de Buenos Aires, ou seja, os crioulos portenhos agora regionalmente hegemônicos, mas sem romper com a os grandes comerciantes de Buenos Aires, pois dependiam deles, ou seja, do porto, para realizar e potenciar a exportações do que produziam em suas propriedades. Nesse processo, ao contrário do resto do Prata, com destaque para Buenos Aires, as classes proprietárias crioulas, por falta de decisão na luta pela independência, não manteriam em suas mãos as rédeas do governo regional paraguaio, sendo deslocadas em favor de bloco social onde era muito fortes as classes plebéias proprietárias e arrendatárias.

### **Assunção e Buenos Aires**

Pertencente ao Vice-reinado do Peru, desde o início de sua história, o Paraguai esteve ligado ao rio Paraguai, não somente pela sua localização, mas também para a sobrevivência e subsistência de seus habitantes. Em *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai*, de 1978, Andrada e Silva lembra que a província do Paraguai sofria pela distância e isolamento:

Assunção se localiza a 1.200 km do mar, além das distâncias, a insuficiência nas embarcações, instabilidade dos canais, saliências no leito, e as condições do tempo desfavoráveis, contribuíram para a demora na navegação e o isolamento do Paraguai.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> SILVA, Raul de Andrada e. *Solano López [...] Ob. cit.* p. 40.

<sup>91</sup> Idem. p. 29.

Por determinação metropolitana, a província do Paraguai dependia monopolicamente de Buenos Aires para exportar seus produtos e importar o que necessitava. Uma dependência duramente paga.

A região era fértil [...] Produzia com abundância [...] Entretanto, o comércio se encontrava perturbado por causa dos tributos impostos pelo governo de Buenos Aires, tanto a entrada como a saída de mercadorias. Sempre que a economia do Paraguai tentava desenvolver-se, Buenos Aires aumentava o ônus tributário, de modo que a tentativa de evolução tinha vida curta. Os gêneros provenientes da Espanha custavam em Assunção trinta por cento mais caro que em Buenos Aires ou Santa Fé.<sup>92</sup>

O comércio nessas condições torna-se pouco lucrativo e empurra, junto com outros elementos, o Paraguai rumo ao isolamento.

O que ocorreu no Paraguai foi que os obstáculos naturais a serem transpostos para atingi-lo, as mencionadas restrições à livre circulação, no rumo do seu território ou deste para fora, impostas pela administração espanhola, certas peculiaridades da formação étnica e social do seu povo [...] tudo isso reduziu ao mínimo suas possibilidades de articulação com o mundo exterior.<sup>93</sup>

Como vimos, as classes crioulas sonhavam com independência que pusesse finalmente fim a essa situação de forte exploração por Buenos Aires, permitindo-lhes ampliar a realização de uma enorme parte da produção de suas propriedades que não entravam no circuito comercial. Necessitavam de autonomia, sem romper os laços com o grande porto do Prata.

### **Independência *bonapartista***

Buenos Aires tentou impor seu domínio sobre a província do Paraguai, porém este não aceitou. Descontente, a oligarquia comercial portenha decretou bloqueio naval e enviou uma missão para invadir o Paraguai, chefiada pelo *general* Manuel Belgrano. A tropa foi derrotada e o Paraguai crioulo começou a caminhar com suas próprias pernas, excluiu os espanhóis e criou uma junta provisória de governo crioulo, liderada por Yegos e mais alguns representante, entre estes, Francia.

As classes crioulas proprietárias paraguaias, que mantiveram as rédeas política regionais nos três primeiros anos após a Revolução de Maio, de 1810, não foram capazes de dirigir conseqüentemente a luta pela Independência, sendo superadas nesse processo pelos

---

<sup>92</sup> Idem. p. 16.

<sup>93</sup> Idem. p. 30.

segmentos sociais médios e, em boa parte, subalternizados, que se expressaram *politicamente* através do doutor Francia. Devido a característica desse processo, muitos autores caracterizam o regime francista como ditadura *bonapartista*. Ou seja, regime que, diante da incapacidade de alguma das forças sociais em luta – no caso, *espanholistas, portenhistas, crioulos, chacareros, pueblos* indígenas, etc. – de impor sua hegemonia, permite que uma liderança carismática se apodere do governo para exercê-lo aparentemente em nome de todas as classes sociais.

No caso do Paraguai, após domínio crioulo, da Independência ao Consulado, e dualidade de poderes, durante este último, a ditadura de caráter bonapartista do doutor Francia teria se apoiado – e apoiado – sobretudo nas classes camponesas proprietárias e arrendatárias e nos membros dos povos indígenas, contra os proprietários crioulos.

O fato é que, desde a Independência, Francia foi se fortalecendo dentro do governo, enquanto Yegros, representante dos grandes proprietários crioulos, sobretudo estancieiros, cuidava do exército.

Francia preferia não se manifestar sobre as discrepâncias, e se a discussão se prolongava excessivamente, fechava-se no silêncio ou se retirava, somente voltando quando os demais o procuravam para pedir-lhe conselho e ajuda. Desse modo seu prestígio aumentava enquanto diminuía de seus colegas.<sup>94</sup>

### **O Advogado dos Pobres**

Nos anos anteriores, atuando como advogado, Francia se destacara pela defesa dos pequenos e médios *chacareros* e criadores diante dos grandes proprietários crioulos – tornou-se, portanto, quase naturalmente representante desses segmentos sociais, com dificuldades em articular, através de líderes saídos de suas filas, suas inquietações e exigências.

Então, em 14 de outubro de 1814, Francia foi eleito por um maciço congresso de representantes, onde dominavam os pequenos proprietários e arrendatários, por grande maioria dos votos como ditador supremo do Paraguai por cinco anos. Destituíu os chefes militares, dominou o exército e passou a governar, *aparentemente* sozinho, mas contando com o apoio dos pequenos e médios camponeses e criadores, dos pobres, mestiços e índios.

Francia utilizou-se de todos os meios possíveis para defender a independência, mantendo-se no poder – desfez rebeliões, prendeu e fuzilou os inimigos da autonomia paraguaia, controlou de maneira absoluta o Estado, levando-o ao forte isolamento, para não se submeter às exigências portenhas. Isso delimitaria um caráter claramente democrático-plebeu

---

<sup>94</sup> Idem. p. 22.

a esse regime, no contexto do deslocamento das classes crioulas proprietárias, que surgiram como segmento dominante nas outras formações do Prata. Segundo Silva: “Não havia aspecto da vida do Paraguai que não sofresse a influência do Supremo. Até Assunção mudou de face.”<sup>95</sup>

O certo é que o regime o *francista* impôs a independência radical e regime de corte plebeu ao Paraguai que fortaleceu substancialmente as classes camponesas, sem, porém impulsionar a destruição, como classe, dos grandes proprietários crioulos, que passaram a se expressar, mais vivamente, após sua morte, através dos dois López, sem, porém, terem alcançado a ensejar modificação de qualidade na realidade nacional paraguaia. Certamente é resultado de uma percepção superficial, fortemente fortalecida pelos opositores do francismo, a visão de uma ditadura pessoal onisciente e onipresente.

Movimento complexo que Andrada e Silva assinala, ainda que em forma invertida, ao propô-lo como impulsionado por um homem: o doutor Francia.

Assim, não foi uma classe, mas um homem, o Dr. Francia, que acabou subjugando a oligarquia assuncenha, ao longo de cinco lustros. Antes, contudo, no breve momento que vai das jornadas de 14 e 15 de maio de 1811 ao advento do Consulado (outubro de 1813), os militares e intelectuais dos setores médios partilharam a liderança política com a oligarquia dirigente, unidos todos pelo ideal da independência e pela repulsa ao espanhol, privilegiado ou aristocrata, como antes já tinham exército os ofícios o Cabildo representantes tanto de uma, como outra dessas categorias.<sup>96</sup>

### **Revolução Democrática**

O deslocamento dos crioulos do governo pelo doutor Francia expressaria essencialmente a vontade dos pequenos agricultores, criadores, artífices, artesãos, etc, por uma independência radical, mesmo se comprometesse os laços com Buenos Aires, ruptura que não prejudicava suas economias voltadas para a auto-suficiência e para o mercado interno. Este foi um programa que recebeu o apoio das classes subalternizadas. Na nova ordem *francista*, os últimos, assim como os pequenos e médios *chacareros*, conheceram enorme descompressão em relação ao avanço dos grandes proprietários sobre suas terras, sobre seus gados, sobre sua força de trabalho, devido ao arrefecimento da economia mercantil, com a interrupção das exportações, e, sobretudo, ao serem estes últimos marginalizados da gerência do poder político, durante a ordem *francista*.

Como assinalado, inicialmente, as classes crioulas dirigiram o movimento pela independência e, quando começaram a claudicar sobretudo diante das pressões portenhas,

---

<sup>95</sup> Idem. p. 27.

<sup>96</sup> Idem. p. 49.

foram superadas pelas classes médias e subalternizadas, que apoiaram o projeto do doutor Francia de independência sem transação e, a seguir, sua ditadura:

A essas forças dirigentes não faltou o apoio das camadas inferiores, da massa de ‘mestiços’, índios e pardos, na luta pela emancipação, mas, quando se tratou de organizar um governo nacional e autônomo, o povo preferiu sustentar a Ditadura, que lhe proporcionou proteção e amparo, em face da declinante oligarquia ‘terratenientes’ [...].<sup>97</sup>

Ainda que não tenha sido o objetivo consciente de Francia, sua luta contra os conspiradores, primeiros *espanhóis* e *espanholistas* e, a seguir, comerciantes e crioulos *portenhistas*, mais tarde, *crioulos* proprietários, levou-o a golpear fortemente a oligarquia crioula, no seu poder e, sobretudo, na suas propriedades. Este processo aliviaria fortemente a pressão que eles exerciam sobre os *chacareros*, sobre os *pueblos* de índios, etc., como acabamos de propor. A nacionalização das terras do clero; as propriedades expropriadas aos conspiradores, etc., assim como as estância “La pátria”, eram comumente arrendadas a baixo preço a camponeses sem terra. Tratava-se, nos fatos, em nacionalização da terra, que punha em boa parte fim à renda da terra, transformando-a em imposto público.

### Carlos Antonio López

Após a morte de Francia, em 1840, assume o governo um triunvirato:

Roque Alonso era um militar que, praticamente nada entendia de administração pública. Para a política tinha um conselheiro – o advogado Carlos Antonio López – que durante a ditadura de Francia vivera na sombra, longe da capital. Por sua iniciativa convocou-se um congresso de quinhentas pessoas que tomou três providências, a saber: nomeação de Mariano Roque Alonso e Carlos Antonio López, para o cargo de ministros da república, por um período de três anos; reatamento parcial das relações com o exterior, reorganização do ensino superior [...].<sup>98</sup>

Ou seja, o congresso reafirmou, no fundamental, as instituições anteriores, à exceção da ditadura perpétua.

Enquanto Roque Alonso cuidava da organização militar, Carlos Antonio López dedicava-se à administração e reorganização do país, repetindo, de certo modo, o mesmo caminho trilhado, décadas antes, por Carlos Antonio López. Passado três anos, este último assumiu como presidente do governo, por dezoito anos, com os amplos poderes tradicionais. A seguir, seria reeleito por mais uma administração, antes de morrer.

---

<sup>97</sup> Idem. p. 43.

<sup>98</sup> Idem. p. 29.



Figura 8 – Carlos Antonio López. Fonte: <http://media-2.web.britannica.com/eb-media.jpg>

No governo, o novo presidente, no contexto de uma situação regional diversa, sobretudo após a queda de Rosas, em 1852, ampliou a educação, criou ministros, distribuiu funções administrativas, retomou as relações exteriores com objetivo de firmar o reconhecimento da independência paraguaia.

O primeiro país a lhe reconhecer essa independência foi a Bolívia, seguida pouco depois pelo Chile e o Brasil. O único que relutava era sempre o presidente argentino, Rosas, que [...] endossava as pretensões de Buenos Aires ao domínio de todas as províncias do ex-vice-reinado.<sup>99</sup>

Sobretudo, o governo de Carlos Antonio López significou o gradativo retorno dos grandes crioulos ao poder, mesmo fragilizados pelos quase trinta anos de regime francista. A dissolução das populações indígenas, votada pelo Parlamento, sob a justificativa de transformar seus habitantes em cidadãos paraguaios, incorporou aquelas terras às propriedades estatais e iniciou a separação de parte da população paraguaia, da propriedade da

---

<sup>99</sup> Idem. p. 31.

terra, em construção de exército rural de reserva. Iniciou-se movimento de transferência das terras públicas para particulares, dificultado e mitigado pelos escassos capitais disponíveis no país.

### O Sentido do Lopismo

Diversas iniciativas do governo López aceleraram o desenvolvimento no Paraguai, através de forte retomada das transações comerciais, em grande parte em mãos do Estado. A centralização de enorme parte das riquezas em mãos do Estado permitia-lhe agir como vetor do desenvolvimento do país em direção à modernidade. Esse processo retomava as contradições sociais pós-Independência.

Porém, ao lado da impulsão da economia pelo Estado, que fazia avançar o país como um todo, desenvolviam-se fortes interesses individuais privados, com destaque para os da família López. O caráter da nova ordem *lobista* em constituição expressou-se na cada vez mais aberta crítica ao *francista* e ao fundador do Paraguai moderno, e no crescente abandono dos López e de seus familiares do ascetismo *francista*. Em Assunção, destacam-se ainda hoje os palacetes pertencentes aos filhos de Carlos Antonio López, assim como à Eliza Lynch (1835-1886), futura companheira de Francisco Solano López.



Figura 9 - Casa da família López.

Fonte:[http://wikipedia/Casa\\_carlos\\_antonio\\_lopez\\_jardin\\_botanico\\_de\\_asuncion\\_asu\\_zoo.JPG](http://wikipedia/Casa_carlos_antonio_lopez_jardin_botanico_de_asuncion_asu_zoo.JPG).

Devido à guerra, essas contradições jamais conheceram solução. Ou seja, o conflito impediu o desenvolvimento dessa nova classe dominante, fortemente nucleada em torno da família López, e, portanto, a forma que se resolveria suas contradições com a propriedade

estatal, com os pequenos proprietários, com os arrendatários, etc. Foi precisamente esse segmento social que tentou, por duas vezes, no final da guerra, golpe de Estado, que permitisse acordo com a Tríplice Aliança.

Durante o governo López foi enviada delegação liderada pelo filho do presidente, Francisco Solano López, à Europa para ratificar acordos. Segundo Silva: “Ratificou os tratados, assinou acordos comerciais. Comprou na Inglaterra um navio de guerra e contratou grande número de engenheiros, técnicos, arquitetos, matemáticos, químicos e professores.”<sup>100</sup>

### **Francisco Solano López**

Francisco Solano López teve grande participação no governo do pai, que o preparava como seu sucessor. Em dez de setembro de 1862, com a morte de Carlos Antonio López, seu filho assumiu o poder, após ter seu nome referendado, praticamente sem oposição, por congresso nacional. O novo presidente, na sua primeira administração, seguiu a política do pai, continuou investindo no desenvolvimento e na modernização do país. Prosseguiu, igualmente, o fortalecimento das classes mercantis. Entretanto, a intervenção do Império brasileiro no Uruguai mudaria drasticamente o rumo do país.

O Império brasileiro tinha grandes reivindicações territoriais no relativo ao Paraguai. Os governos López exigiam, para liberar totalmente a navegação de seus rios interiores, que se chegasse a um acordo com o Império, no que se referia às fronteiras. Aquela navegação era imprescindível para escoar as riquezas provenientes do Mato Grosso, de parte do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O Império tinha, igualmente, enormes interesses comerciais e econômicos no Uruguai onde, com a caducidade dos acordos de 1851, válidos por dez anos, o governo *blanco* forçava a reconquista da autonomia nacional.

Como vimos, a Argentina de Mitre abriu caminho para a intervenção do Império no Uruguai, sabendo que isso levaria à guerra do Paraguai com o Brasil. Com o domínio de Montevideu pelo Império, o Paraguai perdia a saída ao mar, fundamental para o projeto de retomada mercantil em curso. Teria que se render, total ou parcialmente, à Argentina de Mitre ou ao Império, se não a ambos.

Devido aos acordos firmados com o Uruguai, o governo paraguaio primeiramente tentou uma conciliação entre os envolvidos. Porém, o Império não aceitou a conciliação, conforme Silva: “O governo brasileiro não levou em consideração a proposta de López [...]”<sup>101</sup> Como o Império não aceitou a conciliação e invadiu, finalmente, o Uruguai, o

---

<sup>100</sup> Idem. p. 34.

<sup>101</sup> Idem. p. 46.

Paraguai entrou na guerra, em defesa do partido *blanco* e em defesa da autonomia do porto de Montevideú. Teve início assim a guerra do Paraguai.

### **3- A HISTORIOGRAFIA DO BRASIL SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI - ATÉ 1979**

#### **O Império do Brasil e a escravidão**

Ao longo do tempo, visões ideológicas sobre a Guerra do Paraguai povoaram o imaginário da população brasileira, criadas principalmente pela historiografia sob a inspiração do Estado e do Exército brasileiro, que valorizaram sobretudo a leitura político-militar dos acontecimentos, em um viés patriótico, obscurecendo aspectos fundamentais do conflito – as razões e sentidos da guerra, os objetivos do Império, as perdas humanas e materiais, etc.

Historicamente, o Brasil foi – e continua sendo substancialmente – um país elitista, desigual, governado por poucos e para poucos. Seu povo, formado sobretudo por indígenas, caboclos, trabalhadores escravizados, brancos pobres, foi excluído do acesso a terra, das decisões políticas, da participação social. Antes de falar do Império na guerra do Paraguai, temos que analisar a conjuntura brasileira no período que compreende a guerra. O Brasil estava vivendo o Segundo Reinado, iniciado em 23 de julho de 1840, com a alteração a Constituição que mudou a maioridade para quatorze anos, declarando então Pedro de Alcântara maior de idade e permitindo que este assumisse o governo.

O Segundo Reinado sobre o governo de D. Pedro II durou 49 anos – ele foi marcado por inúmeras agitações sociais, políticas e econômicas. Na política, foi marcado pela disputa entre o Partido Liberal e o Conservador, pela interferência direta do Imperador nas eleições e na escolha dos Ministros. Nas agitações sociais, ocorreram várias revoltas entre elas Guerra dos Farrapos [1835-1845] e a Revolução Praieira [1848-1850]. No Segundo Reinado, o Império viveu um processo de estruturação e solidificação de seu poderio, com delimitação de territórios, fortalecimento do exército e da marinha, demonstrando o desejo em ser a maior força entre os países sul-americanos.

Na economia, a partir da segunda metade do século 19, o café ganhou espaço, passando a ser o principal produto brasileiro para a exportação – junto com ele, formaram-se barões do café, ricos fazendeiros escravistas, que tiveram grande influência na economia e sociedade nacional.

O período imperial brasileiro iniciou em 1808, com a fuga da Família Real portuguesa para a colônia e terminou em 1889, com a Proclamação da República. Entre os fatores que contribuíram para o fim do regime monárquico brasileiro, além do fim da escravidão, questão dominante, podemos destacar a guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai, Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra Grande referem-se aos acontecimentos ocorridos entre os anos de 1864 a 1870. Tratou-se do maior conflito sul americano, protagonizado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Para alguns autores, teria impulsionado o fim da escravidão, pois milhares de cativos receberam alforria para lutar no confronto. Porém, para outros, teria postergado a Abolição, ao desmobilizar o movimento abolicionista, durante os anos da guerra, fortalecendo o Império.

A escravidão, primeiro de americanos, após de africanos e afro-descendentes, foi realidade essencial e marcante da história do Brasil, iniciada a partir de 1530 e concluída em 1888. A escravidão foi resultado do processo de ocupação portuguesa, da expansão do sistema colonial e da impossibilidade de formação de mercado de trabalho livre.<sup>102</sup> O trabalhador escravizado foi a principal força de trabalho no Brasil colonial e imperial.<sup>103</sup>

Em *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, de 1978, o historiador estadunidense Robert Conrad destaca:

O escravo, escreveu Wilhelm von Eschwege, que conhecia perfeitamente o Brasil, fora sempre o 'lavrador, fabricante de açúcar e de água ardente, animal de transporte, máquina de britagem e de pulverização, cozinheiro, pajem, palafrenero, sapateiro, alfaiate, correio e carregador'.<sup>104</sup>

Em geral, todos os tipos de trabalho braçal, sobretudo os mais rústicos e pesados, eram feitos por trabalhadores escravizados.

O escravo era a única propriedade do homem livre. Sem sua ajuda, o homem livre podia considerar-se pobre, mesmo com uma abundância em dinheiro. Sem os escravos, a mineração e a agricultura deixariam de existir. O escravo produzia o sustento de seu dono, o qual, de outro modo, teria de emigrar ou viver na miséria.<sup>105</sup>

O trabalhador escravizado era fundamental em quase todas as atividades econômicas da época.

---

<sup>102</sup> Cf. entre outros: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1985; VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

<sup>103</sup> Cf. CARBONI & MAESTRI. *A linguagem escravizada*. História, poder, luta de classes. 2 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

<sup>104</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975. p. 12.

<sup>105</sup> Id. ib.

### Império Escravista

Devido a essa dependência à mão-de-obra escravizada, entende-se a dificuldade, relutância e, poderíamos dizer, até certo ponto, impossibilidade do Império e das chamadas elites políticas em acabar com a escravidão, através de movimento reformista. Porém, a pressão internacional e interna tornava-se cada vez maior.

A emergência causada por novas condições mundiais foi sentida mais imediatamente, é claro, pelo imperador e seus conselheiros, bem como pelos membros dos ministérios governamentais, que se empenham na proteção não só dos interesses internos, como também do bom nome e da reputação do Brasil na comunidade mundial.<sup>106</sup>

O governo imperial preocupava-se com sua imagem nos demais países *civilizados* do mundo, com destaque para a Inglaterra, a grande potência da época. A Inglaterra incentivara o fim do tráfico negreiro, devido à necessidade de penetrar comercial e territorialmente a África, e exigia que os demais países do mundo adotassem a mesma postura. A pressão sobretudo interna sobre a escravidão era forte em inícios dos anos 1860, quando surgiu movimento claramente abolicionista, cada vez mais poderoso. Entretanto, os escravistas, organizados em torno do Trono e do Partido Conservador, defendiam fortemente a instituição. A Guerra do Paraguai serviu também de escusa e meio para interromper aquele impulso.<sup>107</sup>

De acordo com Robert Conrad:

Com o Império em guerra e ainda incerto quanto à questão da escravatura, o Imperador, em julho de 1865, viajou até a zona de guerra no Rio Grande do Sul. Tendo conferenciado nessa província, em setembro, com o novo Ministro Britânico, Sir Edward Thornton, cuja tarefa era restabelecer relações normais com o Brasil, Dom Pedro regressou ao Rio no início de novembro convencido da necessidade de adotar uma reforma da escravatura. O próprio Thornton foi informado de que o governo brasileiro estava ‘muito ansioso por apresentar alguma forma à legislatura para a abolição da escravatura, mas [...] isso não poderá ser feito imediatamente, não até que a guerra com o Paraguai esteja terminada...’. A demora era necessária, segundo Thornton foi informado, para ‘que não houve causa de agitação ou divisão no país [...], para não haver qualquer pretexto que impedissem todos os partidos de apoiarem e ajudarem de corpo e alma na continuação da guerra.’<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> Idem. p. 89.

<sup>107</sup> Cf. MAESTRI, Mário. *A segunda morte de Castro Alves: Genealogia crítica de um revisionismo*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, UPF Editora, 2000.

<sup>108</sup> Idem. p. 93.

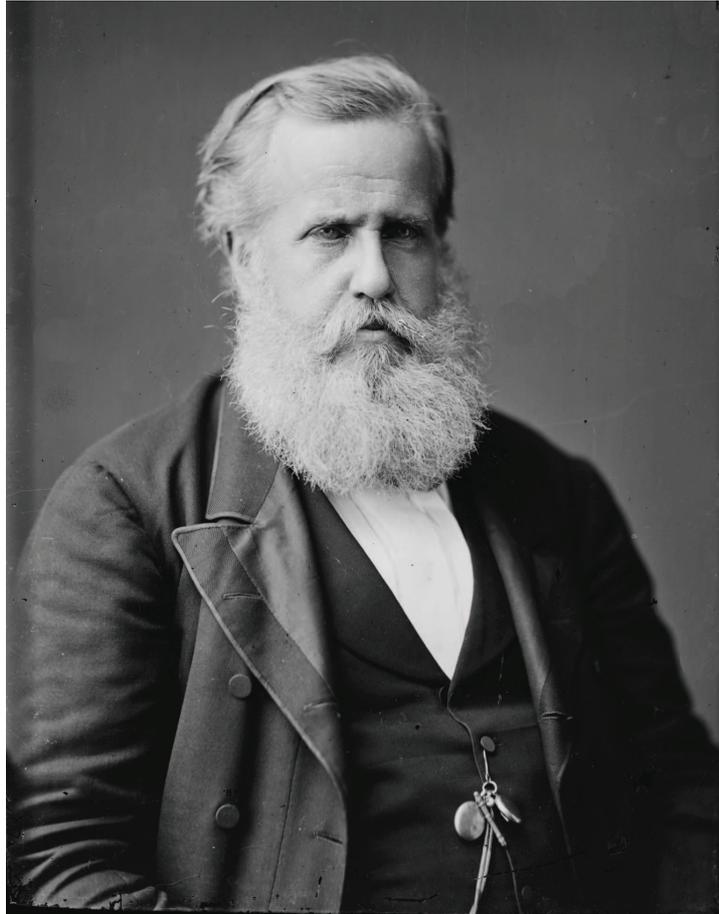


Figura 10 – Dom Pedro II. Fonte: [http://www.socgeografialisboa.pt/wp/wp-content/uploads/2009/01/pedro\\_ii\\_of\\_brazil\\_-\\_brady-handy.jpg](http://www.socgeografialisboa.pt/wp/wp-content/uploads/2009/01/pedro_ii_of_brazil_-_brady-handy.jpg)

### **União Nacional**

As classes hegemônicas do Império, com destaque para a cafeicultura escravista, necessitavam dos trabalhadores escravizados, mas sabiam que o fim da escravidão era inevitável, desde a abolição do tráfico transatlântico de africanos em direção ao Brasil.<sup>109</sup> Então, aproveitaram-se através do governo imperial e do próprio Imperador, seus intérpretes da guerra, para *acalmar* os ânimos abolicionistas, buscando a *união nacional*, em torno da guerra.

O trabalhador escravizado, sobretudo liberto quando arrolado nas tropas, teve participação importante na guerra do Paraguai.

---

<sup>109</sup> Cf., entre outros: BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos (1807-1869). Tradução de V. N. N. Pedroso. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976; CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Tanto o esforço de guerra quanto a emancipação dos escravos foram alvo de um benefício por um decreto de novembro de 1866 concedendo a liberdade aos escravos de propriedade do governo que quisessem servir no exército. Os proprietários particulares e as ordens religiosas, especialmente as carmelitas e os beneditinos, que se calculava possuírem, em conjunto e em diversas províncias, um total de cerca de quatro mil escravos, foram fortemente pressionados para seguirem o exemplo do governo e o próprio Imperador libertou 190 de seus escravos para serviço no Paraguai.<sup>110</sup>

O próprio Imperador incentivava a concessão da liberdade aos cativos para que fossem lutar na guerra.

Durante essa longa guerra, na realidade, cerca de vinte mil pessoas (incluindo as mulheres dos soldados libertados) encontraram seu caminho para a liberdade como um resultado de alistamento voluntário ou pela substituição de seus donos na Guarda Nacional; o governador chegou mesmo a conceder títulos de nobreza a proprietários que forneciam escravos para o serviço no exército. Ainda não satisfeito com o volume do recrutamento, Dom Pedro ofereceu, em 1867, 100 contos (ao tempo, cerca de 10 mil libras) de sua própria fortuna para comprar a liberdade de escravos que fossem lutar contra o Paraguai.<sup>111</sup>

Cativos foram comprados a escravistas pelo governo para serem arrolados nos exércitos imperiais. Houve também aqueles que fugiram para se alistar como homens livres.<sup>112</sup> Durante a Guerra, houve um enorme fortalecimento do exército imperial. Alguns autores propõem que isso teria contribuído para o fim do regime monárquico e instauração da República. Porém, em geral, ignoram que, imediatamente após o conflito, ocorreu forte desmobilização das tropas de primeira linha, voltando o exército no geral ao que era antes do conflito, tropa de menor força, em relação à Guarda Nacional. Desconhecem a importância na República da ação dos conservadores, derrotados nas últimas eleições imperiais pelos liberais. A República foi, sobretudo, obra dos grandes proprietários, mesmo que os agentes tenham sido os altos oficiais militares.

### **Obras Nacional-Patrióticas**

Antes mesmo do fim da guerra do Paraguai, surgiam no Brasil obras oficialistas, ligadas, sobretudo a ex-oficiais de linha ou voluntários, principalmente do Exército, que descreveram os fatos e acontecimentos a partir da visão de corte essencialmente patriótico e

<sup>110</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da [...] Ob. cit.* p. 93-95.

<sup>111</sup> Idem. p. 95.

<sup>112</sup> Cf., entre outros: DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980; SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SOUSA, Jorge Luiz Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, ADESA, 1996.

ufanista, que definimos como historiografia *nacional-patriótica*.<sup>113</sup> Alguns oficiais das forças armadas prosseguiriam nas décadas seguintes escrevendo sobre o conflito, no geral sem modificação de conteúdo.

Como veremos, para essa literatura, o Brasil lutara naquela guerra essencialmente para defender-se de agressão militar e para por fim a um ditador odioso e ambicioso, responsável exclusivo por aquele confronto. Em forma quase exclusiva, ela limitou-se à narrativa cronológica dos grandes dos combates, do aprisionamento do navio Marquês de Olinda [1864] à morte de Solano López, em Cerro Cora, em 1870. Destacou, sempre, o caráter heróico da ação militar e dos grandes comandantes brasileiros.

Com esse conteúdo, analisamos cinco trabalhos: *A guerra do Paraguai: resposta ao sr. Jorge Thompson*, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada, do, Cel. Antônio de Sena Madureira [1841-1889], de 1870<sup>114</sup>; *Os voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*, do general Paulo de Queiróz Duarte, de 1910, sobre a formação dos corpos de voluntários nas mais diversas províncias brasileiras<sup>115</sup>; *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, de Dionísio Cerqueira, que participou da guerra, escrita em 1910, com segunda edição corrigida e ampliada em 1929<sup>116</sup>; *Episódios militares*, do general Joaquim S. de Azevedo Pimentel, homenagem aos feitos militares brasileiros na campanha do Paraguai, de 1920<sup>117</sup>; finalmente, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, obra volumosa do general Tasso Fragoso, de 458 páginas, de 1934.<sup>118</sup>

### 3.1 A guerra do Paraguai do coronel Antônio de Sena Madureira, de 1870

O livro *A guerra do Paraguai: resposta ao sr. Jorge Thompson* foi escrito pelo coronel Antonio de Sena Madureira, militar brasileiro nascido em Recife, em 1841, e morto, no Rio de Janeiro, em 1889, que participara daquele confronto. Como diz o título, trata-se de

<sup>113</sup> Cf. sobre essa definição: MAESTRI, Mário. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.Org/55579>.

<sup>114</sup> MADUREIRA, Antonio de Sena. [1841-1889], *A guerra do Paraguai: resposta ao sr. Jorge Thompson*, autor da “guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: Universidade de Brasília. 1982.

<sup>115</sup> DUARTE, Paulo de Queiróz. *Os voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

<sup>116</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

<sup>117</sup> PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

<sup>118</sup> FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

resposta ao livro de Jorge Thompson, *Guerra do Paraguay*, inglês que lutou como coronel nas filas paraguaias e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada daquela obra, que criticam o papel do Império no conflito. Sena Madureira organizou seu livro de forma a responder detalhadamente e a negar as afirmações de Thompson, reafirmando a visão oficiosa, nacional-patriótica.

Já na introdução, o autor declara com veemência:

Muito antes, porém, de cair a tela sobre o cadáver do déspota [sic] do Paraguai, diversos escritores, estranhos em maioria à causa, sedentos de renome ou de vingança, atiram-se à arena da imprensa e apresentam os fatos mais grandiosos dessa gloriosa e porfiada luta [sic] entre o prisma de suas paixões e interesses mesquinhos, deixando apenas que alguns raios tíbios de luz da verdade transpareçam no meio das falsas cores com que ataviaram suas narrativas.<sup>119</sup>

É visível a tentativa em desqualificar qualquer autor ou qualquer obra que apresentasse visão diferente da nacional-patriótica. Percebe-se também a necessidade de manter e reafirmar esta última, tanto que se refuta incondicionalmente as visões de Jorge Thompson, autor prestigiado pela importante participação direta naquele confronto, como um dos comandantes da artilharia paraguaia. Ao escrever, na Inglaterra, após o conflito, Thompson ensaiou igualmente em seu livro a *justificativa* da sua participação no conflito, ao lado das forças paraguaias, distanciando-se e criticando o Estado a que servira, em geral, e a Solano López, em particular.

Quanto aos motivos da guerra apresentados por Jorge Thompson, Madureira se nega a referenciá-los, não os citando. Apontando para as causas que ensejaram a resposta paraguaia, ou seja, a invasão do Uruguai, Thompson afirmara que o partido *blanco* nunca fizera nada contra o Império brasileiro que tomara a praça de Paissandu pela traição. Simplesmente, Madureira reafirma e enfatiza a visão propagandista simplista oficial imperial. Ou seja, a guerra seria uma resposta a uma afronta nacional:

São assaz conhecidos os motivos que nos levaram a empunhar as armas, para repelir quem inesperadamente e traiçoeiramente invadiu uma das nossas importantes províncias, aprisionou um alto funcionário e outros súditos brasileiros, que sob a bandeira da paz e fé de tratados, até então nunca violados, navegaram nas águas da República, levando a morte, o roubo, a desonra e a destruição por onde passavam suas bárbaras cortes!<sup>120</sup>

---

<sup>119</sup> MADUREIRA, Antonio de Senna. *Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e os anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 5.

<sup>120</sup> Idem. p. 10.

Não há referência aos objetivos hegemônicos do Império no Prata, às exigências de livre navegação, às reivindicações territoriais pactuadas no tratado da Tríplice Aliança. Para Madureira, o enorme despilfarro de homens e meios e a literal destruição de um país deveria-se apenas à necessidade de *lavar* a honra ofendida do Império.

### O Grande Culpado

O governo do Paraguai é apresentado como grande e único culpado da guerra. O autor propõe sobre as críticas de Thompson à batalha de Paissandu, livrada no Uruguai contra as tropas do governo constitucional blanco, na qual as tropas imperiais brasileiras teriam agido de forma traiçoeira: “Ou o Sr. Thompson nada leu a semelhante respeito ou compraz-se em faltar à verdade com uma imprudência admirável!”<sup>121</sup> E complementa, sem medidas:

Pois bem; ainda que pese ao Sr. Thompson, podemos declarar aqui, em alto e em bom som, que foi aquele um dos feitos de armas mais brilhantes da campanha do Uruguai, e assim considerando, não só na América do Sul como nos países mais civilizados da culta Europa...<sup>122</sup>

Naquela batalha, as tropas uruguaias defenderam-se em forma galharda contra um inimigo fortemente superior em homens e meios. E os oficiais brancos foram massacrados, após a rendição. Destaque-se que sequer o Império declarara guerra ao Uruguai!

Madureira fez de sua obra uma resposta detalha a obra de Thompson, como assinalado. Em 163 páginas responde aos 27 capítulos de Thompson, descrevendo os fatos principais da guerra. Thompson destaca a superioridade de armamentos do exército brasileiro, o que Madureira considera um exagero:

Reclamamos, porém, contra o exagerado número de munições, que diz ter-se encontrado em Mato Grosso, a ponto de ser suficiente para prover o exército inimigo durante toda a campanha. ‘Em una sola aldeã, diz o autor, de las tomadas, se encontraron 4 cañones, 500 fusiles, 67 carabinas, 131 pistolas, 468 sables, 1090 lanzas e 9497 balas de cañon’.<sup>123</sup>

As importantes reservas de armamento do Império no Mato Grosso destinavam-se a armar soldados para uma segunda frente de combate, na planejada guerra ao Paraguai.

O soldado paraguaio fora descrito por Thompson como corajoso e fiel ao ideal da guerra:

---

<sup>121</sup> Idem. p. 11.

<sup>122</sup> Id. ib.

<sup>123</sup> Idem. p. 12.

Em relação ao que diz acerca do exército inimigo, compreende-se que nada podemos retificar, por falta de dados oficiais; notamos, apenas que os soldados que capturam a admiração e entusiasmo de um homem que se diz civilizado, quando eram açoitados, sem ou com razão, consolavam-se facilmente, dizendo “si mi padre non me azota, quien me haria este favor?”.<sup>124</sup>

Ou seja, apresenta o soldado paraguaio como um fanático, que tinha veneração infantil por Solano López. Essa visão de soldado paraguaio esteve presente em praticamente toda a historiografia nacional-patriótica, incapaz de explicar a enorme combatividade do soldado guarani.

### **Batalha do Riachuelo**

Outro ponto criticado pelo inglês fora a batalha de Riachuelo, ocorrida em 11 de junho de 1865. Descrita como a “grande batalha do Brasil”, ela é utilizada até hoje como símbolo e propaganda da *marinha nacional*. Segundo Madureira, Thompson não dá a ela o merecido valor:

Assunto de tanta magnitude é pelo autor tratado pobremente, ou por ignorância dos fatos, ou por falta de entendimento próprio, para bem avaliar os grandes resultados da primeira batalha naval da América do Sul, pintada pelo autor como um simples combate sem importância.<sup>125</sup>

Destaque-se que a esquadra paraguaia constituía-se nos fatos sobretudo de navios civis armados.

Thompson apresenta interpretação muito diferente da visão oficial brasileira, ao enfatizar o caráter improvisado da esquadra paraguaia:

Dá-nos o Sr. Thompson uma minuciosa descrição da esquadra paraguaia e do encargo que esta recebera de Lopez para trazer a reboque e prisioneira a flotilha brasileira que bloqueava o Paraná, um pouco abaixo da cidade de Corrientes.<sup>126</sup>

O autor não se atém ao fato de que o inglês encontrava-se no outro lado da trincheira! Ou seja, o autor não considerava as diferentes óticas que um fato como este deveria ser abordado, para se chegar a uma visão objetiva dos mesmos – para a historiografia oficial imperial, a única visão, possível e aceita para a época era a deles.

---

<sup>124</sup> Idem. p. 13.

<sup>125</sup> Id. ib.

<sup>126</sup> Id. ib.

Madureira critica até mesmo a idéia do governo paraguaio em acreditar poder vencer a batalha e a maneira como eram tratados os prisioneiros.

Esta cena é ridícula e somente no Paraguai, nessa China americana [sic], se poderia dar. Contar com o triunfo, quando se vai combater um inimigo, que não se conhece, e cujas forças ao certo se ignora, é a maior prova do embrutecimento e fanatismo dos selvagens[sic] do Paraguai!<sup>127</sup>

O autor é tomado por um tom quase que de indignação, que reduz os opositores a selvagens de país selvagem – não entende como alguém poderia não exaltar os feitos das tropas brasileiras e ainda mais da “grandiosa batalha de Riachuelo”?!



Figura 11 – Batalha de Riachuelo. Fonte: <http://revistadasaguas.pgr.mpf.gov.br/edicoes-da-revista/edicao-atual/materias/edicoes-da-revista/edicao-7/imagens/riachuelo1.jpg>

O autor é duro ao desqualificar a obra analisada:

Descreve o autor, depois de apresentar o quadro demonstrativo das forças navais de ambas nações, que iam entrar em ação, onde cometeu erros quanto às nossas, que não valem a pena retificar [sic], as peripécias do combate com cores, tão pálidas, de uma maneira tão incompleta, que nenhum interesse inspira ao leitor semelhante narração.<sup>128</sup>

<sup>127</sup> Idem. p. 14.

<sup>128</sup> Id. ib.

### Gloriosa Batalha

Madureira busca desqualificar totalmente a obra de Thompson e faz uma descrição “verdadeira”, patriótica e ufanista da batalha de Riachuelo, destacando primeiramente a figura magnífica do comandante Almirante Barroso [1804-1882], que liderou a vitória.

Paremos um pouco, contudo, para contemplar no meio desta luta de gigantes a figura imponente e majestosa [sic] do chefe Barroso! Ei-lo de pé sobre o passadiço de seu navio, seguindo com os olhos e o coração o movimento de cada uma das naves. A sua enérgica e severa catadura conserva uma impassibilidade marmórea! Disséreis a estátua de Hércules, assistindo a um combate de titãs.<sup>129</sup>

Sua narrativa bebe poderosamente no poço do ufanismo da historiografia nacional-patriótica.

Erra[sic] assim o *Amazonas* correndo sobre o grupo sublime da *Paraíba*! A sua vista os bravos defensores da canhoneira, já sem esperanças de salvação recobram o ânimo e os inimigos empalidecem! [...] O choque foi terrível! Os vapores inimigos cedem, curvam-se submissos, eles até então tão altivos de seu fácil triunfo momentâneo, e desaparecem nas ondas, submergindo consigo hordas selvagens [sic] que nasvascas da morte coalham as águas revoltas do Paraná!<sup>130</sup>

É uma descrição digna dos maiores heróis já conhecidos. E complementa o autor:

A pena é insuficiente para descrever uma epopéia tão sublime em todas as suas peripécias e para coroar de louros ao ilustre herói desse dia imortal. Honra a Barroso, que convertendo seu navio em monitor encouraçado, veio mostrar quanto pode o engenho humano reunido a um grande coração! O panteão da história abriu-lhe nesse dia as portas da imortalidade!<sup>131</sup>

Madureira reprime duramente a acusação de Thompson, em chamar Barroso de covarde:

Não sabemos como responder essa injúria. É ela tão monstruosa que só ocorre devolvê-la intacta, pois, vindo de tão baixo, não pode alcançar o pedestal de honra e glória em que se colocou, a 11 de junho de 1865, o chefe Barroso, quanto mais marear-lhe os botões de sua brilhante farda de marinheiro do Brasil!<sup>132</sup>

O autor segue a crítica tratando sobre o comentário de Thompson da possibilidade de Solano López ter assumido a liderança do exército paraguaio em Corrientes e ter marchado

---

<sup>129</sup> Id. ib.

<sup>130</sup> Idem. p. 15.

<sup>131</sup> Id. ib.

<sup>132</sup> Id. ib.

sobre Montevideu e Buenos Aires, Madureira afirma que isso não seria fácil devido à presença das tropas imperiais:

Teria, assim, o exército inimigo de levar tudo consigo e de abastecer-se por uma linha de comunicação de mais de 300 léguas, que seria cortada a todo instante por partidas inimigas, pois, é natural que as populações briosas da campanha oriental e argentina não representassem auxílio às hordas do átila americano [sic].<sup>133</sup>

Em nenhum momento Madureira comenta da existência de importantes forças argentinas federativas [*montoneras*] favoráveis a Solano López e que general o Mitre teve que se empenhar para vencer as revoltas internas durante a guerra com o Paraguai. Esquece-se igualmente que, se as tropas paraguaias tivessem chegado ao Uruguai, receberiam igualmente o apoio incondicional dos blancos.

Quando criticado sobre a ação dos generais e dos soldados imperiais, o autor sai em defesa *incondicional* da honra das forças armadas brasileira:

Repetimos, nesta guerra nunca nos afastamos das leis da humanidade e da civilização e muito menos das prescrições estabelecidas pelo direito das gentes, não imitando neste ponto o exemplo escandaloso que deram os comandantes de canhoneiras estrangeiras e do ministro Mac-Mahon, fornecendo ocultamente ao tirano auxílios sob a bandeira de sua nação e violando assim as leis do bloqueio que mantínhamos, transportando em seus navios parte do ouro arrancado ao mísero povo paraguaio!<sup>134</sup>

As ideias de Madureira não contrariam apenas as de Thompson, mas de toda a reconstituição historiográfica objetiva.

Seus números não conferem – o autor procura negar a superioridade numérica das tropas aliadas, em alguns momentos em forma quase infantil:

Comete o autor um erro, quando diz na primeira linha desse capítulo que o exército aliado contava com cinquenta mil homens em suas fileiras. As forças da aliança, excetuando as de Porto Alegre, então ainda em marcha na província de Corrientes, nunca subiram a mais de quarenta mil homens ...<sup>135</sup>

Os dados apresentados nas batalhas também são questionados pelo autor. Sobre as batalhas de maio de 1866, Madureira comenta: “O inimigo retirou-se derrotado, apesar dos

---

<sup>133</sup> Idem. p. 17.

<sup>134</sup> Idem. p. 18.

<sup>135</sup> Idem. p. 19.

troféus de guerra que nos levou de surpresa. As nossas perdas não excederam de mil homens entre mortos, feridos e confusos, e não de dois mil e quinhentos, como diz o autor.”<sup>136</sup>

Na grande maioria das batalhas, Madureira enfatiza a superioridade numérica das tropas paraguaias, contra os próprios dados oficiais. Sobre o sítio a Humaitá, declara:

As nossas forças nesse ataque estiveram sempre em números inferior as do inimigo; nenhuma carreta nem mulas foram tomadas de nosso comboio, que continuou incólume sua marcha para Tuiu-cuê. Além disso, a nossa cavalaria, composta do 5º corpo de caçadores a cavalo e 12 da guarda nacional, carregou briosamente e nunca poderia dar costas a um inimigo pessimamente montado.<sup>137</sup>

Do mesmo modo nega os crimes de guerra cometidos pelas forças aliadas, crimes aos quais ele define como mentira e como propaganda de Solano López, para motivar o ódio às tropas imperiais. Mais uma vez, nessas discussões, reafirma a inferioridade do soldado paraguaio:

Diverte-se, em seguida, o autor em contar-nos mentiras e puerilidades, com que Lopez entretinha em seu exército o ódio contra os aliados; já dizendo que havíamos envenenado as águas do Estreito Bellaco, que tínhamos lançado um balão cheio de veneno horrível para exterminá-los e outras extravagâncias desta ordem! A um exército de brutos ou idiotas [sic] somente se faria crer em semelhantes fábulas, e esta é a pior acusação que poderia fazer Sr. Thompson a seus caros paraguaios, supor que acreditavam em semelhantes parvoíces.<sup>138</sup>

López é apresentado como traiçoeiro que finge quer um acordo de paz, quando na verdade teria querido ganhar tempo:

Vendo que nossas forças se dispunham a atacar Curupaiti, cujas fortificações ainda não estavam em condições de receber um vigoroso assalto, resolveu o tirano ganhar tempo, e com este propósito enviou ao general Mitre, comandante-em-chefe dos aliados, uma nota, pedindo uma conferência a fim de tratar da paz.<sup>139</sup>

Para Madureira a única intenção de Solano era ganhar tempo – era um inimigo desleal e poderia utilizar-se de qualquer artifício para alcançar seus objetivos. A seriedade do pedido de paz paraguaio, com o aceite das reivindicações gerais aliancistas, e a negativa preempatória de dom Pedro em aceitá-la era fato já conhecido na época e reafirmado a seguir em forma indiscutível pela historiografia.

---

<sup>136</sup> Idem. p. 22.

<sup>137</sup> Idem. p. 43.

<sup>138</sup> Idem. p. 36.

<sup>139</sup> Idem. p. 33.

Ao longo da obra o autor segue refutando severamente as afirmações de Thompson, como exemplo ao capítulo onde o inglês nega o caráter tirano de López:

Parece incrível que o século atual gerasse e possuísse um monstro de tal espécie! Nero, Calígula e todos os tiranos da antiguidade, ficam a perder de vista de Solano López! O próprio Rosas, o monstro cujo jugo de terror por mais de vinte anos pesou sobre as florescentes populações do Rio da Prata, nunca pode imitá-lo! A aberração da inteligência e do coração humano, formavam o moral do bárbaro verdugo de um povo inteiro. Causa horror ler essas páginas do autor e confrange-se-nos o coração a certeza que temos de tantas monstruosidades!<sup>140</sup>

Nessa visão pueril da histórica, Solano López seria essencialmente responsável pelo conflito, na sua total crueldade.

Outro ponto criticado foi a engenharia paraguaia, que para o autor era inferior:

As fortificações do inimigo, a não ser as da famosa Linha Negra de Sauce, nenhuma fortaleza e resistência ofereciam a qualquer ataque sério. Empenhava às vezes duas balas no mesmo tiro, fato por nós observado muitas vezes, o que constituiu uma barbaridade em balística. [...] Bastaria isto para provar a falta de instrução militar da oficialidade paraguaia e sua ignorância das regras mais comezinhas da arte da guerra.<sup>141</sup>

Em seu depoimento, ponderado nesse relativo, Thompson registrou objetivamente a não instrução institucional dos artilheiros paraguaios e os bons resultados relativos que alcançavam, apesar do anacronismo do material que usavam.

A obra segue com a mesma grandiloquência patriótica, negando automaticamente as afirmações de Thompson com relação à inação dos aliados, com destaque para a marinha imperial; aos desastres da expedição no Mato Grosso; à retirada de López; aos acontecimentos finais da guerra, etc. Mais do que documento histórico, mesmo parcial, de oficial presente em parte dos combates, o livro apresenta-se como um excepcional exemplo de patriotismo simplório que absorveu acriticamente as visões e propostas apologéticas oficialistas sobre o conflito.

### **3.2. Os voluntários da Pátria na guerra do Paraguai, do general Paulo de Queiróz Duarte, de 1910.**

---

<sup>140</sup> Idem. p. 77.

<sup>141</sup> Idem. p. 78.

Na obra *Os voluntários da Pátria na guerra do Paraguai*, de 1910, o general Paulo de Queiróz Duarte descreveu, em forma extensa, a formação e atuação dos corpos de Voluntários da Pátria naquele conflito. O general Jonas Correia, que prefacia o livro de Paulo de Queiróz Duarte, assinala:

A obra está estruturada em quatro partes, pelas quais a matéria se distribui assim: Na parte primeira – Apresentação dos Chefes nacionais e aliados; considerações de ordem geral sobre a Infantaria, e sua instrução e emprego; o armamento; a Guarda Nacional, os Voluntários da Pátria, as Polícias Militares e os Presidentes das Províncias; os uniformes dos Voluntários; e a medalhística surgente da guerra. Na segunda – Estudo dos Corpos de Voluntários da Pátria: formação, viagens – partida de cada Corpo, de sua província até os pontos de sua reunião e incorporação ao Exército ou à Marinha; comandos autônomos dos generais Osório, Polidoro e Marques de Sousa, desde 1865 até novembro de 1866. Primeira fase de uma longa campanha. Na parte terceira – Os Corpos de Voluntários da Pátria, na segunda fase da campanha, desde que o Marechal Marquês de Caxias assumiu o Comando – chefe das forças Imperiais, e depois das Alianças, de novembro de 1866 a janeiro de 1869. Na parte quarta – Os CVP, na terceira fase cruenta da guerra, quando o Marechal Xavier de Sousa assumiu o Comando – Chefe interino, e o Conde d’Eu efetivamente o assumiu (16 de abril de 1869 a 16 de abril de 1870). Com o término da luta, registro do processo das demoradas viagens de volta à Pátria nas suas províncias de origens.<sup>142</sup>

O autor procurou descrever os acontecimentos da guerra do Paraguai, tendo como foco o recrutamento e a ação dos Corpos de Voluntários. Como era de se esperar para o período em questão e pelo posto ocupado no Exército, o autor não faz qualquer menção aos soldados que foram forçados a servir ao exército ou as visões contrárias a guerra do Paraguai. Devido à extensão da obra, analisamos o primeiro volume, que apresenta apanhado geral desse estudo. Organizado em dez capítulos, distribuídos em 280 páginas, onde o autor descreve através de discurso nacionalista e exaltado os feitos militares imperiais na campanha no Paraguai, destacando a figura do Imperador, os chefes militares, a mobilização das tropas dos corpos de voluntários e o quadro de oficiais da época.

Paulo de Queiróz Duarte iniciou o capítulo falando sucintamente do contexto imperial no Segundo Reinado e dos conflitos internos e externos existentes no período:

Depois de uma série de perturbações domésticas no norte, nordeste, em Minas e em São Paulo, além da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, de longa duração, o país gozou de uma certa tranquilidade. Não obstante, teve o 2º Império algumas contentas no Rio da Prata, contra o ditador Juan José Rosas, da Argentina, em 1851 – 1852, e contra Anastácio Cruz Aguirre, chefe do partido blanco e presidente da República Oriental do Uruguai, em 1864 – 1865.<sup>143</sup>

<sup>142</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. v.2. p. 3.

<sup>143</sup> Idem. p. 13.

Paulo de Queiróz Duarte não trabalha as razões profundas dos conflitos no Prata, retomando simplesmente a interpretação da guerra como resposta ao ataque de Solano López, responsável pelo conflito. “Depois dessa última luta, como consequência direta, viu-se D. Pedro na contingência de sustentar uma luta titânica contra o Governo de Solano López, do Paraguai, que atacou o Império, sem declaração de guerra.”<sup>144</sup>

Em seu discurso ufanista, a figura do Imperador é elogiada, enquanto Solano López é descrito como “pseudo-napoleão guarani”:

Apesar de magnânimo, justo e ponderado, o Imperador, diante do inusitado comportamento do pseudo-napoleão guarani, espantoso e petulante, fechou a questão e tornou-se irreduzível, tal como estava a exigir o brio nacional: as Forças Armadas do Império só ensarilharam as armas com a deposição, pura e simples, ou com a morte do cruel ditador.<sup>145</sup>

Destaque-se que o autor reconhece e justifica a política do Império e do Imperador de guerra até a literal destruição do Estado paraguaio, decisão abismalmente desequilibrada, caso o motivo do conflito fosse os propostos – aprisionamento do governador do Mato Grosso e invasão de parcelas do território imperial.

A descrição da campanha do Paraguai dá-se através da apresentação da ação e da participação dos líderes militares, através de descrição factual dos acontecimentos, sempre enaltecendo a ação imperial. “A 18, ainda em abril [1865], o General Osório, à frente se elementos do 1º escalão do Exército, desembarcou no Paraguai, iludindo a vigilância do inimigo. Dá-se a invasão!”<sup>146</sup>

Para tal, o autor realizara apresentação da ficha sumária dos principais líderes imperiais: Manuel Luís Osório, Manoel Marques de Souza, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Luís Alves de Lima e Silva, Guilherme Xavier de Souza, Luiz Filipe Gastão d’Orleans, José Antônio Corrêa da Câmara, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão; e das forças do General Mitre e o Exército argentino e Venâncio Flores e o Exército Oriental. Data de nascimento – promoções; síntese dos serviços prestados e da campanha do Paraguai.

Do mesmo modo, comenta de forma breve as batalhas de Estelo Bellaco, de Tuiuti e a participação de Osório nas três fases da guerra. Na primeira, no comando do 1º Corpo do Exército, que foi a Montevideu; na segunda e na terceira, formando e comandando o Corpo de Voluntários do Rio Grande do Sul. Nessa descrição sempre áulica, destaca a bravura de

---

<sup>144</sup> Idem. p. 14.

<sup>145</sup> Id. ib.

<sup>146</sup> Idem. p. 22.

Osório, que procura seguir na batalha, mesmo ferido “Antes de terminar a grande pugna, o General Osório é ferido na mandíbula inferior, por uma bala de fuzil. Tenta esconder o ferimento, animando seus soldados; mas a hemorragia era grande e grave o ferimento; vê-se obrigado a retirar-se.”<sup>147</sup>

Dois outros personagens famosos da guerra citados por Paulo de Queiroz Duarte são Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, e Luís Felipe Gastão D’Orleans, o Conde d’Eu. Ao primeiro é reservado um espaço relativamente maior, de onze páginas, comparado aos demais, com uma média de quatro páginas. Duque de Caxias é apresentado pelo autor como grande patrono do exército nacional, com várias promoções em seu currículo e com inúmeros serviços prestados ao Império, tanto internamente como na região Platina:

Guerra da Independência, na Bahia, [...] Guerra da Cisplatina, em Montevideú, de 1825 a 1827. [...] Comandante – Chefe da Tropa Legal e Pacificador da Província do Maranhão, na Revolução da Balaiada, [...] da Revolução Farroupilha, [...] na Guerra contra Oribe e Rosas...<sup>148</sup>

O autor comenta elogiosamente a nomeação de Caxias a comandante-chefe das forças imperiais em operação no Paraguai, em 10 de outubro de 1866, através de narração factual e resumida dos acontecimentos e das batalhas, sob a supervisão de Caxias e o avanço das tropas aliadas, sempre ressaltando o comandante máximo. Na tomada da fortaleza de Humaitá que, após vários meses de intensa e constante ataque, forçou a Solano López a retirar-se:

Na jornada de 16 de julho [1868], um rompimento a viva força, levado a efeito contra o lado esquerdo de Humaitá, acarretou pesadas perdas ao 3º Corpo do General Osório. Mais algumas jornadas, os paraguaios evacuavam Humaitá e trataram de ganhar o Chaco, com fim de fugir para o norte, usando uma estrada para este fim construída até o Tebiquari.<sup>149</sup>

Após a tomada de Humaitá, as forças imperiais seguiram sob o comando de Caxias, conquistaram outros importantes territórios, como Tebiquari, Angustura e Piquiciri. Na tomada deste último, o autor comenta que o exército aliado tentou acordo de rendição com Solano López, mas ele não teria aceito:

Na véspera do Dia de Natal de 1868, os três Comandantes – Chefes intimaram o ditador a que se rendesse, evitando aumentar o número de vítimas desta Campanha. López, em resposta altiva, a isso negou-se. Na jornada de 25 o conjunto de Artilharia Aliada bombardeou a posição inimiga demoradamente, causando-lhe numerosas baixas.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> Idem. p. 26.

<sup>148</sup> Idem. p. 44.

<sup>149</sup> Idem. p. 53.

<sup>150</sup> Idem. p. 63.

São destacadas a coragem das forças aliadas e a covardia de Solano, ao fugir:

Na jornada de 27 o Marquês de Caxias, depois de ter articulado suas Forças em três colunas, ordenou o ataque geral com bom apoio de artilharia. A ação foi fulminante; os Aliados conquistaram a derradeira posição de López, que havia prometido morrer com sua gente, mas acabou fugindo para Cerro León com reduzido número de soldados, inclusive com os generais Caballero e Resquin.<sup>151</sup>

Tempo depois, Caxias retira-se da guerra, o que foi muito criticado, na época, no mundo político do Império. A ação é justificada pelo autor:

Pouco depois, sentindo-se doente e sobremodo cansado pelo contínuo esforço desenvolvido em dois anos de campanha, o Marquês de Caxias, a 17 de janeiro foi acometido de uma síncope [...]. A conselho médico, a 18 passou o comando do Exército ao Marechal – de – Campo Guilherme Xavier de Souza...<sup>152</sup>

A partir de então, quem assumiu o controle do Exército foi o genro do Imperador, o conde d'Eu, nascido em 28 de abril de 1842, em Neuilly, na França, casado com a Princesa Isabel. Na Europa, ele, na época com 27 anos, participara de ações militares menores no exército espanhol.

Vago a 18 de janeiro de 1869 o cargo de Comandante-Chefe das Forças Brasileiras em Operações contra o Governo do Paraguai, com o afastamento do Marquês de Caxias, por doença, o Imperador escolheu seu genro, o Conde d'Eu, para tão elevada comissão.<sup>153</sup>

Entre as primeiras ações do Conde d'Eu estaria melhorar as condições de reabastecimento das tropas, reconhecimento de pontos mais afastados e melhoramento das estradas de ferro. O autor descreve os avanços e as conquistas quase diárias das tropas aliadas, como o assalto a Peribebuí, Caacupé, Curuguati e Cerro Corá.

O grande objetivo de Conde d'Eu era encontrar Solano López. O autor descreve sucintamente o cerco realizado para tal. Pouco é o espaço reservado para a queda de López:

Pressentido o desfecho da Campanha, o Comandante-Chefe, a 4 de março, embarcou para Conceição com seu estado maior; seguiu rio acima a bordo do vapor 'Conde d'Eu'. A meio caminho, ao cruzar com o vapor de 'Davison', este aproximou-se [...], e sobre o tombadilho saltou o Capitão Pedro Rodrigues, que trazia um ofício, escrito às pressas, a lápis, datado de 1º de março, endereçado pelo

---

<sup>151</sup> Id. ib.

<sup>152</sup> Id. ib.

<sup>153</sup> Idem. p. 72.

Brigadeiro Câmara ao Marechal Vitorino, anunciando que o tirano paraguaio acabava de sucumbir, sobre suas vistas!<sup>154</sup>

A morte de López marcava o fim da guerra. A partir de então, o Conde d'Eu reúne as tropas que deveriam retornar ao Brasil:

No A 16 [abril de 1870], o Marechal Comandante-Chefe das Forças Brasileiras em Operações no Paraguai, fazia publicar sua última Ordem-do-Dia, que recebeu o número 47 e, no dia seguinte, embarcava o vapor 'Galgo', com destino ao Rio de Janeiro, onde chegou a 29, depois de fazer escala em Buenos Aires, Montevideu e Desterro.<sup>155</sup>

Segundo o autor, o retorno do conde d'Eu à corte foi marcado por honrarias. O Conde permaneceu por um ano no comando das Forças Brasileiras no Paraguai.

As ações dos exércitos da Argentina e do Uruguai também foram abordados pelo autor, Para ele, as relações entre os comandantes eram boas e a retirada das tropas das tropas argentinas ocorreu devido à existência de *problemas internos*: “A 9 de fevereiro de 1867 o General Bartolomeu Mitre teve necessidade de ausentar-se do teatro de operações, para atender a uma perturbação da ordem em seu país, entregando o Comando-Chefe dos Aliados ao Marquês de Caxias.”<sup>156</sup>

Não há no texto maiores referências aos acontecimentos ocorridos na Argentina, que enfrentava fortes problemas políticos, com insurreições provinciais contra o governo Mitre e contra Guerra do Paraguai.

Mitre é criticado indiretamente, ao ser definido sobretudo como político, para melhor destacar a ação de Caxias.

Mitre, mais estadista e homem público que general propriamente dito, teve conduta discreta no exercício de suas funções de Comandante-Chefe dos Exércitos Aliados, embora, justo é reconhecer, o caráter íntegro e a boa dose de espírito de compreensão com que conduziu na difícil e delicada comissão que lhe reservara a História.<sup>157</sup>

Somente em agosto de 1867, após resolver os problemas internos, Mitre retorna ao Paraguai, atuando juntamente as tropas brasileiras até 24 de novembro de 1869.

---

<sup>154</sup> Idem. p. 83.

<sup>155</sup> Idem. p. 84.

<sup>156</sup> Idem. p. 46.

<sup>157</sup> Idem. p. 105.

Quanto ao Uruguai o autor destaca que, após a intervenção imperial, a paz teria reinado no país, algo absolutamente fantasioso. Comenta resumidamente a ação e a participação das tropas floristas na guerra e elogia Venâncio Flores, *o homem do Império no Uruguai*:

Político de índole caudilhesca, agressivo e denodado, patriota de alma aberta às causas de sua terra, ativo e resoluto líder, militar de corpo e alma...Não obstante, nos dois anos em que atuou contra o Paraguai, (1865-1866), teve D. Venâncio oportunidade de demonstrar gratidão e lealdade ao Império.<sup>158</sup>

O autor descreve fatos e acontecimentos da guerra, citando os principais grupos de infantaria, os principais comandantes, os tipos de armamentos, as principais ações da Guarda Nacional e o expediente dos Voluntários da Pátria. Explica que, devido ao enfraquecimento do exército imperial na guerra contra o Uruguai, o Imperador tivera que apelar para o *espírito patriótico da nação*:

O recurso, único e capaz, seria apelar para a tradicional magnanimidade do povo brasileiro, pacífico e tolerante, mas sempre pronto a derramar generosamente seu sangue em momentos de crise nacional, predisposto a assegurar com seu prestimoso concurso a integridade da Pátria.<sup>159</sup>

Em 7 de janeiro de 1865, o governo imperial aprovava o Decreto nº 3.371 que determinava a criação dos Voluntários da Pátria, devido à necessidade de ampliar o contingente de soldados na luta contra o Paraguai. Segundo Paulo de Queiróz Duarte, “o entusiasmo patriótico” se espalhou Brasil a fora e as fileiras do exército se encheram de voluntários. Uma visão absolutamente fantasiosa, já que ignora os enormes esforços necessários para arrolar soldados para o Paraguai – literal caça aos *voluntários*, alforria de cativos, etc.

Toda a obra de Paulo de Queiroz Duarte esta estruturada de forma factual, descrevendo a formação e atuação dos Corpos de Voluntários das várias regiões do Brasil. Porém, não fala do por que dessa formação, da necessidade de mais soldados, dos fatores que levaram o Império do Brasil a realizar guerra contra o Paraguai. Praticamente não faz referencia a Solano López, ou apresenta o contexto histórico do período em questão. É uma obra oficialistas, onde o único intuito é descrever isoladamente as ações dos Corpos de Voluntários da Pátria que lutaram na guerra.

---

<sup>158</sup> Idem. p. 120.

<sup>159</sup> Idem. p. 200.

Devido ao período, não apresenta nenhuma abertura ou elemento novo. Não comenta, por exemplo, a dificuldade enfrentada pelos presidentes das províncias em recrutar voluntários, segundo Vitor Izecksohn:

O presidente de Minas Gerais produziu um quadro detalhado das suas dificuldades, na tentativa de justificar os péssimos resultados obtidos naquela província, uma das mais refratárias ao recrutamento em todo o Império. Em carta confidencial, ele se queixou ao ministro da Guerra sobre a falta de estrutura para alojar convenientemente aqueles que deveriam seguir para a Corte, enfatizando que: ‘Na prisão eles recebem visitas de pessoas importantes que os aconselham a resistir aos guardas, forçar as portas e fugir’. Esse presidente explicava que a sabotagem partia de pessoas importantes da sociedade mineira, incluindo padres, médicos e juizes da paz, que acreditava estarem movidos pela antipatia à Liga estudos históricos.<sup>160</sup>

Este mesmo autor complementa falando da resistência popular contra guerra e dos métodos utilizados pelo Império para recrutar os “voluntários”:

Por pior que fosse a falta de confiança na condução da guerra, ela não era tão chocante quanto o destino daqueles recrutados que finalmente seguiam para a capital do Império. Os trechos mais impressionantes daquela confidencial são aqueles onde foram detalhadas as condições em que os recrutados marchavam. Ao discutir esse aspecto da questão, Vicente Pires da Mora oferece algumas das mais contundentes imagens sobre o grau de apoio popular à deserção. Ao descrever o risco de motim ao longo da marcha entre Ouro Preto e a Corte, ele justificava o uso de correntes, mesmo levando em consideração o forte impacto que a visão de recrutados algemados podia ter sobre a população ao longo dos caminhos: ‘Dei ordens para que as algemas sejam retiradas em Petrópolis, para evitar que eles cheguem à Corte algemados, como parte dos diversos pontos de onde são enviados’.<sup>161</sup>

Enfim, a obra *Voluntários da Pátria na guerra do Paraguai* pode ser definida como uma obra oficialista e militarista, centrada nos grandes feitos e grandes heróis da época, marcada pelo ufanismo do autor. A guerra é vista pelo autor como uma resposta a uma afronta cometida pelo Paraguai, uma forma de reaver a soberania e a honra nacional. Como a maioria das obras representante dessa historiografia nacional-patriótica, o Império não teria nenhuma culpa na realização da guerra, é o *bom moço* da história.

### 3.3 – *Reminiscências da Campanha do Paraguai, de Dionísio Cerqueira, de 1910*

Analisamos a obra *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, escrita pelo General Dionísio Cerqueira, em 1910. O autor nasceu em Castro Alves, na Bahia, em 2 de abril de

<sup>160</sup> IZECKSOHN, Vitor. *Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 27, 2001. p.6.

<sup>161</sup> Idem. p. 7.

1847; em 1865, entrou no Exército como praça, passou por todos os graus até chegar ao posto de general. A obra é pautada em suas experiências nas batalhas da guerra do Paraguai. Após a guerra, teve participação importante na política nacional, foi ministro das Relações Exteriores [1896 – 1898], ministro da Guerra [1896 – 1897] e ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas [1897]. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1910, ano da primeira publicação da obra.

Devido à dificuldade em localizar a primeira edição, analisamos a edição de 1929. Nesse trabalho, o autor apresenta uma espécie de relatório de guerra, em 341 páginas, descrevendo os acontecimentos principais – declaração de guerra, batalhas, inimigos, dificuldades da campanha, sempre segundo a retórica e os conteúdos nacional-patrióticos. Sobre o início da guerra Cerqueira declara:

O ditador do Paraguai, que preparava, desde muito, para a realização dos seus projetos de expansão e supremacia na América meridional, aproveitou a invasão [do Uruguai], como pretexto, para um rompimento; e, em plena paz, aprisionou no dia 11 de novembro de 1864, o vapor brasileiro Marquês de Olinda que conduzia para o Mato Grosso o malgrado presidente e comandante das armas da província, coronel de engenheiros Frederico Carneiro de Campos, que pouco antes afirmava na Câmara dos Deputados, de que era conspícuo membro, que não precisávamos de tanto exército.<sup>162</sup>

Destaque-se que a invasão do Uruguai, realizada pelas tropas imperiais, apesar do governo paraguaio haver apontado aquela ação como verdadeiro *casus belli*, devido à sua dependência ao porto de Montevideú, para poder manter vínculos com o exterior, é apresentada *en passant*, como “pretexto” para a guerra. Isto permite ao autor enfatizar a prisão do vapor marquês de Olinda, pelo governo paraguaio, “em plena paz”. É clara a utilização do autor da referência à necessidade de um exército brasileiro poderoso.

O Paraguai é apresentado como responsável pela declaração e conseqüente início da guerra. O autor fala de seu ingresso no exército, em obediência à retórica patriótica e militarista da época, com repercussão sobretudo entre os segmentos das classes dominantes, com necessidade de destacarem-se junto ao aparato de Estado. De acordo com Cerqueira: “Não podia ficar no Rio estudando, quando a pátria reclamava o sangue dos filhos para sua desafrenta.”<sup>163</sup>

---

<sup>162</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. [1865-1870]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 46.

<sup>163</sup> Idem. p. 47.

O futuro general era filho de abastada família baiana, recebendo durante o conflito rica *mesada* do pai, para se sustentar com maior folga, no campo de batalha. O orgulho em defender a pátria é igualmente exaltado:

Senti-me orgulhoso, quando formei na 7ª Companhia em ordem de marcha, no dia 5 fevereiro para embarcar a bordo do vapor *Imperatriz*, com destino a Montevideú. [...] Depois da viagem cheia de inclemências, que suporrei satisfeito, porque ia cumprir o meu dever de brasileiro...<sup>164</sup>

Sobre as dificuldades, registra:

A língua estranha, os hábitos diferentes, a decadência estética dos meus amigos, os tipos curiosos dos soldados de [Venâncio] Flores, aquela cidade de alvas tendas de algodão, mal alinhadas e pior armadas, os dias bochornais e as noites frias, a vegetação raquítica e diferente da nossa, aquelas cercas de pitas com folhas colossais, os cavalos magros da cavalaria, arreados de prata, as casas da vila Unión sem telhados, cobertas por açotéias ou eirados, como as *solaria* romanas, tão usadas na Espanha; tudo me impressionava profundamente.<sup>165</sup>

Cerqueira comenta a debilidade inicial do exército imperial, para justificar a dificuldade em se sobrepôr a um pequeno país e aumentar a importância dos feitos dos exércitos imperiais:

O nosso pequeno e mal aparelhado exército deixava muito, senão tudo, a desejar, desde a instrução técnica e o preparo indispensável para a guerra até o comissariado de viveres e forragens, o serviço sanitário, o aprovisionamento de armas, fardamento, equipamento, meios de transporte, etc.<sup>166</sup>

O exército imperial despreparado, não equipado, teria tido que enfrentar um inimigo numeroso:

Entretanto, nosso inimigo tinha em armas cerca de 80.000 homens instruídos e disciplinados, prontos para defender um território inteiramente desconhecido para nós, protegido no interior por intermináveis esteiros; e, pelos lados de Leste e Oeste, circunvalado por imensos rios, limitando extensas regiões desertas, onde não havia uma estrada para dar acesso a invasão, que só poderia ser feita pelo Sul.<sup>167</sup>

Registre-se a avaliação desmedida das forças paraguaias, para destacar-justificar o esforço militar imperial. Esse livro de reminiscências abre-se aqui e ali para apresentar rapidamente *flashes* sobre as reais condições de vida nos campos de batalha, como quando se

---

<sup>164</sup> Idem. p. 51.

<sup>165</sup> Idem. p. 52.

<sup>166</sup> Idem. p. 63.

<sup>167</sup> Idem. p. 64.

refere aos castigos físicos para manter a ordem e a disciplina. Dionísio Cerqueira narra a pena corporal aplicada a dois soldados que atacaram oficial estrangeiro:

As duas espadas reluziram ao mesmo tempo e caíram sobre os ombros largos daquele mancebo atlético. Em poucos instantes, os golpes, que se sucediam num ritmo fatal. [...] Cada um daqueles milheiros de homens que presenciavam o lutuoso espetáculo, sabia que ninguém podia castigar com mais de cinqüenta pancadas de espada de prancha e que a lei estava sendo violada, mas não se ousava dizê-lo ao camarada...<sup>168</sup>

O autor ressalta que essa foi uma das passagens que mais lhe impressionara. Os soldados sabiam que aquilo era contra a lei, mas ninguém ousava falar, em registro indiscutível das relações entre oficiais e subordinados no exército do país aristocrático e escravista. Os presos foram batidos até a morte. “Depois de passadas mil e quinhentas, o médico tomou-lhe o pulso outra vez e não o sentiu, auscultou o coração e nada ouviu.”<sup>169</sup> O castigo do segundo soldado preso foi ainda pior: “O segundo resistiu mais que o primeiro, levou mil e oitocentas e tantas pranchadas!”<sup>170</sup>. Tratava-se de fato de execução à morte através da tortura. Entretanto, para surpresa de todos, Cerqueira apresenta a seguir os dois castigados vivos! “Dois meses mais tarde, estava na *casa da ordem*, quando foram apresentados, para ficarem adidos ao regimento, dois soldados, magros e macilentos. Eram os ressuscitados de Cuencas!”<sup>171</sup>. Destaque-se que, no ano da publicação do livro e morte de Cerqueira, os marinheiros negros da armada se levantariam contra a chibata, apoderando-se de uma das mais poderosas armadas da época.<sup>172</sup>

O autor comenta frequentemente sobre as dificuldades do dia-a-dia da guerra mas sempre com um espírito de exaltação e patriotismo.

Lembro-me com saudade [sic] das marchas fatigantes, das avançadas perigosas, dos dias de fome e penúria, das noites tormentosas, passadas ao relento a gelar, dos encontros mortíferos. A memória povoa-se de imagens esmaecidas das dores que se foram há muito tempo e se transformam em recordações de indizível suavidade.<sup>173</sup>

Elogia o papel dos generais do exército, comparando os grandes líderes da história: “Os maiores generais foram também os maiores políticos e homens de Estado: Alexandre,

---

<sup>168</sup> Idem. p. 92.

<sup>169</sup> Idem. p. 91.

<sup>170</sup> Idem. p. 93.

<sup>171</sup> Idem. p. 94.

<sup>172</sup> Cf., entre outros: MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. Subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Graal, 1979; MAESTRI, Mário. *Cisnes negros*: 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata. São Paulo: Moderna, 1991.

<sup>173</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha [...] Ob. cit.* p. 99.

César, Frederico e Napoleão. A vida militar dá o hábito da ordem, ensina a disciplina, inocula o respeito à lei e faz intenso amor à glória da pátria.”<sup>174</sup> E segue em sua comparação: “Os nossos maiores homens de guerra foram chefes políticos eminentes: Caxias, Osório, Porto Alegre, Polidoro, Pelotas.”<sup>175</sup>

Há referências claras às pretensões da alta oficialidade do exército brasileiro em ampliar seu poder na política nacional, fato que ocorreu, no momento em que escrevia seu livro, no início da República, com os dois governos militares dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, em 1910, com o marachal Hermes da Fonseca, e, sobretudo, mais tarde, a partir do Estado Novo. Épocas em que a Guerra do Paraguai é fortemente enfatizada como defesa gloriosa das forças armadas militares da honra e dos brios nacionais, sob as ordens dos melhores brasileiros, os grandes comandantes militares, com destaque para os do exército.

Sobre as batalhas da guerra do Paraguai, o autor destaca a coragem do soldado brasileiro, a superioridade numérica e o caráter traiçoeiro do inimigo paraguaio, em geral assinalados pelos demais trabalhos:

Os paraguaios, aproveitando a noite, haviam atravessado o canal estreito entre o forte e a ilha, para surpreenderem a denodada guarnição num assalto inesperado, fulminante. Foi tremendo o encontro. Era a primeira vez que o exército de Osório cruzava as armas com o exército do ditador. A guarnição brasileira, inferior em número, não recebia reforços, ao passo que o inimigo assaltante aumentava...<sup>176</sup>

A batalha do dia 10 de abril de 1866 se estendeu mortífera e constante até o amanhecer, quando os brasileiros contaram o hino nacional anunciando a todos a sua vitória.

Quanto aos prisioneiros de guerra, Cerqueira não é menos enfático no tratamento ultra-humano concedido aos inimigos, que, na visão desse militar, deveriam literalmente agradecer pela derrota: “O tratamento, que demos durante a guerra aos nossos prisioneiros, devia ter feito nascer em seus corações sentimentos de afeto e de gratidão para nós, os seus vencedores.”<sup>177</sup>

E, em contraponto, Cerqueira refere-se à maneira como Solano López teria tratado seus prisioneiros. Para enfatizar a proposta, refere-se ao tratamento dado pelo *tirano* a uma *mulher branca*:

Contaram-nos que o Ditador ao receber a notícia da rendição mandou buscá-la presa, e expô-la em plena nudez a soldadesca brutal, que lhe infligiu com ferocidade

---

<sup>174</sup> Idem. p. 97.

<sup>175</sup> Ib. ib.

<sup>176</sup> Idem. p. 114.

<sup>177</sup> Idem. p. 255.

os mais cruéis vilipêndios. Não saciada sua sanha, imaníssimo, tirano mandou que verdugos armados de azorragues flagelassem a mesquinha. As brancas carnes, avergoadas a princípio, tingiram-se de vermelho e saltaram laceradas em pedaços sangrentos aos golpes bravios, até findar-se a agonia da desgraçada num estertor do mais acerbo sofrimento.<sup>178</sup>

A historiografia nacional – patriótica possui traços bem definidos, como exemplo a forma de escrita e organização dos fatos. Geralmente, em linguagem narrativa, os fatos são descritos priorizando o acontecimento em si, e não o contexto em questão, como no exemplo do início da guerra, quando se destaca muito a figura de Francisco Solano López como culpado, porém pouco se fala sobre o contexto da guerra, os motivos que levaram ao início dos combates, etc.

Outro aspecto é o ufanista – nas piores condições, na falta de comida, de salários, e até mesmo, do mais básico, o soldado brasileiro é exaltado como corajoso e destemido, que, mesmo despreparado, deu “vida pela pátria”. Merece destaque também a visão do exército brasileiro como salvador e libertador do povo paraguaio, oprimido pelo tirano que o governou, e que precisava do Império para ser salvo.

### **3. 4 – *Episódios militares*, do general Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, de 1920**

Na obra *Episódios militares*, do general Joaquim S. de Azevedo Pimentel, de 1920, destaca-se igualmente o espírito de exaltação e orgulho sobre os feitos militares na campanha do Paraguai. O autor é natural de Vila de Rio Formoso, estado de Pernambuco. Tendo nascido em 17 de abril de 1844, teria sido um dos primeiros de sua vila a se alistar para lutar na guerra do Paraguai. Fez parte do 1º Corpo de Voluntários da Pátria em 1865, teve uma carreira ascendente no exército. No início da carreira militar, foi promovido a 2º Sargento; em 1866, a tenente, por atos de bravura; em 1869, a capitão, em 1894, a coronel e, finalmente, também por serviços prestados na guerra do Paraguai, foi promovido a general. Participou de importantes batalhas como a perseguição do general Robles, travessia do Paraná, combates de

---

<sup>178</sup> Idem. p. 256.

Itapiru, Passo da Pátria, Estelo Bellaco, Potrero Pires, Curuzu, Sauce, Humaitá, Angostura, Sapucaí, Peribeubí, Campo Grande, tomada de Assunção, Tuiuti e Curupaiti.<sup>179</sup>

Em sua obra, Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel refere-se às batalhas da guerra como um dos primeiros *conflitos modernos* e destaca às dificuldades enfrentadas pelos soldados brasileiros. Não aborda sequer sumariamente o contexto, as causas e os motivos da guerra.

Descreve as razões do *esforço glorioso* das armas imperiais:

Ali tínhamos tudo contra nós. A completa ignorância e desconhecimento total do território, do qual não existia um único mapa; a tenacidade e a perfídia [sic] de um inimigo traiçoeiro [sic], temível e fanático [sic]; o clima, a natureza, pantanosa do terreno, os rios que se multiplicam; em uma palavra, a ferocidade [sic] dos homens e daquela natureza desconhecida.<sup>180</sup>

Através da falta de recursos como mapas e do desconhecimento do território paraguaio, o autor tenta justificar porquê da dificuldade do exército brasileiro em vencer o inimigo.

Destaque-se a desqualificação reiterada do *inimigo* e a referência ao seu *fanatismo*, justificativa comum nessa literatura para a inesperada marcialidade do soldado paraguaio. As dificuldades do terreno e do clima são outras justificativas presentes para a longa duração da guerra e enormes perdas das tropas imperiais, como se elas contassem apenas para os aliancistas e jamais para os paraguaios.

Ressalta-se igualmente que as dificuldades enfrentadas pelos soldados servem para destacar a *tradicional* bravura militar imperial na defesa da pátria, *glória eterna nacional*. “A guerra do Paraguai, como a conquista de Pernambuco aos holandeses, será sempre lembrada com orgulho por todo aquele que se interessar pela glória do Brasil.”<sup>181</sup>

Em breve passagem, ressalta a intervenção da mulher na guerra, elogiando a participação de duas em especial: Florisbela e Ana Méri. Sobre a primeira declara:

Quem não conheceu a intrépida soldada que no 29º Corpo dos Voluntários da Pátria armava-se com a carabina do primeiro homem que era ferido, e entrava em seu lugar na fileira, sustentando o combate até o fim da luta, largando então a arma agressiva para tornar as da caridade, e dirigir-se aos hospitais de sangue?<sup>182</sup>

---

<sup>179</sup> Cf. PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1978. p. 8.

<sup>180</sup> Idem. p. 11.

<sup>181</sup> Idem. p. 17.

<sup>182</sup> Idem. p. 19.

Sobre a segunda, propõe: “D. Ana Neri em cenário diferente, exercia a nobre missão de seu sexo. Era a caridade e a paz. Era a viúva honrada que espargia pelos necessitados tudo quanto a bondade de um coração maternal é capaz de fazer por um filho.”<sup>183</sup>

O autor utiliza as personagens femininas para romantizar a história, ao apresentá-las como duas heroínas, que lutaram, uma desviada de sua natureza, como “*soldada*”, a outra servindo-se naturalmente de seu amor maternal, para defender a pátria. Porém, em momento algum fala das mulheres “anônimas” da guerra, no campo dos aliancistas e sobretudo paraguaio, de seu sofrimento e de sua história.

### Razões da Guerra

Geralmente, ao referir-se marginalmente às razões da guerra, apresenta-se Francisco Solano López como responsável pelo início dos confrontos, ainda que, neste caso, destaque a valentia *até a exageração*, do soldado paraguaio.

Pode-se dizer de D. Francisco Solano López o que quiser; que era déspota, sanguinário, fraticida, covarde, medroso e, como tal tirano. Tinha todos os defeitos dos maus; mas que dirigiu um povo obediente, destemido e patriótico, digno de atingir melhor alvo, capaz dos maiores sacrifícios, valente até a exageração, é coisa que ninguém ousará pôr em dúvida.<sup>184</sup>

Solano López teria manipulado o povo de modo que ficasse cego às suas ordens:

Aquela nacionalidade *sui generis* é o protótipo da obediência, da resignação, da bravura. O atraso intelectual em que jazia, porém, levou-a, apesar de todos aqueles bons predicados, à teimosia [sic] de uma luta sem tréguas, sem quartel e sem descanso, durante mais de cinco anos, findos os quais só caiu exausto todo aquele monumento de heróicos feitos, quando rolou por terra a cabeça de seu mais formidável opressor!<sup>185</sup>

Apesar disso, apresenta-se a referida desqualificação dos soldados paraguaios:

Antes de amanhecer o memorável dia 3 de novembro de 1867, todo o acampamento de Tuiuti ardia em fogo. O inimigo entrava por ele adentro animado mais pelo número [sic] do que pelo valor, tantas tinham sido as derrotas já sofridas nos diversos combates que ali se empenharam. Havia 20 paraguaios para fazer frente a cada brasileiro.<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> Idem. p. 20.

<sup>184</sup> Idem. p. 41.

<sup>185</sup> Id. ib.

<sup>186</sup> Idem. p. 20.

Uma proposta que contradita a permanente superioridade numérica e em armamentos dos aliancista sobre as tropas paraguaias. O autor compara o exército paraguaio e o exército brasileiro, fazendo uma espécie de divisão entre o bem e o mal:

Os paraguaios fuzilavam os nossos prisioneiros que, por ferimentos somente, tinham a desgraça de cair-lhes no poder. O brasileiro cobria de carícias o seu prisioneiro, reputando uma honra para si, sempre que podia dizer: ‘Aqui tem, meu oficial, este prisioneiro que tomamos com as armas na mão. Fazia fogo o patife que parecia um possesso!’.<sup>187</sup>

Reafirma a proposta de Solano López como tirano e enfatiza a *bondade* das tropas brasileiras. Um tirano tão perverso que seu próprio povo pedia socorro aos brasileiros para que o libertasse da tirania. O Império fazia a guerra em favor da população paraguaia. Uma outra narrativa quase permanente da historiografia nacional-patriótica.

A 31 de maio de 1869 partiu no Piraiú, com uma força de cavalaria e quatro bocas de fogo, Brigadeiro João Manoel Menna Barreto [...] a fim de ir libertar naquela direção militares de famílias paraguaias, que pediam com instância o socorro dos brasileiros que as livrasse das garras do ditador, cuja perversidade se tornara crescente e assombrosa.<sup>188</sup>

O general segue ao longo da obra descrevendo fatos do cotidiano do campo de batalha e exaltando a bravura do soldado imperial que, apesar da fome, da sede, das péssimas condições do ambiente, não abandonou a missão e o patriotismo. “Pode haver país no mundo que se ufane de ter bons soldados, valentes e resignados; porém, hão de permitir-nos que nenhum exceda em dedicação e amor à Pátria ao soldado brasileiro.”<sup>189</sup> Uma proposta do soldado brasileiro como exemplo no mundo em total contradição com sua escassa combatividade e as frequentes deserções, desde o momento do arrolamento no Brasil.

---

<sup>187</sup> Idem. p. 40.

<sup>188</sup> Idem. p. 47.

<sup>189</sup> Idem. p. 40.

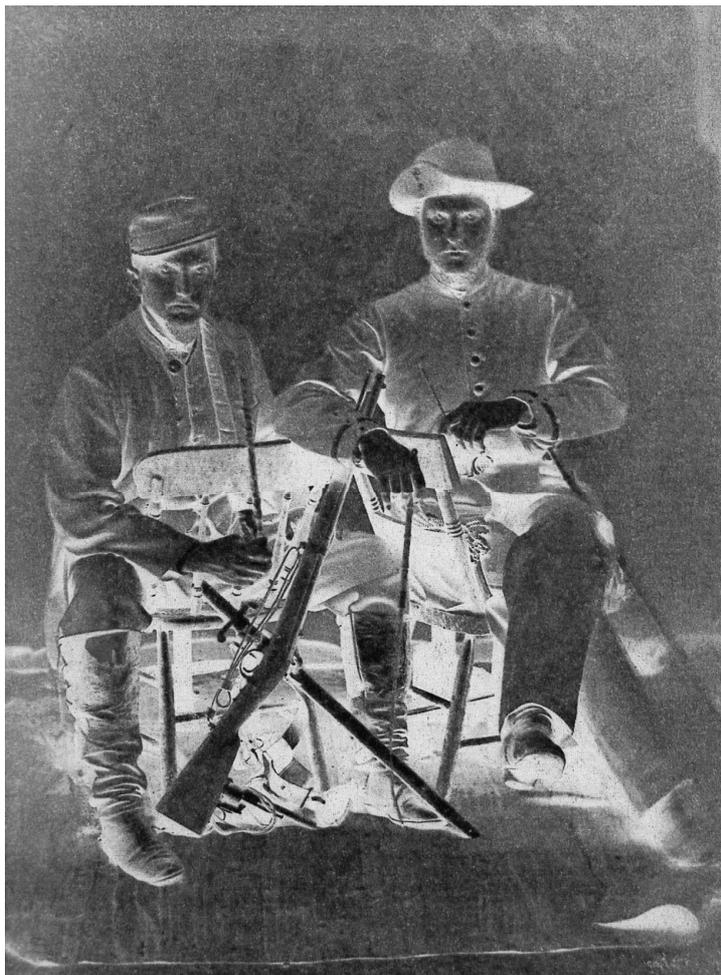


Figura 12 – Soldados brasileiros. Fonte: Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai Memórias & Imagens*.  
Biblioteca Nacional, 2003.

Do mesmo modo ressalta a bravura do soldado brasileiro:

[...] cai perto de nós, cerca de 10 braças, amortecendo os ricochetes, uma granada de calibre 68 com a espoleta inflamada, a qual parou junto de um soldado que atravessara a linha de banheira do acampamento. Um trovão, uma miríade de silvos atroou no ar, e ensurdeceu-nos. Olhamos e vimos...O soldado cumprimentara com um sorriso de desdém acompanhado da continência militar à granada, na ação de detonar; e, voltando-se para o nosso grupo, disse, rindo e perfilado: - Não era ainda a nossa, senhores oficiais! [...] A bomba arrebentara dois a três passos distantes das pernas do valente guerreiro!<sup>190</sup>

Nota-se que, um dos pontos principais da obra é a constante tentativa do autor em enaltecer os feitos dos soldados brasileiros principalmente dos comandantes de tropas. Em fim, é uma obra de cunho generalista, onde o General Joaquim S. de Azevedo Pimentel

---

<sup>190</sup> Idem. p. 26.

apresenta visões dos acontecimentos da guerra a partir de sua concepção de mundo e sobretudo a partir de sua participação na guerra do Paraguai.

### 3. 5 — *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, Tasso Fragoso [1934]*

Tasso Fragoso [1869-1945], general do Exército brasileiro, que governou o país quando do golpe militar de 1930, escreveu obra de vocação historiográfica, mais de meio século após o fim dos acontecimentos. Apresenta, assim, avanço formal em relação aos trabalhos iniciais sobre o conflito, restritos quase apenas às batalhas, já que empreende estudo ainda que sumário sobre a situação do Prata e a história do Paraguai. Entretanto, não supera qualitativamente as propostas da historiografia nacional-patriótica. O general organizou uma obra em cinco volumes, onde destaca os *antecedentes da guerra* a ameaça que os *tiranos* Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina, representavam para as independências e modernidade dos jovens Estados sul americanos. “[...] firmou-se em Montevideú, no dia 21 de novembro de 1851, o convênio especial de aliança entre os estados já referidos, contra o tirano que os ameaçava.”<sup>191</sup>

Refere-se quando, após a deposição de Oribe e Rosas, em mensagem aos brasileiros, Urquiza faz referência da vitória contra a tirania:

Á divisão auxiliar do Brasil. Brasileiros! A justiça, a Liberdade e a Glória vos chamaram ao Rio da Prata, e cooperastes para a salvação das duas Repúblicas e aniquilamento de seus tiranos. Graças, e imortal honra a vós e a vossos filhos.<sup>192</sup>

Salienta igualmente que a intervenção imperial no Prata ocorreu em defesa dos *direitos* dos brasileiros no Rio Grande do Sul e residentes no Uruguai, *ofendidos* e *violentados* pelos governo urguaio.

Segundo o autor, os acontecimentos teriam conduzido o Império à intervenção no Prata:

Os acontecimentos iam-se, portanto, se precipitando e obrigaram afinal o Brasil a uma intervenção, que ele por todos os modos buscava evitar. Os estadistas do Império nutriam a firme convicção, baseada na observação serena dos fatos, de que convinha ao Brasil não se envolver nas lutas das antigas colônias hispano-americanas da América do Sul, pois, por mais decisivas e terminantes que fossem as

---

<sup>191</sup> Idem. p. 55.

<sup>192</sup> Idem. p. 58.

manifestações de sua desambição, sempre se levantariam vozes para desvirtuar os sentimentos inspiradores do seu procedimento.<sup>193</sup>

Destaque-se, inicialmente, que o autor usa o substantivo “Brasil” onde deveria utilizar “governo imperial”, ou como o faz a seguir, “estadistas do império”. Desse modo, nacionaliza literalmente as decisões do segmento no governo das classes dominantes da época. Um recurso no geral utilizado por toda a historiografia nacional-patriótica, como veremos a seguir. Desconhece, igualmente, em forma total, a política expansionista e imperialista imperial no Prata.

Para o general, o Império do Brasil procurava manter-se fora das questões do Prata. O que fora impossível, pois o governo do Estado oriental teria atacado os *compatriotas brasileiros*:

Em fim de 1849 ocorre um fato que abala o Império e o impele de novo para o lado do Prata. Oribe dominava a campanha do Estado Oriental e não hesitava diante de quaisquer violências para alimentar a guerra a que presidia. Nestas condições não é de estranhar que gente sua assolasse as estâncias de brasileiros sitas na campanha oriental, nem que transpusesse a nossa fronteira do Rio Grande para praticar depredações em nosso próprio território.<sup>194</sup>

Portanto, apenas devido à *hostilidade* sofrida pelos brasileiros em território Uruguai e nacional, o exército teria sido forçado a intervir contra Manuel Oribe [1792-1857], definido como tirano e violento, que não respeitaria os vizinhos. Os mesmos adjetivos foram utilizados para definir Juan Manuel de Rosas [1793-1877] na chefia da Confederação Argentina e aliado de Oribe, como assinalado.

Por um lado, esses qualificativos depreciam o regime político dos Estados invadidos pelas forças imperiais e, por outro, qualificam o regime imperial, sobre os quais não se realiza discussão, apesar de tratar-se de ordem oligárquica e escravista, que mantinha à margem dos direitos políticos e civil uma enorme parte da população, com destaque para os trabalhadores escravizados. Nesse momento, no Uruguai de Oribe e na Argentina de Rosas, a escravidão já havia sido abolida. Registra-se que, na época em que escrevia, era já gritantemente perceptível a singularidade da ordem escravista colonial do Império, vencida em 1888.

A seguir, o general-historiador passa a descrever a intervenção das forças imperiais, com o apoio de Justo José Urquiza [1801-1870], governador da província de Entre Rios, no

---

<sup>193</sup> Idem. p. 48.

<sup>194</sup> Idem. p. 49.

Uruguai, contra Oribe, e na Argentina, contra Rosas, em processo de personalização do confronto, sempre desqualificativo os oponentes:

Logo que Rosas percebeu que o Brasil intervinha francamente contra Oribe de colaboração com Urquiza, extravasou a sua ira [sic] lançando contra ambos os qualificativos [sic] mais deprimentes e menos protocolares.<sup>195</sup>

O general lembra que Rosas, em apoio a Oribe, teria declarado guerra ao Brasil, o que colocaria a responsabilidade da mesma sobre as costas daquele *ditador*: “[...] declarou, a 18 de agosto de 1851, que nossa atitude acometendo Oribe tornava inevitável a guerra e avisou que ia apelar para as armas.”<sup>196</sup> Óbvio, portanto, que a intervenção fora cuidadosamente preparada pelo gabinete conservador imperial, que se servira anteriormente dos serviços de Mauá para financiar a resistência da oligarquia comercial de Montevideú, pró-Império.

Os sucessos – que teriam se desenhado à margem da vontade do *Brasil*– levaram à guerra contra Rosas e Oribe, vencidas pelo Império apoiado por Urquiza:

Urquiza penetrou triunfante em Buenos Aires, no dia 18 de fevereiro de 1852, à frente do exército com que havia restabelecido a liberdade na sua pátria. Acompanhou-o a divisão brasileira [...]. Marques de Sousa e seus comandados foram aplaudidos com entusiasmo.<sup>197</sup>

Tasso Fragoso destaca os aplausos dos argentinos aos brasileiros, sem destacar que se tratava essencialmente de fração da guerra civil argentina, no caso, a unitarista.

A guerra que transformou, por anos, o Uruguai em um semi-protetorado do Estado imperial, é apresentada como luta pela liberdade contra a tirania. Urquiza e o exército brasileiro são descritos como “salvadores da pátria, contra os tiranos que as governava”. Não é que o general não conheça as consequências da imposição do governo Imperial ao Uruguai, após a derrota militar do governo constitucional blanco. Em verdade, ele refere-se a elas, apresentando-as como positivas. Portanto, terminada a guerra, o *Brasil* consegue o cumprimento do Tratado feito com o Uruguai em 1851: de limites, de aliança, de prestação de socorros, de comércio e navegação, da entrega recíproca de criminosos, de desertores e de devolução de cativos fugitivos. Segundo o general, então, o governo do Uruguai pode voltar à normalidade.

Ainda no período da ação conjunta contra Oribe, firmou o Brasil cinco tratados com a República do Uruguai (12 de outubro de 1851, a saber: 1) de limites; 2) de aliança;

---

<sup>195</sup> Idem. p. 55.

<sup>196</sup> Id. ib.

<sup>197</sup> Idem. p. 57.

3) de prestação de socorros; 4) de comércio e navegação; 5) de entrega recíproca de criminosos e desertores, e de devolução de escravos.<sup>198</sup>

Destaque-se que a imposição da devolução de trabalhadores escravizados fugidos imposta ao Estado uruguaio ia contra a sua Constituição, que não reconhecia mais a instituição bárbara.

Em relação à historiografia nacional-patriótica, Tasso Fragoso inova igualmente ao fazer espécie de resumo histórico do Paraguai, desde a independência até a guerra. Segue, porém, na sua narrativa partidária e apologética, retomando, no conteúdo, o que superara na forma. Declara a respeito do governo de José Gaspar Rodríguez de Francia [1776-1840]: “Francia era indivíduo de certa cultura, pois havia estudado na Universidade de Córdoba, mas dotado de um caráter desumano [sic].”<sup>199</sup> Propõe que, após a morte de Francia, o Império teria tentado uma aproximação com o novo líder paraguaio, Carlos Antônio López [1790-1862]: “Desde os primeiros tempos, olhou o Império com simpatia para o Paraguai.”<sup>200</sup> Sequer se refere à situação conflituosa com aquele país, ao apoio militar prometido aos espanhóis e espanholistas, contra o movimento de independência; à poderosa e malograda expedição naval enviada contra ele pelo Império, em fins de 1854, de quinze navios de guerra e mais de cinco mil soldados e marinheiros.<sup>201</sup>

Destaca as questões de fronteiras entre o Paraguai e o Brasil, justificando a intransigência imperial sobre territórios que haviam pertencido inquestionavelmente à antiga província do Paraguai. Mais uma vez, substitui, nesse caso, o governo pelo Império, ao se referir aos responsáveis pelas decisões.

É importante assinalar que o autor destaca sempre o projeto expansionista de López e sua tentativa de se aliar com o Império brasileiro. “López [...] pretendia dividir fraternalmente entre Brasil e o Paraguai o que é hoje o território argentino de Missões. E, claro que o Império não podia firmar um tratado desse teor.”<sup>202</sup> Após a morte de Carlos Antônio López, assumiu o poder seu filho Francisco Solano López [1827-1870], definido por Tasso Fragoso como um homem áspero, intratável e despótico: “[...] tratava mal toda a gente, até aos diplomatas,

---

<sup>198</sup> Idem. p. 29.

<sup>199</sup> Idem. p. 67.

<sup>200</sup> Idem. p. 70.

<sup>201</sup> Cf. BENITES, Gregorio. *Anales diplomaticos de la guerra del Paraguai*. Asunción: Munõztino, 1929.

<sup>202</sup> Idem. p. 73.

agentes estrangeiros que se encontravam nessa época no Paraguai. Por isso indispôs-se com o Brasil e os Estados Unidos.”<sup>203</sup>

O autor descreveu vários fatos importantes do período, como a invasão de Flores ao Uruguai, a qual chama de “cruzada libertadora”, o rompimento do Império com o Uruguai e consequentemente com o Paraguai.

O general cita a declaração do governo paraguaio, quando da possibilidade da invasão do Uruguai pelo Império, que, nos fatos, comprova que o governo brasileiro cometeu aquela ação consciente que resultaria em guerra contra o Paraguai:

O governo do Paraguai deplora profundamente que o de V. Exa. Haja julgado oportuno afastar-se nesta ocasião da política de moderação [...] Não pode, porém, ver com indiferença, e menos consentir que, em execução da alternativa do *ultimatum* imperial, as forças brasileiras, quer sejam navais, quer terrestres, ocupem parte do território da República Oriental do Uruguai, nem temporária, nem permanente. Sua Excelência o Sr. Presidente da República ordenou ao abaixo assinado *declare* a V. Exa., como representante de S.M. o Imperador do Brasil, que o governo da República do Paraguai considerará qualquer ocupação do território oriental por forças imperiais[...] como atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata, que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade, e que protesta da maneira mais solene contra tal ato, desonerando-se desde já de toda responsabilidade pelas conseqüências da presente declaração.<sup>204</sup>

Entretanto, apesar do documento apenas citado, apresenta o governo paraguaio como motivador do conflito, dando como exemplo a declaração em apoio ao Uruguai e invasão paraguaia ao Mato Grosso. Acusa igualmente López de iniciar a guerra para tornar o Paraguai conhecido: “Ele tinha a idéia – escreveu Thompson – de que só uma guerra poderia tornar conhecido o Paraguai.”<sup>205</sup>

As perturbações militares poderiam ter ficado aí, mas a ambição incoercível e o orgulho desmesurado de Francisco Solano López, ditador da República do Paraguai, obrigaram o povo brasileiro [sic] a cruzar armas com os seus dignos irmãos paraguaios, cruentando sem necessidade uma extensão considerável da América do Sul. Contra as hostes com que esse bárbaro [sic] invadiu o solo da Argentina e do Brasil, desrespeitando a soberania destes países, saqueando-os e depredando-os, vão levantar-se em massa brasileiros, argentinos e orientais em justo movimento de legítima defesa.<sup>206</sup>

Conforme esta lógica, López tinha se preparado cautelosa e secretamente para a guerra contra o Brasil, para se fazer *conhecido*. Não há referência ao acúmulo de armas pelo governo no Mato Grosso, à expedição naval contra Assunção, aos tratados com a Argentina contra o

---

<sup>203</sup> Idem. p. 111.

<sup>204</sup> Idem. p. 232.

<sup>205</sup> Idem. p. 251.

<sup>206</sup> Idem. p. 304.

Paraguai. No frigidar dos ovos, tudo se reduz à vontade de um líder treloucado. O discurso utilizado para justificar a guerra é sempre o de defesa, de luta contra o tirano, jamais contra o povo paraguaio. Em nenhum momento fala dos interesses profundos do Império, ou das conquistas territoriais e indenizações impostas ao país e a seu povo.

O autor trata também das expedições fluviais e terrestres imperiais, as principais batalhas e conquistas brasileiras, destacando o patriotismo, sobretudo dos oficiais brasileiros: “Sei que morro, mas meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria.”<sup>207</sup>

E, é, nesta linha de pensamento que o autor encerrou sua obra.

Podemos concluir a análise destas cinco obras elencando alguns dos pontos comuns e determinantes entre elas, que caracterizam a historiografia nacional-patriótica: todas as obras são marcadas pela visão ufanista e nacionalista, onde os feitos do exército brasileiro foram sempre referendados como justos, respeitosos e bravos; que devido às pressões e exploração realizada pelo *tirano* do Paraguai, o Império não teve outra escolha a não ser intervir na região platina. É uma historiografia pautada na descrição factual, ou seja, restrita à descrição superficial dos acontecimentos, sem abordar o contexto, as causas, as decorrências, etc., assim o real entendimento do desenrolar dos fatos.

A razão apresentada para a guerra é sempre a tirania de Solano López que não respeitava seu povo e seus vizinhos e planejava expandir seus territórios, iniciando pela invasão do Mato Grosso. Do mesmo modo, o soldado paraguaio é descrito como fanático e louco, que defende Solano López mesmo nos piores momentos, sem abandonar a batalha, o que contribuiu na demora para acabar a guerra.

São obras escritas principalmente por representantes militares ou pessoas ligadas ao contexto militar, que tentam constantemente elevar e enaltecer os feitos históricos do exército nacional. Militares que historicamente buscaram ampliar e garantir seu poder de controle sobre as decisões e os acontecimentos políticos brasileiros. Uma das formas mais eficazes para atingir a opinião pública da época era através da cultura, da literatura, da historiografia, por isso os militares buscaram controlar obras e publicações sobretudo nos manuais escolares, para assim, determinar a formação da mentalidade nacional, com destaque para os setores tidos como determinantes.

Por muitos anos a visão militar foi aceita como a verdadeira, a correta, o que representava também o poder dessa instituição junto à sociedade. O que explica também a

---

<sup>207</sup> Idem. p. 273.

exasperação quando surgiram as obras revisionistas. Mais do que perder espaço da literatura ou no mundo acadêmico, significava perder o controle das representações sobre o passado e o presente do país, determinantes para seu controle político e social.

#### 4. A DITADURA MILITAR E O GENOCÍDIO AMERICANO

Salvo engano, o primeiro trabalho publicado no Brasil sobre a Guerra contra o Paraguai, de repercussão, com uma visão diferente da historiografia nacional-patriótica, foi o livro dos italianos Manlio Cancogni e Ivan Boris, publicado em 1970 na Itália, e lançado no Brasil em 1975, pela Civilização Brasileira, tradicional editora de esquerda – *Solano López: o Napoleão do Prata*. Nesse trabalho de divulgação histórica, os autores realizam uma primeira modernização historiográfica da abordagem do tema, ao estudarem sinteticamente histórica, econômica e socialmente o principal cenário do conflito.

Os autores analisam telegraficamente a história paraguaia, da chegada dos primeiros espanhóis ao governo de Francisco Solano López, que o apresentam sob nova luz, como um homem de cultura, de coragem e patriota. O livro não teria sido reeditado devido à proibição expressa da Ditadura Militar. Três anos mais tarde, em 1978, foi publicada a tese de doutoramento do americanista e professor da USP Raul de Andrada e Silva, *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*, abordando o governo do doutor Francia. Este valioso e ponderado trabalho de cunho acadêmico, não teve praticamente repercussão no Brasil.<sup>208</sup>

É possível destacar algumas identidades significativas entre a obra de Cancogni e Boris, *Solano López: o Napoleão do Prata*, e a obra de Andrada e Silva, *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai*, apesar do caráter diverso dos trabalhos que se expressa comumente em uma generalização e potenciação de fenômenos, muitas vezes tendenciosos, pelos italianos. Para Cancogni e Boris, após o reconhecimento da Independência, o Paraguai passou por um processo de re-estruturação:

A junta de Assunção, com Yegros como presidente, trabalhou com celeridade na organização do país, fundando escolas de ensino gratuito para todos, reativando a navegação pelo rio Paraguai, construído estaleiros e traçando planos para colonização do Chaco.<sup>209</sup>

Nos fatos, a primeira Junta pouco fez, por falta de tempo, de meios, de espaço, de decisão.

Os autores destacam igualmente o incentivo à educação e à busca pela melhoria do país e a figura do doutor Francia:

---

<sup>208</sup> Cf. SILVA, Raul de Andrada e. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. p. 267.

<sup>209</sup> CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. *Solano López [...] Ob. cit.* p. 22.

Francia preferia não se manifestar sobre essas discrepâncias e, se a discussão se prolongava excessivamente, fechava-se no silêncio ou se retirava, somente voltando quando os demais o procuravam para pedir-lhe conselho e ajuda. Desse modo seu prestígio aumentava enquanto diminuía o dos seus colegas.<sup>210</sup>

Uma realidade proposta, em forma matizada e mais ponderada, na obra de Raul de Andrada e Silva:

Apesar de todos os defeitos, sob o aspecto do ensino das primeiras letras, no dizer dos observadores coesos, o Paraguai se avantajava às demais províncias do Vice-Reino, e ali, não somente os ‘criollos’, mas também os índios e ‘mestizos’, ‘aun los simples jornaleros’ sabiam ler e escrever nos fins do século XVIII.<sup>211</sup>

Visão que os italianos radicalizam e totalizam: “Em contrapartida preocupou-se com a instrução primária, que era gratuita e obrigatória. Tanto assim que, ao morrer, não existia um só analfabeto no Paraguai, caso único em toda América Latina da época.”<sup>212</sup> Destaque-se que o ensino primário no Paraguai, obrigatório na época de Carlos Antonio López, se restringia aos jovens do sexo masculino, sem abarcar certamente a todos eles. O que não impugnava o caráter singular dessa educação, para a época.<sup>213</sup>

Em 1979, Júlio José Chiavenato lançava, pela Brasiliense, igualmente destacada editora de esquerda, *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*, obra de imediato e imenso sucesso. Essa e as duas obras anteriores surgiam em um período extremamente conturbado da história política do país. Ou seja, os anos de ditadura militar. Porém, nos quase cinco anos que separaram a publicação da obra dos autores italianos e a de Chiavenato ocorreram transformações importantes na esfera social e política brasileira. Em 1975, vigia ainda a mais dura repressão sobre o país. Em 1979, sob a crescente pressão social, popular e política, com destaque para a reativação do movimento sindical e social, o regime militar iniciava o processo de “Abertura, lenta, gradual e segura”.

---

<sup>210</sup> Idem. p. 22.

<sup>211</sup> SILVA, Raul de Andrada e. *Ensaio sobre a ditadura [...] Ob. cit. p. 49.*

<sup>212</sup> CANCOGNI, Manlio. BORIS, Ivan. *Solano López: o Napoleão [...] Ob. cit. p. 27.*

<sup>213</sup> Cf. PETERS, Eeinz. El sistema educativo paraguayano desde 1811 hasta 1865. Paraguay: Instituto Cultural Paragayo-Alemán, 1996. Apud MAESTRI, Mário. “No Paraguai do século 19 todos sabiam ler”. O NACIONAL, Passo Fundo, terça-feira, 13/04/2010. p. 4.

### O Brasil às vésperas do golpe

Historicamente, o Brasil é um país desigual, que trouxe em sua essência os resquícios da *monarquia* e do *escravismo*. Sempre existiu uma chamda elite nacional, que controlou o país – os grandes latifundiários, empresários e comerciantes.

Do mesmo modo, ao longo dos anos, devido à grande desigualdade existente, ocorreram no Brasil vários movimentos, de variadas ordens, contra a dominação e exploração, revoltas, revolução, protestos, greves, entre outros. Dentre esses movimentos, ocorreu o início da organização dos movimentos de classe trabalhadora e da esquerda.

Sobretudo após a República Velha, o país conheceu importantes conflitos políticos, sociais e econômicos. Não estava ainda definido o modelo de desenvolvimento e dominação do país e eram vários grupos com interesses diferentes, buscando o controle do mesmo. Nesse contexto, travou-se forte disputa entre as várias correntes ideológicas existentes – o auge dessa luta ocorreu no governo de João Goulart [1919-1976], do PTB, que assumiu a presidência e buscou restabelecer o modelo nacional-desenvolvimentista burguês, implantado anteriormente por Getúlio Vargas.<sup>214</sup>

Após tentar inutilmente estabilização econômica de caráter liberal e, a seguir, governo centrista com apoio militar [4-7 de outubro de 1963], Goulart relançou o nacional-desenvolvimentismo burguês autônomo, sem propor as medidas político-econômicas necessárias a sua consecução e, sobretudo, sem mobilizar-organizar as classes populares contra o golpe e pela conquista da hegemonia nacional. Para o trabalhismo e para o PCB, o desarmamento político, ideológico, organizacional e militar da classe operária era pressuposto necessário à participação da burguesia *nacional-progressista*, que já aderira plenamente ao golpismo, no projeto desenvolvimentista – [PTB e PSD].<sup>215</sup>

Então, em 1964, apresentavam-se duas soluções para a volta do processo de expansão da economia. Uma era o aprofundamento do desenvolvimento autônomo, com um maior peso e destaque social, econômico e político para os trabalhadores, com a impulsão de reformas radicais que modificariam substancialmente a correlação social e políticas de forças. A outra era o padrão de acumulação e exploração capitalista, em associação-subordinação ao capital internacional. “Revolução ou contra-revolução” eram as alternativas – o caminho vitorioso foi o da contra-revolução.

<sup>214</sup> Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sócias no Brasil. 1961-1964*. 7 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, EdUnB, 2001.

<sup>215</sup> MAESTRI, Mário. *Submissão e Autonomia [...] Ob. cit.* p. 7.

## Golpe de Estado

Desde o segundo governo de Getúlio Vargas, em 1951, quando ele adotou uma postura nacionalista e populista, aproximando-se das classes trabalhadoras e distanciando-se dos interesses internacionais sobretudo dos Estados Unidos, os militares vinham tentando ocupar a presidência. As pressões golpistas sofridas por Vargas foram inúmeras e acabaram levando-o ao suicídio, em 24 de agosto de 1954. A grande comoção nacional por esse desenlace fez com os militares se retraíssem, por alguns anos. O golpe só veio há ocorrer dez anos depois, no governo do João Goulart.

O presidente João Goulart sofreu fortes pressões por parte da direita do país, devido a sua aproximação com o modelo nacionalista e desenvolvimentista e sua promessa de reformas e mudanças sociais de *base*, como reforma agrária e a reorganização do modelo de desenvolvimento econômico nacional.

Em 1964 a pressão política chega ao seu auge – na manhã do dia 1º de abril, os militares marcharam para o Rio de Janeiro, capital da República, e através das armas pressionaram João Goulart a renunciar. O presidente, sem apoio militar e não querendo chamar a população à resistência, optou por eclipsar-se, deixando o país e sua população nas mãos dos novos senhores. Então, a ditadura militar começou a mostrar suas garras.

Mas o porquê desse golpe? Tratava-se de solução golpista promovida pelos grandes proprietários ensejada também por período de lutas sociais, políticas e ideológicas, não só no Brasil como no mundo. A campanha protagonizada pelos Estados Unidos, em todo o mundo capitalista, contra o *comunismo* e os *trabalhadores*, ganhara corpo e poder inclusive no Brasil, onde era comum a ação e a intervenção estadunidense, através de órgãos da divulgação anticomunista.

Conforme o historiador Thomas Skidmore:

Os conspiradores sustentavam idéias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na ESG (Escola Superior de Guerra), segundo o modelo do National War College dos Estados Unidos. No Brasil, a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração freqüentados por igual número de civis e militares destacados em suas áreas de atividade. Da doutrina ali ensinada constava a teoria da “guerra interna” introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todos neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas.<sup>216</sup>

---

<sup>216</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 22.

O país tinha que vencer seu *inimigo interno*, os comunistas. O medo do socialismo fomentado entre as classes médias era fortemente usado para golpear as conquistas, reivindicações e organizações populares, já que a organização e mobilização popular representava uma ameaça aos interesses das grandes classes proprietárias no Brasil.

Para justificar a vitória dos golpistas Thomas Skidmore salienta:

Como foi que os inimigos do presidente brasileiro conseguiram expulsá-lo do governo do país? A explicação mais imediata é que seus obstinados adversários civis haviam conquistado a simpatia dos militares, fator essencial para o bom êxito de um golpe. Para alguns militares no entanto, o trabalho de persuasão dos civis foi dispensável, pois em 1963 se haviam convencido de que Goulart estava levando o Brasil para um estado socialista que extinguiria os valores e as instituições tradicionais do país. Estas idéias estavam contidas em um memorando que circulou nos quartéis de todos os estados brasileiros e sustentavam que o presidente devia ser deposto antes que suas ações (nomeações de militares, definições financeiras, etc.) enfraquecessem a própria instituição militar. O coordenador dos conspiradores na área das forças armadas era o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco...<sup>217</sup>

No dia 11 de abril de 1964, o congresso sob controle militar, *elegeu* o general Castelo Branco [1900-1967] como ditador-presidente. Seu governo foi marcado por políticas liberais voltadas à diminuição da inflação:

O governo Castelo Branco implementou, gradualmente, medidas liberais, recessivas e antiinflacionárias. A liberação das remeças de capitais; indenização régia do capital expropriado; corte de despesas e investimentos; diminuição dos subsídios; restrição do crédito; arrocho salarial; desvalorização cambial, etc. ensejaram recessão, inflação, desemprego, queda do poder aquisitivo. Em 1965, o crescimento do PIB foi igual a zero.<sup>218</sup>

Essa política econômica gerou a retomada da oposição social ao criticar o regime ditatorial, com forte defecção das classes médias:

A política recessiva fortaleceu oposição social crescente ao regime ditatorial, primeiro, dos segmentos médios [eleições de 1964; revolta estudantil, em 1967] e, finalmente, da classe trabalhadora [greves operárias de 1968]. A recessão obrigou, em vez das exigidas privatizações das empresas públicas, investimentos no setor público, para limitar o processo econômico depressivo.<sup>219</sup>

No governo Castelo Branco foram aprovados três Atos Institucionais: O AI-2 instituiu as eleições indiretas para presidente da República, dissolveu os partidos políticos, mudou a

<sup>217</sup> Id. ib.

<sup>218</sup> MAESTRI, Mário. *Submissão e Autonomia [...] Ob. cit.* p. 8.

<sup>219</sup> Id. ib.

legislação partidária com a existência de apenas dois partidos; o AI-3 estabeleceu eleições indiretas para governador, a indicação dos prefeitos feita pelas assembleias legislativas, mudou o calendário eleitoral e cassou deputados; e o AI-4 convocou o Congresso para a votação e promulgação da Constituição de 1967. As eleições indiretas e a existência de um “partido de oposição” era uma fachada para manter uma “aparência democrática”, o que, sabe-se que não era verdade.

### **Novo Ditador**

Em 1967, foi a vez do general Arthur Costa e Silva [1899-1969] assumir o controle do país, como ditador-presidente. Seu governo foi marcado pelo combate aos movimentos de oposição, que haviam renascido, muito fortes, inicialmente entre os estudantes, a seguir entre os trabalhadores. Ele combateu a inflação, empreendeu o achatamento salarial dos trabalhadores, ampliou o comércio exterior, devido à retração do consumo interno. Iniciou uma reforma administrativa.

A oposição, sobretudo da poderosa burguesia industrial paulista e a crise social determinada pela política liberal-recessiva determinaram que o segundo governo militar [15.3.1967] retomasse o nacional-desenvolvimentista burguês, em associação com o capital internacional, através de medidas autoritárias.<sup>220</sup>

Em 1968, a situação social tornou-se explosiva. A morte do estudante Edson Luís, assassinado com um tiro pela polícia, aumentou a revolta e as manifestações estudantis e populares contra o regime militar. A situação política agravou-se, em agosto, quando a ditadura serviu-se da declaração do deputado Márcio Moreira Alves, recomendando, em discurso, que as moças se recusassem a dançar com cadetes em protesto contra o regime militar. Costa e Silva convocou o Conselho de Segurança Nacional e, no dia 13 de dezembro de 1968, editou o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que lhe dava poderes para fechar o Parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão. A nova política econômica exigia centralização política ditatorial

### **Governo Médici**

Em 25 de outubro de 1969, o rio-grandense Emílio Garrastazu Médici [1905-1985], representante da linha militar e civil dita *dura*, assumiu o governo do país em um momento sombrio. Para manter o controle político, aumentou a repressão e levou o Brasil aos “anos de

---

<sup>220</sup> Idem. p. 11.

chumbo” – com a luta armada e a repressão tornando-se cada vez mais forte. Para conter a oposição, ampliaram-se para todo o país as torturas contra aqueles que fossem, inclusive, suspeitos de lutar pelos princípios democráticos.<sup>221</sup>

Denúncias de tortura e desaparecimentos ocorreram nos anos setenta e prejudicaram o prestígio do governo no cenário internacional – a diplomacia brasileira apresentava tais denúncias como “coisa da esquerda comunista”.

Poucos foram os grupos que conseguiram manter resistência ao governo:

A oposição legal, o MDB, ficou de pés e mãos atados. Os políticos emedebistas até que faziam discursos inflamados de contestação, mas os textos eram revistos e censurados antes de chegarem aos meios de comunicação. As tenazes da repressão foram tão apertadas que Médici não precisou fazer uma só cassação. A Igreja Católica tornou-se, *faute de mieux*, a única instituição capaz de enfrentar o governo e sobreviver. Mas mesmo dentro dela havia divisões, o que a impediu as vezes, de defender membros do clero dos horrores da tortura.<sup>222</sup>

Nesse contexto, acirraram-se ainda mais o controle sobre as representações ideológicas, culturais, historiográficas, etc. da sociedade, fortemente conformadas segundo as visões do regime político e econômico em vigor.

O pano de fundo determinante desse período foi o rápido crescimento da economia, o chamado Milagre Econômico, que foi utilizado também para justificar e apoiar o regime autoritário.

Mas não é somente a repressão que explica o Brasil de Médici. Juntamente com o porrete, oferecia-se a cenoura. O rápido desenvolvimento econômico levou ao paraíso dos brasileiros situados no vértice da pirâmide salarial – os profissionais, os tecnocratas, os administradores de empresa. [sic] Finalmente, as universidades federais, embora sob rigoroso controle político, receberam verbas recordes. A tirada de Médici de que o destino do Brasil era se tornar uma potência mundial feriu uma corda sensível no íntimo dos brasileiros eufóricos com o aumento cada vez maior de sua renda. Por isso, muitos deles alistaram-se fervorosamente na defesa do regime.<sup>223</sup>

Do mesmo modo Mário Maestri complementa:

Apesar de ser acompanhado de endividamento financeiro, público e privado, nacional e internacional, e de internacionalização tendencial da produção, no que se refere ao controle da produção [controle acionário das empresas] e a sua realização [orientação exportadora], o novo padrão de acumulação ensejou um elevado nível de crescimento do PIB – dez por cento anuais –, determinando o fim da fratura dos diversos setores das classes proprietárias; o apoio substancial das classes médias à ditadura; a mais fácil neutralização da classe operária; o isolamento sobretudo da

<sup>221</sup> Cf. por exemplo: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: São Paulo, 1999.

<sup>222</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo [...] Ob. cit.* p. 215.

<sup>223</sup> Id. ib.

esquerda militarista, que prosseguiu o ataque militar incondicional ao Estado, mesmo quando o ciclo econômico expansivo já se instalara plenamente.<sup>224</sup>

A expansão econômica cerrou as fricções mais fortes entre as classes proprietárias, cooptou e neutralizou as classes médias, facilitou a submissão dos trabalhadores e a dura repressão policial e militar do movimento de oposição, armado e não armado, literalmente desorganizado e dizimado. Por alguns anos, o capital impôs em forma hegemônica e inquestionável sua ditadura sobre o país.

Contudo essas melhorias econômicas não atingiram a toda a população e milhões de brasileiros não tiveram melhora em suas condições de vida material. As classes desfavorecidas do campo e da cidade sentiram-se inibidas pela repressão do governo.

Médici governou o país com extremado controle militar e ideológico, utilizou-se de propaganda nacionalista com campanhas como “Brasil, ame-o ou deixe-o!”, marchinhas “Pra frente Brasil”, concedeu feriado nacional em homenagem a equipe brasileira que ganhara a Copa do Mundo de 1970, enfim a política do “pão e circo” em pleno funcionamento.

### **O Fim do Milagre e as Lutas Sociais**

Em 1973, assumiu a presidência Ernesto Geisel [1907-1996]. Acossado pela crise econômica mundial, empreendeu o processo de abertura política “lenta, gradual e segura”, buscando impedir ruptura estrutural do domínio do capital sobre o país.

Conforme Ronaldo Costa Couto:

Politicamente, Geisel recebe de Médici um regime fechado, ditatorial, opressivo e repressivo, sem legitimidade política, com poder hiperconcentrado no Executivo, que tem a seu dispor instrumentos de exceção, como o AI-5, cujos raios podem fulminar a tudo e a todos. É uma ditadura preocupada com aparências, que mantém aberto o congresso empobrecido e sem força, substitui periodicamente seu chefe supremo, mantém uma Constituição outorgada por Junta Militar, com eleições indiretas para os principais cargos políticos, um judiciário constrangido. [...]A imprensa está censurada.<sup>225</sup>

A ditadura militar vivia de aparências, tentava manter um aspecto de democracia, mas todos os setores do país estavam submissos aos desmandos da tirania. O início do governo Geisel foi marcado pela repressão, pelo fechamento do congresso nacional, mantendo-se em

<sup>224</sup> MAESTRI, Mário. *Submissão e Autonomia [...] Ob. cit.* p. 13.

<sup>225</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 128.

vigor os órgãos repressivos. O presidente *fechava os olhos* para a tortura e a considerava necessária. O sucessor de Geisel apoiaria abertamente a tortura:

Acho que a tortura, em certos casos, torna-se necessária para obter confissões. (...) O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que o indivíduo é impelido a praticá-la para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!<sup>226</sup>

A repressão continuava e o regime militar perdia prestígio, principalmente devido ao enfraquecimento da economia, já que o país conhecia o fim do chamado milagre econômico iniciado em 1968.

Em meados dos anos 1970, a terceira crise cíclica [geral] do capitalismo elevou a taxa de juros, retraiu o mercado, deprimiu o consumo mundial, determinando que explodissem a dívida pública e privada brasileira, enquanto os preços e o volume das exportações nacionais recuavam.<sup>227</sup>

A partir daí, oficialmente, a ditadura começou a ser desmontada, a sociedade civil fortaleceu a luta pela democracia, a censura aos órgãos de imprensa diminuiu e a cada dia o regime mostrava-se mais frágil, a resistência civil aumentava. Merece destaque a volta da ação grevista, comandada pelos sindicatos metalúrgicos de São Paulo e bancários, classes fortalecidas durante o processo de expansão econômica.

Foi também nesse período que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra [MST], que exerceram forte pressão por reforma agrária e reformas sociais no campo. A invasão da fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, foi marco no início da formação do futuro MST, em 1979.

A recessão, inflação e arrocho salarial promoveram o renascimento da luta sindical, a partir de 1977, liderada pelo setor metal-mecânico paulista e bancário nacional, fortalecidos durante o *Milagre Econômico*. Em 1979, o Brasil conheceu verdadeiro Ano Vermelho, através de poderoso ciclo grevista sobretudo por reposição salarial – metalúrgicos, bancários, professores, construção, motoristas, etc. Apesar da derrota parcial das reivindicações econômicas, a força do movimento social permitiu vitória política materializada na fundação do PT, em 1980, e da CUT, em 1984. Em 1979, no norte do RS, com o apoio da Igreja progressista, colonos de origem alemã, italiana, polonesa, etc., expulsos de reservas indígenas, ocuparam a Fazenda Anoni, antes de 1964, centro da luta no RS contra o latifúndio, dando origem, mais tarde, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.<sup>228</sup>

<sup>226</sup> FIGUEIREDO APUD COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 139.

<sup>227</sup> MAESTRI, Mário. *Submissão e Autonomia [...] Ob. cit.* p. 13.

<sup>228</sup> Id. ib.

Devido às pressões populares, motivadas pelo fim do milagre econômico, o governo Geisel põe fim ao AI-5 e restaura o *habeas-corpus*. A dívida externa crescia e a oposição vencida novamente as eleições.

Em 1964 quando tomaram o poder, os militares usaram a desculpa de “salvar o Brasil” dos comunistas e dos terroristas, mas gostaram tanto do poder que não quiseram mais largar, tanto que, na década de setenta, essa desculpa já não tem mais sentido e eles continuavam no poder.

E a tão temida ameaça comunista mostrava-se cada vez mais improvável, distante e descartada. A governabilidade fora a muito restaurada. Então, era a hora de evoluir na abertura política, mas evitando a todo custo a perda do controle do processo. Com isso, conseguia-se a sobrevivência pacífica do regime e ainda alguma melhoria da imagem do país e do governo.<sup>229</sup>

Foi aprovada a Emenda Constitucional nº 11, de 1978, que revogou o AI-5, concedeu anistia, ainda que parcial, aos políticos cassados com base em atos institucionais, permitindo também o retorno ao Brasil dos refugiados do regime militar. Foi extinto o bipartidarismo e engendrou-se a reforma eleitoral.

Geisel sabia que o regime militar estava enfraquecendo, porém não queria permitir que forças contrárias aos interesses militares assumissem o poder – sua proposta era iniciar processo de abertura política, de modo a garantir que esse processo fosse *lento, gradual e seguro* para as forças envolvidas na ditadura.

Do ponto de vista do domínio e exercício do poder, não se pode negar que a opção por liberalização lenta, gradual e segura foi também um modo engenhoso e inteligente de os militares permanecerem nele e com ele por mais onze anos sem contestações traumática. A política de abertura não legitimava o *regime* militar. Ao contrário. Mas, de certo modo, legitimava o *governo* que a promovia. E também criava controlado e crescente espaço para os atores antes excluídos do processo político, oferecendo-lhes ainda um horizonte de democracia e esperança em vez da continuidade da ditadura.<sup>230</sup>

Pode-se constatar assim que a *abertura* passou por um longo processo de aceitação, transição e formação que manteve a presença dos militares no “novo” governo ditatorial. A *abertura* não foi processo simples: foram muitos os obstáculos a serem superados, entre eles estavam os militares de *linha dura* que não aceitavam a proposta e tentaram prejudicar o processo causando atentados terroristas com o objetivo de prejudicar o processo. Nesse clima de tensão, assumiu o controle do país João Batista de Oliveira Figueiredo.

<sup>229</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura[...]* Ob. cit. p. 151.

<sup>230</sup> Idem. p. 149.

### Governo Figueiredo

Em 1979, foi a vez do general João Batista de Oliveira Figueiredo [1918-1999] assumir o poder – membro da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), ele governou o Brasil até 1985. Seu governo ficou marcado pelo comprometimento com a realização do projeto de *abertura* política e com a democratização controlada do país, pontos destacados em seu discurso de posse, publicado no Jornal Folha de São Paulo:

“Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado - sem sobressaltos - o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão inscritos na Constituição.” Esse foi um dos compromissos solenemente assumidos ontem pelo general João Batista Figueiredo, 61 anos, no discurso que pronunciou na cerimônia de transmissão da faixa presidencial, no Palácio do Planalto, depois de empossado no cargo de presidente. “Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação”, disse também o novo presidente. E ainda: “Reafirmo: é meu propósito inabalável (...) fazer deste País uma democracia”.<sup>231</sup>

Em seu discurso, Figueiredo reafirmava seu compromisso com o processo de *abertura* – porém, suas propostas não eram tão simples de serem realizadas, já que se tratava de tentativa de instituir *democracia* contra os anseios populares, políticos e sociais. Sob seu comando, o Brasil viveu um período de tensão política e social, por parte popular/civil, que queria o fim *real* da ditadura, com democratização efetiva, e por parte da linha dura do exército brasileiro, representante de importantes segmentos econômicos, que não aceitava o fim do regime e a perda de privilégios. Esse setor protagonizou atentados terroristas no país, com o objetivo de incriminar supostos grupos comunistas e impedir assim a abertura.

No primeiro ano do governo de Figueiredo foram registrados três atentados:

Em 19 de setembro, grupo de pessoas usou chave falsa para invadir a sede do jornal mineiro oposicionista *Em tempo*, e destruiu equipamentos e arquivos com ácido sulfúrico. Uma bomba explodiu no carro de um líder sindical de João Monlevale, Minas Gerais. Outra, em dezembro, estourou no altar do Santíssimo Sacramento da igreja de Santo Antônio de Santana, em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, onde, anteriormente, dom Adriano Hipólito, bispo, fora seqüestrado e espancado.<sup>232</sup>

No segundo ano, 1980, o número já chegava a 46 atos terroristas, que variavam entre sequestros, torturas, incêndios e bombas, estas últimas especialmente direcionadas a várias bancas de revista que vendiam publicações da oposição. O maior de todos os atos terroristas

<sup>231</sup> Arquivo on line Jornal Folha de São Paulo, 16/03/1979.

<sup>232</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura[...]* Ob. cit. p. 283.

ocorreu em 30 de abril de 1981, no Rio de Janeiro, quando uma bomba explodiu acidentalmente no Riocentro, onde acontecia um evento em comemoração ao dia do Trabalhador, atingindo os terroristas que se preparavam para o atentado.

De repente, no estacionamento, explode uma bomba dentro de um carro esportivo. Um Puma, placa fria. Mata instantaneamente o sargento Guilherme Ferreira do Rosário e fere gravemente o capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos ligados ao DOI-CODI de I Exército. Os dois usavam trajes civis. Uma segunda bomba estoura cerca de meia hora depois na casa de força, sem fazer vítimas nem interromper o fornecimento de energia. Uma terceira, intacta, é depois encontrada dentro do carro por técnicos...<sup>233</sup>

Por sorte o ato terrorista falhou e vitimou apenas seus executores, e não a população da concentração, como pretendido.

Junto a esse clima de tensão, havia outra grande preocupação, a economia. O Brasil viveu um período de incerteza, envolto em um contexto de crise mundial, ligada aos setores energéticos, às taxas de juros crescentes e ao declínio da atividade econômica. O futuro ainda era desconhecido e o país mergulhou na recessão.

No começo do governo Figueiredo, explodiu a segunda crise de petróleo. E o Brasil não estava para ela preparado. Esperávamos que, com a substituição de importações e o desenvolvimento mais gradual de exportações, absorvêssemos os efeitos da primeira crise. Não estávamos preparados para a segunda crise. Como se isso não bastasse, mudou inteiramente a conjuntura financeira internacional, como o 'reaganismo', não é? Houve quatro fenômenos: alta de juros, que apanhou o Brasil com uma grande posição de endividamento; houve a recessão mundial; a queda dos preços de matérias-primas e a interrupção de créditos internacionais. Então, foram quatro cavaleiros do Apocalipse que aportaram o país no começo do governo Figueiredo.<sup>234</sup>

A medida em que a recessão crescia, crescia também o descontentamento nacional com o regime militar e a pressão popular aumenta.

### **O contexto histórico e Chiavenato**

Nesse cenário tumultuado, merece destaque o fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil. Em verdade, pela primeira vez na história do país, as classes trabalhadoras alcançaram importante nível de autonomia tendencial, que se registrou na independência crescente em relação aos projetos políticos dos setores burgueses e pequeno-burgueses e no esforço de construção de órgãos políticos [Partido dos Trabalhadores] e sindicais [Central

<sup>233</sup> Idem. p. 284.

<sup>234</sup> CAMPOS APUD COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura[...]* Ob. cit. p. 261.

Única dos Trabalhadores] independentes, de orientação inicial claramente classista, anti-capitalista e pró-socialista. Uma realidade que abria forte espaço para o surgimento de representações culturais, ideológicas, historiográficas, etc. autônomas.

É nesse contexto dinâmico que Júlio José Chiavenato produziu e lançou sua obra *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. A obra foi apresentada um mês após a posse do presidente Figueiredo, causando grande impacto no país, contrariando, sobretudo militares e políticos de direita. Apesar de todo o descontentamento e da pressão dos órgãos responsáveis pela censura e pelo controle da produções literárias, oficialmente, nada pode ser feito, pois o novo presidente havia se comprometido com a retomada da democracia e, com ela, com o fim da censura.

Figueiredo deu posse aos seus ministros e atribuiu-lhes as primeiras missões: Murilo Macedo, do Trabalho, vai tentar hoje em São Paulo negociar o fim da greve dos metalúrgicos do ABC; Mário Andreazza segue para o interior da Bahia, para inspecionar as cidades inundadas pelo rio São Francisco; Petrônio Portela começa a redigir o decreto que suspenderá a censura às obras literárias, além de acelerar os estudos finais para a decretação da anistia; e Eduardo Portela vai ao Rio, na esperança de acabar com a greve dos professores cariocas.<sup>235</sup>

Todo o discurso do governo e sua tentativa em construir uma imagens mais democrática e popular se pautou na proposta da defesa da democracia e da abertura política, tanto que uma das primeiras medidas tomadas por Figueiredo foi instruir seu ministro da Educação, Petrônio Portela, a acabar com a censura. Agora era impossível apreender o livro de Chiavenato.

É notoriamente perceptível que a obra de Chiavenato somente foi “aceita” pelo regime militar devido ao contexto histórico do processo de abertura político, no contexto da forte reativação da luta sindical e democrática.

### **Considerações finais**

A ditadura militar foi período tenebroso da história brasileira, reprimiu, violentou e excluiu os direitos civis, a representação e a participação popular, forçou a população aos seus mandos e desmandos, calou a voz do povo, acabou com a democracia. Os militares manipularam a opinião pública e censuraram os meios de comunicação para difundir e justificar seus ideais e suas ações. Diziam que tudo era necessário por um “bem maior” para o Brasil.

---

<sup>235</sup> Arquivo on line Jornal Folha de São Paulo, 16/03/1979.

Durante o regime, os militares utilizaram-se de todos os métodos possíveis para dominar e explorar o povo brasileiro, inicialmente pautaram-se no *milagre econômico* e em seus fantásticos benefícios para se justificarem.

Os governos militares sempre buscaram manter uma aparência de legalidade e de democracia, porém a repressão e a censura corriam soltas Brasil a fora – os militares perseguiram, prenderam, torturaram e mataram opositores. Principalmente após o Ato Institucional nº 5.

Fugindo desse contexto de perseguições, censura e violência, o jornalista Júlio José Chiavenato deixou sua cidade, Ribeirão Preto, no interior de São Paulo e partiu em sua motocicleta rumo ao interior do país e da América Latina. Iniciando assim suas viagens.

Podemos concluir que a obra *Genocídio americano* é resultado direto desse período ditatorial, pois foi nas suas “andanças” pela América Latina, que o autor entrou em contato com a história da guerra do Paraguai, nesse país, quando *vagabundeava* pela América Latina, devido à situação do Brasil.

## 5. GÊNESE, PUBLICAÇÃO E SUCESSO DE *GENOCÍDIO AMERICANO*

Júlio José Chiavenato nasceu em Pitangueiras, interior de São Paulo, em 3 de janeiro de 1939, filho de Fernando Chiavenato, sapateiro e Lina Cardoso Chiavenato, dona de casa. Com quatorze anos, mudou-se para Ribeirão Preto. Teve infância pobre e formação autodidata, trabalhando por muitos anos em vários jornais da região de Ribeirão Preto. Conheceu boa parte da América Latina de moto e é autor de vários livros com temas ligados à realidade e à história brasileira: violência no campo, ditadura militar, escravidão, etc.

Chiavenato tem escrito ficção literária em prosa. Seu romance *As meninas do Belo Monte*, de 1993 é bastante conhecido no país, sendo citado em inúmeros estudos na área de Literatura, especialmente referente ao estudo da Literatura Brasileira com relação a guerra de Canudos.<sup>236</sup> Ele foi objeto de estudos acadêmicos, como exemplo a dissertação de mestrado de Ana Elisa Vilas Boas Serra, de 1996, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Letras, da Universidade Federal de Rio de Janeiro.<sup>237</sup>

Nos seus livros fica visível sua posição crítica à política dominante no país, não apenas no período da ditadura militar. Quando perguntado sobre sua postura política no passado, Chiavenato declarou:

A mesma de hoje. Claro, naquele tempo havia a ditadura (estava acabando, o general de turno era o Figueiredo). Na verdade não tive e não tenho uma ‘posição ideológica’, no sentido vulgar da palavra ou de apoio a partidos etc. Poderia se dizer que era influenciado (e muito, como até hoje) pela leitura de Marx e dos clássicos da esquerda, sem esquecer os anarquistas.<sup>238</sup>

Segue o autor:

Em suma, acredito que a melhor crítica do capitalismo até hoje é a de Marx: é abrangente, utilizando todas as ferramentas culturais (história, filosofia, antropologia etc.). Considero Marx atualíssimo, principalmente a partir do fim do socialismo soviético. Uma leitura cuidadosa descobrirá que ele antecipou o que aconteceria, sem ser ‘futurólogo’. Poderia acrescentar que ao ser lançado o *Genocídio Americano*, sabia perfeitamente (como os Prados: Caio e Graco) que ali estava uma ‘bomba’ contra o militarismo. Mas isso não influenciou a escrita do livro.<sup>239</sup>

<sup>236</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *As meninas do Belo Monte*. São Paulo: Imprensa, 1993.

<sup>237</sup> Cf. SERRA, Ana Elisa Vilas Boas. Dissertação: Canudos, uma árvore de histórias. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Letras. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 1996.

<sup>238</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista via e-mail 10/07/2009.

<sup>239</sup> Idem.

Em sua postura e prática, Chiavenato pode ser definido como um intelectual orgânico do movimento social. Ou seja, um pensador progressista, fortemente influenciado pelo marxismo, com clara visão da importância da práxis intelectual.

### As Razões da Obra

Chiavenato sofreu com a perseguição militar aos intelectuais e militantes democratas e de esquerda, o que o levou a sair do país. Em entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2010, na cidade de Ribeirão Preto, lembrava: “Na época, fazendo um parêntese, teve o Ato Institucional nº5. Então, eu me *mandei* [fugi] para não ser preso. Perdi o emprego, e tal. Fui embora, e aí, entrei pro Paraguai. Então, para mim, eu ficava andando, qualquer coisa eu queria ver.”<sup>240</sup> Ele sentira-se ameaçado devido sobretudo a sua militância jornalística:

Em função do trabalho, por que, até sair o Ato 5 [...] existia uma relativa liberdade de imprensa. Então, as pessoas tinham medo, mas ainda não era uma ditadura aberta [...]. Ela se mascarava. Como se fosse uma democracia. Como se tivesse impedido o comunismo [...]. Então tortura, tudo, existia, o “pau comia”. Mas com aparência de legalidade.<sup>241</sup>

Então, Chiavenato trabalhava no interior de São Paulo:

E [...] eu era redator-chefe de um jornal aqui, e fazia um programa de rádio também. Eu escrevia o programa. Eu chegava no jornal, na emissora de rádio, pela madrugada, fazia o programa. As sete horas, chegava a estrela do programa, que lia o programa [...]. Eu mandava brasa, ocupava todos os espaços [possíveis]. Tanto que fiquei visado [...] [pela repressão].<sup>242</sup>

Após o Ato Institucional nº 5, a censura passou a ser realizada nos principais meios de comunicação do país, em forma aberta e institucionalizada, com especial atenção para os jornais dos grandes centros, que possuíam circulação nacional. Nos jornais, antes da impressão, as matérias deviam ser lidas e aprovadas – “censura prévia”. Jornalistas e comunicadores foram demitidos. Como tantos outros profissionais da comunicação antes do AI 5, Chiavenato sofrera perseguições, mas sempre conseguia trabalho.

O entrevistado lembra as razões de manter-se no emprego:

[...] essa coisa toda do processo industrial que era arcaico ainda, no interior, e eu entendia disso. Então, eles precisavam de mim, [...] eu perdia o emprego, voltava. Tanto é que houve um período e, que eu trabalhei como chefe de oficinas. [...] por isso que eles não [me] demitiam de uma vez. [Ou seja, definitivamente]. Eu ia, e voltava, ia e voltava. Às vezes, quando eu saía, o jornal ameaçava não ser impresso,

<sup>240</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista em Ribeirão Preto, 26/02/2010.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> Idem.

por que se ‘embananava tudo’. Ai quando deu o AI 5, não teve muita conversa [...]!<sup>243</sup>

Com o decreto do AI 5, a situação de Chiavenato e de centenas de jornalistas e comunicadores complicaram-se. Assim, ele resolveu *mudar de ares*, sair do país, viajar pela América Latina, até que a situação melhorasse.

### No Paraguai

Devido à perseguição sofrida durante a ditadura, Chiavenato iniciou suas andanças pela América do Sul, principalmente pelo Paraguai. Quando questionado sobre as motivações que o levaram a escrever a obra, o autor destaca:

Aconteceu o seguinte. Quando eu tomei contato com a realidade do Paraguai, não da guerra do Paraguai, e, lá, eu percebi que a guerra do Paraguai aconteceu ontem, está acontecendo agora, está no imaginário popular. Eles não superaram aquela guerra. Eles ainda vivem o trauma da guerra. [...] Aí, conheci os contos orais, as *guarânicas*, as histórias do povo, a tradição, por [que] eles estão vivendo a guerra do Paraguai. O que é isso? Até que um dia eu, andando perto de uma Ali em Caacupé, onde a estrada faz um cruzamento, eu vi um monumento, de um menino-soldado, uma mãe. Lá, eles chamavam, na época, de *residenta*. Uma mãe carregando um menino-soldado morto. A minha primeira impressão, era [foi] durante a ditadura do Stroessner.[...] Não tinha escrito nada [no monumento]. Estava meio apagado. Aí, um menino passou. Eu perguntei. Ele disse: – Se você quiser perguntar pro meu avô ...<sup>244</sup>

O autor destaca ter sido motivado pela curiosidade, e que ficou impressionando com essa “outra história” da guerra do Paraguai:

E esse velho, e aquilo é da guerra do Paraguai, batalha de Paissandu [...]. E [ele] cantou umas *guarânicas* para mim, que contavam a história da guerra. Eu fiquei impressionado com aquilo. Falei, *pô*, isso não pode ser verdade. Por que é uma coisa, assim, muito chocante, para um brasileiro que sempre aprendeu que o tirano [era] Solano López. Se você perguntar *pros* caras da minha geração, ninguém falava Solano López. Falava tirano Solano López. Sempre vinha a palavra tirano, em todos os livros. A partir daí, eu comecei a pesquisa. Fui descobrindo outra realidade.<sup>245</sup>

*Guarânia* é um gênero musical popular paraguaio, no qual se conta história, algumas delas, sobre a guerra do Paraguai.

É importante ressaltar que Chiavenato não realizou reflexão mais profunda sobre as razões semi-conscientes de ter despertado para esse tema. Todo o contexto vivenciado

---

<sup>243</sup> Idem.

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> Idem.

naquele período: a ditadura no Brasil, a ditadura no Paraguai; a retórica nacional-patriótica sobre a ditadura; a retórica historiográfica nacional-patriótica sobre a guerra do Paraguai; o confronto – no presente e no passado – entre narrativas ideológicas que encobriam os fatos e a essência destes fatos, etc. É provável que todos esses elementos tenham contribuído para a realização da obra *Genocídio Americano*.

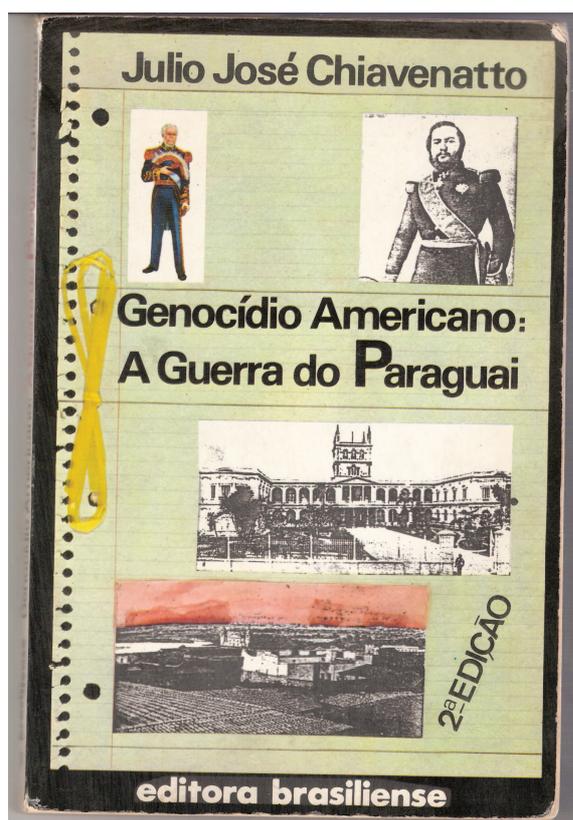


Figura 13 – Capa do livro *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*.

### As Fontes da Obra

Chiavenato refere-se às fontes que utilizou para escrever seu livro e as dificuldades que teria encontrado para obtê-las:

Primeiro, li tudo o que encontrei na Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. Depois voltei a Buenos Aires e pesquisei especialmente no Museu Mitre. No Paraguai tive acesso a diversos documentos da Biblioteca Nacional. No Brasil todas as portas foram fechadas: na Biblioteca Nacional, em que pontificava José Honório Rodrigues, mal passei da porta.<sup>246</sup>

José Honório Rodrigues [1913-1987] foi um historiador brasileiro de destaque, que escreveu várias obras sobre história e historiografia brasileira. Em 1943, estudou nos Estados

<sup>246</sup> Idem.

Unidos, com patrocínio da Fundação Rockefeller. Após seu retorno ao Brasil, trabalhou como diretor de sessão na Biblioteca Nacional e diretor do Arquivo Nacional até 1964. De acordo com Chiavenato, tinha influência sobre a Biblioteca Nacional.

Segundo o autor:

Na Biblioteca Nacional a mentira ali corria solta [por parte dos responsáveis], diziam que não existiam documentos [...] [que] já tinha visto as cópias autenticadas, com carimbo da Biblioteca Nacional, em Buenos Aires. Assim, a pesquisa foi limitada, mesmo porque eu estava desempregado, correndo do Ato Institucional 5, sem nenhum apoio ou ajuda. Tudo foi feito na raça, viajava de motocicleta (quando o livro saiu e foi sucesso, a imprensa passou a entender as viagens de moto como ‘aventura’, quando na verdade eram porque não dinheiro para ir de avião...).<sup>247</sup>

Chiavenato realizou suas primeiras viagens como uma Moto BSA, 500 cc, ano 1956 e, mais tarde, com uma Suzuki GT 389 cc, ano 1974.

Na “bibliografia básica”, na conclusão do livro, o autor cita os principais livros utilizados, com os respectivos anos das edições dos trabalhos utilizados: *A guerra da tríplice aliança contra o governo da República do Paraguai*, de L. Schneider, de 1945; *Guerra do Paraguai*, de George Thompson, de 1968; *História da Guerra do Paraguai*, de Max von Versen, de 1976; *História da Guerra do Paraguai*, de José Bernardino Bormann, de 1879; *La Guerra del Paraguay*, de Léon Pomer, de 1968; *Datos históricos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*, de Francisco Isidoro Resquin, de 1971; entre outros. Trabalhos citados no texto não se encontram na bibliografia. Além de ter pesquisado na Biblioteca Nacional de Asunción e nos arquivos do Museu Mitre em Buenos Aires.

A bibliografia referencial, a investigação e o tratamento eram condizentes com a proposta de produzir uma grande reportagem sobre a Guerra do Paraguai. Porém, certamente limitada, em alguns tópicos, sobretudo, para uma obra historiográfica referencial, como seria a seguir tratado o livro, com razão, apesar de jamais o autor ter-se proposto a produzir trabalho de tal dimensão. “[...] este não é um ‘livro de história’. O autor não é um historiador. Esta é uma abordagem crítica da Guerra do Paraguai.”<sup>248</sup> Completando, propõe: “Enfim, é um livro para ser lido com se fosse uma reportagem, escrita com paixão – com um certo ‘Pathos’ hegeliano.”<sup>249</sup>

O tratamento como obra historiográfica revisionista nasceu sobretudo do enorme sucesso da obra, de sua imensa repercussão sobre as visões gerais sobre o tema, no contexto

---

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 13.

<sup>249</sup> Idem. p. 14.

da total ausência de trabalhos revisionistas de autores brasileiros sobre a questão. Nota-se que, devido à própria natureza do trabalho e formação do autor, não são utilizadas notas de rodapé em seu texto. Apenas são citados alguns autores no desenvolver da narrativa, como assinalado.

### O contato e a publicação

*Genocídio americano* foi publicado pela Brasiliense, prestigiosa e tradicional editora de esquerda, fundada em 1943, pelo intelectual Caio Prado Jr., com grande importância na história do país. Sobre a publicação Chiavenato propõe:

Fui à Brasiliense porque era, na época, a única editora que poderia bancar o livro. Não tive relação de ‘proximidade’ anterior com o Caio Prado Jr., mas era seu leitor e de cara nos identificamos: tanto pela afinidade político-ideológica como pela aversão aos dogmatismos de certa esquerda.<sup>250</sup>

Caio Prado Jr. foi certamente um dos mais determinantes historiadores brasileiros do século 20. Militante comunista rompeu com aquela organização com posições à esquerda. Como historiador, geógrafo, etc. Contribuiu significativamente para a história do país e escreveu obras germinais sobre a realidade nacional.

Segundo Chiavenato:

Infelizmente, logo depois da publicação do livro o Caio Prado ficou doente, frustrando um projeto em comum sobre a formação da Força Pública de São Paulo como instrumento repressor dos movimentos libertários. Ele conseguiu documentos importantes, me propôs que eu trabalhasse neles, para organizá-los e, certamente, para que ele os analisasse. Como disse, infelizmente ele ficou doente. Minha relação maior foi com o Caio Graco, filho dele e que dirigia a Brasiliense. Desde a morte do Caio Prado (pai) [23/11/1990] os filhos sentiram-se (e é minha impressão apenas) incomodados com a partilha da herança.<sup>251</sup>

Chiavenato acrescenta:

De novo a morte interferiu: Caio Graco morreu em um acidente de motocicleta [18-06-1992]. A partir daí a editora entrou em declínio, embora a boa vontade da Danda Prado, irmã do Caio, com quem tenho boas relações. O Caio Prado Jr. gostava dos meus livros, apreciava mais *O negro no Brasil* e esteve presente em vários debates que fiz, comuns naquela época efervescente, um deles no calçadão da Barão de Itapetininga, em São Paulo. Ele estava de pé, entre os ouvintes e assim que era identificado formava-se uma ‘rodinha’ em torno dele, como a dizer quem era o homem. Em outro debate, na livraria Brasiliense, que ainda existia no centro de São

<sup>250</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Entrevista Ribeirão Preto*, 26/02/2010.

<sup>251</sup> Idem.

Paulo, ele compareceu e me ‘questionou’, junto com o Clóvis Moura. Acho que foi uma das últimas aparições públicas dele.<sup>252</sup>

Clóvis Moura, nascido no Piauí, em 1925, e falecido em São Paulo, em 2003, foi jornalista, sociólogo e historiador e um dos fundadores do movimento negro organizado do Brasil. Militou no PCB, participando, em 1962, da cisão que originou o Partido Comunista do Brasil. Escreveu, em 1959, o livro *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, no qual, em forma pioneira, apontou o caráter escravista da antiga formação social brasileira e o confronto entre escravizadores e escravizados como fundamental forma de luta no Brasil. Até seu falecimento, manteve-se como pensador marxista radical.<sup>253</sup>

### **O Genocídio americano e sua repercussão na imprensa**

Após seu lançamento, em março de 1979, *Genocídio americano: a guerra do Paraguai* foi sucesso de vendas, ficando por vários meses entre os livros mais vendidos do país, tendo 32 edições. O livro tornou-se uma referência na nova historiografia sobre a guerra do Paraguai. E isso apesar da pouca repercussão do trabalho na imprensa. Imediatamente após o lançamento, apesar do sucesso de venda, o livro não teve praticamente comentários e críticas na mídia nacional, mantendo-se sobre ele enorme silêncio.

Sobre esta questão, o autor comenta:

No Brasil, esgotaram-se sete edições até que saiu a primeira nota na imprensa. A primeira resenha foi na revista *Veja*, quatro meses depois do lançamento. Praticamente os jornais ignoraram o livro, por motivos óbvios (era a ditadura, embora nos estertores, mas vigilante).<sup>254</sup>

Segue o autor:

Para se ter uma idéia, a primeira e única vez durante uns dez anos que a Folha de São Paulo falou do livro foi em um artigo de Paulo Francis, quase um ano depois do lançamento, em artigo da página dois, do caderno cultural (a Ilustrada). O artigo (“Oh, Paraguai!”) resenhava o livro, elogiava e recomendava, lamentando o genocídio. Na imprensa internacional, além do óbvio destaque no Paraguai, apareceram resenhas no México, nos Estados Unidos e Inglaterra, sempre relacionando o livro com a ditadura militar vigente. (No México publicaram uma edição pirata, que se vendia lá até há pouco tempo).<sup>255</sup>

---

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1988.

<sup>254</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista via e-mail, 10/07/2009.

<sup>255</sup> Idem.

O artigo citado por Chiavenato, de Paulo Francis, na época jornalista progressista, foi publicado no dia 25 de março de 1980, na página 27 do Jornal Folha de São Paulo. Nele, Paulo Francis elogia o *Genocídio americano* e comenta sobre o contexto histórico, econômico e cultural brasileiro:

O título de Chiavenatto já dá uma idéia de como é difícil pesquisar e escrever esse tipo de obra no Brasil. Os arquivos permanecem vedados ao pesquisador quando não foram destruídos. [...] É verdade que no colégio, o colega [...] e eu, olhando um mapa, chegamos à conclusão que os ensinamentos patrióticos do nosso professor, um nacionalista doente e (presumo mero palpite) integralista enrustido, que chamava Solano Lopez de tirano que queria conquistar a América do Sul, ou era o mundo, eram puro *nonsense*. Talvez tenha sido por isso que nossos bravos soldados, depois de matá-lo, profanaram-lhe o cadáver...<sup>256</sup>

O autor complementa falando da importância da obra: “Chiavenatto faz um trabalho admirável e indispensável de reconstrução. Matam os 75 por cento da população masculina do Paraguai. Batemos proporcionalmente Hitler *vis-a-vis* os judeus.”<sup>257</sup>

Mesmo elogiando o autor e o trabalho, Paulo Francis não deixa de falar sobre a necessidade de maiores estudos sobre o tema proposto. Ele critica duramente a conjuntura política e a prática política dos brasileiros, sempre submissos aos interesses internacionais e manipuláveis pelas ditas elites:

Chiavenatto precisaria de maior fundamentação para provar que a guerra foi manipulada completamente pelo Império Britânico, que então ‘dividia para reinar’ com suas colônias ou com o capital financeiro. Não duvido da afirmação de Chiavenatto. Faz sentido. É bem brasileiro lutar uma guerra selvagem sem nenhum proveito, entregando os benefícios aos outros. E o leitor de hoje vendo o endividamento externo brasileiro com a Inglaterra...<sup>258</sup>

Paulo Francis explica uma das razões da desqualificação do *inimigo* paraguaio:

O meu professor de história e os mistificadores profissionais que afirmam nossa razão na guerra do Paraguai, fazem mais, porém, do que Chiavenatto imagina, ou seja, mais que reescrever a história de acordo com os interesses da classe dirigente (no nosso caso, o que os espanhóis chamam de ‘compradores’) suprimindo uma necessidade psicológica profunda. Nosso povo precisou suprimir sua culpa em face de nossas atrocidades contra o Paraguai e a maneira de fazer isso é roubar historicamente a humanidade de nossas vítimas e de seus líderes, principalmente de Solano Lopez. [...] Não estamos sozinhos em tentar reprimir nossa culpa no Paraguai. É da condição humana.<sup>259</sup>

<sup>256</sup> FRANCIS, Paulo. Jornal Folha de São Paulo, 25/03/1980. p. 26.

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> Idem.

Paulo Francis conclui criticando a colonização portuguesa no Brasil e defendendo proposta que certamente soaria estranha ao mundo acadêmico, daquele então e de hoje. Facilitar que o historiador auto-didata, produtor de obra de destaque, continue em melhores condições seu trabalho – o “livro de Chiavenatto é pioneiro. Chiavenatto merece uma bolsa lhe permitisse estudar os arquivos ingleses, abertos hoje, acredito.”<sup>260</sup>

Não foi possível localizar a edição mexicana citada por Chiavenatto – apenas encontramos edição publicada em espanhol, no Paraguai, onde o autor mantém a mesma estrutura do livro, sofrendo apenas alterações. Destaque-se na ilustração da capa desta publicação, a célebre pintura, com a legenda “El conde d’Eu degollando paraguayos en la batalla de Acosta Ñú”.

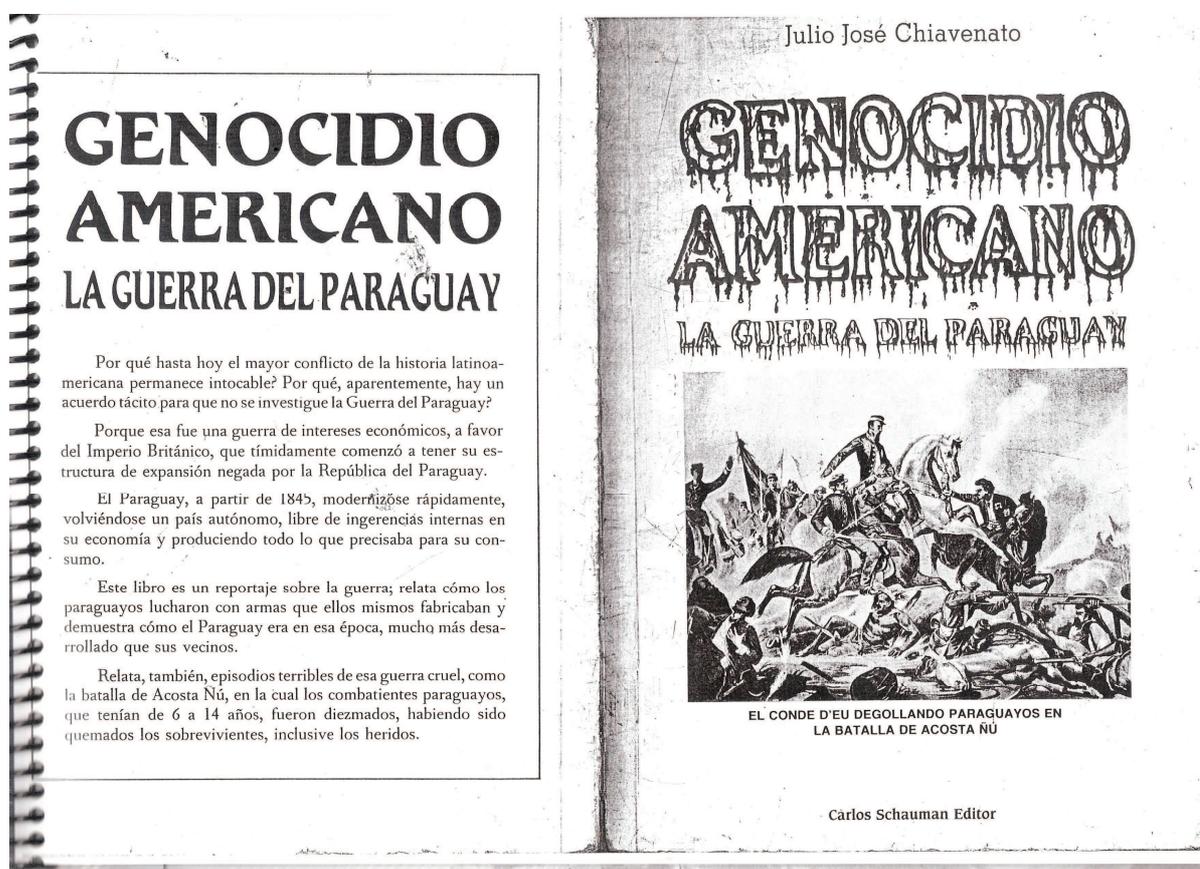


Figura 14 - Capa e contra-capá da obra Genocídio Americano em espanhol.

Pelo seu conteúdo, em pleno regime militar, a divulgação na mídia do livro foi fortemente prejudicada. Poucos foram os espaços ocupados pela obra e pelo autor na grande mídia. A divulgação que houve ocorreu sobretudo por meios de divulgação *alternativos* e através de indicação de leitor a leitor. Quanto aos *jornais alternativos* um dos mais conhecidos no país na época era o Pasquim. Em pesquisa realizada no Museu de

<sup>260</sup> Idem.

Comunicação Social Hipólito da Costa, em Porto Alegre, não encontramos referência ao *Genocídio Americano*.

Através da pesquisa no acervo *online* da revista *Veja*, observou-se que o primeiro registro ao livro ocorreu na edição número 559, de 23 de maio de 1979, quando o *Genocídio Americano* ocupou o nono lugar na lista dos dez livros mais vendidos do país. Os três primeiros eram *Memórias* do general Olympio Mourão Filho, *O outro lado do Poder* de Hugo Abreu e *Loucura nuclear* de Kurt Mirow. Nas edições seguintes, o livro continuou entre os dez mais vendidos. Na edição número 563, de 20 de junho de 1979, já ocupava o quinto lugar na citada lista. Apenas então registrou-se o primeiro comentário, de pouco mais de meia página, do jornalista Jorge Escosteguy, que referiu-se em forma superficial e rapidamente à importância da obra e criticou os erros e exageros cometidos pelo autor, taxando-o de maniqueísta.

O próprio autor adverte, no prefácio, que este livro foi escrito ‘com paixão’. Mais do que isso, constata-se ao longo das 188 páginas um crescente tom de indignação que acaba resvalando para o incontido maniqueísmo. [...] o jornalista Júlio José Chiavenato, 40 anos, distribui, como definitivos, conceitos e afirmações no mínimo discutíveis. A certa altura, por exemplo, decreta que o marechal Francisco Solano López foi ‘o maior líder de povos da América’. Mais adiante, após recriminar com razão, repetimos – as barbaridades cometidas pelos exércitos da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), passa sem qualquer comentário por um fato que suscita pelo menos um sentimento de perplexidade e impõe uma reflexão: para fugir em segurança do quartel-general de Ascurra, a 16 de agosto de 1869, Solano López deixa 3.500 crianças de 9 a 15 anos, os ‘niños-combatientes’, cercados por 20.000 soldados brasileiros. A guerra estava praticamente liquidada, e as crianças, com mais 500 soldados adultos, são massacrados.<sup>261</sup>

Jorge Escosteguy criticou a visão maniqueísta da obra, de divisão radical entre certo e errado, entre o bem e mal. Propôs que houve muitas injustiças contra os paraguaios, mais que eles teriam também cometido injustiças. E complementa:

Assim, a reportagem histórica de Chiavenato (que percorreu o Paraguai e prepara um livro sobre a guerra do Chaco) traz uma contribuição importante ao debate sobre o passado e os destinos do povo paraguaio – apesar de sua excessiva parcialidade e de certo descuido gramatical em suas primeiras páginas. Sobre o Paraguai, a história oficial tem não só escamoteado o genocídio cometido pela Tríplice Aliança sob o patrocínio do colonialismo inglês como minimizado ou mesmo ignorado a gênese da primeira república independente da América Latina. O Paraguai não era uma nação de índios ignorantes governado com mão de ferro por um sátrapa odiado. Era uma república florescente, sem analfabetismo [sic] e dominação colonial. O desenvolvimento anterior à guerra explica a inacreditável resistência oferecida por um pequeno país à aliança de seus três vizinhos. E o extermínio promovido pela Tríplice Aliança explica e justifica o Paraguai de hoje.<sup>262</sup>

<sup>261</sup> ESCOSTEGUY, Jorge. Revista *Veja*, 1979. p. 126.

<sup>262</sup> Idem.

Trata-se de um importante depoimento, onde registra que, poucos meses após a publicação do livro, mesmo quem o recebeu com reticências sofria já uma forte influência do mesmo. Não é difícil identificar nas palavras de Jorge Escosteguy um certo consenso com alguns pontos fundamentais defendidos, por primeira vez, por Chiavenato, como exemplo: “A indignação sem dúvida é justa, pois durante os cinco anos da Guerra do Paraguai (1864-1870) cometeram-se atrocidades inimagináveis contra o povo paraguaio – crimes que, zelosamente, a história oficial dos vencedores encarregou-se de ocultar.”<sup>263</sup> Mesmo assim, fica claro sua desaprovação à obra de Chiavenato.

### **Liderança e silêncio**

Na edição seguinte, de 27 de junho de 1979, o livro continua em quinto lugar entre os dez mais vendidos. Agora, porém, a revista apresenta, através de texto de José Paulo Kupfer, outro livro: *A guerra do Paraguai e capitalismo no Brasil*, de Rui Guilherme Granziera. Após elogiar o livro, trabalho de um economista, deixa claro que pouco tem a ver o título com a obra, ou seja, que pouco se refere à Guerra do Paraguai.<sup>264</sup> Podemos hipotizar que a leitura e o comentário deveram-se precisamente ao título que se referia ao, agora, tema valorizado. Talvez pela procura de outra obra para antepor ao *Genocídio americano*.

Em 15 de agosto de 1979, o livro apareceu em segundo lugar na lista dos mais vendidos, permanecendo nesta posição por semanas.<sup>265</sup> Em setembro de 1979, o célebre Millor utiliza-se talvez do livro, sem citá-lo, em um seu comentário contra a ditadura: “[...] o livro vermelho dos pensamentos do camarada João II”:

É preciso lembrar sempre o princípio místico de que uma fé não deve ser abandonada só por estar baseada numa mentira, se você insiste em acreditar em alguma coisa, a realidade acaba se ajustando a ela. Basta ver o milagre brasileiro. Basta ver os índices do custo de vida da FGV 1972-1973 – [...] Não acho fundamental combater as multinacionais. Acho até besteira. Temos é que entrar no jogo deles. Já viram que trabalho magnífico estamos fazendo no Paraguai? Aprendemos com os Estados Unidos: também não mandaremos mais nossos marines. (‘Guerra do Paraguai, alto negócio! – Exportar é a solução’).<sup>266</sup>

---

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> Revista Veja. Edição nº 564, p. 128. Acervo on-line.

<sup>265</sup> Revista Veja. Edição nº 571, p. 128. Acervo on-line.

<sup>266</sup> MILLOR, Revista Veja, 1979. p. 14.

Em outubro de 1979, em “O poço do visconde”, o jornalista Augusto Nunes, assina na *Veja* comentário sobre Chiavenato e o *A guerra do Chaco*, publicado também pela Brasiliense:

Mais de quarenta anos depois, o pesquisador paulista Júlio José Chiavenato descobriu um veio histórico igualmente rico – a guerra do Chaco, ou *the forgotten war*, (a guerra esquecida), segundo as raras reportagens publicadas à época na imprensa européia. Com seu livro de estréia (*Genocídio americano*, que procurava fulminar as patrióticas versões sobre a Guerra do Paraguai), Chiavenato despertara a suspeita de que não tinha suficiente destreza para lidar com bons temas que sabe encontrar. Infelizmente para os leitores, tal impressão é confirmada por este *A guerra do Chaco*.<sup>267</sup>

O inveterado jornalista conservador desqualificava e bombardeava o livro sobre a Guerra do Chaco<sup>268</sup>: “*A Guerra esquecida* continua merecendo ser revista – por olhos mais abertos. Seria necessário, por exemplo, que um pesquisador competente averiguasse por que até agora o petróleo do Chaco não apareceu, apesar de valer 21.5 dólares por barril.”<sup>269</sup> Ficava a pergunta – devido à pouca qualidade proposta pelo jornalista do livro: Qual a razão da resenha, em uma revista prestigiosa como a *Veja*? Mesmo comentando o novo livro de Chiavenato, a grande referência seguia sendo *O Genocídio americano*.

A oposição ao livro *Genocídio americano* era compreensível. O livro questionava, em diversos níveis, diretamente, a principal referência historiográfica da alta oficialidade das forças armadas nacionais e, indiretamente, o regime militar, como veremos oportunamente. Sua publicação fora apenas possível graças ao processo de “abertura política”, empreendido pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), como visto. Apesar da poderosa campanha de deslegitimação que já se orquestrava, o livro permaneceu na lista dos mais vendidos da revista *Veja* por mais de trinta semanas consecutivas. Ou seja, por mais de oito meses. Um verdadeiro fenômeno cultural e político, no relativo à recepção.

### O Genocídio Americano e a ABL

Após a publicação do livro, mesmo tendo o reconhecimento nacional e até internacional, o autor teria passado por fortes retaliações e dificuldades:

O interessante disso tudo é que depois que o livro saiu, embora eu tenha ficado ‘famoso’ e me tornado uma ‘personalidade’, nunca mais consegui emprego na imprensa. Só voltei a ter emprego fixo em 2007, em um jornal de Ribeirão Preto (*A Cidade*), onde moro.<sup>270</sup>

<sup>267</sup> NUNES, Augusto. *Revista Veja*, 1979. p.77.

<sup>268</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *A guerra do Chaco*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1979.

<sup>269</sup> NUNES, Augusto. *Revista Veja [...] Ob. cit.*

<sup>270</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista Ribeirão Preto, 26/02/2010.

Segundo Chiavenato, a obra sofreu várias formas de censura e represálias por parte do Exército e do governo, durante e após o Regime Militar.

Segue o entrevistado:

A primeira censura foi da Comissão de Educação da Academia Brasileira de Letras (formada na época por Rachel de Queirós, Maria Alice Barrosa e o general Lyra Tavares, quando se reuniram para tratar do assunto). Eles (essa reunião era aberta, foi assistida pelo historiador Leonardo Trevisan, depois editorialista do Estado de São Paulo. Da reunião resultou uma ata, de poucas linhas, da qual tenho cópia e foi publicada na Revista da ABL) decidiram que as escolas públicas não deveriam ‘adotar’ o livro.<sup>271</sup>

Aurélio de Lyra Tavares nasceu em sete de novembro de 1905, na Paraíba, foi general do exército brasileiro, membro da junta provisória ditatorial que governou o país durante sessenta dias, de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em abril de 1970.<sup>272</sup> Teve grande participação no regime militar. Faleceu em dezoito de novembro de 1998, no Rio de Janeiro.

Rachel de Queiroz, nascida em Fortaleza, em 17 de novembro de 1910, em família influente, iniciou sua carreira escrevendo para jornais e mais tarde dedicou-se à produção de livros. Rachel foi comunista, trotskista, antes de tornar-se conservadora e apoiar o Golpe de 1964. Em 1977, foi eleita a primeira mulher na Academia Brasileira de Letras. Maria Alice Giudice Barroso Soares, nasceu em Miracema, Rio do Janeiro, em 1926. Era neta de imigrantes italianos. Cursou Biblioteconomia na UNIRIO e escreveu várias obras de renome no país. Faleceu em quatro de novembro de 2003, no Rio de Janeiro.

Não nos foi ainda possível acessar a ata citada por Chiavenato. Além da Academia Brasileira de Letras, o Conselho Federal de Cultura também criticou a obra, rotulando-a como subversiva e indigna de ser lida:

O livro *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenato, foi considerado ontem pelo Conselho Federal de Cultura “uma distorção da História por parte de supostos historiadores panfletários para servir a ideologias antinacionais”. Todos os conselheiros consideram o livro “indigno de ser lido pela juventude universitária”.<sup>273</sup>

A mesma notícia trazia a declaração de uma das concelheiras do CFC, a conhecida historiadora paranaense Cecília Maria Westphalen, que, embuída do espírito policial, denunciava a obra de Júlio José Chiavenato e de outros seus colegas, que não cita,

<sup>271</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista via e-mail 10/07/2009.

<sup>272</sup> Fundação Getúlio Vargas. CPDOC.

<sup>273</sup> Jornal do Brasil, 13/11/1980.

“destinadas a estudantes”, como responsáveis em *distorcer* “criminosamente a História do Brasil”, “apresentando-a sob perspectivas deformadoras e até difamadoras”. Ou seja, preparava, do ponto de vista historiográfico, o caminho para a censura e, quem sabe, a repressão ao autor.

A desqualificação por parte do Conselho Federal de Cultura da obra de Chiavenato encontra sua explicação em nota no Jornal T, comentando sobre a possível apreensão da obra ou processo contra o autor.

Pressionado por autoridades militares, o ex-ministro da justiça, Petrônio Portela, determinou, no começo deste ano, que a sua assessoria procurasse os meios legais de que pudesse utilizar o poder público, para a apreensão do livro *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*, de José Chiavenatto. Isto, segundo Portela, porque o livro estaria propondo uma revisão histórica da Guerra do Paraguai.<sup>274</sup>

Nessa notícia, o ex-ministro da Justiça da época Petrônio Portela [1925-1980] comenta sobre o livro de Chiavenato:

Esse livro propõe uma revisão histórica da Guerra do Paraguai. E o faz de forma destrutiva, envolvendo reputações ilibadas e negando ou deturpando fatos incontestáveis. Parece ser um bom exemplo de como se usa mal a liberdade de expressão em nosso país.<sup>275</sup>

Apesar de sua desaprovação a obra, o jornal destaca que Portela tentava apenas ganhar tempo junto aos militares:

O documento em que Petrônio Portela fazia essas afirmações, ao ser interpretado agora, por assessores que trabalharam para ele durante anos, significaria, apenas, uma manobra para o então ministro ganhar tempo junto aos militares e, com isso, adiar qualquer decisão a respeito de uma possível apreensão ou processo contra o autor, o que viria, meses atrás, “a prejudicar os esforços no sentido de eliminar a censura a livros e jornais e a liberalizar os critérios censórios em relação aos espetáculos de diversões publicadas”.<sup>276</sup>

A obra de Chiavenato somente não foi recolhida porque isso desmoralizaria as promessas de abertura e se transformaria em precedente, para a pressão para que tal medida se realizassem no relativo a outros livros, jornais, etc. Entretanto, o trabalho de Chiavenato preocupava os militares devido às discussões para a construção da Usina de Itaipu.

---

<sup>274</sup> Jornal T. 16/04/1980.

<sup>275</sup> PORTELA, Petrônio. Jornal T. 16/04/1980.

<sup>276</sup> Jornal T. 16/04/1980.

O próprio presidente Figueiredo viajou ao Paraguai, no intuito de melhorar as relações entre Brasil e Paraguai. A proposta de *cicatrização das feridas da guerra* fez parte daquela visita:

Após a devolução dos documentos e objetos de Solano Lopes ao Paraguai, pelo presidente Figueiredo, em sua recente viagem, tornou-se conhecido um parecer preparado pela assessoria do atual Ministério da Justiça, contra qualquer atitude em relação a um livro “que já ia em sua sétima edição, cabendo, quando muito, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apurar a existência ou não de determinados “despachos privados” atribuídos a Duque de Caxias e endereçados ao imperador do Brasil, e citado no livro”. Mesmo insistindo em que a Constituição é clara ao permitir a apreensão de livros que se destinem à propaganda de guerra, ou sejam obscenos ou pornográficos, ou que preguem a subversão ou o preconceito de religião, raça ou cor, o parecer da assessoria do Ministério da Justiça não enquadra o livro de Chiavenatto em nenhuma dessas categorias.<sup>277</sup>

Não era politicamente momento para retaliações. Entretanto, a obra de Chiavenato parece ter passado perto de ser recolhida. Ocorreram também outras manifestações por meio de políticos e militares da época contra o livro. Um exemplo foi a carta do general Floriano Peixoto Keller, em 27 de dezembro de 1979, ao então diretor do Arquivo Nacional, Raul Lima, criticando a obra *Genocídio americano* e solicitando que fosse tomada alguma providência a fim de restaurar a “verdade histórica”.

Segundo o diretor Raul Lima:

Recebemos do Marechal Floriano Peixoto Keller a carta que, a seu pedido publicamos. Trata de um livro que tem sido debatido em reuniões no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas quais houve refutações definitivas a certos episódios encontrados no livro *Genocídio americano*. Como, em geral, acontece em relação a essas notas de escândalo, o que não tem sido fácil aos historiadores que se têm pronunciado é encontrar caminhos da reposição da verdade dos fatos, da divulgação plena de documentos contestatórios. A publicação da carta do Marechal Keller é uma pequena contribuição do MAN. – R.L.<sup>278</sup>

Nota-se a contrariedade do diretor do Arquivo Nacional e sua resistência no relativo às visões revisionistas da história nacional. Para ele, era um dever publicar a carta de Floriano, pois estaria contribuindo para a *restauração* da verdade histórica. O interessante é que a declaração de Floriano Peixoto Keller ter lido a sétima edição do livro, não refutava absolutamente nada, do ponto de vista histórico. O general-historiador inicia descrevendo o autor e o livro, com claro objetivo depreciativo :

Acabei de ler a 7ª edição do livro GENOCÍDIO AMERICANO: A GUERRA DO PARAGUAI, publicada pela Editora Brasiliense [...] O seu autor JÚLIO JOSÉ

<sup>277</sup> Jornal T, 16/04/1980.

<sup>278</sup> LIMA, Raul. Arquivo Nacional, 03/03/1980. p. 31.

CHIAVENATO se diz [sic] natural de Pitangueiras, São Paulo, nascido em 1939, jornalista autodidata [sic]. Em 1969 perambulou pelos sertões e selvas de Mato Grosso e Goiás “abafado” [sic], como ele mesmo diz, pela recém promulgação do AI-5. Depois percorreu, ainda por terra, numa velha motocicleta, alguns países da América do Sul, onde terminou as pesquisas do seu livro. No fim acrescenta uma Bibliografia básica uma lista de obras editadas em português e espanhol. Na contracapa acrescenta: “Por que até hoje o maior conflito da história latino-americana permanece inquestionável? Por que aparentemente há uma acordo tácito para que não se investigue (sic) a guerra do Paraguai?”<sup>279</sup>

Após a descrição da obra Floriano iniciou suas críticas:

Quem consulta a Bíblia Sagrada, quem conhece como entre os Governos não há aliados para sempre, da mesma forma que não há adversários para sempre: o que houve, há e haverá são os interesses de sempre: algumas vezes convergentes, outras divergentes. Há produções que atentam contra a moral e os bons costumes; há produtos que atentam contra paz e a segurança dos Estados; há produções que induzem o indivíduo a prática do bem ou do mal; há em resumo produções oportunas e inoportunas.<sup>280</sup>

Desse modo, segundo o general-historiador, a obra poderia prejudicar as relações do Brasil com o Paraguai:

Quando o Brasil se prepara para comemorar o centenário do passamento do Duque de Caxias em Maio de 1980 e se esforça para levar a bom tempo a ciclopica Usina de Itaipu que vai beneficiar grande área do território rio Sul-americano, parece ser evidente a inoportunidade desse livro. Ainda mais quando nele se atribue ao Patrono do Exército Brasileiro, em carta ao Imperador Pedro II datada de 18 de novembro de 1867, teria afirmado que “para vencer o Paraguai, o Império precisaria matar o último paraguaio no ventre de sua mãe...” Cumpre assinalar que o autor nunca pesquisou no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, como acontece com personalidades nacionais e estrangeiras.<sup>281</sup>

Floriano Peixoto Keller desqualifica a pesquisa de Chiavenato, acusando-o de não ter pesquisado nos Arquivos Nacional, e propõe como inaceitável a crítica ao Duque de Caxias, não se esforçam em desmenti-la!

O militar concluiu sua carta ressaltando que a obra de Chiavenato não condiz com a verdade histórica e que a mesma deve ser restabelecida:

Pela reposição da verdade histórica, e aprofundamento de como surgiu o livro polêmico, editado em São Paulo, berço do Partido Republicano, e capital do Estado líder da Federação por vários títulos – espero encontrar no *Mensário do Arquivo Nacional – MAN* – a publicação desta carta com o abalizado parecer do ilustre amigo. Diretor do Arquivo Nacional e destacado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tem como Presidente de Honra, sua Excelência o

<sup>279</sup> KELLER, Floriano Peixoto. *Apud* LIMA, Raul. Arquivo Nacional, 03/03/1980. p. 31.

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> Idem.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Comandante Chefe das Forças Armadas do Brasil.<sup>282</sup>

Ao encerrar sua carta, Floriano Peixoto Keller confirma a submissão dos órgãos culturais oficiais, como o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro aos interesses dos militares, o que certamente explica a dificuldade de acesso de Chiavenato aos documentos e bibliografia sobre a guerra do Paraguai, naqueles centros.

### Sucesso e perseguição

O lançamento de *Genocídio americano*, de J.J. Chiavenato alcançou um enorme e inesperado sucesso de público, apesar do nulo apoio publicitário e de mídia. O historiador Mário Maestri escreveu sobre essa realidade:

Com talvez mais de cento e cinquenta mil exemplares vendidos, o livro tornou-se referência da historiografia brasileira, pautando os futuros estudos e debates sobre a Grande Guerra Sul-Americana. A redação para o grande público, sem notas de rodapé, em linguagem jornalística erudita, facilitou o enorme acolhimento, determinado, sobretudo pelo momento da publicação, que condicionou a própria feitura do trabalho, quanto à forma, linguagem e conteúdo. As seqüelas da crise mundial de meados de 1970 embalavam a retomada das mobilizações sindicais e democráticas, trincando a hegemonia construída pela ditadura apoiada no ‘Milagre Econômico’ e na repressão.<sup>283</sup>

O contexto histórico, social e econômicos descrito por Maestri tiveram grande importância para a aceitação e recepção da obra de Chiavenato. Mesmo não recebendo grande espaço na mídia oficial, o *Genocídio americano* teve grande repercussão em vários setores da sociedade, com destaque para as universidades e o grande público culto.

O livro causou grandes discussões sobre a historiografia nacional da guerra do Paraguai, desagradando os militares, principais representantes da história oficial sobre aquele conflito. Os militares tentaram de várias formas desqualificar e até mesmo proibir a obra – reuniões, cartas, depoimentos, pressão sobre o governo foram algumas das formas de retaliações enfrentados pelo livro e o autor.

Os críticos a obra apontaram-na como *antinacional*, *subversiva*, propondo que os crimes de guerra elencados eram infame invenção do autor, que queria unicamente desqualificar o “soldado nacional”, na sua estóica e patriótica ação em defesa da nação. Em

---

<sup>282</sup> Idem.

<sup>283</sup> MAESTRI, Mário. *A guerra contra o Paraguai [...] Ob. cit. p. 11.*

um momento em que a retórica sobre a missão histórica da ditadura militar entrava em profunda crise, *Genocídio americano* constituía um trabalho apontando para a necessidade de leitura do passado – e do presente – segundo os interesses dos povos.

## 6. GENOCÍDIO AMERICANO – AVANÇOS E TROPEÇOS

Devido a impossibilidade em localizar a primeira edição do *Genocídio americano*, publicada em 1979, analisamos a segunda edição. Salvo engano, não houve modificação no texto, da primeira para a segunda edição. Ela organiza-se em dezessete capítulos, em um total de 188 páginas. No livro, o autor faz uma retomada histórica desde a independência do Paraguai, sob a direção, primeiro dividida, após individual, de Gaspar Rodríguez de Francia, em 14 de maio de 1811, até o final da guerra, em março de 1870.<sup>284</sup> Trata-se, portanto de uma inovação, para o Brasil, que retomava o procedimento dos autores italianos de *O Napoleão do Prata*.

Já no prefácio, Chiavenato contrapõe a historiografia oficial, falando sobre o silêncio e as mentiras da Guerra do Paraguai e critica o nacionalismo xenófobo, que chama de história financiada pelo governo. Isso, como assinalado, em pleno regime militar. Critica, assim, um processo de produção ideológica do conhecimento histórico sem, entretanto, enfatizar as mediações através das quais comumente se produz. E, explica que o livro não é a obra de um historiador, como apenas assinalado.

*Genocídio americano* foi o primeiro trabalho historiográfico brasileiro a realizar crítica geral desde a ótica das populações envolvidas no confronto, desorganizando as representações [historiográficas brasileiras] hegemônicas. Por além dos lapsos e insuficiências assinalados e não assinalados, conformou o imaginário histórico brasileiro porque galvanizou a difusa memória popular do rosário de horrores que fora aquela guerra, semi-soterrada pelo discurso nacional-patriótico. A obra exigia superação [hegeliana], através de sua crítica sistemática, a ser realizada em grande parte com a simples recuperação de produção já pré-existentes, com destaque para a historiografia argentina, processo que jamais ocorreu devido principalmente à dissolução das condições históricas que geraram o movimento revisionista.<sup>285</sup>

Maestri propõe que, após seu surgimento, o trabalho necessitaria de crítica que superasse suas limitações, retomando os avanços e caminhos apontados. Maestri refere-se à maré neo-liberal que varreria o mundo, dez anos mais tarde, com enormes reflexos para as ciências sociais, com destaque para a historiografia científica.

A obra *Genocídio Americano* realizava importantes avanços, no contexto da enorme ausência já assinalada de trabalhos historiográficos críticos no Brasil. Avanços que foram dados no contexto de claros tropeços analíticos. Ela apresenta, ao grande público leitor

<sup>284</sup> Cf. sobre Francia: CHAVES, Júlio César. *El supremo dictador*: bibliografia de José Gaspar de Francia. 4 ed. Asunción: Carlos Cchauman, 1985; ANDRADA E SILVA, Raul. [1905-1991]. *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai*: [1814-1840]. Ob.cit.

<sup>285</sup> MAESTRI, Mário. *A guerra contra o Paraguai [...] Ob. cit. p. 13.*

brasileiro, novos e importantes elementos sobre a guerra do Paraguai, jamais tocados pela historiografia nacional, acadêmica e de divulgação. Propostas e visões relativamente comuns na historiografia argentina e paraguaia que jamais afloraram na historiografia nacional, apesar do governo e do Estado brasileiro terem sido o principal agente daquele confronto, na Tríplice Aliança.

O livro contrapõe a visão da guerra difundida pelo Estado, pelo Exército e pela historiografia nacional-patriótica de “civilização versus barbárie”, de guerra contra o “tirano”, contra o “ditador”, para *libertar o povo paraguaio* do líder medonho. A proposta da guerra contra o *tirano* e não contra o *povo paraguaio* retomava a própria retórica justificativa do Tratado da Tríplice Aliança, como foi proposto. “No siendo la guerra contra el pueblo paraguay sino contra su gobierno [...]”<sup>286</sup>

### O Paraguai segundo Chiavenato

Em 14 de maio de 1811, após a Revolução de Maio, em Buenos Aires, o Paraguai libertava-se da Espanha e segundo Chiavenato, seria o único país justo, igualitário e coeso da América Latina.

A partir de 14 de maio de 1811, quando o Paraguai liberta-se da Espanha, foge a uma característica comum dos povos da América: o caudilhismo. A partir da independência o Paraguai é a única república da América Latina que não sofre a presença dos caudilhos nem é conturbada por revoluções ou golpes. É um país coeso, com a autoridade centralizada e que pode dar-se ao verdadeiro luxo, no primeiro quartel do século XIX, de gozar uma autêntica paz política.<sup>287</sup>

Para o autor, o governo do dr. Francia seguia uma organização própria e peculiar, que mudou completamente a estrutura política e econômica, com grandes transformações sociais. Seu governo foi definido como forma de *absolutismo* que se apoiava no povo.

Francia, El Supremo, assume o poder e exerce uma ditadura peculiar: usa o absolutismo como método de governo em benefício de povo. Agride os direitos dos espanhóis e espanhóis, persegue os ricos, confisca propriedades torna insuportável a vida os oligarcas que eram privilegiados pela Espanha.<sup>288</sup>

José Gaspar Rodrigues Francia, o *ditador perpétuo*, é definido como um homem implacável com inimigos. Mandava prender e matar grupos ligados à Espanha e aos interesses

<sup>286</sup> Artículo VII do “Tratado [secreto] da Tríplice Aliança”.

<sup>287</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano [...]* p. 15.

<sup>288</sup> Id. ib.

de Buenos Aires, evitando assim que atentassem à Independência do país. Propõe que *exterminou* as oligarquias para construir um governo sem privilégios, em favor dos pobres.

Exerceu uma ditadura rigorosa [...]. Seu primeiro ato ao assumir foi acabar com a influência do poder econômico que poderia agir contra seu governo. Quando é difícil acabar com essa influência do poder econômico, Francia não deixa por menos: extermina literalmente, o próprio poder econômico. Decreta como poderia se dizer a pobreza como norma de vida dos paraguaios. [...] Os espanhóis e espanholistas, herdeiros de privilégios da coroa, são perseguidos até o extermínio.<sup>289</sup>

Chiavenato apresenta Francia como um homem com uma quase plena compreensão dos fenômenos sociais, agindo pelo bem popular, acima dos conflitos e representações sociais, em uma quase personalização da história:

A sua ira contra os ricos explica-se pela compreensão de que não é possível estabelecer a soberania da nação com a presença da oligarquia deixada pela coroa espanhola. Ele quer exterminar – e consegue – qualquer privilégio especial no Paraguai. O único privilégio possível é o seu: de governo austero e simples, quase patriarcal, em favor do povo.<sup>290</sup>

Nota-se o claro exagero de Chiavenato em descrever Francia, ele realizou grandes mudanças da organização do país, porém, não tinha um modelo definido de desenvolvimento para o Paraguai.

### **Resultado de Processo Histórico**

Vimos que a repressão dos grandes proprietários, que jamais se propôs e chegou à extinção desses últimos como classe, não se dera devido à compreensão da necessidade de sua erradicação, mas como parte de processo gerado pela luta pela independência da Espanha e, a seguir, de Buenos Aires, através da repressão aos representantes e adictos. Francia golpeava privilégios e privilegiados, mas não luta explicitamente contra eles. Golpeia mais os homens e através deles as classes.

No governo de Francia, o Paraguai isolou-se relativamente dos outros países; controlou fortemente as fronteiras e os contatos com os países vizinhos; diminuiu significativamente o comércio e as relações com o exterior. Um isolamento relativo imposto ao Paraguai pelo monopólio da navegação e portuário determinado por Buenos Aires, até a queda de Rosas, que questionava a independência da *provincia rebelde*. Por não possuir uma saída ao mar, o Paraguai dependia dos países vizinhos para alcançar o rio de Prata, sobretudo

---

<sup>289</sup> Idem. p. 16.

<sup>290</sup> Id. ib.

de Buenos Aires, que exercia pressão expansionista e imperialista, procurando recuperar o domínio da província rebelde.

O célebre intelectual federalista argentino Juan Bautista Alberdi [1810-1884] proporia sobre as razões do isolamento do Paraguai, nos momentos da guerra contra este país: “El aislamiento del Paraguay es simple resistencia a la política de aislamiento y colonial de Buenos Aires [...]”<sup>291</sup> O Paraguai se isolava para não se tornar parte periférica da Argentina, sob o mando de Buenos Aires. Chiavenato destaca um processo histórico real, personalizando-o: “Francia isola o Paraguai, cria a ditadura do povo, contrariando os interesses de Buenos Aires.”<sup>292</sup>

Alberdi, consultado por Chiavenato, foi o principal ideólogo federalista, tendo tomado claramente a defesa do Paraguai, antes, durante e após o confronto, a partir das visões e interesses federalistas, ignorados por Chiavenato, nas suas contradições essenciais com o unitarismo portenho.

### Nação Livre

Sempre segundo Chiavenato, a partir de Francia, nasce uma nação livre – o *ditador perpétuo* estrutura uma nova forma de governo, cria novas relações econômicas, faz a maior reforma agrária da América do Sul. O governo expropriaria terras e as alugavam por valores irrisórios aos camponeses, além de dar implementos agrícolas, gado e sementes. Criaria as “estâncias da pátria”, terras do governo em serviço do povo e para o povo.

Francia criou as ‘Estâncias da Pátria’, onde os trabalhadores do campo produziam com o auxílio do Estado e podiam dispor da sua parte da produção como homens livres. Todos trabalhavam em comunidades [sic] – uma experiência que os paraguaios já tiveram com os jesuítas – e das estâncias saíam principalmente carne para o Exército e couro para exportação: que ainda se fazia penosamente.<sup>293</sup>

A expropriação das terras para golpear os inimigos da Independência não tinha como objetivo alugá-las aos camponeses sem terra. Ainda que esta tenha sido em boa parte a destinação daquelas propriedades, já que os pequenos proprietários e arrendadores eram a grande base social do *francismo*. Base social que literalmente levou Francia ao poder, e não aderiu às suas políticas, após a constituição da ditadura, como proposto pelo autor.

---

<sup>291</sup> RIVERA, Enrique. *José Hernandez [...] Ob. cit.* p. 28.

<sup>292</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano [...] p.* 19.

<sup>293</sup> Idem. p. 20.

O povo, a princípio, reage timidamente ante o governo de El Supremo. O terror das prisões e o confisco dos bens assustam e fazem calar qualquer discordância. Com o tempo, os paraguaios percebem perfeitamente que o absolutismo [sic] de Francia é dirigido especificamente contra os ricos. [...] E passa para o seu lado.<sup>294</sup>

A apresentação de fenômenos objetivos, ainda que comumente enfatizados, potenciados e sem a intencionalidade proposta, registra forte aproximação de atos do passado, surgidos e desenvolvidos em outros contextos, ao programa progressista do presente, em anacronismos históricos. Isto ajuda a compreender os objetivos do livro, conscientes, semi-conscientes e inconscientes, e seu enorme sucesso, produzido em momento de retomada das lutas sociais e anti-ditatoriais no Brasil.

Conforme Chiavenato, Francia está organizando uma nação livre e demonstrando que é possível sobreviver sem a submissão a interesses estrangeiros e sem sustentar uma oligarquia parasita. “[...] no Paraguai só existe trabalho genuinamente produtivo.” “Esses testas-de-ferro do imperialismo britânico, para sustentação do domínio político, mantêm o monopólio dos meios de comunicação [...]”<sup>295</sup> Afirmações que reverberam fortemente na consciência dos leitores, como propostas políticas e sociais contemporâneas.

Chiavenato propõe que Francia acabou com as ordens religiosas e as transformou em espaços militares: “Francia suprimiu simplesmente as ordens religiosas e transformou seus conventos em quartéis”<sup>296</sup> Fez a Igreja romper com Roma e criou a Igreja nacional do Paraguai:

Já em julho de 1815 – quatro anos após tomar o poder – , Francia faz a Igreja Católica romper com Roma: a Igreja no Paraguai agora é nacional. E mais: Francia em 20 de setembro de 1824 confisca todos os bens da Igreja e os transfere ao Estado, proíbe terminantemente a construção de novos templos – o esforço paraguaio só será utilizado em bens de produção – , determina a liberdade de crença no país e extingue para sempre os tribunais da Inquisição. Não satisfeito, e para constar que a Igreja tem que ser nacional, manda esculpir no frontispício de todos os templos o emblema da República do Paraguai.<sup>297</sup>

Um processo histórico e um programa jacobino no substancial correto, ainda que sem a amplitude proposta, já que o *francismo* sustentou sempre o ensino religioso no país e combateu o ateísmo.

<sup>294</sup> Idem. p. 16.

<sup>295</sup> Idem. p. 80.

<sup>296</sup> Id. ib.

<sup>297</sup> Id. ib.

### País sem Analfabetos

Chiavenato enfatiza, reiteradas vezes, que, ao final do governo de Francia, não havia analfabetos no país.

Em 1840 o Paraguai é um país sem analfabetos. Existiam naquele tempo, para uma pequena população de menos de quatrocentos mil habitantes, quatrocentas e trinta e duas escolas com vinte e quatro mil alunos. Esse dado muito bom para a época e para as circunstâncias do país chega a ser magnífico.<sup>298</sup>

Registra-se a contradição entre a ênfase a absolutização do fenômeno – alfabetização – e a apresentação de dados reais sobre o número de escolas, que já deixava claro a impossibilidade de uma escolarização absoluta do país.

A proposta de um Paraguai sem iletrados, bastante comum no século 19, antes e após a Guerra Grande, retomada em parte pela historiografia revisionista paraguaia, registra mais uma vez uma forte tendência da historiografia do autor: à absolutização e ênfase de fenômenos sociais e históricos, não raro reais. Hoje não há mais dúvidas sobre o importante programa educacional primário desenvolvido por Francia e ampliado por Carlos Antonio López, através do Paraguai rural, possivelmente único na América Latina, e superior ao de muitos Estados europeus da época, para não falar do Brasil de então. Porém, tratou-se de iniciativa enquadrada e determinada pelas realidades objetivas, envolvendo apenas uma parte da população paraguaia escolar do sexo masculino, como assinalou pertinentemente Hins Peters, em *El sistema educativo paraguayo desde 1811 hasta 1865*.<sup>299</sup>

Chiavenato propõe que a construção de imagem negativa de Francia serviu como propaganda contra seu governo.

Apesar de sua importância ainda hoje são raros os julgamentos mais sóbrios e justos sobre Gaspar Rodrigues de Francia. O seu fanatismo pelo governo e sua violência para chegar aos fins propostos deturparam não só os julgamentos sobre ele próprio como ajudaram, também, a criar uma imagem contra o Paraguai dos López que foi largamente usada pelos seus inimigos como propaganda de guerra.<sup>300</sup>

Fato indiscutível já que o *pai da nacionalidade paraguaia* simbolizava a ruptura com o liberalismo econômico, abominada pela oligarquia comercial portenha e pelos interesses mercantis ingleses. Francia seria tendencialmente execrado durante os próprios governos dos

<sup>298</sup> Idem. p. 27.

<sup>299</sup> Cf. PETERS, Heinz. *El sistema educativo paraguayo desde 1811 hasta 1865*. Paraguay: Instituto Cultural Paragayo-Alemán, 1996. *Apud* MAESTRI, Mário. No Paraguai do doutor Francia todos sabiam escrever. VIA POLÍTICA, [www.viapolitica.com.br/fronteira\\_view.php?id\\_fronteira=287](http://www.viapolitica.com.br/fronteira_view.php?id_fronteira=287). Acessado em 27.04.2010.

<sup>300</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano [...]* Ob. cit. p. 21.

dois López, por sua repressão aos segmentos proprietários crioulos representados pelo pai e filho.

### **Mito & História**

Durante e após a guerra, diversos mitos foram criados pela historiografia nacional-patriótica brasileira, com destaque para o Duque de Caxias, comandante geral daquelas operações, que alcançou altos postos e reconhecimentos no Brasil e é hoje o patrono do Exército nacional. A mesma absolutização, em negativo, é feita a esse personagem histórico, descrito pelo autor como *tirano, assassino* de mulheres e de crianças paraguaias, *com provas documentais*.

Um dos maiores crimes dessa guerra é confessado pelo Duque de Caxias, em despacho privado ao Imperador, de seu próprio punho. [...] em 18 de setembro de 1867: ‘O General Mitre está resignado plenamente e sem reservas as minhas ordens [...] ele faz tudo que eu indico, como tem estado muito de acordo comigo, em tudo, ainda enquanto a *que os cadáveres coléricos, se joguem nas águas do Paraná, já da esquadra como de Itapiru para levar o contágio às populações ribeirinhas, principalmente às de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé que lhes são opostas* [...]. Um crime de guerra com a agravante de ser cometido contra população civil inclusive.<sup>301</sup>

Essa revelação sobre a ação de Caxias foi certamente bem recebida por público leitor enfiado com a retórica nacionalista ditatorial e consciente e semi-consciente dos crimes igualmente cometidos pelo alto comando da ditadura militar, descendente da ordem criticada. Mesmo assinalando, em forma pioneira, realidade confirmada indiscutivelmente pela historiografia, a partir de documentação primária incontornável, a *diabolização* de Caxias despe-o de certo modo de sua essência profunda: um dos mais destacados e capazes quadros políticos e militares do Estado imperial escravista, agindo em forma implacável segundo os pressupostos e objetivos daquela ordem e estado.

### **O governo de Carlos Antonio López**

Em 20 de setembro de 1840 morreu Francia. Após seu falecimento, assumiu o poder, por *eleição constitucional*, Carlos Antonio López, advogado de família rica. Segundo o autor, ele teria seguido a mesma política de Francia:

---

<sup>301</sup> Idem. p. 139.

Carlos Antonio López é geralmente apresentado como um ‘obscuro advogado’, oriundo de família muito católica (tinha dois irmãos clérigos, um quase chegou a bispo) e vai ampliar o sistema econômico herdado de Francia, modernizando-o, que passa a ser ostensivamente agredido internacionalmente na medida em que obtém sucesso.<sup>302</sup>

Escreve o autor:

Ele cria, praticamente, sobre a estrutura sócio-econômica deixada por Francia, o Paraguai moderno. No seu tempo há um grande progresso, surgem fábricas, os estaleiros produzem muitos navios, traz engenheiros e técnicos da Europa para modernizar o país e manda para o exterior (sobretudo Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos) jovens paraguaios para se especializarem.<sup>303</sup>

Como destacado, tendências objetivas que jamais alcançaram a se realizar plenamente, em parte devido à própria guerra, são enfatizadas e apresentadas por Chiavenato em forma linear, acabadas, sem contradições.

Para Chiavenato, Carlos Antonio López conseguiu modernizar o Paraguai, sem atrelá-lo ao capital inglês:

López, pai, soube como aprimorar o rudimentar esboço sócio-econômico herdado de Francia e, mais que isso, soube implantar na pequena República um nacionalismo autêntico que a livrou de indústrias de base, moduladora do progresso, com domínio total e absoluto do Estado – o que no Paraguai da época equivalia a dizer: a serviço do povo.<sup>304</sup>

Propõe o autor:

O Paraguai está numa ebulição de progresso. A produção aumenta com Carlos Antonio López: fumo, erva-mate, algodão, arroz, cana – de – açúcar e mandioca são abundantemente colhidos. Vinte anos depois da posse de Carlos Antonio López chega-se a colher a surpreendente soma de sete milhões de quilos de fumo; obtêm-se dois milhões e meio de quilos de erva-mate e há um significativo rebanho de sete milhões de gado bovino.<sup>305</sup>

Carlos Antonio López seguiu os investimentos e o modelo de seu pai, fez um governo forte centrado principalmente na economia interna.

## Primeira Fundação

---

<sup>302</sup> Idem. p. 27.

<sup>303</sup> Idem. p. 15.

<sup>304</sup> Idem. p. 31.

<sup>305</sup> Id. ib.

Junto ao significativo aumento da produção agrícola, em 1845, era criada a fundição de Ibycuí.

É bom destacar para que se entenda o desafio paraguaio da metade do século XIX: enquanto Brasil e Argentina importavam ‘bebidas espirituosas’ e desde o alfinete e o botão para roupas até colheres e utensílios domésticos, no Paraguai a Fundição de Ferro de Ibycuí fundia uma tonelada de metal em cada vinte e quatro horas. E Ibycuí trabalhava vinte e quatro horas por dia, com duzentos e cinquenta operários.<sup>306</sup>

O Paraguai buscava sua autonomia nos mais variados setores da economia e da produção.

Enfim, o progresso paraguaio na metade do século XIX exporta madeira, produz louça fina, constrói ferrovias, exporta salitre, ergue fábricas de pólvora, papel e enxofre. Instala-se telégrafo. Uma nova formulação no uso da terra exige mais implementos agrícolas: e eles são fabricados na fundição de Ibycuí, dando melhores condições de trabalho ao camponês paraguaio que aumenta sua produtividade.<sup>307</sup>

Em geral, como proposto, o autor descreve processos reais, enfatizados e simplificados. Ainda que a siderúrgica de Ibicuy fosse um enorme avanço para a região, tratava-se de instalação com as limitações esperadas para a época e para a região, longe dos centros habitados do país, que certamente suprima ainda em forma muito insuficiente as necessidades do país. Realidade que a narrativa do autor tende a olvidar.

Sobretudo, o autor destaca a presença ou o que ele chama de “a infiltração inglesa” nos assuntos do Prata. A Inglaterra, maior potência econômica da época, era também a maior importadora de matérias-primas e exportadora de produtos industrializados e principalmente de novas tecnologias. A ela não interessaria a independência dos países latina americano, como ocorria com o Paraguai.

[...] manter os países da América do Sul como simples fornecedores de matéria-prima e consumidores de produtos industrializados. A matéria-prima, a baixo custo, sustentava as indústrias inglesas; manipuladas, manufaturadas, alargavam o mercantilismo auxiliado por países sul-americanos pelas ‘fontes de progresso’ exportadas pela Inglaterra – estradas de ferro, telégrafo, a própria imprensa para manter o mito de que ‘livre-comércio’ era sinônimo de civilização etc.<sup>308</sup>

Esse seria o grande motivo da guerra do Paraguai.

---

<sup>306</sup> Idem. p. 31.

<sup>307</sup> Idem. p. 33.

<sup>308</sup> Idem. p. 29.

### Motivos da Guerra

Chiavenato ressalta a influência que a Inglaterra exercia sobre o Império do Brasil e como esta se utilizou das questões internas dos países do Prata para manipular a situação e desencadear a guerra do Paraguai:

[...] razões formais de sua conformação política e contrastes internos que acabam por transformarem em ‘razões de Estado’, inclinam o Império do Brasil a atitudes internacionais coerentes com as necessidades de dominação do imperialismo inglês, do qual é uma espécie de submetrópole.<sup>309</sup>

Na época dos sucessos, a Inglaterra era a grande potência mundial, a “fábrica do mundo”, e o Paraguai, para o autor, um exemplo de política antiliberal, de desenvolvimento autônomo, à margem dos capitais e das mercadorias inglesas, a não ser seguido pelos demais países da América Latina, do ponto de vista dos interesses hegemônicos daquela nação. Mudanças sem a autorização da Inglaterra no Prata poderiam comprometer os interesses ingleses.

Qualquer mudança nessa sistemática influirá perigosamente no equilíbrio mundial, com repercussões econômicas que poderão ter conseqüências perigosas dentro mesmo do próprio imperial industrial inglês. Por tanto toda uma estrutura econômica mundial conspira para que a Inglaterra não permita nenhuma mudança no sistema – mesmo quando essa mudança se dá longinqüamente, num país que quase só se sabe dele pelo mapa, como o Paraguai.<sup>310</sup>

Para o autor, a Inglaterra não podia permitir que o Paraguai independente subsistisse:

Por que esse pequeno país, essa autônoma República com uma economia própria e insubmissa à exploração do imperialismo inglês, pode modificar o *status quo* no Prata, possibilitando muito possivelmente a atração de outros interesses, de outras potências. A grande máquina do capitalismo internacional não pode ter uma pequena peça destoando da engrenagem. É fácil perceber que o Paraguai será vítima desse sistema internacional [...]é preciso destruir e substituir a pequena engrenagem que não se ajusta a máquina.<sup>311</sup>

Como já visto, tratava-se de uma interpretação que ignorava os interesses profundos da Argentina portenha e o Brasil imperial no Prata, retira delas a papel de motivadoras essenciais do grande conflito. Destaque-se nesse relativo a não referência à articulação liberal-mitrista para a intervenção do Brasil no Uruguai, a fim de destruir o partido federalista naquela nação e no Paraguai.

---

<sup>309</sup> Idem. p. 62.

<sup>310</sup> Idem. p. 79.

<sup>311</sup> Id. ib.

Os episódios políticos acontecidos na Argentina apenas revestem essa estrutura econômica. Unitário, federalistas, liberais ou qualquer nome que se dê às organizações políticas, nada representam. Não significam nenhuma proposta econômica de libertação nacional. Não significam nenhuma resistência à dominação agressiva do capital inglês. Mitre e Urquiza diferem no método –[...]– mas são iguais naquilo que representam como classe dominante [...].<sup>312</sup>

Para Chiavenato, as diferenças entre unitários e federalistas não teriam diferenças estruturais, pois os dois grupos seriam favoráveis ao modelo imperialista inglês.

### **Testas-de-Ferro da Inglaterra**

Na visão defendida por Chiavenato os governos do Império do Brasil e da Argentina seriam apenas “testas-de-ferro do imperialismo britânico”:

Associadas ao capital inglês, uma nobreza corrupta do Império do Brasil e uma burguesia nascente em Buenos Aires dominam todo o sistema político. Esses testas-de-ferro do imperialismo britânico, para sustentação do domínio político, mantêm o monopólio dos meios de comunicação: já insuficientes na época para formar qualquer resistência popular.<sup>313</sup>

Criavam, portanto, através da imprensa, uma mentalidade que aceitava a intervenção britânica nos assuntos do país.

Por isso, a partir da completa dominação do capital inglês, imperialista e envolvente politicamente, sedimenta-se uma mentalidade que aceita e intervenção estrangeira no destino econômico da América do Sul como prova de ‘civilização’ e resultado normal do progresso.<sup>314</sup>

É indiscutível que a ordem exportadora-escravista do Império do Brasil conhecia subordinação mercantil ao capital inglês, o que determinava forte domínio e apologia dos valores *liberal-mercantis*. Não se tratava, porém, em nenhum caso, de representação direta, imediata e exclusiva dos interesses ingleses.

Para o autor, o *imperialismo* inglês, com seu poder econômico e com seu discurso de civilidade, dominou praticamente todos os países da época, na região. “Com raríssimas exceções, tão raras que nenhum resultado prático produziram, não há resistência ante a avassaladora presença do imperialismo econômico inglês na América do Sul...”<sup>315</sup> Somente o

---

<sup>312</sup> Idem. p. 66.

<sup>313</sup> Idem. p. 29.

<sup>314</sup> Id. ib.

<sup>315</sup> Id. ib.

Paraguai, sob o governo de Carlos Antonio López, não se submeteu a essa forma de dominação, por isso, o capital inglês teve que retroceder e usar da força e da violência.

O Paraguai, porém, foi um ‘acidente’ bastante estranho. Por que ali, a dominação econômica, numa fase em que o imperialismo sustentado pelas armas já vinha substituindo seus métodos, adequando-os às novas circunstâncias mundiais e de ‘civilização’, não foi possível pela corrupção, teve a Inglaterra que retroceder no tempo. E, indiretamente embora, mas com presença marcante, estimular Brasil e Argentina a destruí-lo.<sup>316</sup>

Para o autor, desde o governo de Carlos Antonio López já se estrutura o contexto político que desencadeou a guerra anos mais tarde.

A guerra, portanto, determinou-se como fatal já em 1850 quando o Paraguai começou a desenvolver uma forte economia autônoma. A incompreensão de Carlos Antonio López de que há um determinismo histórico conduzindo as nações e exaltando os contrastes das relações internacionais, especialmente quando essas relações são entre oprimido e opressor, canalizou contra o Paraguai os conflitos internos dos países vizinhos, Brasil, Argentina e Uruguai, para equilibrar um sistema mundial particularizado no Cone Sul da América e superar os próprios contrastes internos do imperialismo inglês, ou seja, as submetrópoles: Império do Brasil, Buenos Aires e Uruguai.<sup>317</sup>

De acordo com o autor, o grande erro dos López teria sido não intuir essa realidade que se estruturava e não tolerava visões diferentes ou independentes.

Sem dúvida, a tese do interesse britânico na guerra do Paraguai foi a mais polêmica e a mais criticada na obra de Chiavenato. Em entrevista realizada em fevereiro de 2010, Chiavenato reafirma sua tese sobre o imperialismo inglês e comenta que era uma questão histórica e estrutural de cada país:

Quando tem as primeiras estradas de ferro do Brasil, vem os engenheiros ingleses, compra-se trilho, tudo, tudo vem de Inglaterra. Naquele período, o Brasil importava até urinol, penico, certo? Era tão corrupto o governo brasileiro que importou esqui para gelo, entendeu. Alguém viu a possibilidade de ganhar dinheiro com isso aí, e importaram esqui para gelo. É a marca do Brasil. O modelo do Paraguai que foi formado através das estâncias do ditador Francia, era um modelo nacionalista. [...] Eles mandavam os enge[nheiros], os paraguaios estudar na Inglaterra, nos EUA[...] aprendiam as coisas lá, voltavam e fabricavam, traziam modelos, existe até hoje em Assunção a primeira locomotiva fabricada no Paraguai, ta lá o monumento em Assunção.<sup>318</sup>

---

<sup>316</sup> Id. ib.

<sup>317</sup> Id. ib.

<sup>318</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista Ribeirão Preto 26/02/2010.

O autor conclui:

A moral da história é a seguinte: esse país quebrava o status quo e o sistema de dominação econômica no Conesul, certo. Da mesma forma que ele era uma ameaça para um sistema de dominação, ele também era um modelo perigoso, como modelo perigoso foi Cuba, entendeu?!<sup>319</sup>

O autor ressalta que a Inglaterra tinha interesse direto na realização da guerra, pois o modelo de desenvolvimento paraguaio não era favorável aos seus produtos, e principalmente que o Paraguai era um mal exemplo aos demais países da América.

Sobre os motivos da guerra, na entrevista, agrega as razões do Império e da Argentina:

Junto a isso [interesse inglês] tem as questões nacionais. Tem as questões de fronteiras. Tem a cobiça regional sobre as fronteiras, etc, que acabam eles tomando tudo. Tudo isso se une para fazer a guerra. E essa campanha pelo Paraguai, ela é muito antiga. Ela é mais antiga. Ela vem desde 1810, por ai, sendo cultivada, muito mais na Argentina do que no Brasil. Na Argentina, na província de Buenos Aires, por que na província de Buenos Aires eles são [eram] inimigos das duas províncias do Paraná e [...]Entre Rios, Paraná, que são inimigos [de Buenos Aires], então, são aliados ao Paraguai. Então, junta tudo isso e se faz a guerra, criasse pretextos.<sup>320</sup>

Em sua entrevista, Chiavenato apresenta pontos pouco trabalhados no *Genocídio americano* que são as relações internas na Argentina, que a muitos anos travava uma guerra com o Paraguai.

O autor complementa dizendo que a Inglaterra não obrigou o Brasil e a Argentina a realizarem a guerra, mas deu toda a estrutura e suporte necessário para esta. Ou seja, torna mais complexa e menos direta sua antiga proposta:

Agora, qual é o papel da Argentina, [isto é], da Inglaterra? A Inglaterra não vai escrever num documento: “Brasil, invada [o Paraguai] ...não!” Ela financia a guerra. Ela apóia essa guerra. Ela fornece todas as armas. Ela deixa a guerra ir até as últimas conseqüências. A hora [em] que a Inglaterra quisesse, fala[sse] não tem mais guerra, não teria mais guerra. Inclusive tem alguns fatos que nem estão no livro, que eu soube depois. O Paraguai tinha comprado uma esquadra, navios de guerra da Inglaterra. E quando esse navio tem que, tem que ser entregue, tem ameaça de guerra, a Inglaterra não entrega esses navios e vende esses navios pro Brasil. Então, todos esses fatos e mais a dívida que vai se acumulando. Todos aquele negócio, os interesses ingleses, depois a repartição do poder.<sup>321</sup>

---

<sup>319</sup> Idem.

<sup>320</sup> Idem.

<sup>321</sup> Idem.

Dessa forma, através de seus empréstimos a Inglaterra possibilitou a realização da guerra, fortalecendo as tropas aliadas, se negando a vender armas aos paraguaios, do mesmo modo que nada fez para evitar a guerra, sendo ela a não mais poderosa da época.

Com tudo, vários autores criticaram a tese do imperialismo inglês, muito anterior à proposta de Chiavenato, destacando-se entre eles o historiador marxista argentino Milcíades Peña, já em meados dos anos 1950.

Y la diplomacia británica actuó más bien en el sentido de frenar la ofensiva brasileña contra Paraguay que de impulsarla, porque el dominio brasileño sobre Paraguay y/ o Uruguay era algo que al fortalecer al Brasil tendía a debilitar la influencia directa de Inglaterra en el Río de la Plata puesto que una vez implantada su soberanía completa sobre el Paraná y el Uruguay la monarquía brasileña hubiera sido mucho más esquiva a las imposiciones británicas (Horton, 38). La monarquía brasileña no actuaba por cuenta de Inglaterra contra el Paraguay, actuaba por cuenta propia, impulsada por causas internas del Brasil, no por presiones externas.<sup>322</sup>

### Outra Grande Tese

Uma outra grande tese de Chiavenato, jamais discutida na sua devida importância, é que Carlos Antonio López incorreu no mesmo erro de Francia, ainda que sem a mesma ênfase – a não construção de uma classe dirigente comprometida com os interesses nacionais:

A falta dessa classe dirigente impede que o seu governo tenha uma visão global dos acontecimentos. Ele tem auxiliares, a maioria deles estrangeiros, e agindo como ‘representantes’ do Paraguai no Prata e na Europa, mas não consegue desses homens uma participação a nível de política diplomática ampla. Não há desses ‘representantes’ uma visão abrangente sobre os problemas que o Paraguai causa a Inglaterra no Prata, de forma indireta, quando diretamente escapa ao controle dos testas-de-ferro do imperialismo britânico. Esses homens apreendem a realidade política e diplomática por partes, episodicamente. A própria dificuldade do reconhecimento político do Estado paraguaio contribuiu para que não surja uma diplomacia de grande nível.<sup>323</sup>

Esta é uma das teses centrais de Chiavenato, retomada continuamente através do trabalho, para explicar a derrota do Paraguai, por não haver compreendido que se defrontava, não com nações concorrentes do Prata, mas com a própria Inglaterra. Paradoxalmente, a debilidade da diplomacia paraguaia e a ausência de classe dominante seriam propostas retomadas pela historiografia restauracionista, décadas após o lançamento de *Genocídio americano*. Chiavenato não discute mais profundamente, nem esclarece, pertinentemente, o

<sup>322</sup> PEÑA, Milcíades. *La era Mitre [...] Ob. cit.* p. 61.

<sup>323</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano [...] Ob. cit.* p. 67.

que entende por “classes dominantes”. Destaque-se, igualmente, que é contra-sentido a proposição de formação social sem classes dominantes.

A grande característica do regime *francista*, que lançou as bases para a nova ordem paraguaia, foi precisamente a destruição das facções *espanholistas* das classes dominantes e a *fragilização* dos *portenhistas* e dos grandes proprietários crioulos, que o autor propõe, como apenas assinalado, que teriam sido *exterminados*. Um fenômeno produzido pela defesa férrea da independência, que ensejou a ditadura jacobina e bonapartista do doutor Francia – 1813-1840 –, em grande parte em favor dos pequenos e médios proprietários e segmentos subalternizados. Nesse sentido, o *handicap* positivo – e não negativo – da formação nacional paraguaia seria, por longos anos, precisamente, a fragilidade de uma classe dominante tradicional, processo reiterado pela interrupção dos laços mercantis com o exterior.

Nesse sentido, na continuidade, o regime imposto por Carlos Antonio López e seguido por seu filho, divergiria da ordem *francista* precisamente pelo apoio decisivo, por um lado, às trocas mercantis internacionais, ainda nas mãos do Estado, mas já ensejando a retomada da importância dos segmentos proprietários ligados às tropas comerciais e à propriedade agrícola e pastoril mercantil. Um processo de reconstrução de facção das antigas classes dominantes – a dos proprietários crioulos – que tendia a determinar fortes contradições sociais. Processo de reconstituição de classe proprietária fortemente articulado em torno da família López. Em verdade, com sensibilidade, Chiavenato compreende esse último processo, que apresenta como positivo.

### A Morte do Modernizador

Carlos Antonio López morre em 10 de setembro de 1862, deixando, segundo Chiavenato, um país próspero e desenvolvido.

[...] Carlos Antonio López deixa um país prospero e o mais progressista da América do Sul. É o único país, a República do Paraguai, que tem indústria de base [sic]. O único país que não tem dívida externa e interna. É o único país que não tem analfabetos [sic]. É o país mais bem dotado de melhoramentos modernos [sic] como o telégrafo, ferrovias, linhas de navios para a Europa etc... É um país que tem ao mesmo tempo os depósitos cheios de fumo e erva-mate para a exportação como de alimentos para o povo. Indiscutivelmente, é o mais estável regime político das Américas. Possui o mais moderno sistema de moeda, cunhada em Assunción e também papel-moeda impresso na sua capital.<sup>324</sup>

---

<sup>324</sup> Idem. p. 44.

Com a morte do pai, assume o filho, eleito, no bem e no mal, constitucionalmente por parlamento, como presidente, por dez anos. Chiavenato nega a *diabolização* apologética sobre Francisco Solano López realizada pelo liberalismo, quando da guerra, e perpetuada, a seguir, pela historiografia nacional-patriótica. Mas emprega tal ênfase nessa recuperação que nos fatos retoma as narrativas do *lopismo* de O’Leary. Apresenta o futuro marechal como jovem e homem estudioso. Quando o pai vem para Assunción e assume o governo, tem os melhores mestres do país. Mas sua formação é autodidata e completa-se em Paris principalmente.” Mas, sobretudo, teria se formado “na prática administrativa junto ao seu pai”.<sup>325</sup>

Propõe que Solano López teria entrado muito jovem e progredido rapidamente no exército paraguaio, por falta de quadros disponíveis, não por nepotismo. “Solano López tinha uma larga experiência diplomática, portanto, e conhecia muito bem a psicologia dos políticos do Prata.”<sup>326</sup> Trata-o como um “dos grandes heróis latino-americano”, na Introdução de seu texto, e, ao concluir o Capítulo 3, nada menos do que “o maior líder de povos da América”. Destaque-se que a própria região em questão produzira o *caudillo* José Artigas, morto no exílio no Paraguai, que, em caso único nas Américas, associara a luta pela independência a um programa radical de democratização da propriedade da terra e de defesa dos direitos democráticos das províncias e povos do Prata.

Chiavenato lembra que o governo de Solano López seria marcado pela crescente pressão internacional sobre o Paraguai. Destaca o contexto histórico que contribuiu para a gênese da guerra: a existência de aliança entre Paraguai e Uruguai e a invasão deste último país pelo Império brasileiro, que enseja a intervenção do Uruguai em defesa de seu aliado. Chiavenato apresenta a declaração de Solano López: “Se alguma vez se repetirem agressões como a de Rosas ao Uruguai, venham de onde vierem, pensem os orientais que existe um povo, metidos entre as selvas do continente, que os saberá fazer respeitar.”<sup>327</sup>

### Equilíbrio no Prata

Essa afirmação de Solano López, em 1855, ao voltar da Europa, a Andrés Lamas, é a autobiografia da sua política exterior: está traçado nessas poucas palavras o que o futuro presidente do Paraguai entende como segurança nacional [sic] e como irá até as últimas conseqüências se essa segurança for ameaçada pela ruptura do equilíbrio na bacia do Prata. Profeticamente – ou nem tanto – acontece tudo o que se temia debaixo das palavras do jovem Solano López: a) o equilíbrio do Prata realmente determinava a segurança nacional do Paraguai; b) o Paraguai pretendia influir na manutenção desse equilíbrio [...]; c) rompido esse equilíbrio a guerra seria

---

<sup>325</sup> Idem. p. 48-54.

<sup>326</sup> Idem. p. 55.

<sup>327</sup> Idem. p. 50.

inevitável; d) com a guerra, o Paraguai ‘vai poder o que não tem podido’[...] e termina derrotado.<sup>328</sup>

Para Chiavenato, Solano López não entendia a conjuntura global que o levou a guerra, em boa parte, como assinalado, devido à falta de *classe dominante*. Ou seja, os ingleses, como grandes interessados no conflito, por detrás do Império e da Argentina. Entra assim em uma guerra sanguinária contra as pretensões do Império brasileiro e da Argentina de Mitre, sem compreender que estava combatendo, nos fatos, a poderosa Inglaterra.

Chiavenato destaca que a guerra já se desenhava muito antes de 1864 e que Carlos Antonio López acreditava que as questões de limites com seus vizinhos, especialmente com o Império, fossem os seus grandes motivos.

Os velhos atritos com o Brasil, por causa dos limites e territórios reivindicados pelo Império, mantêm durante longos anos o Paraguai à beira da guerra. A relativa facilidade que Carlos Antonio encontra para safar-se sempre do perigo de um confronto armado com o poderoso vizinho [...], cultiva a crença de que a guerra se fará sempre, por questões de limites e [...] pelo equilíbrio no Plata.<sup>329</sup>

O governo paraguaio não entendia que as questões que levariam a guerra eram sobretudo questões econômicas, nascidas da contradição entre a ordem autônoma paraguaia e o imperialismo inglês. Entretanto, se da guerra dependia a “segurança nacional” do Paraguai, como ele não a lutaria, mesmo sabendo estar enfrentando a poderosa Inglaterra? A paradoxal equação histórica armada pelo autor apresenta como inexorável a derrota do Paraguai, entrasse ou não no confronto. “Ou isola-se, como autodefesa, ao estilo de Francia e sobrevive por um curto tempo, ou abre-se aceitando as regras do jogo internacional e não consegue sobreviver à sua independência [...]” Ou seja, para Chiavenato, o que “aconteceu”, a derrota do Paraguai, “tinha que acontecer”, pois se tratava de “confronto de igual para igual de forças desiguais”, do choque de “um Estado emergente e livre com uma potência mundial super desenvolvida e imperialista”. Uma visão que, levada ao extremo, apresentaria a rendição como a melhor saída, pois ao menos economizaria à população o massacre.

### As Outras Razões

---

<sup>328</sup> Idem. p. 50.

<sup>329</sup> Idem. p. 54.

Chiavenato apresenta igualmente razões secundárias da guerra do Paraguai, sobretudo, suas diferenças com o Império e com a Argentina, que define como “dois gigantes anêmicos”. A Argentina vivia uma crise interna: “A união de várias províncias é apenas ilusória. Os problemas internos indicam um futuro incerto.”<sup>330</sup> Nesse processo, as províncias argentinas submetem-se ao imperialismo inglês:

Começam os empréstimos ingleses, criam-se leis para a importação e exportação que arruinam os pequenos artesãos, acabam por beneficiar a burguesia e seus patrões ingleses. Nem as constantes divergências políticas prejudicam o domínio do capital estrangeiro. Não se faz nada para que o país tenha uma base industrial: isso seria contrariar a mecânica inglesa. Portanto, a burguesia de Buenos Aires. Liderando o Prata, é mercantilista e servil aos interesses metropolitanos da Inglaterra.<sup>331</sup>

A Argentina vivia em profundo servilismo ao interesse inglês, criando uma sociedade extremamente injusta, desigual e conturbada.

A terra pertence aos grandes latifundiários, servindo especialmente para criar gado, Naturalmente, dentro dessa estrutura, o povo não usufrui da produção. [...] Essa estrutura latifundiária degenera numa sociedade completamente instável, sem condições de manter um mínimo equilíbrio político e econômico.<sup>332</sup>

Uma desigualdade que se constituiu e contribuiu para o domínio imperialista: “Essa estrutura é um instrumento de dominação interna pelo capitalismo externo. Isso porque, evidentemente marginaliza o povo da participação social e estimula condições para a aliança do poder econômico nacional com o capital vindo de fora.”<sup>333</sup>

Como já destacado, o autor ignora as profundas contradições entre unitarismo e federalismo, entre o projeto portenho de hegemonia comercial regional, em contradição, portanto, com o Uruguai e o Paraguai *federalistas*, como uma das razões fundamentais que permitem a intervenção do Império no Uruguai e o grande conflito. Essa importante insuficiência analítica dá-se no contexto do conhecimento da importante literatura sobretudo argentina sobre esse fenômeno, parcialmente consultada pelo autor. O Império do Brasil é também apresentado como nação de forte desigualdade política, social e econômica:

O Brasil é nesse período, um gigante anêmico. Seu povo é formado da forma mais deprimente. Menos pela balela de que para o país vieram ‘degredados’, ‘cristãos novos’ e negros – e mais por uma evolução política e social que alienava seu povo

---

<sup>330</sup> Idem. p. 63.

<sup>331</sup> Id. ib.

<sup>332</sup> Id. ib.

<sup>333</sup> Idem. p. 64.

da produção econômica. Era um povo [sic] que apenas trabalhava, jamais participava – nem política, nem economicamente.<sup>334</sup>

Um país corrupto, desigual e escravista, perfeito para o domínio inglês: “Enfim, o Brasil era o protótipo do servilismo econômico e político – encoberto pela empáfia – de que necessitava o imperialismo inglês para manter o *status quo* de dominação internacional.”<sup>335</sup>

O Paraguai seria o contra-ponto do Império, que ameaçava a superioridade pretendida pelo mesmo. “Esse quadro acentua-se com a emergência do seu oposto: a República do Paraguai, florescente e autônoma economicamente, desestabilizando um *status quo* que sustenta uma forma hierárquica de dominação.”<sup>336</sup> Destaque-se que, apesar das imprecisões e incorreções, como a apresentação das classes exploradas do Império como “povo”, sobretudo no que se refere aos trabalhadores escravizados, a ênfase na ordem escravista do Império, em oposição a uma sociedade paraguaia livre, constitui indiscutivelmente importante contribuição analítica do autor.

### A Construção da Conjuntura

Devido a tal fenômeno, seria, segundo o autor, imprescindível para o Império liquidar o Paraguai:

Será fatal fazer a guerra: inventam-se questões de limites, apresentam-se solenes ‘razões de Estado’, derrubam-se governos pacíficos como o do Uruguai – mesmo contra os próprios interesses do Império do Brasil. Enfim, para satisfazer as necessidades do imperialismo inglês, que satisfeitas determinam a manutenção no poder da nobreza brasileira, tudo será feito.<sup>337</sup>

Visão que desconhece a importância das reivindicações *imperialistas* do governo imperial. “À classe dominante em Buenos Aires, como à nobreza do Império do Brasil, pouco importava que esse processo fazia o país vítima da agiotagem inglesa. O importante não era a nação; o importante eram os próprios interesses das oligarquias que se sobre punham a tudo.”<sup>338</sup>

---

<sup>334</sup> Idem. p. 61.

<sup>335</sup> Idem. p. 62.

<sup>336</sup> Id. ib.

<sup>337</sup> Id. ib.

<sup>338</sup> Id. ib.

Chiavenato propõe que a Inglaterra fomenta a diabolização de Solano López e do Paraguai na imprensa, para fomentar a guerra. Inverdades, segundo ele, retomadas paradoxalmente por historiadores passados e contemporâneos:

Vários outros autores, considerados ‘sérios’, alinham besteiras desse tipo: não é raro tropeçar-se nos volumosos livros que se escreveram sobre a guerra da Tríplice Aliança, com afirmações de que Solano López queria coroar-se Imperador da América do Sul, num arremedo caricato de Napoleão. [...] Ao lado desse tipo de anedota, corria geralmente a infâmia contra Solano López.<sup>339</sup>

Em 1864, com a invasão do Uruguai pelas tropas imperiais, o Paraguai invadiu a província do Mato Grosso e enviou tropas em apoio ao aliado:

Estava começando a guerra: já em 14 de novembro de 1864 a República rompeu relações diplomáticas com o Império do Brasil. Nesse mesmo dia foi apresado pelas forças paraguaias o navio brasileiro Marquês de Olinda [...] Era o início das hostilidades. Exatamente o que o Império do Brasil esperava para denunciar a ‘agressão’ de Solano López e configurar uma guerra de ‘legítima defesa’.<sup>340</sup>

Outro ponto importante a destacar é que historicamente a região do Mato Grosso foi ocupada pelo Paraguai, desde o século 16 aquelas terras foram pretendidas por eles.

### **Chiavenato e a Guerra do Paraguai**

Apoiado em “cientistas europeus como Buffon, Demersay, Larousse” etc., Chiavenato propõe, retomando parcialmente tese de revisionistas paraguaios:

Com segurança que a altura média do soldado paraguaio era de um metro e setenta e dois centímetros, contra um metro e sessenta e dois centímetros do soldado brasileiro [...]. Segundo alguns desses cientistas, no exército paraguaio havia cinco brancos para um mestiço ou negro. Entre os aliados – brasileiros, argentinos e uruguaios – para cada soldado branco havia vinte e cinco mulatos ou negros. Essa desproporção racial aumentava quando era confrontada com o exército brasileiro. [...] para cada soldado branco havia nada menos que quarenta e cinco negros!<sup>341</sup>

Chiavenato defende que a superioridade do soldado paraguaio seria devido, não a questões raciais, mas à diversa “conformação [social] dos exércitos aliados” e guarani. Inexistem dados de tal precisão sobre a composição étnica dos exércitos imperiais e, os exércitos paraguaios eram formados, sobretudo, por soldados mestiços e de origem guarani. Essas propostas impressionistas e ideológicas sobre a constituição racial dos exércitos, sobre

---

<sup>339</sup> Idem. p. 69.

<sup>340</sup> Idem. p. 109.

<sup>341</sup> Idem. p. 111.

os quais não se apontam as fontes, compromete observações corretas e pertinentes do autor sobre a profunda diferença entre os soldados paraguaios e aliancistas, ligada à origem e ao interesse dos mesmos na guerra, e não à sua bravura pessoal.

Outro ponto importante destacado por Chiavenato é a forma de organização dos exércitos em luta.

Não menos importante na formação do exército paraguaio é o seguinte dado: todos os oficiais saíam da tropa. Ninguém chegava a oficial por origem social – como acontecia, por exemplo, no exército imperial, cujos postos superiores eram reservados aos nobres. A tal ponto essa era uma política rigorosamente cumprida, que se um jovem rico se alistasse, teria que entrar na tropa como soldado raso e andar descalço, já que nenhum soldado paraguaio se permitia andar calçado.<sup>342</sup>

O soldado paraguaio é elogiado fortemente pelo autor, enquanto o imperial é desqualificado. O autor lembra que parte do exército imperial era formada por ex-cativos que ganhavam a liberdade para lutar na guerra e por homens livres arrolados sob pressão ou à força. O que contribuía para o grande número de deserções nas tropas brasileiras.

Não menos importante é o desinteresse maior da massa de soldados que lutam na Tríplice Aliança: não se pode esquecer que nas forças imperiais, para cada soldado branco – isto é, para cada homem mais sintonizado com a ideologia do Império – havia quarenta e cinco negros [sic], escravos [sic] sem razão nenhuma para ‘morrer pela pátria’.<sup>343</sup>

Destaque-se que os cativos eram alforriados para entrarem nas forças armadas imperiais, não sendo mais, portanto, *escravos*.

O autor registra também as péssimas condições do exército brasileiro e o despreparo para a guerra, algo novo no relativo à historiografia brasileira nacional-patriótica. Até então, os relatos apenas se referiam às dificuldades, despreparo inicial, etc.:

O exército imperial trazendo em seu bojo a própria expressão da monarquia escravista; formada pela massa negra oprimida no trabalho escravo e que continua sendo levada ao matadouro pelas classes dominantes do Império; o recrutamento desse exército se faz de forma ambígua obedecendo sempre aos privilégios da nobreza; seus oficiais em sua maioria não têm formação suficiente para o comando; seu armamento, apesar de superior ao do inimigo, é inadequado para a guerra que se travará.<sup>344</sup>

### Por que lutar?

---

<sup>342</sup> Idem. p. 112.

<sup>343</sup> Idem. p. 116.

<sup>344</sup> Idem. p. 126.

Chiavenato destaca também pertinentemente as péssimas condições de vida da população imperial escravizada, liberta, livre pobre obrigada a servir ao exército.

Por tanto o povo de cor branca ou mulata, que não era identificado com o Império, resistia ao chamamento militar. Quando finalmente tinham que entrar as fileiras, sendo recrutados muitas vezes a força nas ruas do Rio – como testemunham jornais da época e inclusive vários desenhos satíricos – não se tornavam naturalmente soldados entusiasmados.<sup>345</sup>

Em verdade, era uma enorme contradição pretender que negros cativos, libertados para irem à guerra, ou a população pobre, defendessem com ardor regime que os escravizava ou os marginalizava. Esse teriam sido dos fatos que contribuía para as deserções do exército imperial e sua pouca disposição bélica. Apesar das eventuais imprecisões e exagerações enfáticas, assinaladas, eram temas e questões fundamentais da guerra introduzidos pelo autor na discussão historiográfica no Brasil.

Por outro lado, o soldado paraguaio é apresentado como guerreiro destemido, forte e corajoso, capaz de morrer pelo seu país. “Um exército que estoicamente enfrenta um inimigo absurdamente superior em número e força material e só se derrota na destruição total: não se rende. Nem mesmo quando ao final, seus soldados são crianças de seis e nove anos, os mártires de Acosta Ñu.”<sup>346</sup> Mais ainda, citando Juan Bautista Alberdi, Chiavenato apresenta bases para a compreensão da resistência popular paraguaia:

O exército paraguaio é numeroso relativamente ao povo, porque não se distingue do povo. Todo cidadão é soldado, e como não há um cidadão [sic] que não seja proprietário de um terreno cultivado por ele e sua família, cada soldado defende seu próprio interesse e o bem-estar de sua família, na defesa que faz do seu país.<sup>347</sup>

Portanto, é introduzido na explicação da desesperada resistência paraguaia o caráter livre da população do país e – por além da ênfase retórica de Alberdi – a ampla disseminação do pequeno e médio camponês proprietário e arrendatário no país, identificado com uma ordem que, desde a ditadura de Francia, expressara fortemente seus interesses essenciais. Elementos fundamentais a serem aprofundados, para uma compreensão essencial de fenômeno apreendido em forma apologética e fantasiosa pela historiografia nacional-patriótica.

---

<sup>345</sup> Idem. p. 117.

<sup>346</sup> Idem. p. 113.

<sup>347</sup> Id. ib.

Chiavenato lembra que o exército imperial entrou despreparado na guerra, achando que seria confronto rápido: “A grande esperança dos aliados, a esquadra brasileira, por uma série de circunstâncias não apresenta a eficiência esperada. A guerra, que se espera rápida, arrasta-se por cinco anos.”<sup>348</sup> A guerra se prolongou e mesmo o Império tendo enorme superioridade de soldados e armamento radicalmente mais avançado, demorou cinco anos para vencê-la.

O autor chama igualmente atenção para a abismal desproporção das forças navais em confronto, algo no geral escamoteado pela historiografia nacional-patriótica, com o objetivo de consubstanciar a apologia sobre a ação da armada imperial e de seus líderes:

A esquadra brasileira era de uma força respeitável [37 navios], especialmente se comparada com a paraguaia – que só tinha um navio de guerra o ‘Tacuari’, os outros eram barcos de passageiros armados com canhões de pequeno calibre – e mesmo com a frota argentina. Para se mover de Buenos Aires ao ponto mais próximo do Paraguai, a esquadra brasileira demorou o incrível tempo de um ano.<sup>349</sup>

Chiavenato destaca assim a desigualdade numérica e bélica existente entre os exércitos envolvidos na guerra. As tropas aliadas sempre contaram com maior número de homens e de armas.

### **Considerações gerais**

A obra de Chiavenato rompeu radicalmente com a historiografia nacional-patriótica, trazendo uma nova visão da guerra do Paraguai até então quase desconhecida no Brasil. Primeiramente, desconstruiu a visão que se tinha da formação histórica do Paraguai, apresentando um país em desenvolvimento diferenciado dos demais países da América, por ser autônomo, sem comprometimento com o capital estrangeiro e aos interesses imperiais ingleses.

Apresentou sobre leitura diversa dos caluniados governantes paraguaios, destacando o primeiro governante, Francia, seu projeto de isolamento e desenvolvimento, a concentração de terras nas mãos do governo, utilizadas nas estâncias La pátria. Apresentou Carlos Antonio López como um bom governante, que seguiu o projeto de desenvolvimento e buscou modernizar o país. Por fim, o polêmico Francisco Solano López, descrito pela história oficial como tirano, sanguinário e desumano, foi apresentado como governo sábio, líder corajoso, que acabou com o analfabetismo, modernizou o país, desenvolveu a indústria de base.

---

<sup>348</sup> Idem. p. 127.

<sup>349</sup> Idem. p. 125.

Chiavenato tende à descrição entática dos governantes paraguaios, de seus atos e da própria situação do Paraguai, que não era o único país a investir na *indústria de base*.

A tese mais famosa e polêmica defendida por Chiavenato foi a apresentação do imperialismo inglês como grande responsável pelo início da guerra. O autor apresenta um contexto internacional no qual a expansão dos países europeus dá-se sobre a América, África e Ásia. Para ele, o Paraguai era uma “pedra no sapato” da Inglaterra, pois seguia projeto de desenvolvimento autônomo e independente. Não era um perigo por seu poder econômico, mas pelo perigoso exemplo de independência.

O principal lapso de Chiavenato foi subestimar os fatores regionais que levaram à guerra, praticamente não tratando os interesses da Argentina e do Império do Brasil naquele conflito. Para ele, os dois maiores países da América do Sul não passaram de joguetes nas mãos do imperialismo inglês. Sem a Inglaterra e seus empréstimos, a guerra não teria ocorrido.

Apesar desses lapsos, a obra *Genocídio americano* contribuiu germinalmente ao apontar para as razões estruturais do conflito, superando nesse sentido qualitativamente a historiografia nacional-patriótica.

## 7. A RECEPÇÃO DE *GENOCÍDIO AMERICANO* – HISTORIADORES

Conforme entrevistas realizadas via e-mail com historiadores, em geral, estudantes na época do lançamento do *Genocídio americano*, constatou-se que houve alguma repercussão na mídia, quando do lançamento daquele trabalho, ainda que bastante pequena, considerando-se seu imediato sucesso. O professor e historiador José Ernani de Almeida, de 62 anos, de Passo Fundo, destaca, registrando um dos caminhos da divulgação do livro:

O AI-5 havia sido abolido e, assim, a mídia já podia respirar um pouco de liberdade e autonomia. Eu na época trabalhava também em rádio (Rádio Planalto AM). Em muitos dos programas que eu apresentava fiz menção e li trechos do livro de Chiavenato.<sup>350</sup>

Essa divulgação na imprensa foi possível por que o país iniciava e, *sobretudo, forçava* o processo de abertura política, mesmo controlada. A divulgação militante dos comunicadores democráticos e populares do livro de Chiavenato foi certamente uma das razões de sua ampla aceitação. Já, Virgínia Fontes, historiadora e ex-professora da UFF, de 56 anos, sugere o contato direto como principal meio de divulgação da obra: “Houve, mas eu não poderia precisar de memória suas dimensões. Com certeza, entretanto, teve também bastante repercussão 'boca a boca', sendo difundido entre professores e estudantes.”<sup>351</sup>

Paulo Marcos Esselin, 55 anos, historiador atualmente radicado no Mato Grosso, onde ensina na UFMS, lembra, sobre a divulgação na mídia:

Que eu tenha conhecimento nenhuma, a ditadura mantinha nessa época controle dos principais meios de informação. A leitura do livro não interessava certamente. Era proibido qualquer forma de propaganda. Fator que não pode ser desconsiderado é o fato de que o Brasil através do Itamaraty sempre tentou apagar as lembranças da guerra do Paraguai.<sup>352</sup>

Não havia interesse pela imprensa oficial em divulgar a obra, o historiador rio-grandense Paulo Afonso Zarth, 52 anos propõe, igualmente: “Acho que só os jornais alternativos divulgaram. Acho que saiu no Pasquim, os demais devem ter criticado a obra duramente.”<sup>353</sup>

O *Genocídio americano* não teve grande espaço na imprensa oficial. E, quando foi citado, em geral foi duramente criticado, como veremos. Sua divulgação ocorreu por meios

<sup>350</sup> ALMEIDA, José Ernani. Entrevista via e-mail 06/04/2010.

<sup>351</sup> FONTES, Virgínia. Entrevista via e-mail 31/03/2010.

<sup>352</sup> ESSELIN, Paulo Marcos. Entrevista via e-mail 15/04/2010.

<sup>353</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Entrevista via e-mail 05/07/2009.

alternativos e sobretudo pela recomendação direta de leitor a leitor. Mesmo assim, em menos de um mês, a primeira edição já havia se esgotado, para enorme surpresa do próprio autor. Um sucesso que certamente registrava a pertinência de uma obra que revisasse o tema, acessível ao grande público leitor culto.

### No Passado e no Presente

Outro motivo que, segundo Chiavenato, teria contribuído para o combate oficial à divulgação do livro teria sido o fato de que, naquele período, estava em andamento a assinatura do acordo de Itaipu:

Nesse tempo ainda se discutia o acordo sobre Itaipu e o general Lyra Tavares avisou que um debate mais explícito sobre o livro poderia melindrar os paraguaios, que na época começaram a reforçar os pedidos de devolução de troféus e documentos capturados pela Tríplice Aliança.<sup>354</sup>

Destaque-se que a devolução dos chamados *troféus de guerra*, resquícios de mentalidade imperial e barbárica, não se concluíram ainda totalmente no que diz respeito ao Brasil.<sup>355</sup> Chiavenato segue relatando a divulgação-recepção do livro pela imprensa:

Houve diversas reações na imprensa. Por exemplo, o coronel Jarbas Passarinho escreveu vários artigos na Folha de S. Paulo, refutando o livro, sem citar o título nem o autor. A Folha nunca permitiu que eu respondesse. Assim, na maioria dos grandes jornais.<sup>356</sup>

Em 30 de outubro de 1979, Jarbas Passarinho, militar e ex-ministro da ditadura escreveu o artigo “Revisão Infame”, onde criticou duramente a corrente revisionista e se utiliza de discurso demagógico para denunciar a perda dos *valores e princípios* conservadores:

Ocorre que nos dias modernos, mais que em quaisquer outros de nossa civilização contemporânea, tudo, ou quase tudo, está submetido a uma profunda revisão de valores. Nossa geração viu-se sucedida por outra que, como nenhuma antes dela, pôs sob dúvida e enfrentou o legado tradicional. É de nossos dias a crise da família, abalada pela brutalidade da sociedade de consumo e da vida esmagadora das metrópoles. Ouço que os arquitetos das grandes cidades brasileiras não mais incluem, nas plantas das habitações individuais, a sala de jantar, pois, como a família já não faz refeições em conjunto, é um canto de sala transformado em snack

<sup>354</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista Ribeirão Preto, 26/02/2010.

<sup>355</sup> Cf. MAESTRI, Mário. *A difícil volta do Cristão para casa*. Brasil de Fato, São Paulo, 08/03/2010, p. 7.

<sup>356</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista Ribeirão Preto, 26/02/2010.

bar que faz suas vezes. [...] Agora, surge vigorosa a crise das tradições. São os filmes, que se destinam à desmitificação dos heróis [...] <sup>357</sup>

O autor segue em análise moralista, criticando as novas visões historiográficas e a desconstrução dos grandes mitos nacionais:

Aqui, no Brasil, começamos a identificar os primeiros sinais do mesmo tipo de campanha, algo insólito especialmente porque não é um traço forte do caráter nacional o culto cívico. Parece, entretanto, imperativo aos que pretendem destruir os objetos de nossa tradição, arrasar mesmo com os poucos que cultuamos. Nessa linha de procedimento está um escritor brasileiro, ligado ao marxismo, que pretende reescrever a História do Brasil. Enquanto não o faz ele mesmo, pede por empréstimo a dois desconhecidos italianos, que apresenta como conceituados historiadores, a revisão da figura de Solano López. ‘É bem chegado o tempo de começarmos, do lado de cá, a revisão crítica daqueles dolorosos e tristes tempos’, escreve o editor, sobre a guerra que a Tríplice Aliança moveu contra o Paraguai, por cinco longos anos. Para não ficar dúvida sobre o novo conceito histórico do ‘Napoleão do Prata’, como os autores cognominam o ditador paraguaio, o editor adianta desde logo que ele foi ‘muito mais do que mero governante autoritário e político ambicioso’. <sup>358</sup>

Para não citar Chiavenato, e, portanto, não facilitar resposta, o autor se refere especificamente, na sua crítica à historiografia revisionista, à obra *O Napoleão do Prata*, de Manlio Cancogni e Ivan Boris e a ação da Civilização Brasileira em editar a obra. Jarbas Passarinho afirma que a obra não tem suporte documental e que os dois autores são “historicidas” que, segundo sua concepção são aqueles historiadores que distorcem, assassina a história.

Toda essa massa de lixo, joga-se sobre a História, para quê? Para glorificar Solano López? Seguramente não. Os autores pintam-no severamente, ainda que se esforcem para o contrário. Mostram-no capaz de mandar torturar e assassinar seus melhores generais, por inveja ou por simples rumores de que já não lhe eram viés. [...] Da leitura do infeliz livro só uma verdade escapa de tanta infâmia: a bravura indômita do povo paraguaio, a sua inexcedível qualidade de patriota e combatente estóico, fator principal a prolongar uma guerra por tantos anos. O resto é lixo, que atinge tanto os brasileiros como a Solano López. <sup>359</sup>

Em tom de desaprovação e desqualificação total, Jarbas Passarinho encerrou seu artigo.

---

<sup>357</sup> PASSARINHO, Jargas. Jornal Folha de São Paulo, 30/10/1979. p. 3.

<sup>358</sup> Idem.

<sup>359</sup> Idem.

### O Genocídio americano e a ditadura militar

Chiavenato propõe que o objetivo do livro não era combater a ditadura:

Apesar deles tentarem falar que o livro foi uma espécie de resposta à ditadura militar, não houve essa preocupação, de modo algum. O que acontece é que o livro irritou demasiadamente os militares. Então, [o livro] passou a ser olhado como um símbolo de resistência aos militares. Mah, não havia essa intenção. Tanto [que] não havia, que o livro está sendo [utilizado], até hoje, andando, [por] aí. [E isso] que eu não mudei nenhuma vírgula. E se você for ver, o livro, você não vai ver nada sobre a ditadura, até porque não tem [tinha] sentido.<sup>360</sup>

Apesar de sua orientação e militância oposicionista e esquerdista, o autor afirma que o livro não teve motivação política ou ideológica. Apenas que, devido ao seu conteúdo, contrariando a visão do exército brasileiro, teria sido utilizado como símbolo de luta antiditatorial. Quando muito, o livro seria contra a historiografia oficial:

[...] o que tem escrito no livro não é contra a ditadura militar. É contra a historiografia oficial. Inclusive os militares, que também fazem parte de historiografia, que usaram a guerra do Paraguai, deturpando, deformando a história, mentindo, inclusive mentindo por omissão, que é a pior forma de mentira que o historiador faz [...]. Então, o livro estava denunciado isso. Mas nunca visava a ditadura.<sup>361</sup>

Certamente não podemos deixar à margem de nossa avaliação o objetivo consciente e explícito do autor, ao empreender a produção da obra, e o viés naturalmente antiditatorial e, de certo modo, antissistêmico que ela tomava, determinada pelo momento, pelas suas preocupações, etc. Esse viés da obra é muito claro, como já assinalado, destacando-se na forte tendência do trabalho à *atualização* suas das reflexões sobre os fatos históricos *passados*, em uma denúncia direta do imperialismo, da exploração popular, etc.

A grande maioria dos historiadores acredita que a obra de Chiavenato tinha relação direta com o passado e com o presente. O historiador sul rio-grandense Júlio José Quevedo dos Santos, 49 anos, mestre em História pela PUC-RS, doutor em História Social pela USP e atualmente professor da Universidade Federal de Santa Maria declara:

Sim, o Chiavenato ia de encontro nas versões oficiais dos livros didáticos e do exército que homenageava o Duque de Caxias, o Tamandaré, o Osório e Malet e outros tantos. Lembro que havia a obra didática do Elian Alabi Luci, de *História do Brasil*, publicada pela Saraiva, que contava a guerra pelos episódios nacionalistas e permeados de heróis. O livro do Chiavenato aparece no contexto escolar como uma bomba que no mínimo nos levava a pensar, ele evidenciava o genocídio sul-americano, as crianças que morreram na guerra, moral da história, milico matava

<sup>360</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista Ribeirão Preto, 26/02/2010.

<sup>361</sup> Idem.

criança – esta era a idéia que discutíamos em aula e no “recreio”. A professora de Literatura teve que discutir sobre a *Retirada de Laguna* do Taunay, o que incrementou ainda mais a discussão. Tomávamos posições, defendíamos o voto aos 16 anos e, havia um professor de literatura de cursinho (Mauá parece) que assumiu a mídia e logo comentou favoravelmente o livro do Chiavenato, era o José Fogaça que publica no mesmo período “Uma Geração Amordaçada”, pela editora Movimento. Então, juntávamos as leituras de Chiavenato, Fogaça, voto aos 16 anos, em discussões com professores “rebeldes”, já que um ano antes o magistério gaúcho havia feito uma grande greve e em 1980 colhíamos os frutos destes debates. Tudo se articulava numa única proposta.<sup>362</sup>

A obra causou grande impacto ao regime militar. Sobre essa questão, o historiador marxista paulista Valério Arcary, de 53 anos, declara:

Sim, nas proporções em que a luta ideológica podia repercutir no Brasil, porque desautorizou o mito de uma epopéia de formação do exército brasileiro. A ‘saga’ da guerra do Paraguai passou a ser vista como um genocídio que destruiu a experiência de um Estado independente.<sup>363</sup>

O historiador carioca Lincoln de Abreu Penna, 66 anos, estudioso da história política do Brasil, ex-professor da UFRJ, propõe:

No ambiente em que nos encontrávamos, mesmo com os reparos que eventualmente o livro tenha, era natural que os que combatiam a ditadura e a repressão política e cultural se voltassem em sua defesa. E eu fui um deles.<sup>364</sup>

Do mesmo modo, o professor e historiador rio-grandense e militante do movimento negro Jorge Euzébio Assumpção, de 52 anos, assinala: “Creio que sim, pois uma série de acadêmicos formados a partir daí se embasaram na obra do autor para reproduzir outra visão dos fatos ocorridos durante a sangrenta guerra que exterminou a nação Paraguaia.”<sup>365</sup> Nesses depoimentos, registrados trinta anos após a publicação de *O genocídio americano*, sente-se claro as marcas da leitura desmistificadora daquele sucesso, por além dos reparos ao trabalho.

### De Pés de Barro

Segundo Paulo Marcos Esselin, já citado:

Chiavenato atribuiu ao Duque de Caxias, o Patrono do exército brasileiro, entre outros, um dos maiores crimes praticados durante a guerra, que foi o de ‘jogar

<sup>362</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Entrevista via e-mail 10/04/2010.

<sup>363</sup> ARCARY, Valério. Entrevista via e-mail 05/04/2010.

<sup>364</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. Entrevista via-email 01/04/2010.

<sup>365</sup> ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Entrevista via e-mail 05/04/2010.

cadáveres coléricos, nas águas do Rio Paraná, para levar o contágio às populações ribeirinhas'. 'O sustentáculo da ditadura era o exército brasileiro, cujo patrono não passaria um criminoso de guerra.'<sup>366</sup>

Portanto, um general criminoso de guerra do passado que corporificava simbolicamente os tantos criminosos militares que habitavam e assombravam a vida da população brasileira daqueles dias. Realidade que explica a posterior obra de restauração da biografia hagiográfica dos próceres militares pela historiografia nacional-restauradora sobre a guerra do Paraguai, como veremos.<sup>367</sup>

Para Esselin, também a denúncia ao imperialismo britânico contribuiu para o descontentamento do Exército, dos capitalistas e da direita.

Segundo Chiavenato, a prosperidade paraguaia incomodava o imperialismo da Inglaterra, que achava ser a independência econômica daquela pequena República um péssimo exemplo para os demais países da América, pois pretendia manter mercado consumidor para seus produtos manufaturados [...].<sup>368</sup>

A denúncia do imperialismo britânico enganchava-se à luta contra o imperialismo, o grande apoiador e beneficiado com o regime militar.

De acordo historiador José Ernani, já citado:

O livro de Chiavenato foi recebido pelo regime militar como uma espécie de provocação. Sabemos que as forças armadas brasileiras sempre enalteceram seus feitos na guerra contra o Paraguai, conflito que determinou a construção do espírito de corporação entre os militares brasileiros que dela voltaram fortalecidos e dispostos a derrubar a monarquia como, aliás, aconteceu em novembro de 1889.<sup>369</sup>

A guerra do Paraguai contribuiu para o fortalecimento material, político e simbólico do Exército Nacional, que se apresentou como primeiro defensor dos interesses pátrios. A alta oficialidade do exército aproveitaria aquele destaque para ampliar seu poder sobre a política, já no fim da Monarquia. Mais tarde, participaria em destaque da proclamação da República, ocuparia as duas primeiras presidências, participaria com destaque do Estado Novo, ocuparia o poder de 1964 a 1985.

---

<sup>366</sup> ESSELIN, Paulo Marcos. Entrevista [...]

<sup>367</sup> Cf. por exemplo: DORATIOTO, Francisco. *Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>368</sup> ESSELIN, Paulo Marcos. Entrevista [...]

<sup>369</sup> ALMEIDA, José Ernani. Entrevista [...]

## Um Outro Enfoque

A obra de Chiavenato retomou os acontecimentos da Guerra do Paraguai, mostrando-os sob outro prisma. Lembra o historiador José Ernani:

O morticínio perpetrado pelas forças brasileiras; o saque de Assunção, quando a capital paraguaia foi ocupada; a batalha de ‘Acosta Nu’; a hipocrisia representada pelos ‘voluntários da pátria’ – na verdade, gente enviada à força para a frente de combate, entre eles escravos que substituíram filhos da elite. Chiavenato desconstruía a grande narrativa militar de cunho patriótico da história do Brasil. Todos estes acontecimentos relatados no livro de Chiavenato provocaram um grande mal-estar na cúpula militar que, na época, começava o processo de abertura política ‘lenta, gradual e segura’, segundo general Geisel.<sup>370</sup>

A grande maioria dos quinze entrevistados afirma que o livro teve forte repercussão com relação à ditadura militar. Virgínia Fonte não tem dúvidas:

Sem sombra de dúvida. O livro criticava abertamente a atuação do Exército (e o governo) brasileiro nas guerras do Paraguai, num período no qual a censura ditatorial ainda imperava e quando mencionar situações históricas nas quais o comportamento militar brasileiro havia sido truculento precisava afrontar a verdadeira mitografia militar sobre Caxias. O livro causou bastante impacto, na ocasião.<sup>371</sup>

O historiador Paulo Zarth não deixa por menos: “A repercussão foi imensa, pois atacava a moral do exército brasileiro e, portanto, da ditadura militar.”<sup>372</sup> Para o historiador paulista Marcos Del Roio, 54 anos, também é clara esta questão: “Na medida do possível, pode-se dizer que sim, exatamente pelo fato de ser obra engajada e que denunciava o genocídio perpetrado pelo exército brasileiro.”<sup>373</sup> O educador e professor da USP Romualdo Portela de Oliveira, 51 anos, aponta no mesmo sentido: “Em certa medida, sim, posto que tocava em assunto que o exército brasileiro vê com reservas, preferindo uma versão mais triunfante.”<sup>374</sup>

O livro foi utilizado como uma espécie de desafio e denúncia da ditadura e de sua retórica. Mostrava os crimes cometidos pelos militares ao longo da história, para melhor compreender e denunciar a demagogia, crimes e violências daqueles anos. Como destacamos, apesar da *abertura*, seguiam os ataques terroristas por parte de militares, as revisteiras que vendiam jornais progressistas eram queimadas, os militares e policiais torturadores e assassinos seguiam plenamente integrados ao Estado, etc.

---

<sup>370</sup> Idem.

<sup>371</sup> FONTES, Virgínia. Entrevista [...]

<sup>372</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Entrevista [...]

<sup>373</sup> ROIO, Marcos Del. Entrevista via e-mail 04/04/2010.

<sup>374</sup> OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Entrevista via e-mail 05/04/2010.

### A aceitação entre acadêmicos e professores

O questionário por nós elaborado foi distribuído e respondido por quinze professores e historiadores, que em geral eram estudantes ou já mestres quando da publicação do *Genocídio americano*, o mesmo procurava inquirir igualmente, no mínimo de forma aproximativa, sobre aceitação do livro no espaço acadêmico, na época de sua publicação. Paulo Afonso Zarth, nos precisa, sobre essa questão:

No nosso caso, na UNIJUI, o livro foi recomendado pelos professores de história. Na rede pública os professores também receberam bem, pois estavam ávidos por materiais críticos e alternativos aos manuais didáticos pobres que circulavam pelas escolas.<sup>375</sup>

O conhecido historiador rio-grandense, estudante quando do lançamento do livro, precisa mais sobre a sua recepção positiva e negativa. É interessante observar nessa proposta a referência quanto à necessidade de novos materiais e de novas visões de que tratassem dos “excluídos da História”:

Quem tinha o mínimo de espírito crítico estava a favor, os do contra eram pessoas conservadoras e consideradas ultrapassadas do ponto de vista político e acadêmico. Sobretudo, o livro foi classificado como representante da história dos oprimidos, a história vista de baixo, em expansão na época.<sup>376</sup>

O historiador Júlio Ricardo Quevedo dos Santos teve contato com a obra de Chiavenato no curso de ensino médio, através de seus professores. Segundo ele, a obra foi muito bem aceita e acrescentou:

Em 1980 quando o Júlio José Chiavenato veio a Porto Alegre para lançar um livro na Feira do Livro. “O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai”, pela Brasiliense. Aliás tenho este livro AUTOGRAFADO pelo autor, que me despertou curiosidade para o tema.<sup>377</sup>

O historiador paranaense Adelar Heinsfeld, 48 anos, igualmente estudante quando do lançamento do trabalho em questão, ressalta que:

Ao menos na instituição em que estudava não houve, na época, uma crítica sequer ao livro. Todos os professores do curso eram militantes politicamente e se engajavam na luta em prol da abertura política. Todos se situavam no leque ideológico considerado de esquerda. E o livro *Genocídio Americano* também se situava numa interpretação historiográfica de esquerda, até para contrapor as produções historiográficas sobre o conflito com o Paraguai existentes até então no

<sup>375</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Entrevista [...]

<sup>376</sup> Idem.

<sup>377</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Entrevista [...]

Brasil, ditas oficiais, consideradas por todos nós, à época, como produções de direita.<sup>378</sup>

Ana Luiza Setti Reckziegel, 46 anos, historiadora de Passo Fundo, propõe, igualmente: “A obra foi muito bem aceita. Tomamos a versão de Chiavenato como sendo a versão verdadeira sobre as motivações para a guerra. Os professores incentivavam.”<sup>379</sup> Da mesma opinião é Virgínia Fontes, que registra a luta em torno do tema e do livro: “O livro foi muito difundido, dentro e fora da Universidade, embora houvesse vários tipos de críticas contra ele. Alguns defendiam a historiografia tradicional e elitista [...]”<sup>380</sup>

O depoimento dessa historiadora valoriza-se pelo fino registro de questão raramente exposta e discutida, ainda hoje: a forte rejeição, sobretudo naquele então, a toda a narrativa historiográfica dirigida ao grande público leitor. Lembra Virgínia:

[...]outros lançavam suspeitas sobre a utilização de algumas fontes e desconfiavam do tom coloquial e da redação em estilo leve e claro. A grande maioria, entretanto, adotou o livro, que foi incluído em praticamente todas as bibliografias sobre os estudos de América Latina.<sup>381</sup>

### **Historiografia Elitista**

O historiador Marcos Del Roio, declara igualmente, apontando para outra questão raramente assinalada. A literal reapresentação pelo trabalho de Chiavenato de tema praticamente jamais abordada pela Academia:

Foi bem aceito pelos colegas mais próximos. A crítica era endereçada exatamente pelo ‘excesso’ de engajamento. Um meu colega de Faculdade na USP fez o trabalho mais reconhecido hoje sobre a guerra. Não me lembro agora o nome, mas trabalha em Brasília. Pode ter sido efeito desse livro o interesse dele.<sup>382</sup>

Paulo Marcos Esselin destaca que a obra foi muito bem aceita:

Essa obra foi muito bem aceita entre acadêmicos e professores que tinham uma postura contrária à ditadura e uma formação ideológica que se aproximava do socialismo. O livro dava mostra clara de que era possível uma ex-colônia sobreviver independente do capital estrangeiro, sem se submeter aos interesses alienígenas, e, sobretudo de uma antiga metrópole colonial.<sup>383</sup>

<sup>378</sup> HEINSFELD, Adelar. Entrevista via e-mail 31/07/2009.

<sup>379</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Entrevista via e-mail 11/04/2010.

<sup>380</sup> FONTES, Virgínia. Entrevista [...]

<sup>381</sup> Idem.

<sup>382</sup> ROIO, Marcos del. Entrevista [...]

<sup>383</sup> ESSELIN, Marcos. Entrevista [...]

Esselin enfatiza as ligações contemporâneas, mesmo abusivas e excessivas, fomentadas pelo trabalho:

Era possível exterminar a oligarquia econômica e promover uma revolução com os trabalhadores, levar adiante uma ampla reforma agrária e criando condições para que os pequenos proprietários pudessem produzir livremente; desenvolver a agricultura e a pecuária e com os excedentes produzidos acelerar a industrialização. Era possível oferecer uma boa educação a todo o povo, enfim para nós ficou muito claro que o socialismo era possível uma vez que ele havia sido construído no país vizinho, o sonho da América livre era possível.<sup>384</sup>

José Ernani conclui:

*Genocídio Americano* passou a integrar a bibliografia indicada pelos professores com formação crítica e dispostos a mostrar aos alunos uma outra versão de um episódio importante e nebuloso de nossa história. O fato de na época estarmos vivendo um regime de exceção, contribuiu para a adoção do livro [...]. Era uma forma de provocar a ditadura, de desafiá-la. Tudo o que contestasse o governo militar, a história oficial, mesmo que indiretamente, era válido. Assim, grande parte de meus colegas passou a contar a Guerra do Paraguai à partir da visão do livro de Júlio Chiavenato.<sup>385</sup>

Conclui-se que o livro foi muito bem aceito no meio acadêmico e intelectual, democrático, de esquerda e progressista, sendo que muitos professores adotaram o livro em seus cursos. Nas universidades foram feitas discussões e debates e a obra tornou-se referência no estudo da guerra do Paraguai. A boa aceitação foi influenciada pelo contexto histórico de luta contra a ditadura militar e pela necessidade de obras com novas e mais profundas visões. O livro foi igualmente bem aceito porque era bem escrito e de fácil leitura, algo bastante raro, na época.

Destaque-se que, do ponto de vista formal, *Genocídio americano*, possui dezessete capítulos, sem uma estrutura padrão, pois alguns possuem duas páginas e outros vinte páginas. O livro é escrito em ordem direta, em linguagem jornalística culta e elegante. Sua leitura e compreensão é fácil, devido à forma direta e simples da descrição dos acontecimentos, mesmo os mais complexos. Os parágrafos não seguem padrão de estruturação e distribuição – alguns são muito extensos e outros curtos. Já foi destacada a tendência à atualização dos fenômenos analisados. É forte a linguagem e o sentido épico de parte da narrativa.

---

<sup>384</sup> Idem.

<sup>385</sup> ALMEIDA, José Ernani. Entrevista [...]

### Influência da obra no trabalho acadêmico

O livro de Chiavenato influenciou os leitores e formou opiniões por um longo período. Mas até que ponto a obra influenciou o trabalho dos docentes que responderam as entrevistas? Paulo Marcos Esselin responde a essa questão registrando o uso da obra, quando, jovem professor de História, trabalhava com alunos do primeiro e segundo graus. Um depoimento que registra uma realidade bastante ampla e difundida naqueles anos, no Brasil e escolas públicas e particulares:

Teve repercussão tanto na minha formação como no meu trabalho. Por muitos anos, eu adotei o livro *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. Durante toda a década de 1980 utilizei religiosamente essa obra. Trabalhava com a disciplina de História do Brasil e ministrava aulas para estudantes do primeiro e segundo graus. Estimulava meus alunos a se organizarem em grupos de leitura, promovia debates, organizava encontros com o único objetivo de discutir a obra do Chiavenato e tratar exclusivamente da Guerra do Paraguai.<sup>386</sup>

Sobre a influencia na sua formação e no seu trabalho a historiadora Virgínia Fontes declara: “Certeza, assim como para muitos historiadores e cientistas sociais cujos temas de pesquisa não estavam centrados na América Latina.”<sup>387</sup> Ana Luiza Setti Reckziegel aponta no mesmo sentido: “Com certeza. Ajudou-me na formação de um pensamento mais crítico e a um exercício de reflexão sobre a historiografia tradicional.”<sup>388</sup> Já Romualdo Portela de Oliveira declarou que a obra teve pequena repercussão em seu trabalho, tendo em vista que não trabalha com esse tema,<sup>389</sup> antes de doutorar-se em Educação, ministrava aulas de Química no segundo grau.

Nota-se que o livro influenciou no trabalho de vários dos entrevistados. Theó L. Piñeiro, 54 anos, justifica que o *Genocídio americano*: “Confirmou os pressupostos que já vinha seguindo, mostrando a importância dos conteúdos sociais e político nas pesquisas que desenvolvemos.”<sup>390</sup> O historiador Adelmir Fiabani, 46 anos, assinala:

Este livro foi apresentado na disciplina de História Contemporânea. Lemos também, um livro sobre a Nicarágua e *As veias abertas da América Latina*. Foi importante porque revelou a outra face da Guerra do Paraguai. Até então, tínhamos tido contato somente com obras ufanistas, que glorificavam o feito dos generais brasileiros.<sup>391</sup>

<sup>386</sup> ESSELIN, Paulo Marcos. Entrevista [...]

<sup>387</sup> FONTES, Virgínia. Entrevista [...]

<sup>388</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Entrevista [...]

<sup>389</sup> OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Entrevista [...]

<sup>390</sup> PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. Entrevista via e-mail 20/04/2010.

<sup>391</sup> FIABANI, Adelmir. Entrevista via e-mail 01/04/2010.

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos acrescenta:

Claro, como já disse, o livro (e outros do mesmo autor) sinalizavam que o regime civil-militar estava defasado, esvaziado. Os milicos no poder e nas suas práticas ideológicas de reprodução do poder militar davam os seus últimos suspiros. Os professores da área de Ciências Humanas eram os nossos exemplos de mudança, eram grevistas, enfrentavam o Amaralzinho (que teve de ceder perante do CEPRGS) e eles nos incentivavam a ler, adquirir livros de cunho mais crítico. Era um tabu falar sobre a Guerra do Paraguai (a Tríplice Aliança contra do Paraguai), o que estimulava o nosso espírito crítico. Eu estudava no 2º grau e ia a Feira do Livro para pegar um autógrafo do Chiavenato (e outros colegas) Ele autografou o livro e me chamou de “xará” (está aqui na minha frente). Imagina, eu era adolescente e me sentia reconhecido pelo autor de livro (a sacralização do texto).<sup>392</sup>

Percebe-se através da fala do historiador a importância que Chiavenato e sua obra tinham na época. Chiavenato era uma personalidade importante.

De acordo com o historiador Lincoln de Abreu Penna: “Pessoalmente como historiador marxista, o livro não teve maiores repercussões. O teor da análise me era familiar.”<sup>393</sup> Valério Arcary e Carlos Fernando Comassetto, 46 anos, responderam que sim ao quesito, sem justificarem suas respostas.

Fica clara a contribuição da obra de Chiavenato para o surgimento de uma nova reflexão sobre a história da guerra do Paraguai, em particular, e da história do Brasil, em geral, influenciando visões revisionistas da historiografia tradicional brasileira. Destaque-se que os depoentes referem-se maciçamente ao caráter geral e não específico dessa influência.

### **O Genocídio americano e a historiografia**

Foi forte a crítica entre os entrevistados à *tese inglesa* de o *Genocídio americano*, por obliterar os interesses determinantes do Estado imperial e do liberalismo portenho, grandes interessados e motivadores do confronto, como vimos no Capítulo 1. O historiador paulista Valério Arcary, que valoriza a importância do trabalho em questão, destaca a insuficiência da análise sobre a intervenção da Inglaterra no confronto: “Faltou pesquisa para demonstrar, com acesso aos arquivos ingleses que eram e são públicos, as pressões que o Império recebeu.”<sup>394</sup>

O historiador mato-grossense Paulo Marcos Esselin, já citado, destaca este ponto, como fortemente insuficiente:

Exageros eu diria. Por exemplo, o papel da Inglaterra como mentora da Guerra do Paraguai. Os principais autores paraguaios como O’Leary, Resquin, Centurión, Cecílio Báez, Gregório Benitez, Arturo Blay em momento algum escreveram algo

<sup>392</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Entrevista [...]

<sup>393</sup> PENNA, Lincoln Penna. Entrevista [...]

<sup>394</sup> ARCARY, Valério. Entrevista [...]

sobre a participação inglesa. Nesse caso não pode desconsiderar que o Paraguai era uma república pequena, população escassa, economia inexpressiva mesmo para os padrões da época.<sup>395</sup>

Entretanto, mais tarde, não poucos historiadores, que abraçaram movimento historiográfico restauracionista, serviram-se dessa insuficiência para terminar negando abusivamente qualquer interesse e intervenção da Inglaterra no conflito. Não raro, negaram até o caráter imperialista da Inglaterra, no relativo ao Brasil, ao Paraguai, à Argentina e à toda a América Latina!

No artigo “O imperialismo britânico e a guerra do Paraguai”, de 1995, o historiador inglês Leslie Bethell propõe:

O governo britânico não pretendia de modo algum acirrar as disputas existentes no Rio da Prata, disputas que, se levassem à guerra, só poderiam ameaçar vidas, propriedades e o comércio britânicos. E, apesar dos seus preconceitos e preferência individuais, o próprio Thornton usou a sua influência de maneira consistente em prol da paz. O exame feito por Tate da correspondência britânica dessa época não revela evidência de nenhum desejo de estimular ou promover qualquer guerra ou qualquer outra ação que levasse a ela. Tampouco essa guerra, quando começou, foi vista com bons olhos pela Grã-Bretanha.<sup>396</sup>

Ao concluir o artigo, o referido autor nega qualquer interesse inglês no Prata, reforça que a culpa pelo conflito era unicamente do Brasil, da Argentina, do Uruguai e principalmente do Paraguai, sem fazer qualquer diferença entre Estado, governo e povo, como propõe Mário Maestri:

Leslie Bethell conclui sua vigorosa defesa do imperialismo em afirmação que fusiona simploriamente governos e populações nas suas respectivas nações, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, apresentando-as como os únicos responsáveis, ontem e hoje, pela hecatombe: ‘A Grã-Bretanha – e as suas supostas [sic] ambições imperialistas – não podem mais ser utilizada como bode expiatório para a Guerra do Paraguai. A responsabilidade primordial dessa guerra cabe à Argentina, ao Brasil e, em escala menor, ao Uruguai e, naturalmente, ao próprio Paraguai. A Guerra do Paraguai foi uma guerra civil [sic] regional, muito embora com uma dimensão internacional muito interessante e digna de nota [sic].<sup>397</sup>

---

<sup>395</sup> ESSELIN. Paulo Marcos. Entrevista [...]

<sup>396</sup> BETHELL. Leslie. O imperialismo britânico e a guerra do Paraguai. In. A guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p.145.

<sup>397</sup> MAESTRI. Mário. A guerra do Paraguai: História e Historiografia [...] Ob. cit.p. 25.

### Proposta Mais Comedida

Na entrevista que realizamos, Chiavenato nuança sua posição sobre essa questão, em proposta mais comedida e objetiva:

O que poderia acrescentar é: o imperialismo não é uma ficção ou invenção ideológica. Se eu tivesse saúde, tempo e dinheiro, completaria o livro com uma pesquisa em Londres, levantando minuciosamente os empréstimos ingleses ao Império e as relações comerciais da aristocracia brasileira com os banqueiros da Inglaterra.<sup>398</sup>

A não ser para a historiografia ideológica, não há dúvidas que o governo e os interesses econômicos ingleses apoiaram e financiaram a Tríplice Aliança, interessados no *escancaramento* liberal e mercantil do Paraguai.

Outra questão muito criticada na obra de Chiavenato é sua avaliação sobre o número de mortos na guerra: 99,50 % dos homens adultos do Paraguai mortos em combate e 75,75% do povo paraguaio dizimado. “Da mesma, forma sobraram da população masculina adulta do Paraguai, ao final da guerra, 0,525%! Evidentemente, mataram-se 99,475% dos homens válidos maiores de vinte anos! Esses dados são melhores para se entender a natureza da guerra e combates.”<sup>399</sup>

Essa apresentação enfática e despropositada registra porém, indiscutível mortandade, sobretudo da população adulta, através da sua mobilização geral. Realidade que espera, assim como a definição da população paraguaia, avaliação científica. Mário Maestri lembra:

Com talvez quatrocentos mil habitantes, o Paraguai teve sua população, sobretudo masculina dizimada – os autores mais contidos falam de 15% a 20% de mortos. O país foi ocupado militarmente, amargou perdas territoriais significativas, arcou com indenizações de guerra, teve suas terras públicas privatizadas, foi obrigado a endividar-se internacionalmente, com seqüelas permanentes.<sup>400</sup>

Perguntado sobre as principais limitações do trabalho, o historiador Théo L. Piñeiro, referiu-se a elas e às qualidades do livro: “Em primeiro lugar, a própria formação do autor. Em segundo, suas intenções, de abrir polêmica sobre a realidade sul-americana, o que certamente conseguiu.”<sup>401</sup> Respondendo à questão, Lincoln de Abreu Penna ressaltou os lapsos já assinalados e algumas consequências a que eles levaram.

<sup>398</sup> CHIAVENATO, Júlio José. Entrevista via e-mail 10/07/2009.

<sup>399</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano* [...] Ob. cit. p. 150.

<sup>400</sup> MAESTRI, Mário, *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia* [...] Ob cit. p. 2.

<sup>401</sup> PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Entrevista [...]

As limitações do livro eu as situo em dois planos: a) o texto é muito categórico onde deveria prevalecer uma argumentação com apoio documental que assegurasse a validade da tese que é sustentável e fundada numa perspectiva histórica correta, em geral; e, b) com isso, há a presença de simplificações a proporcionarem à reação de historiadores de direita, que se aproveitaram de uma exposição tipo vulgata, que na Academia é sempre vista como um pecado imperdoável. E para os que cultivam a perspectiva de uma historiografia crítica e engajada na verdade do processo histórico, o livro deixou lacunas igualmente imperdoáveis.<sup>402</sup>

A falta de documentos para afirmar as posições do autor contribuiu para o grande número de críticas e, conforme o entrevistado é uma lacuna imperdoável.

Nas críticas veementes que Chiavenato queria lançar aos regimes militares do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Sua cruzada era “botar o dedo” na ferida destes regimes políticos. Ele usava o passado para denunciar as atrocidades do seu tempo presente, daí ele esquece o ofício do historiador. Suas fontes históricas eram fragmentadas, o discurso intimidava todo e qualquer historiador. A narrativa foi construída de forma agressiva e as fontes apenas ilustravam a tese. Talvez, por isso, os historiadores “mordem a isca” num primeiro momento, mas em seguida silenciam. O livro carece de método, de teoria, de corrente historiográfica. Mas teve por mérito despertar para o debate.<sup>403</sup>

Para o supra citado historiador o objetivo de Chiavenato, afrontar o regime militar, foi alcançado, porém a falta de documentos para comprovação de suas teses comprometeu seu trabalho.

### **Engajamento Político e Atualização**

José Ernani Almeida aponta limitação científica, nascida do engajamento do autor, que certamente favoreceu sua divulgação:

Por não se tratar de uma obra de um leigo, gestada fora do ambiente da Academia, *Genocídio Americano* peca pela simplificação de contextos que mereciam uma ampliação significativa na sua abordagem. Categorias como ‘nacionalismo’, ‘parque industrial’, ‘conscientização nacional’ que são contemporâneas, foram usadas por Chiavenato para descrever fenômenos do passado. Foi uma forma que o autor encontrou para tornar mais fácil a compreensão de sua obra. Nota-se que ele buscou *linkar* da realidade da época da publicação do trabalho com o contexto vivido no final do século XIX.<sup>404</sup>

Quanto à origem dessas limitações muitos entrevistados apontaram a formação do autor. Segundo Adelmir Fiabani: “É um trabalho feito por um jornalista. O trato com as fontes

<sup>402</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. Entrevista [...]

<sup>403</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Entrevista [...]

<sup>404</sup> ALMEIDA, José Ernani. Entrevista [...].

comprometeu um pouco seu trabalho.”<sup>405</sup> Lincoln Penna propõe: “As origens dessas limitações se encontram no desejo incontido de fazer valer uma interpretação sem os cuidados com sua elaboração.”<sup>406</sup>

José Ernani de Almeida destaca a origem do trabalho:

[...] o primeiro livro a implantar essas expressões em nossa cabeça foi *Guerra do Paraguai: Grande Negócio*, escrito em 1968 pelo historiador argentino Leon Pomer, militante político que se exilou no Brasil. Em 1979, surgiu uma versão brasileira – *Guerra do Paraguai: Genocídio Americano*, de Júlio José Chiavenato.<sup>407</sup>

Para o historiador rio-grandense, “os dois livros revisaram a primeira versão do conflito, aquela que louvava os feitos heróicos dos militares”.<sup>408</sup>

O historiador chama a atenção para o fato de que poucos livros estariam “tão alinhados com o espírito da época, quanto *Genocídio Americano*. Enquanto a obra esgotava nas livrarias, a ditadura militar desmoronava e a esquerda brasileira crescia...” Apesar do lançamento de outras obras, que contrariam a visão de Chiavenato, para José Ernani ela continua atual: “Assim, é palpável a repercussão que, passados mais de 30 anos de seu lançamento, o livro de Chiavenato ainda provoca.”<sup>409</sup>

Através das entrevistas realizadas pode-se confirmar a repercussão da obra *Genocídio americano* para o avanço no estudo da guerra do Paraguai. A obra teria repercutido em praticamente todos os espaços da vida intelectual brasileira da época, desde o ensino universitário até a educação básica, formando estudantes e professores, rompendo a visão oficialista da historiografia nacional-patriótica. Do mesmo modo, foram destacadas as críticas ao livro, ao autor, as falhas de elaboração, o uso com as fontes. Propôs-se que a formação do autor teria contribuído para os erros e exageros da obra, sem comprometer seu significado e importância.

### **A influência Geral na Historiografia**

Identificar até que ponto a obra de Chiavenato influenciou na historiografia da guerra do Paraguai era um dos objetivos do questionário. Segundo Paulo Marcos Esselin: “[...] o livro [...] ensinou e ensina gerações de historiadores e de estudantes secundaristas que o

---

<sup>405</sup> FIABANI, Adelmir. Entrevista [...]

<sup>406</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. Entrevista [...]

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> Idem.

imperialismo inglês destruiu o Paraguai. Não há como desconsiderar essa obra que é um divisor de águas entre a historiografia tradicional e a nova historiografia.”<sup>410</sup>

Do mesmo modo, a historiadora rio-grandense Ana Luiza Setti Reckziegel declara sobre a importância do estudo para a historiografia sobre a guerra do Paraguai: “Foi um marco, sem dúvida. Aderindo ou refutando tem de se mencionar a obra.”<sup>411</sup>

Conforme Júlio Ricardo Quevedo dos Santos:

Me parece que ela obrigou os historiadores a terem que responder ao jornalista que o tema Guerra do Paraguai era seara dos guardiões da história, que viviam nos seus diversos templos do saber (IHGs, Cursos Superiores, ANPUH, Exército, Escola). No entanto, eu procurava acompanhar as falas do Chiavenato e me parece que de forma irreverente ele não estava muito interessado com este debate. Os historiadores sentiram-se ameaçados e aparentemente se uniram para digladiar com o jornalista. No entanto, o Chiavenato contava com a mídia, com os jovens, e principalmente com Caio Prado Júnior (eminência parda da editora que publicava os livros de Chiavenato) que à época estava a frente da editora Brasiliense e dos livros ligados à revisão histórica do Brasil.<sup>412</sup>

A obra de Chiavenato forçou o surgimento da revisão historiográfica no Brasil, mesmo quem não pretendia fazê-la viu se obrigado.

Destacando o fato do trabalho não ter sido obra da historiografia acadêmica, José Ernani de Almeida lembra que ela levou os leitores a fazer a pergunta fundamental: por que a historiografia acadêmica jamais produzira no Brasil leitura revisionista?

Embora não seja uma obra historiográfica, produto de historiador profissional, ela teve grande repercussão e influenciou na compreensão do grande conflito do final do século XIX. A pergunta que começou a ser feita era a seguinte: por que a historiografia acadêmica não havia produzido semelhante abordagem e leitura do episódio. O livro de Chiavenato reabriu a discussão sobre a Guerra do Paraguai.<sup>413</sup>

Valério Arcary destaca a importância do trabalho, chamando a atenção para o momento de sua publicação, fundamental para a compreensão de sua produção e de seu sucesso: “Claro, exerceu influência porque o marxismo estava em uma posição de prestígio, ao final da ditadura, superior à dos anos noventa e a atual década.”<sup>414</sup> Da opinião semelhante é o historiador catarinense Carlos Comassetto: “Sem dúvida. No período da Ditadura Militar a situação era pontual e o livro critica a ação militar brasileira.”<sup>415</sup>

<sup>410</sup> ESSELIN, Paulo Marcos. Entrevista [...]

<sup>411</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti . Entrevista [...]

<sup>412</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Entrevista [...]

<sup>413</sup> ALMEIDA, José Ernani. Entrevista [...]

<sup>414</sup> ARCACY, Valério. Entrevista [...]

<sup>415</sup> COMASSETTO, Carlos Fernando. Entrevista via e-mail 11/04/2010.

O historiador Júlio Ricardo Quevedo dos Santos comenta sobre o processo de desconstrução e desqualificação da obra de Chiavenato:

As reflexões e as leituras de Chiavenato representaram uma “pedra no sapato” de muitos historiadores. No entanto, quando comecei a cursar história na PUC-RS veio o desencanto. Na primeira aula com o professor João José Planela (Introdução aos Estudos Históricos) ele tratou de desconstruir as obras de Chiavenato, Décio Freitas e Clóvis Lugon, introduzindo no meu dicionário a palavra análise panfletária, distorcida, indicando o clássico Tasso Fragoso. Me parece que na atualidade o livro está invisível, não se comenta mais sobre ele. As pesquisas históricas sobre a guerra da Tríplice Aliança avançaram, entretanto, penso, que a obra de Chiavenato marcou um tempo, aquele que urgia mudanças na forma de encarar os chamados e reconhecidos grandes eventos do passado.<sup>416</sup>

O processo de desqualificação do *Genocídio americano* é mais comum a partir da década de 1990, porém o historiador destaca que mesmo com as falhas de uma obra jornalística, obra e autor tornaram-se um marco na história do país.

O historiador fluminense e professor da UFF, Théo L. Piñeiro, comenta sobre as novas correntes revisionistas, no seu sentido restauracionista, específico e geral:

É verdade que, mais recentemente, temos uma historiografia revisionista, que se reveste de uma linguagem acadêmica, mas que procura, de fato, reconstruir benignamente o papel do Império na guerra. Tal produção faz parte das ‘reabilitações’ conservadoras pelas quais passa a nossa historiografia.<sup>417</sup>

Lincoln Abreu Penna propõe, destacando a não existência de corrente historiográfica inspirada naquele trabalho: “No que diz respeito à influência para a historiografia da Guerra do Paraguai, creio – não sendo um de seus especialistas – que não logrou grande influência em termos de criação de uma linha de interpretação daquele fato histórico.”<sup>418</sup> Porém, completa: “Na historiografia brasileira, a única referência mais significativa [da obra] é que avivou a discussão sobre a interpretação marxista, cujas consequências ainda precisam ser avaliadas.”<sup>419</sup> De visão semelhante é o historiador paulista Marcos del Roio, declara: “Seria preciso uma melhor avaliação, mas pela tendência da historiografia das últimas décadas eu colocaria em dúvida.”<sup>420</sup>

A historiadora Virgínia Fontes propõe:

<sup>416</sup> SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Entrevista [...]

<sup>417</sup> PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Entrevista [...]

<sup>418</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. Entrevista [...].

<sup>419</sup> Idem.

<sup>420</sup> ROIO, Marcos del. Entrevista [...].

Essa questão supõe um estudo sobre essa historiografia, o que não realizei de maneira sistemática. Certamente, as questões trazidas pelo livro - até pela violência e truculência apresentadas e pela contundência da argumentação - suscitaram respostas diretas ou indiretas, seja para reafirmar suas premissas, seja para matizá-las. Certamente o livro obrigou a não tratar com ligeireza e com ufanismo cego as atuações militares do país no exterior.<sup>421</sup>

A partir das entrevistas realizadas pode se constatar que a obra contribuiu de forma duradoura no estudo da guerra do Paraguai. E que, mesmo nas últimas décadas, ela ainda causa polêmica e enfrenta o processo de deslegitimação com tendência ao retorno as afirmações da historiografia nacional-patriótica. Mas a obra de Chiavenato permanece como um ponto fundamental na discussão.

### **Repercussão entre os professores e mundo acadêmico**

Nota-se que a obra de Chiavenato estava presente em todos os espaços do conhecimento e da educação, desde a universidade até a escola pública de ensino fundamental e médio. Sobre a repercussão do livro na época, o historiador Adelmir Fiabani declara:

Na FAPES, atual URI de Erechim, havia um grupo de professores politizados e comprometidos com os movimentos sociais, sobretudo, o movimento dos atingidos pelas barragens. Naquela época, fervia a campanha contra o regime militar. Lembro que os professores falavam muito dos malefícios proporcionados pelos governos militares. Até então, nós só ficávamos sabendo pelos noticiários, sempre tendenciosos. Os professores apresentavam o outro lado da moeda. Este livro era citado em diversas aulas. Como leitura obrigatória.<sup>422</sup>

O *Genocídio americano* era uma leitura obrigatória. Segundo o professor José Ernani de Almeida:

A repercussão foi muito grande. Sabemos que a Guerra do Paraguai, do ponto de vista brasileiro, por muitas décadas foi descrita e analisada, a partir de uma visão patrioteira. Qualquer outra versão era considerada impatriótica e implicitamente perigosa. Afinal vivíamos os ‘anos de chumbo’ da ditadura militar, nos quais a censura proibia jornais, músicas, peças teatrais e, principalmente, livros. A obra de Chiavenato estava dentro da verdadeira reviravolta que ocorreu a partir dos anos 1960 do século 20, no âmbito da voga do nacionalismo anti-imperialista, nos meios intelectuais da América Latina. Um dos pontos centrais do revisionismo histórico sobre a Guerra do Paraguai, estava nas causas da guerra, atribuída às maquinações do imperialismo inglês. O livro de Chiavenato ganhou amplo espaço nas escolas, incorporando a versão conspirativa.<sup>423</sup>

---

<sup>421</sup> FONTES, Virgínia. Entrevista [...]

<sup>422</sup> FIABANI, Adelmir. Entrevista [...]

<sup>423</sup> ALMEIDA, José Ernani. Entrevista [...].

A obra de Chiavenato proporcionou uma verdadeira reviravolta na historiografia brasileira sobre a guerra do Paraguai. O historiador Adelar Heinsfeld, relata seu contato com a obra e sua repercussão:

O primeiro contato foi durante o curso universitário; havia o comentário que um livro que revelaria a verdadeira História da Guerra do Paraguai estava sendo lançado. A expectativa era muito grande com a chegada do referido livro. Assim, a repercussão no meio acadêmico foi enorme. Muitos professores comentavam sobre o livro e, obviamente, incentivavam sua leitura. Não se pode esquecer que vivíamos o final da ditadura militar. Então, um livro denunciando o imperialismo na América latina tinha fácil aceitação. Era uma forma de combater a ditadura que representava o imperialismo econômico. O livro, naquele momento, teve a sua importância, pois serviu como instrumento intelectual para, a partir do passado, fazer a crítica do presente.<sup>424</sup>

A grande maioria dos autores destaca que a obra teve grande repercussão e importância, pois, contrariou a visão nacional-patriótica e possibilitou uma nova visão da guerra do Paraguai. O historiador Théo Lobarinhos Piñeiro é da mesma opinião:

A obra causou um grande impacto. Estávamos na ditadura e praticamente não havia trabalhos que mostrassem tal atuação do exército brasileiro. Além disto, havia toda uma construção idealizada de Brasil, especialmente sobre harmonia social e com outras nações, que o livro ajudava a desmistificar.<sup>425</sup>

O historiador Jorge Euzébio Assumpção, aponta no mesmo sentido: “[...] foi de extrema importância, pois se contrapunha a História oficial ufanista, ainda dominada pelo regime militar.”<sup>426</sup> A historiadora Ana Luiza Setti Reckziegel declara ter sido uma obra polêmica e revolucionária: “Era uma grande polêmica. Uma revolução na historiografia tradicional. Chiavenato foi alçado à condição de grande descobridor das ‘forças profundas’ que moveram a guerra. Pensávamos : ‘este é o cara’!”<sup>427</sup>

No Brasil, até então, era hegemônica a visão historiográfica sobre a Guerra do Paraguai ligada ao Exército e ao Estado: Chiavenato rompia com essa imagem. O historiador Paulo Marcos Esselin propõe:

Recordo-me que no meio acadêmico foi revolucionária, nós, em Mato Grosso, estávamos acostumados a obras que faziam apologia ‘a bravura dos soldados

---

<sup>424</sup> HEINSFELD, Adelar. Entrevista [...]

<sup>425</sup> PIÑEIRO, Théo Lobarinhos. Entrevista [...]

<sup>426</sup> ASSUMPÇÃO, Jorge Eusébio. Entrevista [...]

<sup>427</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Entrevista [...]

brasileiros frente aos sanguinários paraguaios'. As obras se limitavam a Retirada da Laguna do Visconde de Taunay e do General Fragoso e outros memorialistas do Estado [do Mato Grosso] como Virgílio Corrêa Filho e Lécio de Souza. Chiavenato fazia uma releitura da guerra e, claramente indicava que brasileiros, uruguaios e argentinos foram joguetes nas mãos da Inglaterra, que forneceu os meios materiais para que se pudesse destruir a mais avançada e independente República da América do Sul na época, o Paraguai.<sup>428</sup>

Virgínia Fontes acrescenta:

O livro teve bastante impacto sobre os estudantes de história, recolocando a questão paraguaia sob uma luz bem mais crua do que a versão edulcorada que era apresentada em parcela da bibliografia sobre o tema e, sobretudo, pela mídia. Além disso, recolocou na pauta a questão das relações históricas entre o Brasil e os países vizinhos.<sup>429</sup>

O livro teve um grande impacto principalmente em meio aos grupos sociais, movimento estudantil e outros. Segundo Paulo Afonso Zarth:

Na universidade, o livro foi muito divulgado pelos estudantes através do movimento estudantil e pelos jornais de esquerda, o Pasquim, por exemplo. Eu era presidente do DCE e participava ativamente do movimento nesta época circulava o livro do Galeano, *Veias abertas na América Latina*, com grande sucesso.<sup>430</sup>

Enfim o livro de Chiavenato teve grande visibilidade: “A repercussão foi imensa, pois atacava a moral do exército brasileiro e, portanto, da ditadura militar.”<sup>431</sup>

### Considerações finais sobre os historiadores

Através das entrevistas realizadas podemos observar a grande repercussão e importância da obra *Genocídio americano: a guerra do Paraguai* no meio intelectual e acadêmico. Todos os entrevistados tiveram contato com a obra de Chiavenato durante o período de graduação ou quando docentes em concursos universitários – as respostas confirmaram a relevância que a obra teve em sua visão sobre a guerra do Paraguai e na formação política da época.

Entre os pontos interessantes, nota-se que todos os historiadores acreditavam que a obra tinha como principal objetivo afrontar a ditadura militar, tanto que ela passou a ser usada

<sup>428</sup> ESSELIN, Paulo Marcos. Entrevista [...]

<sup>429</sup> FONTES, Virgínia. Entrevista [...]

<sup>430</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Entrevista [...]

<sup>431</sup> Idem.

como referência na luta pela democracia. Todos destacaram que a obra teve pouca repercussão na mídia oficial, sendo que o acesso à obra se deu geralmente através dos professores, durante o curso de graduação. Esse fato enquadra esse trabalho fortemente no contexto político e social de 1979, quando, sobretudo professores de esquerda, buscavam “armas ideológicas” contra o regime militar. A obra de Chiavenato veio certamente ao encontro dessa necessidade.

Mesmo não sendo gestado no meio acadêmico, a obra de Chiavenato foi fervorosamente utilizada por muitos anos como a principal referência no estudo da historiografia brasileira sobre a guerra do Paraguai. Suas visões e teses formaram opiniões em todos os cantos do Brasil e até mesmo no exterior. A obra era uma leitura obrigatória.

Por muitos anos, a obra de Chiavenato foi tratada como “verdade absoluta” por um importante grupo de intelectuais – sendo objeto de estudos, de leituras, de debates, de seminários. Uma época em que o professor buscava a melhor maneira de trabalhar com ela.

Os entrevistados enfatizaram também as retaliações sofridas pela obra e pelo seu autor, desde as críticas protagonizadas pela mídia oficial, devido às possibilidade dela prejudicar as relações internacionais entre o Brasil e o Paraguai, que assinavam na época o acordo para a construção de Itaipu. Os entrevistados destacam igualmente as falhas da produção do trabalho, como alguns excessos do autor e erros metodológicos. Apesar das críticas às insuficiências metodológicas, documentais e analíticas, o livro é sempre apresentando como fundamental, pois contribuiu no Brasil para o surgimento de uma nova visão de história da guerra do Paraguai. O historiador José Ernani de Almeida aponta:

Apesar destas limitações, a obra de Chiavenato ainda paira como um documento necessário para o conhecimento do grande conflito. É verdade que a historiografia ainda deverá percorrer um longo caminho para trazer à tona todos os aspectos da guerra. *Genocídio Americano* demonstrou o avanço social do Paraguai, a organização de uma expressiva classe de pequenos proprietários rurais ou arrendatários, notadamente das grandes fazendas públicas do país. O Paraguai desde a sua independência até o final da guerra, notabilizou-se como o único caso de estabilidade política e social na América do Sul. Após o sangrento conflito, o Paraguai passou a conviver com instabilidades e ditaduras militares permanentes, fruto das interferências dos grandes grupos econômicos, especialmente de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. O extraordinário campesinato de origem guarani que havia se consolidado no Paraguai, foi destruído, para nunca mais se reorganizar.<sup>432</sup>

---

<sup>432</sup> ALMEIDA, José Ernani. Entrevista [...].

## 8. A RECEPÇÃO DE *GENOCÍDIO AMERICANO* – OS MANUAIS ESCOLARES

Os manuais escolares ou livros didáticos foram e ainda são muito importantes no processo de formação da consciência histórica nacional. Por um longo tempo, eles foram o principal ou, em muitos casos, o único apoio didático e documental que os professores tiveram. Até mesmo hoje, com tantos recursos e tecnologias, muitos professores ainda seguem piamente esse instrumento.

Sendo assim, os manuais escolares contribuíram para criação das memórias, das concepções de mundo, das identidades nacionais. Com a evolução das sociedades, muitas mudanças foram sendo incorporadas aos manuais escolares/livros didáticos. Entretanto, as concepções, visões de mundo e do passado, construídas ao longo de processos históricos, e dependentes desses, não se desfazem facilmente, mas comumente se reproduzem, sob diversas formas.

No referente à guerra do Paraguai, percebe-se que ocorreram mudanças principalmente nas últimas décadas. Com o intuito de identificar essas mudanças e se a obra de Chiavenato, *Genocídio americano*, teve influência na mesma, foram analisados quinze livros didáticos, publicados entre os anos de 1906 a 2008, do ensino primário ao ensino secundário, no referente à forma de estruturação, à organização, às fontes, à evolução, às concepções historiográficas no estudo da guerra do Paraguai. Porém, antes de entrar na análise propriamente dita dos livros, faremos referência ao surgimento dos livros didáticos no Brasil e sobre os novos estudos sobre eles.

Nos últimos anos, tem aumentado o número de trabalhos e estudos sobre os livros didáticos. Entre eles, podemos citar a dissertação de mestrado de Alexandra Lima da Silva, “Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1879-1924)”, de 2008, defendida na Universidade Federal do Fluminense. Nela, a autora analisa a produção e a comercialização dos livros didáticos, destacando a relação entre os autores, a comercialização e as classes sociais, trabalho importante por abordar o contexto histórico político, social e econômico em que os manuais escolares vão se estruturando no Brasil.

Outro importante artigo sobre o tema é de Gilberto Luiz Alves e Carla Villamaina Centeno, “A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX”, de 2009, publicado pela Revista Brasileira de Educação. Os autores fazem análise de manuais escolares, utilizados no Colégio Pedro II, dos pressupostos teóricos e conceituais, tendo como recorte a forma de abordagem da guerra do Paraguai.

## Novas Necessidades

Alexandra Lima da Silva destaca sobre o papel do livro didático:

Desse modo, é possível pensar o acesso ao livro didático e ao universo da cultura letrada como uma possibilidade de ampliação de direitos de cidadania, vislumbrados com o ingresso em escolas, dentre outros, como manifestações de luta e expressão de embates em torno da educação ‘para o povo’.<sup>433</sup>

Com o crescimento da população, sobretudo após a fim da escravidão, aumentou a busca por instituições de ensino, o que contribuiu para diminuição do número de analfabetos e para o crescimento da produção-popularização dos livros didáticos.

Nesta perspectiva, podemos vislumbrar a escrita do livro didático dentro de um universo social de embates e disputas, em diversas instâncias: políticas, sociais, de mercado, pois para muitos, publicar um livro era uma árdua tarefa, seja pelas poucas ‘habilitações’ do autor, que muitas vezes não era ‘especialista’ no que escrevia, seja pelo pouco tempo disponível para escrever...<sup>434</sup>

O processo de elaboração dos livros didáticos evoluiu ao longo do tempo e esteve inserido em um amplo contexto, de múltiplas relações, opiniões e visões.

Assim, suponho que os usos e processos de elaboração dos livros destinados ao ensino foram se modificando ao longo do tempo, em função das transformações nas relações sociais que o produziram. Escrever livros didáticos, pelo que a análise da trajetória de alguns autores mostrou, fez parte de um processo mais amplo de transformações na educação e na cultura letrada. Ser autor de um livro didático não era a mesma coisa para todos: para um professor de uma afastada freguesia, tinha um sentido, para um bacharel atuante no centro urbano, outro, o que era diferente em muita medida, para uma professora primária.<sup>435</sup>

O livro didático é um produto do contexto onde foi produzido. Podemos perceber isso na análise do estudo da guerra do Paraguai, pois percebe-se, através dos escritos, a visão de determinado autor sobre o assunto.

Para alguns, escrever livros didáticos era fruto da distinção social, sendo mais uma das atividades profissionais exercidas no sentido de maior prestígio e projeção, enquanto que para outros, era um dos instrumentos na luta por melhorias no ensino, ampliação da instrução, podendo ser ainda, mais uma fonte de renda, além de representar alguma melhoria nas condições do próprio trabalho e de vida.<sup>436</sup>

---

<sup>433</sup> SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil - Rio de Janeiro (1879-1924)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 16.

<sup>434</sup> Idem. p. 37.

<sup>435</sup> Idem. p. 39.

<sup>436</sup> Id. ib.

A autora questiona o objetivo dos livros:

A emergência de bons livros ‘para a instrução do povo’ não pode ser separada da discussão sobre a ‘instrução e leitura para o povo’ na qual a publicação de livros assume significados distintos, podendo ser um negócio, para alguns, ou um meio para o acesso aos direitos, para outros.<sup>437</sup>

Em todo caso, o livro didático teve função importantíssima no processo de formação da memória e da identidade nacional. Para muitas pessoas, ele representava o principal meio de acesso ao conhecimento. Servia, portanto, conforme seu objetivo, para a busca de direitos e de cidadania ou para a dominação e alienação.

Deste modo, a publicação de livros didáticos acessíveis (pela linguagem e pelo preço) ao ‘homem comum’, ‘a gente simples do povo’, além de significar a ampliação do público leitor em um mercado em expansão, também significava para muitos, a participação no debate e na elaboração de projetos para a sociedade da qual faziam parte.<sup>438</sup>

### Como em uma Fábrica

Inicialmente, no período colonial, igual à Europa pré-industrial, o ensino, restrito a uns poucos filhos das classes endinheiradas, era ministrado a partir da relação direta entre o mestre e o aluno. O conhecimento do mestre era a pauta da educação do aluno. Não raro, o mestre escrevia manuscrito dirigido à educação de seu aluno. Com a gênese do capitalismo, e a necessária massificação do ensino, esse método e essa relação vão ser superados. Gilberto Luiz Alves e Carla Villamaina Centeno lembram, no artigo citado, a importante contribuição do bispo morávio, grupo religioso que realizava o processo de educação na região de Moravia, na Europa:

Para evidenciar como esse homem afinado com os avanços de seu tempo pensou o trabalho didático pela perspectiva da manufatura, é de se realçar a divisão em etapas que impôs, configurada pelas séries e os níveis de ensino na escola moderna. Estabeleceu igualmente com clareza as áreas de conhecimento integrantes do plano de estudos. Essas novidades, associadas à materialidade física da instituição social que concebeu, produziram um profissional original, distinto do preceptor: *com o bispo morávio nasceu o professor*.<sup>439</sup>

---

<sup>437</sup> Idem. p. 53.

<sup>438</sup> Id. ib.

<sup>439</sup> ALVES, Gilberto Luiz e CENTERO, Carla Villamaina. *A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX*. Revista Brasileira de Educação. V.14. n. 42. 2009. p. 470.

No contexto da nova necessidade de massificação do ensino, foi repensado o próprio espaço educacional e a relação pedagógica a partir do exemplo da manufatura já dominante. Nesse processo, surgiria o manual escolar, um pouco à imagem dos manuais de instrução do uso das ferramentas. Uma leitura a qual nos parece fundamental agregar a origem e difusão a correspondente divisão *social e técnica* do trabalho na educação. Desde então, o ensino passava a se dividir entre aqueles que pensavam – e criavam e produziam os manuais –, na disciplina em questão, os historiadores, e aqueles que reproduziam o conhecimento que imanava dos manuais, os mestres. Uma forma ideal na construção de função dos manuais não analisadas por aqueles autores no excelente artigo – a de difusão controlada do conhecimento, nesse caso, histórico.

Efetivamente, a confecção de um manual didático vai muito além da elaboração material, ou seja, de sua seleção e apresentação em forma ordenada e didática. Seu conteúdo e forma são determinados por inúmeros fatores que orientam a sua elaboração – fatores políticos, sociais, econômicos e ideológicos. Dessa forma, mais do que a visão pessoal do autor e de suas concepções de mundo, as obras traziam em sua essência as visões e concepções condicionadas fortemente pelo meio social dominante, pelo programa de ensino e pelo *locus* de realização desse material – a escola. O manual escrito devia sempre ser legitimado, para ser incorporado como instrumento de ensino.

Com o intuito de investigar a repercussão da obra *Genocídio americano* na elaboração e evolução dos manuais escolares de história, apresentamos a seguir a análise dos principais manuais escolares.

### **Pequena História**

O que inicialmente nos chama atenção na análise dos manuais escolares é que o estudo da Guerra do Paraguai é antecedido pelas Guerras do Brasil no Prata. Ou seja, a Guerra no Uruguai, em 1825, e na Argentina, em 1851, com intervenções do Brasil. No livro *Pequena História do Brasil por perguntas e respostas para o uso da infância brasileira*, de Joaquim Maria de Lacerda, membro da Arcádia Romana, de 1906, traduzido por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, possui cento e oitenta e sete páginas, das quais seis páginas são destinadas ao estudo da guerra do Paraguai. Trata-se, como diz o nome, de livro ao *estilo catecismo*, de perguntas e repostas, como exemplo:

P. Que deu ocasião a esta guerra? R. A guerra foi injustamente provocada por Lopéz, sob o pretexto de haverem as tropas brasileiras invadido o Estado Oriental do Uruguay. P. E por que motivo entrarão as tropas brasileiras no Estado Oriental?

R. As tropas brasileiras entrarão no Estado Oriental, por ter recusado o governo de Montevidéo pôr cobro aos repetidos vexames e ofensas feitas aos Brasileiros residentes n'aquelle Estado.<sup>440</sup>

O autor apresenta o Paraguai como responsável pela guerra e, a invasão do Uruguai por parte do Império era apenas uma resposta aos maus tratos vivenciados por brasileiros naquele país. Nega que o Brasil estivesse preparado para a guerra:

Não estando o Brazil preparado para guerra, teve que lançar mão de medidas extraordinárias: mandou construir navios encouraçados, creou corpos de voluntários da pátria, chamou ao serviço activo a guarda nacional, e enviou por terra uma expedição a Matto-Grosso.<sup>441</sup>

A obra é fruto da historiografia imperial oficialista. Não trata em nenhum momento os *interesses* do Império na região. Domina o trabalho os conteúdos ufanista e nacionalista.

P. Quais foram os principais sucessos ocorridos na guerra do Paraguai em 1869 e 1870? R. Os principiaes sucessos da guerra do Paraguai em 1869 e 1870 foram: a entrada solene dos Brasileiros em Assumpção a 5 de Janeiro de 1869; - a retirada do Marquês de Caxias por moléstia, e a nomeação do Sr. Conde d'Eu para suceder-lhe no comando (Março); - a perseguição do exercito de López, que se retirara para as montanhas do interior do Paraguai; - o estabelecimento de um governo provisório no Paraguai (Agosto); - e enfim, depois de uma serie de gloriosos [sic] combates, o ataque de Cerro-Corá, á margem do Aquidaban, e a morte do sanguinário déspota [sic] do Paraguai, que preferiu morrer antes que render-se prisioneiro (1º de Março de 1870). A morte de López pôs termo á guerra do Paraguai.<sup>442</sup>

A obra destaca na guerra do Paraguai a “entrada solene em Assunção”, a “série de gloriosos combates” das tropas imperiais, a “morte do sanguinário déspota” Solano López – definido como *déspota e sanguinário* que teria preferido morrer a “render-se prisioneiro”. Mitifica os comandantes, os principais feitos, as medidas tomadas pelo governo imperial, os principais sucessos da Guerra e as principais operações militares dentre outras ações. Trata-se de reprodução para o ensino escolar das visões nacional-patrióticas daquele confronto, menos de quarenta anos após os mesmos. Destaque-se a importância dada o “estabelecimento de um governo provisório no Paraguai”.

---

<sup>440</sup> LACERDA, Joaquim Maria. Traduzido por PINHEIRO. Luiz Leopoldo Fernandes. *Pequena História do Brazil*. Rio de Janeiro, 1906. p. 118.

<sup>441</sup> Idem. p. 19.

<sup>442</sup> Idem. p. 123.

### Ditador inteligente e patriota

A *Pequena história do Brazil*, de 1918, de Joaquim Maria de Lacerda, apresenta seis páginas sobre o tema, no total de cento e sessenta páginas. Ela é dividida em lições, correspondendo a Guerra do Paraguai à quinta tarefa escolar. No trabalho, entre tanto, Solano López é apontado como “ditador inteligente e patriota” e a situação do país, antes da guerra, é elogiada:

Dictador inteligente e patriota intrépido, Solano Lopez grangeára a affeição de seu povo. No interior do Paraguay reinava a paz e a ordem; as fronteiras, habilmente fortificadas, dispunham dos mais modernos recursos bellicos da época. O exercito contava mais de 50.000 homens, e a frota já possuía 14 vapores.<sup>443</sup>

Entre tanto, o livro segue a mesma estrutura do anterior, destacando que o Império e a Argentina não tinham interesses em realizar a guerra contra o Paraguai, sendo forçados pelas atitudes de Solano López:

O temerário dictador do Paraguay, já em desavença com o Brazil, ainda accommetteu a Argentina, ocupou a margem esquerda do Paraná e capturou dois vapores argentinos. Estés fatos levaram o general Mitre, presidente da República Argentina, a celebrar um tratado de alliança offensiva e definitiva com o Brazil e com Flores (presidente Uruguai). Assinada a 1º de maio de 1865, esta tríplice alliança deveria manter-se effectiva enquanto não fosse derrubado o governo de Solano López; garantia-se todavia a independência do Paraguay.<sup>444</sup>

O discurso utilizado era de guerra contra Solano López, não contra o Paraguai. E a obra seguiu com um tópico indicando e exaltando os combates decisivos – Riachuelo, Tuiutí, Curuzú, Curupaiti, Humaitá, Itororó, Ivahy, Lomas Valentinas, Angostura, etc. Apresenta um item sobre Caxias definido como “generalíssimo” e grande comandante. O trabalho destaca as gloriosas vitórias brasileiras e a entrada solene em Assunção, concluindo a Guerra do Paraguai. Exalta a campanha que teria firmado o predomínio do Brasil na América Meridional e o seu prestígio na Europa e nos Estados Unidos.

Gilberto Luiz Alves e Carla Villamaina Centeno comentam sobre esta obra:

Quanto ao conteúdo, o menor número de páginas se fez acompanhar de um rebaixamento da quantidade de informações ou, pelo menos, de perda do seu grau de profundidade. A sensível simplificação do conteúdo é denotada também pelo crivo exercido pelas perguntas, que selecionam as prioridades, e pelas respostas pouco extensas, que aligeiram e resumem as informações.<sup>445</sup>

---

<sup>443</sup> LACERDA, Joaquim Maria. *Pequena história do Brazil*. Rio de Janeiro 1918. p. 118.

<sup>444</sup> Idem. p. 103.

<sup>445</sup> ALVES, Gilberto Luiz e CENTERO, Carla Villamaina. *A produção de manuais didáticos [...] Ob. cit.* p. 475.

Trata-se de livro estruturado sob o domínio da historiografia nacional-patriótica, que apresenta um conteúdo simplificado e um caráter geral dos acontecimentos. Destaque-se, porém, os elogios iniciais a López.

### **História do Brasil**

Em *História do Brasil*, de João Ribeiro, de 1930, o autor, jornalista e professor, membro da Academia Brasileira de Letras, é uma obra extensa, com quinhentas e quarenta e quatro páginas, destas apenas onze páginas são destinadas ao tema. Inicia a abordagem do tema com um pequeno sumário, onde apresenta a ordem do texto: primeiramente, trata da questão do Uruguai, a invasão do Mato Grosso, a Tríplice Aliança, a campanha do Paraguai e morte de Solano López.

O autor destaca que o Paraguai sentiu-se ameaçado com a invasão do Uruguai:

Com essa humilhadora intervenção, ao menos houve um estado do Prata, o Paraguay, que, sentindo-se ameaçado, se declarou contra o Brasil. Não se havia descuidado a pequena república de preparar-se para a guerra que antevia certa; o Paraguay desde longos annos vivia sob o regimen absoluto, mau grado a exterioridade de algumas formulas republicanas, e os seus habitantes, coagindos sob férrea disciplina, obedeciam cegamente aos dictadores.<sup>446</sup>

A questão do Uruguai é apontada como a razão da guerra, com destaque para a disputa do Partido Blanco, autonomista, no poder, contra o Partido Colorado, pró-imperial.

[...] o ditador Francisco Solano López, que não tinha maiores defeitos que os seus congêneres vizinhos, sobre-excitado pelas inevitáveis derrotas e pelas necessidades que impunha o seu orgulho de salvar o país ou succumbir com ele, tornou-se de fato o tirano execrável que a lenda no Brasil perpetuou.<sup>447</sup>

O que registra a idéia denominada de historiografia nacional-patriótica de que o Brasil fora atacado pelo chefe autoritário cruel e causador de vítimas. O estudo segue com a apresentação cronológica e política do conflito, iniciando com a descrição da apreensão do navio do Marquês de Olinda, a formação da Tríplice Aliança, etc.

---

<sup>446</sup> RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p. 140.

<sup>447</sup> Id. ib.

Mas adiante, o autor descreve da Batalha do Riachuelo: “D. Pedro II, correndo ao teatro da guerra, assistiu á rendição do inimigo em Uruguaiana em 18 de setembro.”<sup>448</sup> Na continuidade, segue a descrição das batalhas de Humaitá, Curupaity, Tuyuty, Curuzú, Itororó, Avahy e Lomas Valentinas. Nesse livro didático, João Ribeiro mistura visões da historiografia nacional-patriótica e suas sobre a Guerra do Paraguai.

O autor reflete criticamente, porém sem aprofundar, sobre as consequências da ação do Império sobre o Paraguai. “[...] estava terminada com efeito a guerra e a capacidade de luta regular do inimigo. Infelizmente o nosso egoísmo de vencedores, desconhecendo sentença humana de Caxias, preferiu exigir o suplicio da heróica nacionalidade.”<sup>449</sup>



Figura 15 – Igreja de Humaitá bombardeada em 1868 na guerra do Paraguai.

Fonte: Museu Histórico Nacional.

Trata-se de abordagem relativamente heterodoxa, certamente produto de historiografia republicana com certo nível de simpatia para com o Paraguai e Solano Lopez. Entretanto, ele tende a enquadrar-se ao discurso tradicional, procurando o apoio do mesmo – homenagem a Caxias – quando apresenta dissensão.

### **Borges Hermida**

---

<sup>448</sup> Idem. 142.

<sup>449</sup> Idem. p. 147.

*História do Brasil*, de 1955, de Antonio José Borges Hermida, licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia, ou seja, de autor preparado para a prática do ensino de história, retoma a narrativa político-cronológica tradicional sobre a guerra. Com um livro de cento e dez páginas, o tema está limitado em apenas quatro páginas, antecedidas pela abordagem das intervenções do Brasil no Prata, da questão Christie e das lutas de Caxias na *pacificação* das províncias.

Quando aborda propriamente a guerra do Paraguai, destaca aquela nação como um país interior:

Como o nosso estado de Minas Gerais, o Paraguai é um país interior: não tem costa marítima. Sua capital, Assunção, fica na margem do Rio Paraguai. A maior parte da população do Paraguai é formada por índios e mestiços (filho de branco com índio). No tempo do Império, para se ir a província de Mato Grosso só havia um caminho: subir em navio o Rio Prata e depois, pelo Rio Paraguai, atravessar o território paraguaio.<sup>450</sup>

Nos fatos, procura aproximar uma realidade *exterior* a fatos conhecidos do território nacional. O autor retoma a proposta de que o Império brasileiro tinha interesse em manter a boa relação com seus vizinhos:

O governo brasileiro tinha o maior interesse em manter as boas relações com o do Paraguai porque, no dia em que o governo paraguaio proibisse a passagem de navios brasileiros, a província de Mato Grosso ficaria isolada do resto do mundo.<sup>451</sup>

Em seguida, destaca o fortalecimento militar do Paraguai, já no governo de Carlos Antonio López: “O ditador do Paraguai, Carlos López, aumentou o poder militar de seu país, formando um forte exército.”<sup>452</sup>

Mas foi Solano López responsável pela guerra, devido a enormes ambições territoriais: “O ditador Solano López tinha a grande ambição de tornar a pátria um país marítimo. Seu plano era: conquistar uma parte do território argentino; dominar todo o Uruguai; mudar a capital de Assunção para Montevideú.”<sup>453</sup> Mergulhando na fantasia, propõe a intenção paraguaia de construir o “*Paraguai maior*”, que ocuparia praticamente todo o atual estado do Rio Grande do Sul, a maior parte do atual estado de Santa Catarina, parte de São Paulo e o Sul do Mato Grosso, além de boa parte do Uruguai.

---

<sup>450</sup> HERMIDA, Antonio José Borges. *História do Brasil*. São Paulo: Editora do Nacional, 1955. p. 36.

<sup>451</sup> Id. ib.

<sup>452</sup> Id. ib.

<sup>453</sup> Id. ib.

Segundo o autor, devido a esse expansionismo territorial, o “povo” argentino teria “exigido” o ingresso do seu país na guerra, conformando-se assim a Tríplice Aliança.

Quando o povo, em Buenos Aires, soube dessa violência de Solano López, exigiu indignado que fosse declarada guerra. Então, o governo argentino resolveu assinar com o do Brasil e o do Uruguai o tratado da Tríplice Aliança para combater o Paraguai (maio de 1865).<sup>454</sup>

### Principais Batalhas

O livro segue em sua descrição factual: comenta sobre a superioridade do exército paraguaio; a invasão paraguaia ao Mato Grosso; as principais batalhas; a ação de Osório em Tuiuti; o comando de Duque de Caxias e do conde d’Eu. Destaque-se que Borges Hermida ressalta – e minimiza – o conhecimento do Império sobre as consequências da invasão do Uruguai. Entretanto, propõe o apresamento do navio Marquês de Olinda como o início do conflito.

Escreve o autor:

Apesar do protesto de agosto de 1864, que o ditador paraguaio enviou ao governo brasileiro, contra a intervenção do Brasil no Uruguai, não havia sinais de uma guerra próxima contra o Paraguai. Mas, a 11 de novembro desse ano, López iniciou a campanha, mandando apresar o navio brasileiro Marquês de Olinda, que viajava para a província de Mato Grosso. Começou, desse modo, a maior guerra da América do Sul, que durou mais de cinco anos.<sup>455</sup>

Como os autores anteriores, destacam-se as batalhas de Avaí, Lomas Valentinas e Angostura e a participação *heróica* do Duque de Caxias: “Os que forem brasileiros sigam-me! Então a batalha foi alcançada”.<sup>456</sup> O livro aponta o abandono de Caxias do comando das tropas, por motivo de doença, entregando o comando do Exército ao Conde d’Eu. A descrição da guerra concluí-se com a referência a consequências do conflito para o Paraguai, enormemente exageradas.

“Em 1864, quando a guerra começou, havia no Paraguai um milhão de habitantes. Em 1870, quando a guerra acabou, restavam apenas duzentos mil.”<sup>457</sup> Segundo esses números, cerca de 80 % da população paraguaia teria sido morta. O capítulo foi concluído com uma espécie de resumo dos fatos mais importantes e com um questionário. É um livro de oficialista, sem qualquer abertura historiográfica.

---

<sup>454</sup> Idem. p. 37.

<sup>455</sup> Id. ib.

<sup>456</sup> Idem. p. 38.

<sup>457</sup> Idem. p. 39.

### Lições de História do Brasil

*Lições de História do Brasil*, de Vital Darós, publicado em 1964, no primeiro ano da ditadura militar, reserva quatro páginas ao tema, em um livro de setenta páginas. Inicia falando sobre os problemas do Brasil no Prata e as causas das intervenções militares na região, entre elas, as “frequentes invasões de nossas fronteiras no Sul, e propriedades gaúchas saqueadas por pecuaristas uruguaios.”<sup>458</sup> A invasão ao Uruguai teria sido consequência de invasões do território nacional e saques de “propriedades gaúchas” que o autor não registra em que lado da fronteira se encontravam. Portanto, não cita a outra versão da história, dos brasileiros invadindo as terras uruguaias e se comportando em suas fazendas no Uruguai como se estivessem no Brasil.

O autor apresenta novos elementos, como exemplo as pretensões argentinas de dominar a região: “Este domínio prejudicaria o Paraguai e ao Brasil, pois dificultaria a navegação interior dos rios Paraná-Paraguai. A navegação por esses rios era indispensável para o desenvolvimento do Mato Grosso e era a única saída fluvial para o Paraguai.”<sup>459</sup> Após citar resumidamente os chefes revolucionários da ocupação do Uruguai, refere-se ao contexto da guerra do Paraguai e suas causas: “As intervenções vitoriosas do Brasil, no Prata, certamente fizeram Solano López suspeitar que o Império brasileiro tivesse intenção de conquistar seu país. Por isso se lançou à guerra contra o Brasil.”<sup>460</sup> Pode-se deduzir assim, que o Paraguai teria feito a guerra por suspeitar das intenções do Brasil.

Mas o autor aponta como principal motivo da guerra a pretensão de Solano López em conquistar “mais uma” saída ao Atlântico: “[...] a pretensão de Solano López de conseguir mais uma [sic] saída para o Atlântico, uma vez que os rios Paraná-Paraguai não eram suficientes para tirar o país do isolamento, bloqueado entre o Brasil e a Argentina.”<sup>461</sup> Apresenta como fatos iniciais da guerra ações de Solano López, com destaque para a captura do navio Marques de Olinda e as invasões do Mato Grosso e da Argentina. Trata das principais batalhas, dos principais comandantes, do final da guerra e de algumas consequências. Trás imagens representando as batalhas de Riachuelo, Tuíuti e dois mapas da região. Refere-se às perdas paraguaias: “O Paraguai perdera mais de 600 mil pessoas. As

---

<sup>458</sup> DAROS, Vital. *Lições de História do Brasil*. São Paulo: Editora FTD S/A, 1964. p. 34.

<sup>459</sup> Id. ib.

<sup>460</sup> Idem. p. 35.

<sup>461</sup> Id. ib.

idades, as vilas e as aldeias paraguaias estavam despovoadas. Sobreviverá um quarto da população.”<sup>462</sup> O livro de Antonio José Borges Hermida falava em oitocentas mil mortes; Vital Darós propõe um Paraguai de oitocentos mil paraguaios e seiscentas mil mortes!

O autor *inova* sugerindo influências da guerra para história política e social do Brasil: o enfraquecimento da escravidão e o fortalecimento das ideias republicanas.

Além do grande número de mortos e dos enormes gastos que a guerra provocou, há aspectos políticos importantes: o contato do exército brasileiro com países platinos – que já eram Repúblicas e onde a escravidão negra fora abolida – ajudou a fomentar o desejo de implantar o sistema de governo republicano no Brasil, como também da libertação definitiva dos escravos.<sup>463</sup>

Entretanto, não discute ainda os dezoito anos de escravidão no país!

### Um Primeiro Esforço

O livro didático *História do Brasil*, de Maria Januária Vilela Santos, doutora em História Social do Brasil, de 1974, tem oito páginas sobre o tema, em um total de noventa e seis páginas. Nele, há inovação geral sobre a forma e metodologia de abordagem: existem diálogos, ilustrações, história em quadrinhos representando os comandantes aliados dispostos a defender os seus países e usa-se mapas com explicações metodológicas de fácil entendimento. Há um mapa explicando a formação da Bacia Platina e os conflitos ali existentes. A autora estrutura bem o trabalho, editado durante o governo militar de Ernesto Geisel, que no final do seu mandato iniciou o processo de abertura dita *lenta, gradual e segura*.

O livro apresenta novos temas: realiza balanço da guerra; coloca a situação de cada país; a difusão de ideias republicanas pelos oficiais brasileiros; a libertação dos escravos, etc. Como leitura complementar, apresenta texto da *Retirada de Laguna*, escrita pelo oficial monarquista Alfredo d’Escragolle Taunay. Dispõe de um vocabulário constituído de nove palavras, entre elas os termos “ditador”, “guerrilha”, “prisão perpétua”, palavras que certamente não *soariam* bem às autoridades militares da época.

A autora inova também ao citar a bibliografia utilizada, na última página, entre os quais Sérgio Buarque de Hollanda e Hélio Vianna.<sup>464</sup> Pode-se classificar a obra por seu

<sup>462</sup> Idem. p. 37.

<sup>463</sup> Id. ib.

<sup>464</sup> Ver: SANTOS, Maria Januária Vilela. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1974.

caráter estrutural e metodológico inovador, percebe-se em sua análise a existência das novas concepções historiográficas. Nota-se a partir daí o fim o livro estilo *catecismo* e ganha espaço o livro problematizado e *problematizador*. Não inova na apresentação, porém, no conteúdo.

### Após Chiavenato

O livro *História do Brasil*, do professor de História, advogado e mestre em Educação Gilberto Cotrim, publicado em 1983, destaca-se pelo resumido espaço reservado ao conflito – apenas uma página e meia em uma obra de cento e setenta e seis páginas. O autor baseia-se quase que exclusivamente na obra de Chiavenato. Inicia falando do processo de desenvolvimento histórico do Paraguai:

Desde sua independência em 1811, o Paraguai realizou uma trajetória política absolutamente singular no contexto dos países latino-americanos. Seu primeiro presidente, José Gaspar Rodrigues de Francia, através de uma enérgica ação governamental, desenvolveu uma estrutura sócio-econômica voltada para os interesses da população e com vistas à plena independência do país.<sup>465</sup>

Segue sua descrição comentando sobre os governos López e do modelo de desenvolvimento que estes buscavam:

O projeto de emancipação paraguaia desagradava profundamente a Inglaterra que tinha interesses em manter todos os países latino-americanos como simples fornecedores de matérias-primas e consumidores dos seus produtos industrializados. Percebendo que o Paraguai não se enquadrava no esquema pretendido pelo seu capitalismo industrial, a Inglaterra financiou, com todo o empenho, o Brasil, a Argentina e o Uruguai quando esses países, por intermédio do Tratado da Tríplice Aliança, decidiram lutar contra o Paraguai, promovendo o mais longo e sangrento conflito armado já ocorrido na América do Sul.<sup>466</sup>

O autor afirma a Inglaterra como grande responsável pelo conflito. Destaca os interesses da Argentina de Mitre em dominar o Paraguai e abrir caminho para a “civilização”; as crueldades cometidas pelos soldados durante a guerra; as imensas perdas humanas, que no Brasil foram 100 mil mortes e no Paraguai, muitas mais. Utiliza como citação os dados da obra *Genocídio americano*, em que teria sobrado apenas 0,5% da população masculina do Paraguai, e conclui: “Assim o Paraguai, que fora um prospero país era, agora, um grande cemitério.”<sup>467</sup>

---

<sup>465</sup> COTRIM, Gilberto Vieira. *História do Brasil para uma geração consciente*. São Paulo: Saraiva, 1983. p. 118.

<sup>466</sup> Id. ib.

<sup>467</sup> Id. ib.

### História de um Povo

O livro didático *A História de um Povo* de Azevedo & Darós, foi publicado em 1988, três anos após o fim da Ditadura Militar. Possui cento e setenta e seis páginas, onde, no capítulo vinte e três, são reservadas treze páginas ao tema. Enfoca a Guerra do Paraguai como uma guerra longa, sangrenta e suja. Apresenta o palco da Guerra e seu começo, meio e fim. Por primeira vez, entre os textos analisados, o texto aborda a formação dos Voluntários da Pátria, questionando se todos eram mesmo voluntários. O livro utiliza como referências o visconde de Taunay; León Pomer, escritor revisionista argentino refugiado no Brasil; Joel Rufino dos Santos, ex-militante comunista, e Júlio José Chiavenato, citado em vários trechos.

No início do capítulo, apresenta introdução em ruptura com a visão nacional-patriótica:

Foi uma guerra dolorosa. Só na batalha de Tuiuti (1866) morreram 10 mil soldados. Foi uma guerra custosa. As dívidas contraídas na guerra empurraram o Brasil ainda mais para os braços da Inglaterra. Foi uma guerra alimentada por interesses mesquinhos. Sobretudo interesses manipulados pelas Inglaterra. Interesse de quem lucrava com a guerra. E que não queria que acabasse.<sup>468</sup>

No livro, os autores apresentam visão crítica e reflexiva dos acontecimentos, mostrando guerra contra os reais interesses da população, da nacionalidade e da moralidade, em ruptura frontal com a visão nacional-patriótica. Destacam a influência da Inglaterra na guerra e questionam qual nossa vantagem em destruir o Paraguai. “O que ganhamos com a destruição do Paraguai? Da sua população? De sua economia?”<sup>469</sup>

Os autores apresentam dois mapas – da região do conflito e das principais batalhas; destacam a importância da Bacia Platina, a invasão do Paraguai ao Mato Grosso e a cidades sulinas invadidas pelo exército paraguaio com o objetivo de chegar ao Uruguai e se aliar aos *Blancos*; a formação da Tríplice Aliança; o recrutamento de voluntários para lutar na guerra.

No Brasil se apresentaram cerca de 3.000 ‘voluntários da Pátria’. Eles lutaram em pontos diferentes do exército regular – que compreendia cerca de 17 mil homens. Pouco, se comparado com os 50.000 soldados paraguaios. Os ‘voluntários’ foram lutar contra os paraguaios no Mato Grosso ...Um desastre, uma tragédia...sua atuação.<sup>470</sup>

---

<sup>468</sup> AZEVEDO & DARÓS. *A História de um Povo Sociedade Brasileira Império e República*. São Paulo: FTD, 1988. p. 90.

<sup>469</sup> Id. ib.

<sup>470</sup> Idem. p. 91.

### Verdadeiros Voluntários

O livro questiona se todos eram voluntários e procura superar a diabolização de Solano López, apresentando-o em uma perspectiva nova, não mais como o grande e único responsável pela guerra:

López não passou de um caudilho reformista, amado pela sua gente, que nos [sic] desafiou a uma guerra longa e inútil. Era um ditador, pretensioso e cego de ambição, é verdade, mas, em 1864, sentia-se ameaçado pela mesma pretensão e cegueira dos políticos brasileiros. (Uma atenuante a seu favor: seu sonho de expansão não era imperialista. O Paraguai precisava de uma saída para o mar.) Atacou primeiro, o que pode ser interpretado como uma forma de se defender.<sup>471</sup>

O livro apresenta como base a obra de Chiavenato, principalmente no que se refere ao interesse da Inglaterra pela região do Prata e sua desaprovação do modelo de desenvolvimento independente vivenciado pelo Paraguai.

O Paraguai não aceitou as imposições da Inglaterra. Negou-se a vender sua independência política e econômica aos estrangeiros. O Paraguai protegia os produtos autóctones, isto é, do próprio país. Mesmo de qualidade inferior, eram no entanto fruto do povo. Taxava alto os produtos supérfluos importados.<sup>472</sup>

Para acabar com esse modelo protagonizado pelo Paraguai, o jeito foi conduzi-lo à guerra: “Era voz corrente entre imperialistas ingleses e platinos de que a existência do Paraguai era prejudicial. Sua extinção ‘seria proveitosa para seu povo e para o mundo inteiro’...Isso já era a declaração de guerra contra o Paraguai.”<sup>473</sup>

O autor cita também a Dezembrada, ou seja, as várias batalhas vencidas no mês de dezembro pelo Império. Como destacado, discute-se se Solano López era vilão ou herói, oferecendo uma revisão opcional. Em capítulo posterior ao que aborda a Guerra do Paraguai aponta-se que a chave da Guerra estava com a Inglaterra – o Paraguai era a “ovelha negra” para a Inglaterra que teria conduzido o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai a uma guerra contra o Paraguai. Uma tese defendida explicitamente por Chiavenato e implicitamente por Pomer.

No capítulo vinte e cinco, prossegue com leituras sobre a Guerra do Paraguai, usando o Cabichui, jornal patriótico paraguaio da frente de batalha. Outros jornais que circulavam

---

<sup>471</sup> Idem. pp. 92-95.

<sup>472</sup> Idem. p. 97.

<sup>473</sup> Id. ib.

entre os soldados eram El Centinela e Cacique Lambaré. O Cabichui, porém, seguia linha mais agressiva contra a Tríplice Aliança. O livro ilustra esse fato ao propor que “a charge do Cabichui mostra D. Pedro II chegando de balão a Mato Grosso e oferecendo liberdade aos negros, se tivessem mais filhos para lutar contra o Paraguai”.<sup>474</sup> Na sua maioria, tratam-se de dados retirados diretamente da obra de Chiavenato.

Essa proposta substitui os simples resumos ou tópicos explicativos dos livros anteriores. O autor apresenta como fonte principal a obra *Genocídio americano*, de Chiavenato, utiliza a cópia do tratado da Tríplice Aliança, dos jornais Cabichui e Cacique Lambaré e várias outras citações ao autor. Trata-se de livro didático que valoriza enormemente o tema, ao oferecer três capítulos consecutivos sobre a Guerra do Paraguai, enquanto os anteriores utilizavam em geral de uma a seis páginas. É aberto um espaço pelos capítulos para que os alunos pesquisem, reflitam, respondam e dialoguem.

### **Vivendo a História**

O livro didático *Vivendo a História*, de Hamilton Gonçalves Mattos, de 1990, possui cento e quarenta páginas, destas três páginas são reservadas ao tema. Porém, destas apenas uma aborda especificamente a questão, iniciando com a política externa do Primeiro Reinado, a relação do Império do Brasil com seus vizinhos, a ação do exército imperial contra Oribe, a intervenção contra Rosas, a ação contra o Uruguai de Aguirre e, finalmente, a guerra do Paraguai. Sua explanação sobre a guerra inicia com introdução sobre o Paraguai atual e o de antes da guerra.

Quem visita o Paraguai, hoje em dia, não acredita que ele foi um país totalmente independente no aspecto político e econômico, numa época na qual a Inglaterra e outras nações poderosas forçavam dominar o mercado dos países latino-americanos.<sup>475</sup>

Destaca a invasão do Paraguai ao Mato Grosso que leva ao início da guerra; comenta sobre os empréstimos concedidos ao Brasil pela Inglaterra, e que ela foi a principal beneficiada com a guerra.

Afim de contas, quem lucrou com a guerra? Sem dúvida nenhuma, foi a Inglaterra. Exatamente porque não participou dos combates, emprestou dinheiro aos aliados e ampliou ainda mais suas relações comerciais com os países envolvidos nos conflitos.<sup>476</sup>

---

<sup>474</sup> Idem. p. 101.

<sup>475</sup> MATTOS, Hamilton Gonçalves. *Vivenciando a História: o Brasil e a exploração capitalista*, São Paulo: Editora do Brasil, 1990. p. 41.

<sup>476</sup> Idem. p. 43.

Comenta as principais batalhas e os *melhores e piores* momentos para o exército imperial: “Quanto ao Brasil, seu pior momento na guerra foi o episódio chamado ‘Retirada de Laguna’, onde muitos soldados morreram de fome e cólera-morbo, quando os paraguaios atearam fogo na mata, isolando nossos [sic] combatentes.”<sup>477</sup> O texto conclui referindo-se à questão Christie, aos abusos cometidos pela Inglaterra e como ela conseguia o que queria naquele período. Finaliza a unidade com vinte questões sobre o assunto. O livro traz visão mais *neutra e superficial* dos acontecimentos, ao não se aprofundar no tema, limitando-se a dados gerais, apresentando elementos da historiografia nacional patriótica e da revisionista, com idéia de Chiavenato, mas sem abraçar nenhuma das duas visões.

### Memória Viva

*História: memória viva*, do Bacharel em Ciências Sociais e pós-graduado em História Cláudio Vicentino, de 1995, possui cento e quatorze páginas e traz apenas quatro páginas relacionadas ao tema. O autor segue a estrutura da maioria dos autores anteriores, iniciando o relato sobre a política externa do Brasil no Prata e as relações do Brasil com a Inglaterra. Sobre esta última destaca: “Desde a época da independência brasileira, a Inglaterra detinha importante papel em nossa vida econômica.”<sup>478</sup> Enfatiza igualmente os desentendimentos entre os dois países, como exemplo a pressão da Inglaterra pelo fim do tráfico: “Também a questão do tráfico de escravos pos em xeque as relações Brasil-Inglaterra, pois, como país mais industrializado do mundo no início do século XIX, interessava à Inglaterra o fim do tráfico de escravos africanos.”<sup>479</sup>

Refere-se igualmente aos dois famosos incidentes entre o Império e a Inglaterra:

O primeiro ocorreu em 1861, quando o navio inglês Príncipe de Gales, que carregava mercadorias para o Uruguai, naufragou no litoral do Rio Grande do Sul. Apesar de a carga ter sido salva e levada para a costa, a mercadoria acabou sendo roubada por desconhecidos.[...] ocorreu em 1862, outro incidente. Marinheiros ingleses, em trajes civis, embriagados, fazendo arruaças, foram presos por autoridades brasileiras. Constatada sua condição militar, os prisioneiros foram libertados.<sup>480</sup>

---

<sup>477</sup> Idem. p. 43.

<sup>478</sup> VICENTINO, Cláudio. *História: memória viva*. São Paulo: Scipione, 1995. p. 49.

<sup>479</sup> Idem. p. 43.

<sup>480</sup> Idem. p. 50.

Cláudio Vicentino reforça a versão do rompimento de relações em Brasil e Inglaterra e o reatamento em 1865: “O reatamento das relações Brasil-Inglaterra só aconteceu em 1865 quando, finalmente, o governo inglês apresentou as desculpas oficiais ao imperador brasileiro.”<sup>481</sup> Refere-se à ação do Brasil contra Oribe e Rosas; à intervenção no Uruguai; à formação do Paraguai desde a independência até a, segundo o autor, proposta de criação do “Paraguai maior”. A invasão do Mato Grosso teria iniciado oficialmente a guerra. Declara, ainda, que o modelo de sociedade proposto pelo Paraguai não agradava a Inglaterra.

O autor não fala da influência ou participação direta ou decisiva da Inglaterra na realização da guerra, mas afirma: “O principal beneficiário da Guerra do Paraguai foi a Inglaterra, a qual, durante o conflito, forneceu armas e empréstimos à Tríplice Aliança, além de fornecer sua presença comercial na região.”<sup>482</sup> O autor mostra concordar com a ideia de Chiavenato do interesse inglês na região platina.

Conclui falando das consequências da guerra para o Paraguai:

O Paraguai teve seu território devastado. Somente um quarto de sua população – cerca de 200 mil pessoas, em sua maioria mulheres, velhos e crianças – sobreviveu à guerra. Com isso a economia paraguaia florescente até então, desestruturou-se.<sup>483</sup>

Destaca o endividamento do país; a estruturação do exército; o fortalecimento dos abolicionistas e republicanos. Conclui o assunto com questionário. É uma obra de caráter informativo e resumido, não possibilita espaço para análise ou reflexão. É, porém, clara a influência das novas leituras sobre a guerra.

### **História & Vida**

Em *História & Vida*, dos professores Nelson Piletti e Claudino Piletti, de 1996, com cento e quarenta páginas, apenas três são destinadas ao estudo da guerra do Paraguai como confronto em que todos perdem. Os autores englobam as duas visões historiográficas. Primeiramente comenta sobre o Paraguai desenvolvido, ideia defendida por Chiavenato e pelo revisionismo:

Assim, principalmente sobre o governo de Francisco Solano López, que teve início em 1862, o Paraguai passou a ser o único país da América Latina que não dependia de outros países para satisfazer as suas necessidades básicas: produzia os alimentos de que precisava; tinha em Assunção uma fábrica de armas e de pólvora; os

---

<sup>481</sup> Idem. p. 51.

<sup>482</sup> Id. ib.

<sup>483</sup> Id. ib.

latifúndios que não produziam [sic] tinham sido transformados em fazendas estatais, dando trabalho a toda a população.<sup>484</sup>

Mas, em seguida, os autores falam das pretensões expansionistas do Paraguai:

Por outro lado, o Paraguai não podia viver isolado. Precisava vender seus produtos. Por isso era importante que tivesse uma saída pelo mar. [...] Essa situação podia trazer problemas para o Paraguai, pois a Argentina e o Brasil podiam fechar sua passagem para o mar. Por isso, o Paraguai tinha interesses em aumentar seus territórios, para ter uma saída direta para o Atlântico ou ao menos controlar a navegação pelo Rio Paraná.<sup>485</sup>

O início da guerra teria ocorrido com a invasão paraguaia ao Mato Grosso. Não se comenta o porquê dessa invasão e, na conclusão, anotam que todos queriam ganhar com a guerra, mas os únicos que realmente ganharam foram os ingleses:

Quando a guerra terminou, em 1870, os prejuízos que os países envolvidos tiveram foram muito maiores do que os benefícios, e só a Inglaterra saiu ganhando, e duplamente: recebeu com juros o dinheiro que havia emprestado ao Brasil e à Argentina e passou a vender seus produtos ao Paraguai.<sup>486</sup>

Os autores citam elementos da visão nacional-patriótica, mas nota-se leve queda inflexão no que diz respeito à corrente historiográfica revisionista. Não há, porém, aprofundamento sobre esta.

### **Viver a História**

*Viver a História*, do professor em Ciências Sociais, pós-graduado em História Cláudio Vicentino, de 2002, dedica seis, das trezentas e três ao tema. Inicia a abordagem destacando a formação histórica do Paraguai, pautado na visão revisionista:

Com os governos de José Francia (1811-1840) e Carlos Lopes (1840-1862), o analfabetismo foi erradicado do país e instalaram-se estradas de ferro, telégrafos, várias fábricas, inclusive de pólvora e armas, e uma siderurgia. O controle do governo sobre diversas fazendas (num total de 64 'fazendas da pátria') permitia um desejável nível alimentar para toda a população.<sup>487</sup>

---

<sup>484</sup> PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. *História e Vida: da independência aos dias de hoje*. São Paulo: Atica, 1996. p. 22.

<sup>485</sup> Id. ib.

<sup>486</sup> Id. ib.

<sup>487</sup> VICENTINO, Cláudio. *Viver a História*. São Paulo: Scipione, 2002. p. 270.

Porém, o autor propõe pretensões expansionistas de Solano López, segundo a historiografia nacional-patriótica. Apresenta mapa com as *ambições* de Solano López, onde destaca o “*Paraguai Maior*”, já citado por outros autores, visão construída pela historiografia apologética. Segundo esta proposta, como vimos, Solano López pretendia expandir o Paraguai, dominando todo o Uruguai, todo o Rio Grande do Sul, todo o Mato Grosso, partes da Argentina (Corrientes e Entre Rios). E, também igual aos trabalhos anteriores a 1970, a principal razão da guerra é a vontade do presidente Solano López de expandir seu território.

O trabalho apresenta igualmente tentativa de *recuperação* da participação voluntária dos cativos, que teriam sido alforriados para ingressarem no conflito como “voluntários”.

Estima-se que 20 mil escravos foram alforriados, condição para participarem da guerra, e ingressarem como voluntários [sic] nas tropas do exército imperial. Se, de um lado, os negros ganhavam a liberdade [sic], de outro, seus proprietários livraram-se das obrigações militares e recebiam indenizações.<sup>488</sup>

Após a descrição das batalhas da *dezembrada*, indica que a Inglaterra teria sido o único país beneficiário com o desenrolar da Guerra e que o exército imperial voltou aliado às campanhas abolicionistas e republicanas. Essa tese *anti-imperialista* exclusiva termina absolvendo o Império de suas responsabilidades no confronto. Oferece questões a serem trabalhadas sobre o tema. Na bibliografia são citados Wanderley Loconte, *Guerra do Paraguai*; e León Pomer, *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. Não há referência ao livro de Chiavenato. É indicado o filme a “Guerra do Brasil”, de 1987, de Sílvio Back.

### **História Hoje**

*História Hoje*, de professor doutor em Educação Oldimar Pontes Cardoso, de 2006, dedica sete página ao tema, em um total de trezentas e vinte e quatro, com imagens, mapas, cronologia, vocábulo, informações importantes, contextualização do período e principais personagens históricos. Apresenta, igualmente, textos da época, como o Tratado da Tríplice Aliança e realiza comparações com outros conflitos e questões atuais.

O texto inicia com o processo de independência na América do Sul e as intervenções do Brasil no Prata, para evitar a unificação das Províncias Unidas do Prata. A proximidade entre os governos do Uruguai e do Paraguai poderia levar à hegemonia desses países sobre a

---

<sup>488</sup> Idem. p. 273.

região platina, por isso das intervenções no Uruguai e na Argentina. Segundo o autor, foi a invasão do Uruguai pelo Império que levou ao início da guerra:

Em agosto de 1864, o governo imperial enviou um ultimato ao governo *blanco* uruguaio, com ameaças de intervenção militar em favor dos rebeldes colorados. A resposta veio do governo paraguaio, que advertiu ao governo brasileiro que não invadisse o Uruguai. A advertência foi ignorada e as tropas brasileiras invadiram o Uruguai em outubro do mesmo ano. O governo paraguaio então declarou guerra ao Brasil, capturando um navio brasileiro que navegava pelo rio Paraguai e invadindo a província brasileira de Mato Grosso.<sup>489</sup>

Notadamente é uma visão revisionista, na qual o autor destaca a invasão paraguaia como consequência da intervenção imperial militar no Uruguai, diferentemente de outros autores que não tratam sobre os motivos da invasão. O livro traz charge de Solano López sobre uma pilha de caveiras, com uma cabeça na mão esquerda e uma espada na direita, apresentada pelo autor como uma das formas criadas pela mídia para manipular a opinião pública que o apresentava como tirano e sanguinário.



Figura 16 – Caricatura do “tirano Solano López”. Fonte: Caricatura de Angelo Agostini na Revista Fluminense, 12/06/1869.

<sup>489</sup> CARDOSO, Oldimar Pontes. *História hoje*. São Paulo: Ática, 2006. p. 104.

A obra apresenta vários dados demográficos, dados esses mais contidos e precisos:

O Brasil tinha quase 10 milhões de habitantes – incluindo os cerca de 2 milhões de escravos – , a Argentina, 1,5 milhão de habitantes e o Uruguai uma população de aproximadamente 250 mil pessoas. Já a população do Paraguai não chegava a 400 mil pessoas.<sup>490</sup>

A população existente no Paraguai é um dos pontos mais contraditórios do período. O autor refere-se que, no máximo, eram 400 mil habitantes; outros falam de cerca de um milhão de pessoas.

O autor destaca igualmente que brasileiros livres e escravos foram recrutados a força: “Brasileiros livres e escravos – que recebiam alforria em troca do serviço de guerra – foram vítimas de recrutamento forçado. Ao longo do embate, o Brasil mobilizou aproximadamente 150 mil homens.”<sup>491</sup> Portanto, opõe-se à narrativa nacional-patriótica sobre os Voluntários da Pátria e acrescenta que o Brasil foi responsável por 75% do combate, tendo superioridade em armamentos devido a ajuda externa inglesa, realizando a conquista de um “vasto cemitério”.

O livro apresenta descrição sucinta das batalhas da guerra, até a morte de Solano López. No final, utiliza como referências cópia do Tratado da Tríplice Aliança, trecho do livro *Genocídio Americano* e carta de Duque de Caxias. Apresenta fotos da guerra e de ex-combatentes, além de propor exercícios e atividades de revisão. Enfim, é livro muito bem elaborado, com bons recursos didáticos, que abraça visão revisionista, como forma de contextualizar, discutir e facilitar a aprendizagem.

### **Pouco Conhecimento**

A obra *Projeto Araribá*, da editora Moderna, de Márcia Raquel Apolinário, também de 2006, é o livro utilizado atualmente em grande parte das escolas públicas de Santa Catarina. Aborda a guerra resumidamente, em uma página, sendo que no total a obra possui duzentas e dezesseis páginas. Apresenta pequeno mapa da região e cita as disputas pela Bacia do Prata como um dos principais motivos da guerra:

Os conflitos militares começaram com a intromissão da Argentina e do Brasil nos assuntos internos do Uruguai, cujo o poder era disputado por duas facções políticas: o Partido Blanco e o Partido Colorado. O Brasil apoiava os Colorados; a Argentina

---

<sup>490</sup> Idem. p. 105.

<sup>491</sup> Id. ib.

se punha sobretudo ao lado dos Blancos, mas também era a favor dos Colorados [sic].<sup>492</sup>

Na sequência, o autor cita a invasão paraguaia no Mato Grosso, a apreensão do navio Marquês de Olinda, o sucesso paraguaio até a batalha de Riachuelo, que conduziu a vitória brasileira. Por fim, traz três parágrafos sobre as consequências do conflito. Não cita autores e referências. O texto é curto e confuso, o que dificulta a compreensão. Registra clara minoração e desconhecimento da autora do tema. Essa obra pode ser tomada como referência quanto ao desinteresse nos últimos anos sobre a história nacional.

Na segunda edição de 2007, a obra apresenta razoável evolução no estudo do tema, ampliado para quatro páginas, no total de duzentas e vinte e seis, nas quais é proposto como “principal fator para a eclosão da guerra” “as disputas pelo controle da Bacia do Prata, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Os conflitos existiam desde o período colonial, mas se agravaram depois das independências do Paraguai e do Brasil, pois os rios eram importantes para a navegação e o comércio internacional.”<sup>493</sup> Uma visão que, nos fatos, abstrai as responsabilidades pelo conflito da Argentina mitrista e do governo imperial.

O livro propõe que o Paraguai saiu em ajuda ao Uruguai, atacando o Império e a Argentina. Ao comentar os resultados da guerra, apresenta duas visões sobre o Paraguai antes do conflito. A primeira, de país em pleno processo de modernização – visão defendida por Chiavenato. A segunda, que contraria tal proposta:

Segundo outra visão a respeito dos acontecimentos, entretanto, essas visões são fantasiosas. O Paraguai não teria promovido sua industrialização com recursos próprios [sic]. Alguns projetos paraguaios de infraestrutura foram financiados por capitais ingleses [sic] e supervisionados por especialistas vindos da Inglaterra. Além disso, os produtos ingleses cobriam, em 1865, 75% das importações paraguaias.<sup>494</sup>

O livro apresenta uma questão-problema e compara duas citações, uma de Chiavenato e uma de Doratioto, traz, também, questões para os alunos comentarem sobre as diferentes correntes historiográficas, porém procura manter distância da questão claramente não dominada, minimamente, pela autora. O trabalho registra já inflexão da leitura revisionista, através de apresentação que se propõe equidistante da polêmica.

<sup>492</sup> APOLINÁRIO, Márcia Raquel. *Projeto Araribá. História*. São Paulo: Moderna, 2006. p. 195.

<sup>493</sup> APOLINÁRIO, Márcia Raquel. *Projeto Araribá. História*. São Paulo: Moderna, 2007. p. 225.

<sup>494</sup> Idem. p. 226.

## História

Em *História*, do mestre em História pela USP Divalte Garcia Figueira, de 2008, registra adesão plena às propostas restauracionistas, de cunho nacional-patriótico. O texto segue a descrição historiográfica tradicional – disputas políticas no Uruguai; aprisionamento do navio brasileiro; assinatura do tratado da Tríplice Aliança; interesses políticos e econômicos da Inglaterra na Guerra; batalhas do Riachuelo, Tuiuti, Humaitá, Curupaiti, Avaí, Lomas Valentinas. Destaca a ação do general Luís Alves de Lima, o Duque de Caxias, e sua substituição pelo Conde D’Eu.

O final do capítulo é dedicado ao resgate da participação *heróica* dos trabalhadores escravizados na guerra e a importância desta última para a proclamação da República.

O esforço de guerra exigiu a participação de numerosos escravos, que, dessa forma, ganharam liberdade [sic]. Esses homens, antes considerados seres inferiores, demonstraram valor e bravura nos combates [sic], despertando a admiração e o respeito dos oficiais [sic], acostumados a tratá-los com desprezo.<sup>495</sup>

Segue o autor:

A própria oficialidade também mudou, com o ingresso de jovens provenientes das camadas médias e baixas [sic] da sociedade. Esses jovens eram sensíveis às idéias republicanas e abolicionistas, com as quais entraram em contato nas frentes de batalha [sic]. Por isso, ao voltar da guerra, o Exército entrou pouco a pouco em rota de colisão com o sistema monárquico de poder e com o regime de trabalho vigentes no Brasil [sic], apoiando de modo cada vez mais decidido a campanha abolicionista [sic] e a proposta republicana.<sup>496</sup>

Uma visão que registra, em forma bastarda, propostas de recuperação do papel do Exército avançadas por Ricardo Salles, em *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*.

Divalte Garcia utiliza como leitura e debate texto *adaptado* da obra de Francisco Doratioto, *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, que procura relevar o governo imperial de qualquer responsabilidade nos conflitos do Prata:

A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou essas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviam o conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o melhor custo possível. Aqui

<sup>495</sup> FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. São Paulo: Ática, 2008. p. 275.

<sup>496</sup> Id. ib.

não há bandidos ou mocinhos como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses.<sup>497</sup>

Como já comentado a obra é a representação da corrente histórica restauracionista dos últimos anos, reafirmando elementos da historiografia nacional-patriótica.

### **Considerações sobre os manuais.**

Desde que os primeiros manuais escolares surgiram, nas décadas finais da monarquia até os dias atuais, estes passaram por um longo processo evolutivo. A elaboração dessas obras implica elementos culturais, sociais e econômicos. A edição dos manuais no Brasil, por longo tempo, seguiu submissa à ordem social dominante. As obras eram escritas por membros da chamada elite social e cultural, centradas nas questões políticas, segundo as visões daqueles segmentos sociais.

As obras oficialistas seguiam, em forma explícita ou implícita, o modelo *catecismo*. Ou seja, espécie de doutrina educacional onde o professor, que se identificava ao manual, produzido por autor legitimado, era o detentor do conhecimento. O aluno devia decorar o conteúdo apresentado na sala de aula, através do manual. Ou, em muitos casos, diretamente do manual, manejado por algum instrutor. Não existia análise, contextualização, discussão – tratava-se de decorar, para memorizar.

Os conteúdos eram selecionados, segundo os programas, e apresentados, segundo as visões oficiais, únicas, indiscutivelmente legítimas. O tratamento da guerra do Paraguai dava-se essencialmente através do cânone construído, pela historiografia nacional-patriótica, a partir das apologias do governo imperial, durante o conflito, e das narrativas sobretudo dos oficiais-combatentes, após o mesmo. Essa visão sacralizada que dominou o Brasil, por mais de um século, sem qualquer contestação.

Na Monarquia e no início da República, os manuais escolares sobre a história do Brasil foram produzidos por literatos que atuavam no ensino da história. Mais tarde, seus autores possuem, não raro, formação universitária na área das Ciências Humanas. As variações de formas não ensejam, porém, variações de conteúdo. No relativo à guerra contra o Paraguai, em inícios dos anos 1970, vislumbra-se, porém, esforço em superar as narrativas nacional-patrióticas, sem haver, porém, base para tal. No relativo a esse conflito, a publicação, em 1979, da obra de J.J. Chiavenato, *O Genocídio americano*, assim como a tradução do

---

<sup>497</sup> Idem. p. 276.

trabalho de Leon Pomer, servem de apoio para verdadeira revolução conceitual na apresentação daqueles sucessos. Um fenômeno que conheceria movimento contraposto apenas nos últimos anos.

Nos manuais didáticos analisados, destacam-se três grandes momentos na abordagem da guerra do Paraguai. Inicialmente, domina em forma absoluta a visão da historiografia nacional-patriótica, com constante desqualificação *pessoal* de Solano López, apresentado como único responsável pela guerra, que inicia com a prisão o navio Marques de Olinda. O ingresso do Brasil no conflito é apresentado como defesa das fronteiras. É constante, igualmente, a apresentação de uma guerra contra o ditador, para libertar o próprio povo paraguaio. É também uma constante a ênfase na referência às grandes batalhas, na exaltação dos “heróis” nacionais [Caxias, Osório, etc.], ao sacrifício dos militares, etc.

O segundo momento inicia-se em inícios de 1980, quando, as modificações em curso sobre a forma dos livros didáticos, se associam as modificações de conteúdo no referente à apresentação da guerra contra o Paraguai. Um fenômeno que se apresenta claramente devido à obra de Chiavenato, *Genocídio americano*, e secundariamente, ao trabalho de León Pomer. Todos os livros analisados, de 1979 até 2002, utilizam Chiavenato como base, citando-o ou não. A nova abordagem introduz novos temas que problematizam aquele sucesso histórico, discutindo as razões profundas do conflito, os interesses do imperialismo, a formação social dos países envolvidos no mesmo, etc.

Nos limites dos manuais escolares, a nova abordagem introduz discussão que fulmina as visões nacional-patrióticas da historiografia nacional sobre aqueles acontecimentos, apontando para questionamento moral daquela intervenção, a partir de visão da história que ultrapassava os limites das nações. Nesse processo, são introduzidas questões como: o arrolamento forçado de cativos e homens livres para lutar na guerra; os crimes de guerra cometidos pelos “heróis nacionais”; as perdas humanas; a destruição do Paraguai, etc. Os manuais saem do modelo *catecismo* e passam para o modelo *problematizador*.

O terceiro movimento apreendido nos manuais sobre a história do Brasil refere-se aos últimos anos. Trata-se de claro movimento para superação essencial da leitura revisionista, através das propostas historiográficas nacional-restauracionistas, que tiveram maior expressão na obra de Francisco Doratiotto, *Maldita guerra*, de 2002. Um movimento que não consegue, ainda, no relativo a essa literatura, borrar a influência revisionista, que segue presente, direta ou indiretamente, em diversos trabalhos.

## Conclusão

A historiografia nacional-patriótica, após a Guerra contra o Paraguai, buscou ao longo dos anos utilizar-se daqueles sucessos, em uma descrição eminentemente oficialista e factual, para enaltecer suas ações e feitos, glorificando, assim, enaltecendo neste processo a ação dos altos oficiais militares ao longo da história brasileira em defesa da nação. Na República, a historiografia republicana oficializou a visão nacional-patriótica, destacando igualmente o papel das chamadas elites nacionais, com destaque para seus chefes militares, em defesa da nação e de seus valores.

Na Argentina, dominou versões do mesmo tipo, que apresentavam igualmente o governo paraguaio, com destaque para Solano López, principalmente devido a suas ambições e desmandos, como o grande responsável pelo conflito. Essas visões tornaram-se dominantes também no Paraguai derrotado e sob a influência do Império e da Argentina liberal-unitária. Já durante a guerra surgiram, sobretudo na Argentina, interpretações de cunho revisionista apontando as razões profundas do conflito, retomadas, a seguir, por intelectuais paraguaios, que comumente enfatizaram a valentia do soldado guarani e defenderam as razões e as ações de Solano López – *lopismo*. No Brasil, a primeira obra de cunho claramente revisionistas sobre aquele confronto surge em fins de 1970.

Em 1979, a obra *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*, do jornalista Júlio José Chiavenato, constituiu-se como um verdadeiro marco na historiografia brasileira, ao dissolver as interpretações hegemônicas nacionais-patrióticas sobre aquele conflito, ensaiando releitura da sua história a partir dos interesses dos povos envolvidos na guerra. Publicado e determinado pelo forte renascimento do movimento sindical e cidadão contra a ditadura, que lhe contribuiu fortemente para assegurar sua publicação e legitimação, o trabalho foi duramente criticado e atacado pela intelectualidade a serviço do regime ditatorial. A obra conheceu uma enorme e inesperada consagração pelo grande público leitor, apesar de não ter conhecido praticamente divulgação pela mídia.

Desde muito cedo, a *historiografia oficial*, a grande mídia, os órgãos institucionais do Estado criticaram e impulsionaram movimento de deslegitimação do trabalho que, já no contexto do refluxo do movimento social nacional e internacional, a partir de fins dos anos de 1980, iniciaria verdadeira negação sumária daquele trabalho. Para tal, enfatizaram-se e extrapolaram seus lapsos e erros de interpretação, com destaque para a tese do imperialismo inglês como responsável pelo confronto, para empreender nesse processo a restauração da interpretação nacional-patriótica sobre aqueles sucessos, fulcrais para as representações

historiográficas de Estado. Desconheceu-se até mesmo que a própria superação qualitativa das leituras político-factuais sobre aqueles fatos fora determinada por aquele trabalho.

Essa nova historiografia é definida como *restauracionista*, pois reafirma as interpretações nacional-patrióticas. Efetivamente, ela pauta-se nas descrições políticas fenomênica das batalhas e dos feitos dos grandes líderes; desqualifica sumariamente os atos paraguaios; diaboliza Solano López como personificação do mal, responsabilizando-o pela guerra, pela *fanatização* dos soldados paraguaios, etc. Desconhece a história real e os interesses dos subalternizados envolvidos nesse conflito: cativos; gaúchos; camponeses paraguaios, etc. Enfim, retorna no essencial à “historiografia de trincheira”, produzida comumente pelos oficiais profissionais e não profissionais imperiais envolvidos nos fatos, segundo a retórica estatal, após aqueles sucessos.

### As Origens do Livro

J.J. Chiavenato, hoje com 71 anos, de origem humilde, tornou-se jornalista, ao trabalhar em jornais da região de Ribeirão Preto, algo comum na época. Militante não organizado pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, a partir de 1968, com Ato Institucional nº 5 e o conseqüente aumento da repressão sobre órgãos de imprensa, deixou seu trabalho, iniciando andanças pelos países vizinhos, principalmente pelo Paraguai e Argentina, em motocicleta. Nas viagens, conheceu as memórias e os relatos da guerra do Paraguai, notadamente nesse país, onde as lembranças e as conseqüências do conflito ainda estavam muito presentes na memória da população.

Movido por interesse jornalístico, escreveu o livro denunciando os horrores cometidos pela *Tríplice Aliança* durante a guerra. Segundo Chiavenato, a obra não objetivava atingir o regime militar brasileiro, apesar de ter sido um dos grandes resultados de seu livro. O *genocídio americano* foi trabalho historiográfico indiscutivelmente influenciado pelo momento de sua produção. Surgido em contexto nacional e internacional marcado pela falta de liberdade e de democracia, em uma América Latina dominada por regimes militares ligados aos interesses do grande capital nacional e internacional.

Na época em que Chiavenato escreveu seu estudo, no Paraguai mandava a ditadura militar de Alfredo Stroessner [1912-2006], que governou de 1954 a 1989. No Chile, o general da vez era Augusto Pinochet [1915-2006], que controlou o país de 1973 a 1990. Na Argentina, a ditadura iniciou em 1973 e durou até 1983. No Brasil, dominava regime militar que se estendeu de 1964 a 1985. O livro questionou poderosamente a retórica do Estado sobre

os *serviços nacionais e patrióticos* prestados no passado pelas forças armadas do Brasil e da Argentina, mostrando-os em sua natureza social perversa.

Em 1979, sob o mando do apenas empossado general-presidente João Batista Figueiredo, o país vivia o início do processo da chamada *abertura lenta, gradual e segura*. Crescentemente acuada pela crise econômica [fim do *Milagre*] e, sobretudo, pela retomada da resistência democrática e sindical, a ordem ditatorial empreendera *movimento de abertura* para prolongar sua duração e garantir transição que não questionasse essencialmente a ordem econômico-social instituída. Um processo que contribuiu para manter os militares no poder e garantir, após a redemocratização, a perenidade de transformações estruturais impostas nos anos ditatoriais.

Em seu discurso de posse, o presidente-ditador Figueiredo reafirmou o compromisso do seu antecessor com a continuação da *abertura*, com futura *anistia* [ainda que restrita], com o fim da *censura*, com a redemocratização do *país* [certamente controlado e parcial], no sentido dos interesses das classes dominantes hegemônicas que sustentavam aquele regime. Em meio a essas promessas e o incessante crescimento do movimento de oposição, a obra *Genocídio americano* foi lançada pela editora Brasiliense, tornando-se, em poucos meses, mesmo sem divulgação pela grande mídia, sucesso absoluto de vendas.

### O Sentido da Obra

A obra contribuía para a desconstrução da história oficial da guerra do Paraguai e para a superação das visões historiográficas tradicionais, limitadas à narrativa linear, cronológica e dos eventos *políticos e factuais*, enfatizando as ações dos grandes heróis. *Genocídio americano* propôs nova visão problematizadora, que destacava o contexto geral dos fatos e buscava os por quês profundos dos acontecimentos. Essa leitura jamais fora feita no Brasil, até 1979. Surgia, assim, fora das cátedras universitárias, uma nova historiografia que procurava analisar a *Guerra Grande* a partir dos interesses profundos dos povos envolvidos, e não das elites responsáveis por sua promoção.

Chiavenato superava a descrição factual das batalhas; discutiu a formação histórica, social e econômica do Paraguai; denunciou os interesses da guerra; impugnou pontos cruciais das narrativas oficiais e oficiosas; desconstruiu os grandes heróis militares nacionais; mostrou o sofrimento do povo como outro lado da guerra; denunciou a ação das tropas imperiais no Paraguai, o excesso de violência, os crimes de guerra, as deserções. Desconstruiu a retórica sobre os Voluntários da Pátria e os grandes feitos do exército imperial. Apresentou um *novo Duque de Caxias*, patrono do exército brasileiro, que de herói pátrio,

surgia como criminoso de guerra, assassino de crianças paraguaias inocentes. Descreveu um Conde d 'Eu covarde, fraco e submisso aos planos de Mitre. Propôs um Paraguai moderno, em desenvolvimento autônomo, independente do imperialismo de sua época, a Inglaterra, destruído pelo conflito para sempre...

A leitura revisionista de Chiavenato sobre a Guerra do Paraguai fortemente apoiada em trabalhos historiográficos sobretudo paraguaios e argentinos foi muito bem aceita pelo grande público leitor, sedento de explicações essenciais sobre os fatos sociais e históricos, após longos anos de duro controle ditatorial político, cultural e ideológico. A partir de 1979, com a publicação do *Genocídio americano*, o estudo da guerra do Paraguai ganhou novo espaço, novas publicações e novos estudos. Em 1980, foi lançado o importante estudo do historiador argentino León Pomer, então radicado no Brasil, que fizera parte da bibliografia do estudo de Chiavenato.

No novo contexto, alcançou também no Brasil enorme sucesso o livro revisionista sobre o passado latino-americano, *As veias abertas da América Latina*, do ficcionista uruguaio Eduardo Galeano. A terceira edição do clássico *Revolta da chibata*, de Edmar Morel, lançado por pequena editora, de um perseguido político da ditadura, teve também amplo acolhimento. No novo ambiente cultural, determinado pela crescente mobilização do movimento social e, sobretudo, sindical, foi enorme a recepção acadêmica de trabalho erudito como *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender, que foi publicado e teve uma segunda edição em 1978.

### **Distribuição e divulgação**

Publicada na tradicional editora de Brasiliense, do célebre historiador marxista Caio Prado Júnior, em tradicional editora de esquerda, *Genocídio* o livro teve um enorme sucesso, apesar de não ter conhecido praticamente divulgação na mídia. A principal forma de divulgação do trabalho teria sido a *propaganda boca-a-boca*, sobretudo de professores, jornalistas, estudantes, etc., envolvidos direta ou indiretamente na luta democrática, que teriam encontrado no livro forma eficiente de questionamento da retórica dominante sobre o sentido social da intervenção das forças armadas na história do país. Nesse sentido, o livro constitui-se como um quase símbolo na luta contra a ditadura.

A enorme divulgação deveu-se igualmente à importância que a Guerra do Paraguai assumia nas interpretações *oficiais* e *oficiosas* do passado do Estado nacional. Com enorme influência sobre estudantes e professores de ciências humanas, o *Genocídio americano* foi comumente adotado incondicionalmente como interpretação sobre aquele conflito e como

exemplo de uma nova e necessária leitura do passado. Apresentou-se como denúncia da manipulação da história com fins político-conservadores; da necessidade de nova historiografia pautada em novos olhares; de novas formas de análise e interpretação do passado, influenciando fortemente a geração de professores e de estudantes em formação. A obra foi acolhida por um enorme público, ávido de explicações e interpretações essenciais dos fenômenos do país, passados e presente, após longos anos de controle político, cultural e ideológico, dominados pelas apologias militar-conservadoras.

### **Repercussão entre os historiadores**

Depoimentos de jovens historiadores ou estudantes de História assinalaram que o *Genocídio americano* foi muito bem aceito no meio intelectual e acadêmico não oficial, sendo intensamente utilizado nas universidades, em discussões e debates. Por vários anos, teria sido tratado como principal versão no estudo da guerra do Paraguai, mantendo-se até hoje como referência explícita ou implícita nos trabalhos que abordam o tema.

A obra teve repercussão duradoura, através da contribuição na formação de gerações inteiras de professores de história e historiadores, que tendem a minimizar seus lapsos e incorreções, e enfatizar a ruptura epistemológica realizada. A obra foi vista comumente como resultado direto da luta política pela democracia e pela liberdade de expressão, tanto que vários historiadores acreditavam ser essa a razão principal de Chiavenato. Os historiadores consultados, criticando comumente aos excessos e lapsos analíticos do trabalho, o vêem, ainda hoje, como importante nas suas formações.

### **Manuais Escolares**

A repercussão do *Genocídio americano* fez-se sentir também nos manuais escolares, fazendo recuar as interpretações nacional-patrióticas. Inicialmente os manuais escolares seguiam o modelo *catecismo*, com perguntas e respostas, de cunho patriótico, voltadas ao *engrandecimento* dos vultos pátrios. Mesmo quando passaram a se apresentar sob a forma de narrativas, esses textos constituíram-se essencialmente como descrições gerais políticas e factuais superficiais dos acontecimentos, sem nenhuma contextualização ou relação interna dos conteúdos.

A função do professor era de apresentar, sem maiores desenvolvimento, o conteúdo desses questionários e textos, cabendo aos estudantes *decorar* as respostas e propostas, sem interpretação, reflexão, análise, etc. Objetivava-se a fixação de uma interpretação geral da história nacional, segundo as interpretações dos segmentos sociais dominantes. Nesse modelo

de ensino, o estudo da Guerra do Paraguai, sempre destacado, centrou-se essencialmente nos fatos, sucessos e grandes chefes nacionais, segundo as visões nacional-patrióticas.

A obra de Chiavenato teve grande impacto sobre os manuais escolares, constituindo-se literalmente como um divisor de águas. As teses, temas e problemas apresentados por *Genocídio americano* foram rapidamente incorporadas pelos manuais, que superaram a visão de *catecismo* – sob a forma de perguntas e respostas ou texto –, dando lugar a uma visão *revisionista*, de contextualização, de análise, de interpretação e de comparação dos fatos históricos. A guerra contra o Paraguai passou a ser descrita como nascida de múltiplos fatores, com diversos personagens, com profundas consequências sociais e humanas. Por primeira vez elementos e visões já comuns e tradicionais da historiografia argentina e paraguaia foram abordados e discutidos no Brasil.

O *revisionismo* de Chiavenato exerceu fortíssima influência até fins da década de 1990, quando se instala definitivamente no país a corrente *restauracionista*, caracterizada pelo retorno à história eminentemente política, no contexto da reafirmação das afirmações e teses gerais do nacional-patriotismo, apenas refinadas. Esse processo desconsiderou totalmente o *Genocídio americano*, tratando-o como obra sem valor histórico e quase único exemplo da historiografia revisionista sobre aqueles sucessos. Seguiu-se no geral ignorando, como no passado, a importante produção revisionista sobretudo argentina, mas também paraguaia e, até mesmo uruguaia, sobre aqueles sucessos.

No contexto do enorme refluxo social, político, ideológico, cultural e historiográfico, determinado pela maré neo-liberal mundial vitoriosa em fins dos anos 1980, empreendeu-se e impôs-se forte movimento historiográfico nacional-revisionista. Nas últimas duas décadas, com a forte hegemonia do modelo econômico e ideológico capitalista, a historiografia passou por fortes metamorfoses, que sancionaram o fim das narrativas analíticas, voltadas à compreensão causal dos sucessos, em um processo de relativização e irracionalização do passado, do presente e do futuro.

Apoiado pela grande imprensa, pelas principais editoras, etc., ele foi tentado inicialmente sobretudo por historiadores não profissionais, comumente ligado direta ou indiretamente às forças armadas brasileiras. Ele foi consolidado sobretudo com a obra de Francisco Doratioto, *Maldita guerra: a nova história da guerra do Paraguai*, de 2002, publicada pela Companhia das Letras, e enormemente divulgada pela grande mídia jornalística, televisiva, radiofônica. Esse trabalho, retomado praticamente como versão oficiosa do Estado, começou a ser utilizado por manuais escolares, ainda que em forma comumente limitada, já que tal trabalho não responde as múltiplas e essenciais questões

levantadas e propostas pelo trabalho de Chiavenato, mesmo no contexto de aproximações e lapsos.

### **Deslegitimação**

A oposição a Chiavenato foi cerrada e constante, especialmente na época da sua publicação. *Genocídio americano* não foi divulgado pela imprensa sendo em geral combatido por ela, quando abordado, em forma direta ou indireta. Foi atacado pelos aparatos culturais estatais, como o Conselho Federal de Cultura, o Ministério da Educação, etc, que comumente sugeriram e pediram a proibição do trabalho pela censura. Intelectuais conservadores, como Raquel de Queiroz, Maria Alice Barrosa, Cecília W., etc., e pseudo-intelectuais, como Jarbas Passarinho, combateram veementemente a obra, taxando-a de subversiva, anti-nacional, anti-patriótica, etc. buscando igualmente sua proibição.

A imprensa oficial atacou diretamente ou indiretamente a obra, quando foi obrigada a se referir sobre ela, não permitindo a Chiavenato o direito de defesa. A grande imprensa assumiu importante destaque no processo de desconstrução de *Genocídio americano*, em especial, e das visões revisionistas sobre a guerra do Paraguai, como registram uma série de reportagens da Folha de São Paulo, de 1979, sob o título de “Revisão infame”.

### **Erros de Interpretação**

Apoiado pela academia, pela imprensa e pelo Estado, o movimento historiográfico de deslegitimação enfatizou os erros de interpretação e lapsos da obra, sem destaque para seus avanços temáticos e analíticos. Centrou principalmente sua crítica na questão do imperialismo, uma das vertentes analíticas da historiografia revisionistas. Chiavenato apresenta a Inglaterra como principal responsável pela ocorrência da guerra, o que, nos fatos, absolve a responsabilidade no conflito do governo imperial e liberal-mitrista argentino, e das classes dominantes que os constituíam.

A ênfase desmedida de Chiavenato sobre a responsabilidade do imperialismo inglês trouxera à discussão o contexto mundial do século 19; a estruturação da dominação capitalista e imperialista mundial, através da implantação do modelo *liberal* nos países latino-americanos, com destaque para o Império, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Mesmo que o imperialismo inglês não tenha sido o grande responsável pela guerra, seus empréstimos possibilitaram a realização da mesma, e ele não foi jamais neutro, apoiando permanentemente os *aliados*.

O imperialismo e o capital inglês terminaram beneficiando-se indiscutivelmente com o resultado do conflito, através dos negócios que realizaram, o endividamento geral das nações do Prata, a reconstrução neo-liberal do Paraguai. A crítica à interpretação imperialista da guerra serviu para que o restauracionismo historiográfico negasse qualquer responsabilidade inglesa, imperial e liberal-argentina ao conflito, retornando no geral à responsabilização ingênua e ideológica de Solano López por ele.

### **Absolutização e Exacerbação**

Chiavenato exagera e absolutiza enfaticamente inúmeros fenômenos e processos, não apenas mas sobretudo em relação ao Paraguai – desenvolvimento; industrialização; alfabetização; caráter do soldado paraguaio, etc. Retoma, assim, vertente muito presente sobretudo na historiografia revisionista paraguaia, nascida de viés nacionalista e da descrição fenomênica e superficial de fatos objetivos determinados e limitados historicamente.

Os temas e desenvolvimento propostos por *Genocídio americano* introduziam no Brasil a necessidade do estudo de múltiplos temas essenciais, com destaque para a formação histórica, social e econômica do Paraguai, mas também das nações envolvidas no conflito, superando substancialmente a historiografia nacional-patriótica, que lhe antecederam, e dos próprios estudos estruturalmente restauracionistas, que o sucederam, que retornaram e mergulharam na apresentação político-patriótica de cunho fantasmagórico daqueles sucessos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERDI, Juan Bautista [1810-1884]. **Las disensiones de las Repúblicas del Plata y las maquinaciones del Brasil**. Montevideo: Imprenta Tipográfica a Vapor, 1865.
- ALBERDI, Juan Bautista [1810-1884]. **Los intereses argentinos en la guerra del Paraguay con el Brasil**. Paris: Impresión Privada [1865].
- APOLINÁRIO, Márcia Raquel. **História**. São Paulo: Moderna. 2006.
- APOLINÁRIO, Márcia Raquel. **História**. São Paulo: Moderna, 2007.
- AZEVEDO & DARÓS. **A História de um Povo Sociedade Brasileira Império e República**. São Paulo: FTD, 1988.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sócias no Brasil. 1961-1964**. 7 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, EdUnB, 2001.
- BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança**. 2 ed. São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; EdUnB, 1995
- BENITES, Gregorio. **Anales diplomaticos de la guerra del Paraguai**. Asunción: Munõztino, 1929.
- BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos (1807-1869). Tradução de V. N. N. Pedroso. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976;
- BETHELL, Leslie. **O imperialismo britânico e a guerra do Paraguai**. In. A guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- CAMPOS, Flavio de e MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da História**. São Paulo: Moderna, 2005.
- CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. **Solano López: O Napoleão do Prata**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CARBONI & MAESTRI. **A linguagem escravizada**. História, poder, luta de classes. 2 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CARDOSO, Oldimar Pontes. **História hoje**. São Paulo: Ática, 2008.
- CASTRO, M.E. & Marques, M. [Org.] **Guerra do Paraguai: 130 ano depois**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- CERQUEIRA, Gal. Dionísio [Evangelista de Castro]. [1847-1910] **Reminiscência da Campanha do Paraguai**. [1865-1870]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

- CHAVES, Júlio César. **El supremo dictador**: bibliografia de José Gaspar de Francia. 4 ed. Asunción: Carlos Cchauman, 1985;
- CHIAVENATO, Júlio José. **A guerra do Chaco**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1979.
- CHIAVENATO, Júlio José. **As meninas do Belo Monte**. São Paulo: Imprensa, 1993.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio americano**: a guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**: o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- COTRIM, Gilberto Vieira. **História do Brasil para uma geração consciente**. São Paulo: Saraiva, 1983.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- DAROS, Vital. **Lições de História do Brasil**. São Paulo: Editora FTD S/A, 1964.
- DIAS, Satyro de Oliveira. **Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai**. Salvador: Diários, 1870.
- DOMINGUEZ, Manuel. **El alma de la Raza**. Buenos Aires: Ayacucho, 1946.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O Conflito com o Paraguai**: A grande guerra do Brasil. São Paulo: Ática, 1996.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: a nova guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- ESCOSTEGUY, Jorge. **Revista Veja**, 1979.
- F.T. P. **Pequena História do Brasil**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1918.
- FARIA, Ricardo de Moura e MARQUES, Adhemar Martins. **Nossa história**: história do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1984.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. São Paulo: Ática, 2008.

Folha de São Paulo, caderno Mais!, domingo, 9 de novembro de 1997.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai [...]**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5 vol.

FRANCIS, Paulo. **Jornal Folha de São Paulo**, 25/03/1980.

Fundação Getulio Vargas. CPDOC.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GARAY, Blas. **El comunismo de las Misiones; La revolución de la Independência del Paraguay**. Asunción: Instituto Colorado de Cultura, 1975.

GAY, João Pedro. **A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai**, pelo cônego [...]. Comentada e editada pelo major Sousa Docca. Porto Alegre: IEL/EST/UCS, 1980.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6 ed. São Paulo: São Paulo, 1999.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **A Guerra do Paraguai: verdades e mentiras**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000.

HERMIDA, Antonio José Borges. **História do Brasil**. São Paulo: Editora do Nacional, 1955.

IZECKSOHN, Vitor. **Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 27, 2001.

Jornal do Brasil, 13/11/1980.

Jornal Folha de São Paulo, 16/03/1979.

Jornal T. 16/04/1980.

Juan E. O' Leary [1879-1969], Apostolado patriótico (1933).

Juan E. O' Leary [1879-1969], El héroe del Paraguay (1930);

Juan E. O' Leary [1879-1969], El Mariscal Solano López (1920);

Juan E. O' Leary [1879-1969], El Paraguay en la unificación argentina (1924);

Juan E. O' Leary [1879-1969], Historia de la guerra de la Triple Alianza (1912);

Juan E. O' Leary [1879-1969], Los legionarios (1930);

Juan E. O' Leary [1879-1969], Nuestra epopeya (1919);

Juan E. O' Leary [1879-1969], Páginas de historia (1916);

KELLER, Floriano Peixoto. *Apud* LIMA, Raul. **Arquivo Nacional**, 03/03/1980.

LACERDA, Joaquim Maria, traduzido por PINHEIRO, Luiz Leopoldo Fernandes. **Pequena História do Brasil**. Rio de Janeiro: FTP, 1906.

LIMA, Raul. **Arquivo Nacional**, 03/03/1980.

MADUREIRA, Cel. Antônio de Sena [1841-1889] **Guerra do Paraguai**: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: EdUNB, 1982.

MAESTRI, Mário. **A difícil volta do Cristão para casa**. Brasil de Fato, São Paulo, 08/03/2010.

MAESTRI, Mário. **A Guerra Contra o Paraguai**: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.Org /55579>.

MAESTRI, Mário. **Cisnes negros**: 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata. São Paulo: Moderna, 1991.

MAESTRI, Mário. **A segunda morte de Castro Alves**: Genealogia crítica de um revisionismo. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, UPF Editora, 2000.

MAESTRI, Mário. **Submissão e autonomia**. Apontamentos sobre a gênese, formação e crise do Estado nacional no Brasil. Revista Espaço Acadêmico – Nº56. 2006.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889)**: Panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.

MATTOS, Hamilton Gonçalves. **Vivenciando a História**: o Brasil e a exploração capitalista, São Paulo: Editora do Brasil, 1990.

MILLOR, **Revista Veja**, 1979.

MOREL, Edmar. **A revolta da chibata**. Subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Graal, 1979;

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NUNES, Augusto. **Revista Veja**, 1979.

PASSARINHO, Jargas. **Jornal Folha de São Paulo**, 30/10/1979.

- PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra em el Paraguay**. Assunción: Intercontinental, 2008.
- PEDROSA, J. F. Maya. **A catástrofe dos erros: razões e emoções na Guerra contra o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- PEÑA, Milciades. **La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia**. Buenos Aires: Fichas, 1975.
- PETERS, Eeinz. **El sistema educativo paraguayo desde 1811 hasta 1865**. Paraguay: Instituto Cultural Paragayo-Alemán, 1996. Apud MAESTRI, Mário. “No Paraguai do século 19 todos sabiam ler”. O NACIONAL, Passo Fundo, terça-feira, 13/04/2010.
- PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. **História & Vida Integrada**. São Paulo: Ática, 2000.
- PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. **Episódios militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.
- PIZARRO, Mar Langa. **La guerra de la Triple Alianza en la literatura paraguaya**. Le Paraguay à l'ombre de ses guerres. Paris MAL-EHESS-IEP 17-19 novembre 2005. Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.org/index1623.html#ftn9>
- POMER, León. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense**. São Paulo: Global, 1980.
- POMER. León. **Paraguai: nossa guerra contra esse soldado**. São Paulo: Global, 1984.
- Portela, Petrônio. **Jornal T**. 16/04/1980.
- Revista Veja. Edição nº 564, p. 128. Acervo on-line.
- Revista Veja. Edição nº 571, p. 128. Acervo on-line.
- RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.
- RIVERA, Enrique. **José Hernández y la Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Colihue, 2007.
- ROSA, José Maria. **La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas**. Buenos Ayres: Hyspamérica, 1986.
- SALLES, Ricardo. **A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1974.
- SERRA, Ana Elisa Vilas Boas. Dissertação: **Canudos, uma árvore de histórias**. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Letras. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 1996.
- SILVA, Francisco de Assil. **Colônia, Império e República**. São Paulo: Moderna, 1983.

SILVA, José Luís Rodrigues da. **Recordações da campanha do Paraguai**. Brasília: Senado Federal, 2007.

SILVA, Raul de Andrada e. **Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. [Tese de doutoramento, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.]

SILVA, Teotônio Meirelles. **O exército brasileiro na Campanha do Paraguai: resumo histórico**. Rio de Janeiro: O Globo, 1877.

SILVA, Alexandra Lima da. **Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil - Rio de Janeiro (1879-1924)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo e Tancredo (1964-1985)** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Álvaro Teixeira. **O drama da Tríplice Aliança: 1865-1876**. Rio de Janeiro: Brand, 1956.

SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.

SPALDING, Walter. **A invasão paraguaia no Brasil**. São Paulo: CEN, 1940.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...** Ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: UCDB, 2002.

TAUNAY, Alfredo. **Recordações de Guerra e de Viagem**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008.

TAUNAY, Visconde. **A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai**. 13 ed. brasileira. Traduzida da 5 edição francesa por Affonso de E. Taunay. São Paulo: Melhoramento, S.d.

VICENTINO, Cláudio. **História: memória viva**. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

VICENTINO, Cláudio. **Viver a História**. São Paulo: Scipione, 2002.

VIDAL, Mário. **Alianza para la muerte**. Argentina: Córdoba: Resistencia Libreria de la Paz, 2005.

## ANEXO 1

### **Questionário para professores.**

1. Qual o seu nome? Sua naturalidade?
2. Qual a sua formação?
3. Onde trabalha atualmente?
4. Estudava ou lecionava, em 1979, quando o livro foi publicado?
5. Como, quando e onde teve o primeiro contato com o livro?
6. Qual e foi a repercussão geral da obra naquele período?
7. Você crê que a obra teve repercussão política, no relativo à Ditadura Militar?
8. Como foi a aceitação da obra, por seus colegas ou professores?
9. Houve alguma repercussão na mídia?
10. O livro teve alguma repercussão na sua formação ou no seu trabalho?
11. Na sua opinião, a obra influenciou a historiografia da Guerra do Paraguai?
12. O livro teve alguma repercussão duradoura na historiografia brasileira?
13. Na sua opinião, quais as grandes limitações desse trabalho?
14. Na sua opinião, quais as origens dessas limitações?
15. Você se recorda ou leu algum outro livro do Chiavenato?

16. Qual a sua opinião sobre a nova historiografia sobre a Guerra do Paraguai? Você conhece a obra do Doratioto, Maldita guerra?

## ANEXO 2

### **Professores que responderam ao questionário.**

- Adelar Heinsfeld, doutor em História pela PUC-RS, atualmente trabalha como professor do Curso de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, RS.
- Adelmir Fiabani, natural de Tapejara, RS, Doutor em História pela UNISINOS, trabalha atualmente na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus de São Borja.
- Ana Luiza Setti Reckziegel, brasileira, Doutora em História, trabalha como professora no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade de Passo Fundo-RS.
- Carlos Fernando Comassetto, Bacharel e Licenciado em História e Mestre em História, trabalha atualmente na Prefeitura Municipal de Concórdia e FATTEP - Faculdade de Tecnologia no Transporte em Concórdia.
- Jorge Euzébio Assumpção, natural de Porto Alegre, professor de História, com Especialização em História do Rio Grande do Sul e Mestrado em História do Brasil, trabalha atualmente como professor do Pós-graduação da FAPA, professor da Faculdade UNIASSELVI e da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.
- José Ernani de Almeida, natural de Passo fundo, RS, Licenciado e Bacharel em Direito; Licenciado em Técnicas Comerciais; Licenciado em História; Pós-graduado em História e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo, trabalha atualmente na Medicschool (curso pré-vestibular) e Faculdades Anhanguera de Passo Fundo.
- Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, natural de Porto Alegre, RS; Licenciado, bacharel, especialista e Mestre em História pela PUC – RS e doutor em História Social pela USP; trabalha atualmente na Universidade Federal de Santa Maria, nos cursos de graduação em História e no Mestrado profissionalizante em Patrimônio Cultural.
- Lincoln de Abreu Penna, Bacharel Licenciado e Doutor em História, Aposentado da UFRJ, trabalho atualmente no Programa de Pós-graduação em História da UNIVERSO / Niterói-RJ.

- Marcos Del Roio, brasileiro de Bragança Paulista, formado em História e Ciências Sociais na USP; mestre em Política na Unicamp; Doutor em Política na USP, trabalha atualmente na UNESP; Faculdade de Filosofia e Ciência; leciona na área de Política do curso de Ciências Sociais.
  
- Paulo Afonso Zarth, doutor em História pela Universidade Federal do Fluminense, atualmente trabalha como professor no curso de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, RS.
  
- Paulo Marcos Esselin, brasileiro, formado em História pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT), Mestrado e Doutorado Pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós Doutor pela Universidade de São Paulo, trabalha atualmente como professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
  
- Romualdo Portela de Oliveira, natural de Amambaí, MS, formado em Licenciatura em Matemática e Mestrado e Doutorado em Administração Escolar, trabalha atualmente na Faculdade de Educação da USP.
  
- Théo Lobarinhas Piñeiro, natural do Rio de Janeiro (RJ), graduação, Mestrado e Doutorado em História na UFF, trabalha atualmente como professor Associado do Departamento de História da UFF.
  
- Valério Arcary, brasileiro, Doutor em História pela USP, trabalha atualmente no IF/SP Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
  
- Virgínia Fontes, natural do Rio de Janeiro, formada em História, trabalha atualmente no Programa de Pós-Graduação em História da UFF e na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz.

### ANEXO 3

Entrevista realizada por Silvânia de Queiróz, mestranda em História Regional, pela UPF-RS, em 26 de fevereiro de 2010, ao jornalista Júlio José **Chiavenato**, na cidade de Ribeirão Preto-SP, na Biblioteca Altino Arantes, no centro da cidade.

**Entrevistadora:** Então seu **Chiavenato**, na verdade, o meu intuito é conversar um pouquinho com o senhor, saber um pouco sobre sua produção, no caso, especialmente, a obra *Genocídio Americano*, que está ligada ao meu tema [de pesquisa]. Em fim, primeiro, eu gostaria de saber um pouquinho do senhor, a sua origem, sua família, sua formação?

**Chiavenato:** Bom eu nasci numa cidade próxima, na região Pitangueiras, e desde os quatorze anos eu moro aqui, eu praticamente sou de Ribeirão Preto.<sup>498</sup> Minha formação é não ter formação. Eu sou analfabeto de tudo, e não frequentei faculdade. Sou filho de sapateiro. Bom, naquele tempo, há cinquenta anos atrás, só rico estudava. Minha formação é autodidata e como eu sempre li, [e] tinha facilidade para escrever, fui ser jornalista. No jornalismo, é que eu aprendi as coisas. Só que o jornalismo é uma coisa muito limitada. Ele te dá uma facilidade de escrever muito grande, dá uma vivacidade de perceber as coisas. O repórter que “pá”, olha na pessoa, e já saber quem é a pessoa. Mas é uma coisa muito intuitiva, Não tem, não te oferece um método científico. E a minha metodologia, para dizer assim, eu fiz através de minhas leituras. Até que, muito tempo depois, eu percebi que, por vias tortas, eu estava certo, por que o meu método era Marx. Eu não tenho Marx como ideologia, uma coisa. Como um método. Muitos anos depois, quando eu fui editar o *Genocídio [...]*, o Caio Prado [Junior] também me disse que ele não tinha um método. O método dele era o Marx. Então, marxismo de Caio Prado, segundo ele me disse, era um método. E não uma diretriz política ideológica. E, se a pessoa lê direito Marx, ele fica com um instrumental científico muito grande. O que acontece no Brasil é que pouca gente lê Marx. Inclusive os marxistas não lêem Marx e o Marx conhecido e vulgarizado é aquele das cartilhas dos partidos, que eram controlados antigamente pela União Soviética. Depois desses parênteses, é isso. Eu sou um cara filho de operário, meu pai era sapateiro. Com grande dificuldade, não pude estudar, mas dentro dessa biblioteca aqui, eu li tudo, aí foi minha formação.

**Entrevistadora:** O que Senhor fazia antes de escrever o *Genocídio americano*? Já escrevia?

---

<sup>498</sup> Filho de Fernando Chiavenato- Sapateiro e Lina Cardoso Chiavenato- dona de casa. Nascido em 3 de janeiro de 1939, casado, três filhas.

**Chiavenato:** Era jornalista, nessa mesma cidade, sempre aqui. Trabalhava como free lancer para outros jornais. Encomendavam matérias. Mas, basicamente, eu sempre trabalhei aqui.

**Entrevistadora:** Já havia publicado outros livros antes do Genocídio?

**Chiavenato:** Não, nunca. Nunca imaginei publica um livro. Eu achava um livro uma coisa tão importante, que era desfaçatez alguém sem preparo suficiente publicar um livro. Aconteceu o seguinte. Quando eu tomei contado com a realidade do Paraguai, não da guerra do Paraguai, e, lá, eu percebi que a guerra do Paraguai aconteceu ontem, está acontecendo agora, está no imaginário popular. Eles não superaram aquela guerra. Eles ainda vivem o trauma da guerra. Não é aquele, eu estou dizendo. Vou usar uma expressão, do “Paraguai profundo”. Não [estou] falando daquele Paraguai, que vende contrabando, ali, em Cidade delLeste. Eu entrei naquele fundo do Paraguai.<sup>499</sup> Aí, conheci os contos orais, as guaranias<sup>500</sup>, as histórias do povo, a tradição, por [que] eles estão vivendo a guerra do Paraguai. O que é isso? Até que um dia eu, andando perto de uma Ali em Caacupé, onde a estrada faz um cruzamento, eu vi um monumento, de um menino-soldado, uma mãe. Lá, eles chamavam, na época, de residenta.<sup>501</sup> Uma mãe carregando um menino-soldado morto. A minha primeira impressão, era [foi] durante a ditadura do Stroessner. Que aquilo era uma coisa do Stroessner. Pó, será que até isso o Stroessner vai explorar? Não tinha escrito nada [no monumento]. Estava meio apagado. Aí, um menino passou. Eu perguntei. Ele disse: – Se você quiser perguntar pro meu avô ... Isso foi na década de setenta. O livro sai em 79. Mas, desde setenta, eu já andava por lá. Aí, fui na casa do avô. Na época, fazendo um parênteses, teve o Ato Institucional nº5. Então, eu me mandei para não ser preso. Perdi o emprego, e tal. Fui embora, e aí, entrei<sup>502</sup> pro Paraguai. Então, para mim, eu ficava andando, qualquer coisa eu queria ver. E esse velho, e aquilo é da guerra do Paraguai, batalha de Paissandu. e tal. E [ele] cantou umas guaranias para mim, que contavam a história da guerra. Eu fiquei impressionado com aquilo. Falei, po, isso não pode ser verdade. Por que é uma coisa, assim, muito chocante, para um brasileiro que sempre aprendeu que o tirano [era] Solano López. Se você perguntar pros

<sup>499</sup> A primeira viagem ao Paraguai foi em 1970.

<sup>500</sup> Gênero musical de origem paraguaia, usado também para cantar e contar histórias sobre a Guerra do Paraguai.

<sup>501</sup> *Residentas* eram chamadas as mulheres paraguaias que acompanhavam, na retaguarda, seus maridos, parentes e filhos arrolados nas tropas militares.

<sup>502</sup> O Ato Institucional nº5, AI-5 entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968. Foi o mais abrangente e autoritário de todos os atos institucionais, revogando os direitos constitucionais mantidos ainda em 1967. Acabou com a representação política democrática e concentrou ainda mais o poder nas mãos dos militares.

caras da minha geração, ninguém falava Solano López. Falava tirano Solano López<sup>503</sup>. Sempre vinha a palavra tirano, em todos os livros. A partir daí, eu comecei a pesquisa. Fui descobrindo outra realidade.

**Entrevistadora:** O senhor ficou [muito] tempo no Paraguai? Um período?

**Chiavenato:** Eu ia [e] voltava, ia [e] voltava. Eu ficava um mês, dois meses. As vezes ficava três dias, só. Eu sempre ia. Naquele tempo, eu era mais jovem.<sup>504</sup> Eu ia de motocicleta.<sup>505</sup> Ai, criou aquele mito que eu era um aventureiro. Não, eu ia de motocicleta porque era o meio de locomoção mais barato, entendeu?

**Entrevistadora:** O que lhe motivou a escrever o livro então foi essa viagem?

**Chiavenato:** Foi essa primeira viagem, quando eu vi o monumento<sup>506</sup>. Conheci a tradição oral e comecei a perceber que, no imaginário paraguaio, aquilo era uma coisa fantástica. Pessoas choravam quando falavam em guerra do Paraguai. Ficavam emocionadas. Pessoas simples e também pessoas intelectualizadas. Todos tinham a mesma reação e todos se sentiam injustiçados por que não contam a história como a história foi, tal, tal, tal. É evidente que eles também romantizavam as coisas. Mas só que dentro da romantização deles, eles estavam mais próximos da verdade do que nós, dentro da mitificação.

**Entrevistadora:** O senhor comentou sobre o Ato Institucional nº5. O senhor estava sendo perseguido, no caso em função do jornal, do trabalho?

**Chiavenato:** Em função do trabalho, por que, até sair o Ato, até 69 que saiu o Ato, existia uma relativa liberdade de imprensa. Então, as pessoas tinham medo, mas ainda não era uma ditadura aberta, entende? Ela se mascarava. Como se fosse uma democracia. Como se tivesse impedido o comunismo, tal, tal, tal. Então tortura, tudo, existia, o “pau comia”. Mas com aparência de legalidade. E, ainda, os partidos tinham aquela herança antiga. Então, tinha algumas dissidências entre os políticos civis que apoiaram. Tinha um pessoal que era mais sincero, que não concordava com aquilo. [E ele] tinha espaço para imprensa. E, eu fazia, eu era redator-chefe de um jornal aqui, e fazia um programa de rádio também. Eu escrevi o programa. Eu chegava no jornal, na emissora de rádio, pela madrugada, fazia o

---

<sup>503</sup> Francisco Solano López nasceu em 24 de junho de 1827, em Assunção, filho do Presidente Carlos Antonio López. Assumiu o governo no país em 16 de outubro de 1862.

<sup>504</sup> Tinha 31 anos.

<sup>505</sup> Chiavenato realizou suas primeiras viagens como uma Moto BSA, 500 cc, ano 1956 e, mais tarde, com uma Suzuki GT 389 cc, ano 1974.

<sup>506</sup> Localiza-se entre Caacupé e Euzébio Ayalla.

programa. As sete horas, chegava a estrela do programa, que lia o programa, tal, etc. Eu mandava brasa, ocupava todos os espaços [possíveis]. Tanto que fiquei visado, questionando. A censura naquele tempo só era feita nos jornais de São Paulo por que eles ignoravam o interior, o interior ficava por conta de um coronel que eles mandavam aqui, tal, então, não era uma censura disseminada, era centralizada, mesmo por que as matérias que vinham de interesses nacionais eram distribuídas por agências então já vinham censuradas. Então eu aproveitava o espaço da política municipal ai fiquei visado com isso, perdia emprego, voltava, e tal, naquele tempo tinha uma coisa diferente de hoje no jornalismo, o jornal precisava ter um redator chefe, diretor de redação que entendesse de gráfica, por que era tipográfica a coisa, era uma impressoras rotoplanas que tinham muitas limitações no maquinário, a logotipo, isso e aquilo. Então você tinha que coordena o jornal para que a composição desse tempo de ser feito, por que só tinha uma logotipo que compunha o corpo dez, só tinha uma que fazia o corpo não sei o que, a impressão durava oito horas de um caderno, um caderno ta, tal; a diagramação era complicada porque tal..., essa coisa toda do processo industrial que era arcaico ainda no interior e eu entendia disso, então eles precisavam de mim, então eu perdia o emprego, voltava, tanto é que houve um período que eu trabalhei como chefe de oficinas. Então por isso que eles não demitiam de uma vez, eu ia, e voltava, ia e voltava, às vezes quando eu saía o jornal ameaçava não ser impresso por que se “embananava tudo”. Aí quando deu o AI 5 não teve muita conversa, aí “pau”!

**Entrevistadora:** Aí o senhor foi fazer essa viagem pela América Latina? Paraguai só?

**Chiavenato:** Paraguai, Argentina, eu rodei, da Colômbia para baixo, tudo.

**Entrevistadora:** De moto?

**Chiavenato:** De moto.

**Entrevistadora:** Sobre o livro, quais as fontes que o senhor utilizou para escrever o Genocídio?

**Chiavenato:** Bom, vê, as fontes impressas, eu li praticamente tudo que tinha impresso no Brasil, escrito por brasileiros e, as vezes, por estrangeiros, sobre a guerra do Paraguai. Tudo que tinha impresso na Argentina e no Paraguai. Quando eu fui pesquisar na Biblioteca Nacional, para ver se encontrava fontes primárias, etc., não passei da porta.

**Entrevistadora:** Negaram acesso?

**Chiavenato:** Negaram acesso, assim, completo, entendeu?! Isso não acontecia só comigo, não. Várias outras pessoas, dependendo da cor ideológica. Era um controle ideológico. Então, não tive chance. No Paraguai também me olhavam com muita desconfiança, por que... Eu

tinha que conversar com as pessoas. E depois que eu conversava, ai se escancaravam. Mas, o Paraguai [é] muito pobre de arquivos sobre a guerra do Paraguai. Tem alguma coisa. Tem muitos diários, na Biblioteca Nacional de lá, etc. E na Argentina, na Biblioteca Nacional, também sem chance. Não deixavam, quer dizer, não falam que não pode. Se tem que fazer um projeto [de pesquisa]. [Se] tem que falar de qual faculdade você é, tal. Mas, mesmo quem fazia projeto, é igual ao Brasil. Lá, se negava documentação. Porém, lá tem o Museu, que é o Museu [Bartolomé] Mitre<sup>507</sup>. E o Museu Mitre era dirigido por historiador que odiava o Brasil. Não sei se ele está vivo<sup>508</sup>. Por que era velinho. Então, quando eu falei com ele, ele falou: “Não por que o Brasil é isso, é aquilo, são uns vagabundo, vem aqui deturpar os documentos e isso aquilo e tal”. E aí deixou eu pesquisar lá. Então, lá tinha muito documento. Cartas com aqueles caudilhos todos. E toda a documentação do Mitre está nesse Museu Mitre, em Buenos Aires. Inclusive uma coisa muito interessante. Quando a guerra estava terminando, começou uma disputa entre o Brasil e Argentina, para ver quem ficava com a maior parte. Só que a Argentina não conseguiu competir com o Brasil, que já estava esfacelando [a Aliança]. Já, um ano, dois anos, da guerra, começaram os dois [países] a [se] espionar. Então, tinha os estafetas, que traziam a correspondência. O comando avançado levava pros fortes, entregava a correspondência no navio brasileiro e o navio brasileiro mandava para a Corte ou mandava para o telégrafo que existia naquela época. Então, os argentinos, a Argentina fazia à mesma coisa. Os argentinos e brasileiros capturavam os estafetas, que na época – como é que era o nome? tinha um nome interessante – os propios, eles falavam, propios, era sinônimo de estafeta, uma coisa assim. Capturavam esses propios para roubar a correspondência para ver o que estava acontecendo. Só que eles não roubavam [apenas] a correspondência. Eles violavam a correspondência. Liam, copiavam, fechavam e traziam. E as cartas do Caxias, tem muitas cartas lá, em Buenos Aires, cujos originais estão aqui no Brasil, mas que nunca ninguém viu, por que eles não deixam ver. Então, em uma das cartas do Caxias, ele conta o massacre, que, ele escreve na carta dizendo que ele se recusa ser o coveiro, aquela famosa frase: “[...] tem que matar o último paraguaio no ventre de sua mãe, e tal” e pede demissão. Ele não quer, o [seu] ato de grandeza no Paraguai é essa. Quando o livro surgiu, todo mundo falou que aquilo era falso. Aí, voltei em Buenos Aires. Voltei várias vezes, em Buenos Aires, que eu continuei para pesquisar outros livros. Aí esse diretor falou: “– Você não imagina o Itamaraty interio baixou aqui [para] ler

---

<sup>507</sup> O Museu Mitre foi fundado em 3 de junho de 1907. Localiza-se na rua San Martín, 336 1004, Buenos Aires, Argentina.

<sup>508</sup> Entre os anos de 1970 e 1979, o Museu Mitre teve dois diretores: Juan Angel Farini e Jorge Carlos Mitre.

essa carta. Para ver se você não deturpou nada tal.” Então eles tentaram falar que a carta era falsa e não conseguiram porque a carta existe. E seria um escândalo muito grande dizer que aquilo. [Que] aquela documentação dos argentinos era falsa. Porque eles também tinham [o documento], e a carta existe. Tanto é que, até hoje, não foi contestada. Eles desistiram de falar que era falsa. Inventaram outras coisas.

**Entrevistadora:** Eu não cheguei a vê desse lado, mas seria interessante hoje uma pesquisa, tentar conseguir esses documentos.

**Chiavenato:** Mas até hoje esses documentos são negados. Nem esse pessoal que está revisando a revisão. Nem eles têm acesso a esses documentos. E acham muito normal. Não vejo ninguém esbravejar.

**Entrevistadora:** Houve alguma motivação política, assim, para o senhor escrever a obra? O senhor falou motivação em conhecer a história do Paraguai. Mas questões políticas, que influenciaram, ideológicas?

**Chiavenato:** Não. Nenhuma, nenhuma. Apesar deles tentarem falar que o livro foi uma espécie de resposta à ditadura militar, não houve essa preocupação, de modo algum. O que acontece é que o livro irritou demasiadamente os militares. Então, [ele] passou a ser olhado como um símbolo de resistência aos militares. Mas, não havia essa intenção. Tanto [que] não havia, que o livro está sendo [utilizado], até hoje, andando, [por] aí. [E isso] que eu não mudei nenhuma vírgula. E se você for ver, o livro, você não vai ver nada sobre a ditadura, até porque não tem [tinha] sentido. Agora, o que tem escrito no livro, não é contra a ditadura militar. É contra a historiografia oficial. Inclusive os militares, que também fazem parte de historiografia, que usaram a guerra do Paraguai, deturpando, deformando a história, mentindo, inclusive mentindo por omissão, que é a pior forma de mentira que o historiador faz, eu acho que é a mentira por omissão. Quando é uma coisa que incomoda, ele [o historiador] passa por cima. Não fala, não existe. Então, ele não pode ser chamado de mentiroso. “Não, eu não falei nada sobre isso”! Claro, é mentiroso por omissão. Então, o livro estava denunciado isso. Mas nunca visava a ditadura.

**Entrevistadora:** O objetivo não era, mas acabou se tornando.

**Chiavenato:** Acabou se tornando por consequência. Mesmo por que, como eu te falei, eu fiz [escrevi] impressionado com o sofrimento do povo paraguaio. Seria uma traição muito sacana [ao povo paraguaio] se eu usasse isso para atingir um fim ideológico ou político.

**Entrevistadora:** Quando da publicação, o senhor procurou imediatamente a Brasiliense. Como foi esse contato?

**Chiavenato:** Foi muito interessante. Eu estou falando demais, você acha?

**Entrevistadora:** Não, pode falar a vontade.

**Chiavenato:** Eu trabalhava no jornal daqui, Diário da Manhã, e aí apareceu um dia, de manhã, um rapaz, mandado pelo psiquiatra dele. Era um cara que não dava certo em lugar nenhum. Naquele tempo achavam que, no meio dos jornalistas, havia uma intelectualidade. E assim, [como] o menino era muito inteligente, falava duas, três línguas, era já um emprego, [...]. Quando o cara chega, num jornal, e não tem lugar para ele, vai ser revisor, vai, fica de revisor. E eu escrevia esse livro de madrugada, no jornal, assim, e tal, e ficava os originais na minha gaveta. Tanto é que, uma vez, tive que reescrever o livro, por que [se] perderam os originais. A faxineira foi lá e jogou fora. Bom, aí, eu tive que reescrever. Tudo bem. Aí, ficava na minha gaveta. E ele achou os originais, lá, e falou: – Posso ler; Eu falei, então, você vai lendo e revisando. E, aí, ele começou a ler, ler, ler e o livro já estava pronto nesse período. Aí ele falou: – Você não vai publicar esse livro. Era um menino de vinte anos. Falei: – Não, ninguém vai publicar esse livro. Essa ditadura, tal. Disse: – Ninguém vai querer publicar. Ele disse: – Não. Eu já trabalhei com Caio Graco<sup>509</sup>. O Caio Graco é filho do Caio Prado<sup>510</sup>. Ele edita. – Tá maluco, cara. [Ele] não edita, não! – Não, edita sim. Pode levar. E o livro não tinha título. – Então, preciso pôr um título, para mandar para ele [Caio Graco]. Mas falei, assim, brincando com o cara. E [ele] falou: – Eu já tenho título para esse livro: Genocídio Americano. Esse cara que pôs o título, eu nem sei como é que ele chama. Esqueci. É que, na época, ele se chamava ... Carlinhos. Carlinhos, lembrei. Carlinhos, foi embora, [mas] deu o título. Aí, eu pensei, pó, vou levar lá na Brasiliense<sup>511</sup>. Aí, levei na Brasiliense, por que, na época, haviam duas editoras que poderiam publica esse livro, correndo riscos. Era a Civilização Brasileira, que já estava em processo falimentar, de tanta perseguição [pela ditadura], do Luiz Silveira. E a Brasiliense, por causa do Caio Prado. Eu já tinha lido Caio Prado e tal. [Pensei]: vou chegar lá e falar com Caio Prado, com a maior cara de pau. Cheguei lá, subi. [Me responderam]: – Não, o Caio Prado não vem aqui. Deixa o livro aí, com a secretária. Deixa o livro aqui, eu encaminho, e tal, com aquela pompa. [Respondi] – Não, mas eu quero entregar para alguém [os originais]. – Não, é eu que levo, que entrego os originais, aqui, não sei o que. Nisso, o Caio Prado, o Caio Graco saiu [dizendo] que ele ia almoçar.

---

<sup>509</sup> Caio Graco da Silva Prado, nasceu em 12 de agosto de 1931, em São Paulo, filho de Caio Prado Junior, conduziu a Brasiliense até sua morte em 1992.

<sup>510</sup> Caio da Silva Prado Junior, nasceu em 11 de fevereiro de 1907, em São Paulo, formou-se em Direito, foi historiador, geógrafo e político. Um dos precursores do marxismo no Brasil, militando no PCB, até romper com o mesmo. Fundou a Editora Brasiliense.

<sup>511</sup> Editora Brasiliense localizada em São Paulo, fundada em maio 1943, pelo historiador Caio Prado Junior e pelo escritor José Bento Monteiro Lobato. Foi uma das mais importantes editoras do Brasil.

Quando ele saiu, perguntou: – O que que é. Ela falou. – Não, esse rapaz está trazendo um livro. – Sobre o que e que é? [Eu] falei: – Sobre a guerra do Paraguai. – Pó, [sobre a] guerra do Paraguai, não temos nada sobre isso. Deixa eu ver. Ele pegou o maço e fez assim, como carta de baralho. Olhou, parou num capítulo e disse, assim, vou publicar. Foi na mesa e disse: – Manda pro papai ver – falou para ela. Três dias depois, me ligaram: – Vem em São Paulo... Isso aí foi em fevereiro, em março [de 1979]. O livro saiu no fim de março. Em uma semana, esgotou a primeira edição. E o Caio Graco me estimulou a escrever outras coisas. Tive um contato bem legal com ele.

**Entrevistadora:** Após a escrita do livro ocorreram mudanças na vida do Senhor? O que significou, teve algum impacto após a publicação?

**Chiavenato:** Todo o jornalista, o sonho dele é sair do jornalismo para escrever [um] livro. Se você conversar com todos eles, falam isso. Quando saiu o livro, bah, primeira edição em uma semana! Segunda edição esgotada! tal, tal, tal Quando os militares se manifestaram para querer proibir, aquilo já estava na sétima edição. Entendeu, então, aí eu falei, pó, agora vou nadar de braçada. Vou ganha dinheiro, isso e aquilo. Aquele puta nome. Sai na Veja, na Istoé, [em] todo o lugar né. Eu vou ganhar dinheiro e tal. E vou poder escrever livros tranquilamente. O resultado foi que nunca mais ninguém me deu emprego. Não tive mais nenhum emprego e tive que viver de escreve livro para sobreviver.

**Entrevistadora:** Não teve escolha...

**Chiavenato:** É... aí, a Brasiliense, ela quebrou né, de tanta pressão que ela sofreu dos militares. Não por causa do livro, por causa de tudo, né, que ela quebrou. Aí, não me pagou. Eu poderia ficar rico. Não é que ela não me pagou. Ela não me pagou nem a metade. Metade ela ficou devendo. Eu vim ganhar dinheiro com o Genocídio Americano quase vinte anos depois, quando eu consegui tirar da Brasiliense e passar para a Moderna, uma outra editora, que aí saíram novas edições. Eu vim achar emprego num jornal, há dois anos. O jornal daqui, que, o jornal da Rede Globo, de Ribeirão, [que] comprou um jornal. Precisavam de gente para escrever, então me contratou.

**Entrevistadora:** O que eles alegavam para não lhe dar emprego?

**Chiavenato:** Que eu era uma pessoa não grata. Os jornais, depois do AI 5, acabou aquela resistência. Então, os jornais já não contratavam. [...] eles me toleravam por que eu entendia de gráfica, aí veio a offset, veio o computador, aquele negócio. Não precisavam mais de mim. Precisavam, precisaram até eu implantar. E implantei a offset em dois jornais aqui, que era

uma coisa, uma transmissão meia maluca. Depois, não precisavam mais. Então, não iam contratar um indivíduo, que naquela época, já era um cara forte. [...] Em jornal, acontece muito isso. O dono do jornal tem jornalista que ele não pode controlar. Ele não tem peito para controlar o cara, por que fica mal. Não sei se você percebe isso. Por exemplo, a Folha não pode peitar o Coni. Ela não pode peitar o Clovis Rossi, peitar o Jânio Freitas, [não] pode mandar embora, como ela mandou embora o, como chama, aquele que é comentarista da Globo lá...

**Entrevistadora:** A sei, como é mesmo o nome dele... Arnaldo Jabor.

**Chiavenato:** Arnaldo Jabor, pode ta, mas fala assim não faz, não pode, ai quando ela manda o cara embora, dá aquela puta desmoralização neles. Por que tiveram que mandar o cara embora, por que censuraram o cara, [porque] não se curvou tal. Entendeu então. Eu fiquei, assim, então, eles não me contratavam por que não podiam me domar e não precisavam mais de mim.

**Entrevistadora:** O senhor teve o apoio de alguém, para realizar a obra. Algum intelectual, um político?

**Chiavenato:** Nunca [recebi] apoio de ninguém. Tudo com a minha grana. Andei para todo o lugar. Quando eu não tinha dinheiro, eu não fazia. Quando eu tinha, eu pesquisava, certo? Tive muito tapinha nas costas – “oh que bonito” e tal. Mesmo o Caio Graco, o Caio Prado – “Oh, muito bem, faz isso, faz aquilo.” Mas grana, nenhuma, [...]...

**Entrevistadora:** Como foi a repercussão do livro na época?

**Chiavenato:** O livro saiu 79. Março de 79. Quinze dias antes, o Figueiredo tinha tomado posse. Então, quando o Figueiredo tomou posse, ele fez uma promessa de que haveria aquela “abertura gradual”, isso e aquilo, no discurso de posse, para ganha os intelectuais que estavam caindo de pau na ditadura e tinha uma repercussão no exterior. Ele falou [que] nunca mais será [seria] censurado um livro no Brasil e prometeu acabar com a censura . Quinze dias depois, sai o livro e aí, não, o Figueiredo ... Essa é uma história que eu vou te contar, também [é] incrível. Aí, os militares começam a fazer pressão sobre Petrônio Portela para ele proibir o livro. Ele era o ministro da Justiça. Então, ele dá umas declarações que o livro é um absurdo, que é como se faz mau uso da liberdade de opinião, isso, aquilo e tal . Mas, na verdade, o que ele estava fazendo era ganhando tempo para amansar os militares, e não tomar nenhuma medida contra o livro, por que seria um escândalo proibir um livro quando o presidente tal, tal, tal. E toda a culpa, todo mundo achava que era o Figueiredo que estava fazendo essa pressão por cima para proibir o livro e tal, tal, tal. Até que o livro chegou na sétima edição e o Portela falou que era meio difícil, tal, inquieta, ponto e morre. Aí vem outro ministro, que

agora não sei quem é, e fala, agora, não tem mais sentido proibir, o livro já estourou tal, etc. Bom, essa foi a repercussão que houve.

E nesse período, os militares começam ... , o livro, [um outro] parênteses, também é que o livro irritou demais os acadêmicos. Principalmente os historiadores, por que aqueles que se sentiam atingidos por que mentiram por omissão, por que, em cinquenta anos, nos últimos cinquenta anos, não tinha saído nenhum livro sobre a guerra do Paraguai. É um escândalo para a historiografia, por que era a coisa mais importante da história do Brasil. Aquela gente ficou irritada e alguns ficaram enciumados. Bom, então, a Academia Brasileira de Letras, o Conselho Federal de Educação funciona dentro da Academia Brasileira de Letras, então, houve uma reunião, lá dentro, em que participaram a Maria Alice Barroso, a Raquel de Queiroz e o general Lira Tavares, General Lira Tavares, era um poeta, ridículo, que pertencia à Academia. Ali, foi proposto uma agravante qualquer contra o livro, e os dois membros, as duas mulheres, a Raquel de Queiróz e a Maria Alice Barroso, elas eram as mais enérgicas, as mais indignadas contra o livro, por que eram mais ligadas aos militares do que o próprio Lira Tavares. O Lira Tavares ele era mais racional do que elas. A Raquel de Queiroz era prima do Castelo Branco. Então, eram muito ligada aos militares, e [ela] conspirou na época do golpe [de 1964]. Então, [ela] era uma mulher importante lá no meio intelectual. Bom, ai, o Lira Tavares disse o seguinte, [que] não era bom tomar nenhuma atitude de mais drástica contra o livro, por que naquela época que eles estavam negociando o Tratado de Itaipu e o livro era quase que um hino nacional no Paraguai. Os paraguaios, lá nossa, quando eu voltei no Paraguai, parecia uma festa, parecia o herói que tinha ganho a guerra para eles. [Risos.] Então, era muito, muito problemático para eles irritarem os paraguaios, dando uma nota qualquer contra o livro por que os paraguaios iam se sentir ofendidos, qualquer coisa assim. Então só resolveram proibir o livro nas escolas públicas. As escolas públicas não poderiam adotar o livro. O que teve foi isso aí. Porém, muitas manifestações, o Jarbas Passarinho, por exemplo, foi ministro do Trabalho, ministro da Educação, ele escreveu uma serie de dez artigos na página três da Folha contra o livro, sem citar o nome do livro e sem citar o meu nome, certo?

**Entrevistadora:** Na folha de São Paulo?

**Chiavenato:** Na Folha de São Paulo. E nunca a Folha me procurou. Eu só fui entrevistado, só sai [como] notícia do livro. Só fui entrevistado sobre o livro, há questão de dois anos atrás, que era a respeito de deturpações nos livros didáticos, que dizem. O manual do bom jornalismo, inclusive o manual da Folha, mandava, sempre, ouvir o outro lado, mas nunca me ouviram, e ainda, não existia. Esses artigos do Jarbas Passarinho saiam no jornal, eu não

lembro se é o Globo, [se] era o Globo ou Jornal do Brasil, no Rio, e saiu na Folha, e [saíram] muitos outros artigos e sempre o tom, era que [eu] era um sujeito antipatriota, que [o livro] era uma traição ao Brasil, uma deturpação da história, essas coisas todas, que era coisa de comunista, deturpando a mente dos jovens, é isso e aquilo. Alguns achavam que eu era argentino. Outros achavam que eu era italiano. Principalmente lá no Rio Grande do Sul teve um cara que falou que eu era um argentino, que financiado pela Argentina para denegrir o Brasil e tal. [Isso] por que, na época, havia aquela disputa por Itaipu, entre Brasil, umas besteiras.

**Entrevistadora:** Toda uma teoria da conspiração.

**Chiavenato:** Tudo um negócio desse tipo. Nisso, eu fiquei marcado. Aí se explica porque eu não conseguia mais emprego em jornal. Eu que fazia muitas matérias, fiz matérias pro Coojornal, por exemplo, não sei se chegou a conhece. Coojornal, foi um dos mais importantes do Rio Grande do Sul.

[...]

**Chiavenato:** Era um semanário que era publicado em Porto Alegre. Os maiores jornalistas do Rio Grande do Sul trabalhavam lá. Então, eu só trabalhava para a imprensa alternativa, donde não sai grana, não é?

[...]

**Entrevistadora:** Quanto as críticas que o senhor mais, quais os argumentos que eles usavam contra o seu livro, contra o senhor?

**Chiavenato:** Diziam que estava tudo errado, todo livro está errado. Por exemplo, a batalha de Acosta Ñu, que é, no Paraguai chamada batalha, eles dramatizam, “batalha de los Niños Combatientes”. Isso aconteceu em agosto de 60, dia 19 de agosto de 1869. O Paraguai já estava vencido. O Caxias não quis comandar a chacina por que era um genocídio. O genocídio está explícito no Tratado da Tríplice Aliança. O Tratado da Tríplice Aliança tem quatro protocolos secretos, quando é publicado, esse Tratado da Tríplice Aliança nunca aparece esses quatro protocolos, por que eles eram secretos. Então todo mundo acha que o Tratado da Tríplice Aliança é aquele que oficialmente era conhecido. Mas tem os quatro protocolos secretos. Além disso, até o fim da guerra, o Tratado da Tríplice Aliança não era conhecido, nem no Brasil, nem na Argentina, e não seria conhecido se ele não fosse denunciado no parlamento inglês, um dos componentes [membro] das Câmaras dos Lordes protestou contra os empréstimos, aquilo que a Inglaterra fazia ao Brasil tal, dizendo que o Brasil cometia, [que o] Brasil, [a] Argentina, cometiam uma chacina, um genocídio no

Paraguai, e para provar, ele mostrou o Tratado da Tríplice Aliança, que os ingleses conheciam e os brasileiros e argentinos não conheciam, entendeu? A partir daí, que o Tratado da Tríplice Aliança foi conhecido, já no final da guerra; e no Brasil, só divulgado bem depois do final da guerra e tem esses quatro protocolos secretos. O primeiro deles diz que não se aceitará a rendição; [que] nenhum acordo [será feito com o ] Paraguai; nem [será aceita] a rendição à Tríplice Aliança; tem que fazer a rendição do Paraguai, quer dizer está explícito [implícito] que a guerra tem que ser levada até as últimas consequências. Por isso que o Caxias escreveu aquela carta – “só é possível vencer essa guerra matando o ultimo paraguaio”–,aquela história toda. Eu já esqueci o que você me perguntou [risos].

**Entrevistadora:** Não. Não, é isso que o senhor falou dos tratados. O senhor teve acesso aonde, a esses quatro?

**Chiavenato:** Por que depois, depois que eles foram denunciados na Inglaterra, eles foram, ficaram conhecidos, e o Brasil quando, aqui, no Brasil, os historiadores, eles nunca publicam esses protocolos, muitos, por que não sabiam que existiam os protocolos, e alguns, por que não [ser] conveniente publicar.

**Entrevistadora:** Eu havia perguntado sobre as críticas.

**Chiavenato:** Então, as críticas é essa de que não houve genocídio. Aí, então, eu estava [...] falando da batalha de Acosta Ñu. O Paraguai estava vencido. Não tinha mais soldados. Aí, o Solano López fez um exercito de crianças. É claro que isso é condenável. Ele não tinha que pôr crianças para enfrentar o exercito brasileiro, etc. Isso, esse fato não elimina o crime da matança das crianças. Então eu descrevo, no meu livro, a batalha de Acosta Ñu, como foi a chacina, lutavam contra crianças etc, Mas isso pôs uma revolução violenta do exercito, [dizendo] que eu inventei isso. Que isso era folclore. Que isso nunca existiu. Que o Brasil nunca fez isso, não sei o que tem, tal, tal.. Só que, aí, tem o seguinte, o exercito tinha um Diário, o Diário do Exercito, o Diário de Campanha, que era do conde d’Eu, quem escrevia esse Diário de Campanha era o Taunay. [Era] ele que escrevia o Diário de Campanha e ele não gostava nem um pouco do conde d’Eu. E no Diário de Campanha, do dia dessa batalha, que o Taunay escreveu o Diário de Campanha, ele fala que as tropas brasileiras cercaram as tropas paraguaias, dentro de um circulo de fogo, tal, tal, liquidaram e venceram a batalha, simples e seco, assim. Mas ele escreveu um livro de memórias, um livro de memórias que só permitiu ser publicado cinquenta anos após a morte dele. E esse livro foi publicado em 1946, inadvertidamente, pela Biblioteca do Exercito, e nesse livro, ele conta a batalha de Acosta Ñu. E ele conta que ele assistiu a batalha com lagrimas nos olhos, que os soldados paraguaios, todos crianças, agarravam nas pernas dos soldados brasileiros e pediam, por

favor, isso e aquilo, não me mata, e tal, e [os soldados] desciam o porrete e tal e quando, até vem a questão das residentas. As residentas são as mães e as mulheres dos soldados. Elas acompanhavam o Exército [paraguaio], por que elas faziam todo o trabalho de abastecimento, aquele negócio todo, e também lutavam. Então quando essas tropas paraguaias foram vencidas, essas crianças foram vencidas, cercadas, as residentas entraram para pegar os cadáveres, os feridos etc. Foi quando o conde d'Eu mandou incendiar o capim, né, a macega, mandou incendiar o capim, cercou, e eles morreram queimados, não deixaram sair do fogo, foram matando, queimados, o Taunay conta isso. O livro dele foi recolhido em 46 e só houve mais quase cinquenta anos depois uma nova edição e, hoje, você não encontra o livro em lugar nenhum, que diz os caras ignoram que o Taunay contou isso e ignoram também que vários oficiais brasileiros deixaram memórias contando como foi a coisa. Então, é aquele negócio que eu te falo, uns por algum motivo, não aceitam que isso seja verdade. Aí, falam, ah, ele inventou isso e tal. Mas isso está documentado. E outros mentem por omissão. Passam por cima dessa batalha. Faz de conta que não existiu.

**Entrevistadora:** E essa...

**Chiavenato:** Não, e depois dessa batalha, teve, ah, um atestado de burrice. O Paraguai tinha uma fundição ali em Ibicuí e tinha uma represa que dava força para tocar as máquinas da fundição. O conde d'Eu mandou arrebentar a represa para inunda a fundição e rebentou todo o complexo industrial da fundição de ferro.

**Entrevistadora:** Mas era uma fundição, era grande essa fundição?

**Chiavenato:** Era grande, ali fundiam os canhões, fundiam as locomotivas. O Paraguai tinha locomotivas, vagões feitos no Paraguai.

**Entrevistadora:** E essa crítica vinha geralmente desse meio, dos intelectuais, dos acadêmicos, do Exército?

**Chiavenato:** Principalmente os acadêmicos e militares.

**Entrevistadora:** Ninguém, tipo algum grupo, alguma parcela desse pessoal não, ninguém se manifestou a favor?

**Chiavenato:** Não, não. Ninguém. É claro houve leitores, tal, entusiasmados, professores, mas entre os acadêmicos, não, silêncio total.

**Entrevistadora:** Até mesmo que a academia sofria dessa parte, da repressão?

**Chiavenato:** Inclusive tinha coisas muito interessantes. Um desses intelectuais, na época famosos, encontrei com ele, e, olha, esse negócio da Inglaterra não está certo não. Pedi [perguntei]: – Por que a Inglaterra não teve influência nessa guerra? – Porque o Lenin disse que a etapa superior do imperialismo começa depois de 1870. A guerra foi anterior! [risos] O

cara pega um enunciado teórico, que o Lênin, acho, [que] mal sabia que existia Paraguai [ e o] Brasil, nem estava preocupado, sabe? E coisas desse tipo.

**Entrevistadora:** Esse ponto da influência da Inglaterra é um dos mais questionáveis, no seu trabalho. Quando lhe perguntei, o senhor disse que reafirma.

**Chiavenato:** Claro que reafirmo.

**Entrevistadora:** A influência, mas até que ponto a Inglaterra influenciou na guerra?

**Chiavenato:** Sem o apoio da Inglaterra, o Brasil não faria a guerra, por que o Brasil não tinha dinheiro para fazer a guerra. Todos os empréstimos, todas as armas foram compradas da Inglaterra e financiadas pelo banco **Rostieldth [sic]**, a partir da influência na guerra, a dívida com a Inglaterra vai aumentando, aumentando em função da guerra, até levar o Império a ficar endividado demais, quase não ... Uma das causas da queda do Império é esse endividamento, junto com o fim do tráfico de escravos e depois, com a abolição. E, depois, tem as cartas e o relacionamento de trabalho diplomático do embaixador Edward Thornton, estava na Argentina e foi [ele] quem redigiu o Tratado da Tríplice Aliança. Antes disso teve chamada comissão Saraiva<sup>l</sup>, que foi orientada também pelo Thornton, toda essa gente. Então uma das críticas que eles fazem, não pode ser a Inglaterra, por que, quando estourou a guerra do Paraguai, a Inglaterra e o Brasil estavam de relações rompidas. O que é uma daquelas farsas que acontece sempre na história do Brasil. Tinha acontecido a chamada questão **Chirstie**<sup>512</sup>. O cara, lá, o, apreendeu o navio, prendeu uma coisa toda, então teve um entrevero que levou a um estremecimento de relações que não impediu que os negócios, que, que tudo continuasse como estava. Como da vez em quando Brasil e EUA tem [tiveram] uma briga terrível na Organização Mundial do Comércio por causa do etanol, por causa do preço do café, por causa da proteção que eles dão aos produto [agrícolas], a milho, etc. E isso não interfere em nada de que o Brasil é caudatário da economia norte americana e que o Brasil não faz nada sem o aval, nada de importante, sem o aval dos EUA, por que não pode fazer, não só o Brasil, [mas] a América Latina. Inclusive o [presidente] Chaves na Venezuela, ele é caudatário daquilo. Se ele for enfrentar de verdade os EUA, ele ta perdido. Sabe, é tudo, o enfrentamento, é retórico, é ideológico, na pratica é outra coisa.

---

<sup>512</sup> Questão Chirstie refere-se a incidente diplomático entre brasileiros e ingleses. Em 1862, no Rio de Janeiro, um grupo de marinheiros ingleses, em trajes civis, foi detido, por embriagues e arruaça, sendo soltos a seguir quando se soube que eram militares ingleses. O embaixador Christie, não satisfeito, aproveitou a ocasião e exigiu indenização de navio naufragado no Rio Grande do Sul. Sob protestos e ameaças o Brasil aceitou a indenização.

**Entrevistadora:** Na opinião do senhor, então qual que é o objetivo da Inglaterra em apoiar o Brasil?

**Chiavenato:** Era simples, fazer um [...] exemplo. Agora, um exemplo mais atual, para ficar bem claro, [...] Um dos argumentos que se usava para falar que a Inglaterra não teve interferência nessa guerra era que o Paraguai, para Inglaterra, era uma coisinha tão mínima, tão insignificante, tão longe, que não tinha interesse nenhum lá, etc. Que é ridículo falar que a Inglaterra moveu um império para fazer uma guerra. Então, por exemplo: pega um mapa bom, um mapa bom das Américas, e tenta achar Granada. Sabe onde está Granada? É ali na América Central. É um país. Não tem em nenhum mapa. Ele é tão pequeno que não tem em nenhum mapa. Os EUA invadiram Granada, por que em Granada se elegeu um cara de esquerda para presidente, certo?!

**Entrevistadora:** Agora?

**Chiavenato:** Em 1980, por aí. Então, os marines foram lá, tal e tal, e derrubaram o poder, certo?! O problema do Haiti, a miséria do Haiti, o que é o Haiti? O Haiti não é nada. Os EUA deram um golpe, isso tudo documentado, por que tem aquela história dos documentos. Deram um golpe e tiram o presidente. Trocaram o presidente [...] que era um presidente de esquerda, [Jean Baptiste] Aristides, trocaram o presidente, desde aí, do Haiti. Virou aquela baderna, que consumou a baderna, junto com o terremoto, com [essa] desgraça. É uma questão geopolítica, os impérios, vamos voltar um pouco no tempo dos grandes impérios, EUA e União Soviética, eles não admitiam que ninguém entrasse no seu quintal. É uma questão geopolítica de sobrevivência, sabe?! Por que os EUA vão lá lutar na Coreia? É uma questão geopolítica. Por que a União Soviética vem aqui e bota mísseis em Cuba? É uma questão geopolítica. Esses países são como cartas de baralho no entrelaço das potências. Então, voltando no tempo, quer dizer, se uma potência como, os EUA, invade Granada, invade o Haiti e a União Soviética vai lá no Afeganistão [...], é uma questão de geopolítica e, às vezes embasada também economicamente. Então vamos ver o Conesul, na época que estavam se formando os estados nacionais: a Argentina, antes da guerra, não era um estado unificado. Eram várias províncias brigando entre si, com vários caudilhos, etc. O Brasil era um Império, mas ainda assim tinha aqueles problemas lá no Rio Grande do Sul, a República de Piratini, aquele negócio, mas nunca ninguém soube se os gaúchos, daquele tempo, eles eram argentinos ou se eram brasileiros, eram gaúchos, sabe, com o Uruguai no meio. O país mais sólido por tradição histórica, por que manteve a cultura, etc, era o Paraguai, era a república guarani do Paraguai, pelo isolamento em que eles viviam, aquele negócio todo. Como se deu o desenvolvimento do Brasil e da Argentina. Vamos falar só do Brasil. O desenvolvimento do Brasil começa na

colônia, aquele negócio todo. Então, os historiadores mais antigos, clássicos, diziam que o que houve no Brasil foi um modelo feudal. [Isto] até que o Caio Graco, [isto é o] Caio Prado veio com a obra dele e mostrou que aqui não houve feudalismo, etc. Mostrou também que, é uma coisa importante nessa coisa, ao contrário dos EUA, quando os ingleses **glakers** foram para os EUA, eles saíram dos EUA [da Inglaterra] perseguidos, por uma questão ideológica e religiosa. Foram para os EUA para fundar um país, para funda um país baseado em princípios. Os portugueses, que vieram para o Brasil, não vieram fugidos, não vieram [fugidos] de coisa nenhuma. Se fala que os que são novos, [que] vieram fugidos. Eles não vieram fugidos. Eles não vieram para fundar sinagogas. Vieram para escapar da polícia, digamos assim, para escapar da Inquisição. Não para fundar um país, mesmo por que eles não tinham comando desse país. Eles vieram aqui como cidadãos de segunda classe. Os portugueses que vieram, vieram para ganha dinheiro. Para plantar cana, vender açúcar e, se pudessem ganha muito dinheiro e voltar para Europa, que lá que é bom, certo?! Então, tem esse contraste entre a formação do Brasil, que é um país formado sem princípios, onde valia tudo, e o Paraguai [que] tinha uma herança cultural e jesuítica. Então, quando o Brasil, o Império, ele vai se consolidando depois da Independência [1822], aquele negócio todo, o modelo de progresso dele é o de importação de ideia e de produtos. Quando tem as primeiras estradas de ferro do Brasil, vem os engenheiros ingleses, compra-se trilho, tudo, tudo vem de Inglaterra. Naquele período, o Brasil importava até urinol, penico, certo? Era tão corrupto o governo brasileiro que importou esqui para gelo, entendeu. Alguém viu a possibilidade de ganhar dinheiro com isso aí, e importaram esqui para gelo. É a marca do Brasil. O modelo do Paraguai que foi formado através das estâncias do ditador Francia, era um modelo nacionalista, então quando foi a primeira estrada de ferro do Paraguai, eles mandaram, eu vou resumir aqui...

**Entrevistadora:** Pode falar a vontade.

**Chiavenato:** Eles mandavam os enge[nheiros], os paraguaios estudar na Inglaterra, nos EUA, ta, ta, tal, aprendiam as coisas lá, voltavam e fabricavam, traziam modelos, existe até hoje em Assunção a primeira locomotiva fabricada no Paraguai, ta lá o monumento em Assunção. Traziam o modelo e fabricavam ali, no Paraguai. Naquela época não existia a lei de patentes e, mesmo se existisse, os paraguaios não iam respeitar, certo? Então, o Paraguai, ele fugia a esse modelo de dominação. Por exemplo, pouca gente sabe que as tropas de Napoleão marchavam, o Napoleão dizia que o segredo de um exército não era ter boas armas, era ter os pés quentes, por isso, é claro, o soldado fica doente. Os paraguaio, [isto é], o exército de Napoleão marchou muitas vezes com botas fabricadas no Paraguai. Então antes do [presidente] Carlos [Antonio], o Paraguai exportava botas para o exército de Napoleão, para o

exército francês, e o Paraguai [...] exportava camisas manufaturadas etc. Só que a importação paraguaia tinha que passar pelo Porto de Buenos Aires, onde era altamente taxada. A moral da história é a seguinte: esse país quebrava o status quo e o sistema de dominação econômica no Conesul, certo. Da mesma forma que ele era uma ameaça para um sistema de dominação, ele também era um modelo perigoso, como modelo perigoso foi Cuba, entendeu?! Essa virulência dos EUA contra Cuba só um idiota vai achar que é por que eles querem a democracia e [para] que Fidel Castro [não] deixe [de] morrer de fome, o incidente, certo? É por que era um modelo perigoso.

**Entrevistadora:** Era uma forma de afronta...

**Chiavenato:** Junto a isso tem as questões nacionais. Tem as questões de fronteiras. Tem a cobiça regional sobre as fronteiras, etc, que acabam eles tomando tudo. Tudo isso se une para fazer a guerra. E essa campanha pelo Paraguai, ela é muito antiga. Ela é mais antiga. Ela vem desde 1810, por ai, sendo cultivada, muito mais na Argentina do que no Brasil. Na Argentina, na província de Buenos Aires, por que na província de Buenos Aires eles são [eram] inimigos das duas províncias do Paraná e dá outra província que esqueci o nome...

**Entrevistadora:** Entre Rios.

**Chiavenato:** Entre Rios, Paraná, que são inimigos [de Buenos Aires], então, são aliados ao Paraguai. Então, junta tudo isso e se faz a guerra, criasse pretextos. Agora, qual é o papel da Argentina, [isto é], da Inglaterra? A Inglaterra não vai escrever num documento: “Brasil, invada [o Paraguai] ...não!” Ela financia a guerra. Ela apóia essa guerra. Ela fornece todas as armas. Ela deixa a guerra ir até as últimas consequências. A hora [em] que a Inglaterra quisesse, fala[sse] não tem mais guerra, não teria mais guerra. Inclusive tem alguns fatos que nem estão no livro, que eu soube depois. O Paraguai tinha comprado uma esquadra, navios de guerra da Inglaterra. E quando esse navio tem que, tem que ser entregue, tem ameaça de guerra, a Inglaterra não entrega esses navios e vende esses navios pro Brasil. Então, todos esses fatos e mais a dívida que vai se acumulando. Todos aquele negócio, os interesses ingleses, depois a repartição do poder. E tem a famosa Legião Paraguaia, que a classe dominante paraguaia, que é expulsa do Paraguai, desde o tempo do Carlos Antonio López, quer dizer – o pessoal, todo mundo acha que o Paraguai é obra do Francisco Solano López, do filho, não, o filho já pegou aquilo andando, o Paraguai foi obra do [dr.] Francia e do período do Carlos Antonio [López].

**Entrevistadora:** Até quando o senhor comenta o Francia, o senhor acredita que ele tinha clareza desse modelo de desenvolvimento do Paraguai?

**Chiavenato:** Absoluta. O Francia era o mais intelectualizado deles todos. O Francia era um jesuíta de alta cultura. Ele conhecia filosofia grega, e aquele negócio de falar o ditador Francia. Na época, a palavra ditador não tinha o significado que hoje. Ele se chama de el supremo, o ditador do Paraguai, sabe. E tem que entender, colocar a coisa no contexto histórico e também no contexto antropológico. O Paraguai era, majoritariamente, mas de noventa por cento da população paraguaia, era de índios guaranis, como hoje ainda é de índio guarani. É uma cultura muito diferente e que foi mesclada. Toda a herança cultural que eles tinham com a rigidez da disciplina jesuítica. Então, se você for descontextualizar as coisas, você não tem uma visão ampla de como é. E também você não pode se ingênuo e achar que uma guerra daquele tamanho aconteceria sem a anuência da Inglaterra.

**Entrevistadora:** Que era a super potência da época.

**Entrevistadora:** Outro ponto bem criticado é a figura de Solano López que, como o senhor colocou. No Brasil, a historiografia oficial colocava como tirano, que colocou as crianças lá para morrer, para poder fugir. Como o senhor definiria o Solano López hoje, a figura dele?

**Chiavenato:** É difícil. Solano López não tinha o mesmo preparo político e intelectual do pai dele. Então, ele herdou o governo e tinha um alto sentimento de nacionalismo. E também [era] um homem de personalidade muito forte. Porém, era muito influenciado pela mulher, pela madame Lynch, que era uma mulher muito inteligente, uma das mulheres mais caluniadas da história, chamada desde puta, vagabunda, etc. [...] o Solano López é [tão] caluniado, como a esposa, que existem historiadores sérios que dizem que a guerra foi motivada por que o Solano López queria fazer o Paraguai conhecido no mundo e dominar Buenos Aires e colocar a mulher dele, a madame Lynch, como imperatriz de Buenos Aires! [...] se você pegar a historiografia de 1920, 1910, 1930, e [isso] se repete, depois, você vai encontrar isso com a maior tranquilidade. O problema maior do Solano López é que não tem o preparo do pai. Não entendendo as forças internacionais que estavam em jogo. Ele não teve habilidade para negocia com o Brasil. Se ele fosse um homem habilidoso, ele poderia evitar a guerra. Como ele era um sujeito impulsivo, de personalidade forte, marcado por um sentimento nacional muito forte, ele achou que podia ganhar a guerra e enfrentou os dois [países]. Mas, o mais grave disso, em relação a ele, é o que passa despercebido no meu livro, que pouca gente presta atenção, é que, o Paraguai não tinha uma classe dirigente, ao passo que o Brasil tinha uma classe dirigente habilidosa demais. O Brasil tinha o barão de Mauá, o Brasil tinha o visconde de Rio Branco [que] era pai do Barão, depois teve o Barão, tinha o

conselheiro Saraiva, tinha uma tradição que vinha de Portugal. Essa tradição diplomática que vinha de Portugal estava acostumada a guerrear diplomaticamente com franceses e ingleses. Então, era muito hábil essa gente. Então, nossa classe dirigente era muito hábil, não só na corte do Rio [de Janeiro], como também nas províncias. Se você pega o Rio Grande do Sul, também tinha gente hábil e, no Paraguai, não existia uma classe dirigente capaz de responder às necessidades que tinham o governo paraguaio para um enfrentamento tão amplo como houve com o Brasil.

**Entrevistadora:** E quanto a Madame Lynch? Como o senhor se definiria, como o senhor vê ela nesse contexto, nesse contexto da guerra do Paraguai? Se ela teve [participação], qual foi a participação dela e a influência dela na guerra? Até que ponto senhor acha que foi?

**Chiavenato:** Na guerra em si, acho que ela não teve influência nenhuma. Ela não falou, não fez a guerra, essa coisa toda, acho que ela teve importância como mulher. Por exemplo, ela acompanhou o Solano López em todas as batalhas, ela ia nas batalhas, ela não ficava no palácio. Ela acompanhava o Solano López, era uma mulher muito inteligente e era o que se podia chamar hoje de uma mulher livre, uma mulher independente, sem os preconceitos da época. Uma mulher livre, sem os preconceitos da época, naquele tempo, podia ser chamada de puta, por que ela era divorciada, tinha filhos, etc. Só que essa puta acompanhou o homem dela nas batalhas, assistiu a morte do cara, lutou de armas na mão para impedir a morte do sujeito, viu o filho dela ser morto e enterrou os dois cavando a cova com a lança e isso não é mito, isso não é mentira, isso é contado pelos oficiais brasileiros. Existe documentos sobre isso. Então é assim que vejo a madame Lynch: ela teve importância como mulher.

**Entrevistadora:** Outro fato bastante criticado em sua obra é a questão dos dados que o senhor utiliza, falando que 75% do povo paraguaio teria sido morto, 99% dos homens adultos, aonde que o senhor retira esses dados? São números mais referenciais ou o senhor se baseou em algum documento, alguma coisa?

**Chiavenato:** É interessante fazer um preâmbulo. Quando eu escrevi esse livro, [quando] saiu, se você lê com atenção o livro o, é fácil, na introdução, está lá escrito, com todas as letras, [que] esse não é um livro de história. Isso não é para me desculpar de nada, não. Porque eu

reafirmo tudo que está escrito nele. Isso é por que eu esperava que depois desse livro, que eu já sabia que era polêmico, os historiadores profissionais, formados na Academia, eles escrevessem dezenas de livros procurando a verdade dos fatos, certo? Depois que meu livro saiu, saíram pouquíssimos livros sobre a guerra do Paraguai, mas muitas manifestações [e] críticas em todo o Brasil. E toda essa gente, é uma coisa muito estranha, ninguém apareceu para dizer o seguinte: “a guerra do Paraguai é”. [Ao contrário], todos esses [críticos] aparecem para dizer “a guerra do Paraguai não é isso que ele falou”, “a guerra do Paraguai não é aquilo que ele falou”. Esses dados que você falou são dados que eu fui cotejando nas estatísticas do Império, nos demógrafos que trabalharam sobre os fatos, tanto no Brasil, como na Argentina, como no Paraguai. Não existe nenhum dado [que se possa dizer] esse é o correto. Esses mesmos dados que eu tenho, existem dados que são muito mais amplos, os números são muito [maiores]. E existem dados [em] que os números são menores. Não existe uma certeza absoluta, por que a demografia naquela época era pouco estudada. Inclusive no Brasil, [a demografia] era muito deturpada em função da escravidão, [pois] se escondia o número de escravos, se aumentava [diminuía] o número de escravos para não pagar imposto, por isso e por aquilo, ou para esconder que havia escravos ou não. O país naquela época que tinha tudo registrado, com mais precisão, era justamente o Paraguai e não era só por que o Paraguai era mais organizado, é por que [seguia] aquela mania do jesuitismo. Os jesuítas às vezes anotavam até quantas laranjas tinham no pé [de laranjeira]. Então, por essa mania dos jesuítas no Paraguai, os dados são muitos mais confiáveis, mais fartos, mais precisos que no Brasil e na Argentina. Esses dados podem ser contestados desde que apareçam outros dados mais reais. Não [se] fala não é, Desde que a pessoa diga não é isso – é isso! Não basta dizer não é isso. Não foram tirados do ar, esses dados.

**Entrevistadora:** Bem, as fontes do Paraguai. Tem algum arquivo em que o senhor pesquisou? Algum arquivo em específico onde foi juntando material?

**Chiavenato:** Não. No Paraguai não existe, como no Brasil, um Arquivo Nacional ou coisa assim. Tem que pensar que o Paraguai foi uma ditadura terrível. E lá, a vida cultural foi aplastada. Mas existe a Biblioteca Nacional. Tem uma salinha, uma salinha menor que esta, com documentos livros, etc. Essa sala, embora ela não tenha nada, assim – agora eu não sei como é que está –, mas na época, embora ela não tenha nada, assim, catalogado, organizado, se você começa a fuçar você acha muita coisa. Lá eu achei muita coisa, inclusive, por exemplo, livros e cartas dos representantes do governo norte-americano em Assunção, no caso do Charles Ofburge [sic], que é muito interessante. É um intrigante que fazia o jogo

duplo entre o Paraguai e o Brasil. Uma hora ele traía o Paraguai, outra hora ele traía o Brasil, a mando do governo americano, que o governo americano também não estava muito interessado na coisa. Estava aí, mandando aquele, um tal de Canstati [sic], também para saber como eles iam se organizar. Por que todo mundo sabia que ia ter uma guerra. Queriam saber se sobrava alguma coisa, eu pego. Por que, antes, os marines já tinham tentado entrar no Paraguai. Então, lá tem muita documentação, documentação que podem servir, imagino que deve haver mais documentação fora do Arquivo Nacional e que, na época que eu pesquisei, não existia nada organizado. Não sei se hoje existe. Sem dizer que os documentos paraguaios da guerra do Paraguai estão no Brasil O Brasil não devolve os documentos que o Paraguai pede sempre.

**Entrevistadora:** Documentos que o Império...

**Chiavenato:** O Império trouxe para cá.

**Entrevistadora:** Estariam na Biblioteca Nacional?

**Chiavenato:** Não sei onde estão, mas estão aqui. Provavelmente na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, coisa assim, entendeu? No tempo da ditadura para ficar bem com o Stroessner, eles devolveram os troféus de guerra do Paraguai, bandeiras, lanças, espadas que os brasileiros tomavam no campo de batalha. Eles devolveram. Teve uma solenidade, aquele negócio e tal. Mas os documentos não. Não só não devolvem como não permitem que ninguém investigue. Estão sob segredo de Estado. Brasil é um dos únicos países do mundo que tem documentos [de] mais de cem anos que são segredo de Estado.

**Entrevistadora:** Outro fator que a crítica fala também, é a questão de que o senhor isenta de culpa Solano López da guerra. Até que ponto o senhor acha, não digo culpa, mas se o Solano López também teve sua responsabilidade, sua parcela de responsabilidade na guerra?

**Chiavenato:** Claro que teve. Eu acabei de te fala aí, não tinha por que pôr crianças, certo?! Mas é [a] mesmo coisa que, chega alguém aqui e te dá um tapa, e você pega e [diz que, se alguém] [...] está dando um tapa nela, [é porque] ela fez alguma coisa!. Quando tem alguém agredindo alguém, eu fico do lado do agredido, [...], depois é outra história. Eu estou contando uma história de que eu tenho lado. Que eu tomo partido. Eu não acredito que a história [seja] neutra. Basta ver a historiografia brasileira. Basta ler um dos nossos clássicos, Casa Grande & Senzala, se vai ver [apenas] que o sinhozinho quando gosta da bunda da mulata, [...] [vai achar] muito interessante.

**Entrevistadora:** Ele não é preconceituoso.

**Entrevistadora:** Até que ponto o senhor acha [que via] a parcela de culpa do Brasil? E outro ponto que criticavam é que o senhor coloca o Brasil como o grande responsável pela guerra, depois da Inglaterra?

**Chiavenato:** O Brasil fez a guerra, certo?! Existem todas aquelas questões paralelas, tem a invasão do Mato Grosso, a invasão do Rio Grande do Sul, tem tudo isso e tal. Mas o Brasil fez a guerra, por que a guerra interessava. Eu não gosto da palavra culpa, por que se tem que ver [os acontecimentos] naquele contexto. [Por] que essa guerra interessava? Por que ela demorou cinco anos? Ela não começa em 65 como diz a historiografia [tradicional]. Ela começa em 64, com a invasão do Uruguai. Para acontecer a guerra, [o Império] tem que tirar o governo [legal] do Uruguai. Então é um país, o Brasil, o Império, ele está determinado a fazer a guerra, tanto que está determinado a fazer a guerra, que derruba o governo no Paraguai [Uruguai], que substitui o governo no Paraguai [Uruguai]. Tanto está determinado a fazer a guerra que faz aliança com [Bartolomé] Mitre, que é um inimigo [tradicional] do Brasil, inimigo rancoroso do Brasil, e tanto está determinado que, leva cinco anos para acabar com o Paraguai. E tanto está determinado, que ele destrói o Paraguai, a destruição das ferrovias, do telégrafo, dos prédios públicos em Assunção, da fundição de Ibicuí. E, depois, com um governo títere no Paraguai, um triunvirato, de [...] Legião Estrangeira [Paraguai], de Buenos Aires, e depois traz essa legião para assumir o governo sob a mandatado Brasil. Então não há como eximir a responsabilidade do Brasil. É [porém] evidente que todo mundo tem responsabilidade.

[...]

**Entrevistadora:** Como definir o justo e o não justo no caso de guerra?

**Chiavenato:** No meu livro está escrito na introdução, [que] esse livro foi escrito com um certo phatos, phatos hegeliano. O Hegel ensinava que você não analisa a história com neutralidade. Você tem que tomar um lado. Isso não significa que você não veja a verdade e nem que o lado que você toma, você fique do lado dele incondicionalmente. Você tem que te uma referencia certo.

**Entrevistadora:** E quando aos heróis nacionais seu livro foi um dos que marcou a questão dos heróis, desmistificou o Duque de Caxias, o conde d'Eu. Um fato interessante da minha vida, que quando eu ia na quarta ou quinta série, o nome do Grêmio Estudantil da minha escola era Duque de Caxias. É exatamente aí, eu lembro que alguém comentou do livro do senhor, que ele não era o herói, se desmistificou a idéia e foi mudado o nome. Foi toda uma votação na escola para mudar o nome do Duque de Caxias. E eu nem sonhava que hoje eu ia

conhecer o senhor [risos]. Provavelmente foi seu livro que levou a essa discussão. Bom, um comentário talvez sobre isso, essa desmistificação dos heróis nacionais.

**Chiavenato:** É interessante. Eu acho inclusive que meu livro é favorável ao Duque de Caxias. Por que o Duque de Caxias foi um comandante militar profissional. Ele comandou a guerra profissionalmente. Os erros que ele cometeu foram erros que eram comuns para época. Por exemplo, os militares ficaram indignados quando eu digo que ele mandou jogar os cadáveres coléricos [nos rios, para empestar os inimigos]. Era uma tática de guerra, é claro que é extremamente condenável, mas de certa maneira eu recupero moralmente o Caxias ao mostrar a carta dele, [em] que ele dizia que não queria ser “o coveiro do Paraguai”. Ele se recusou de fazer o genocídio. Quem fez o genocídio foi o conde d’Eu, que era um nobre, que era o genro do imperador. Não o Caxias. Mas também não estou inocentando o Duque de Caxias, não. Por que ele fez muito pior do que ele fez na guerra do Paraguai: o Duque de Caxias foi um dos piores repressores da história do Brasil. Ele transformou o exército paraguaio, [isto é], o exército brasileiro em alguns momentos em polícia para caçar negros. Foi ele que reprimiu a Balaiada com rigor violento. Lá no Rio Grande do Sul, a República de Piratini, armando junto com o general Canabarro a batalha de Corombos, [sítio é] de Porongos, onde eles armaram de tal maneira para assassinar dois mil negros. Por que, se fizesse a paz nesse momento, esses dois mil negros tinham a promessa de ganhar terra, por que eles lutaram. Então, puseram dos dois lados, dois mil negros. É um fato histórico do Rio Grande do Sul. Tem vários livros sobre isso. Então, ele foi muito pior antes disso do que na guerra do Paraguai.

[...]

**Entrevistadora:** E o papel do conde d’Eu como foi?

**Chiavenato:** Esse aí era um sujeito, quem traça um, o melhor perfil dele é o Taunay, que a tropa não gostava dele, nem os oficiais, nem a tropa. Ele era um homem histérico, nervoso, irritado por estar ali, comandando aquilo. E o motivo dele estar no comando da tropa foi uma jogada do Império. O imperador já estava no fim da vida e achava que, morrendo, ele [que] era o marido da princesa Isabel, poderia se transformar num herói da guerra, foi transformado em um homem que era odiado, tanto na corte, em todo o lugar. Ele era odiado por que era um homem antipático, mesquinho, ruim. Ninguém gostava dele. É difícil se achar uma referência positiva sobre ele, Taunay deixa isso bem claro. Taunay era amigo do Imperador, praticamente vivia junto com a Família Real. Para Taunay, um homem daquele, cheio de dedos, de luvas, escrever isso, o cara devia ser muito ruim. Ele, ele foi posto lá para ser um herói e irritadíssimo demais.

**Entrevistadora:** Como o Senhor avalia a nova historiografia nacional-restauracionista que surgiu? E a obra do Doratioto?

**Chiavenato:** É aquele negócio que eu te falei. A guerra do Paraguai não é. [Em] todos esses livros, o grande esforço é para provar que a guerra do Paraguai não é aquilo que eu fiz. Quer dizer, isso seria para mim motivo de vaidade, se eu fosse estúpido. Mas não tenho nenhuma vaidade. Nada. Tanto é que eu não tenho interesse em história. Não leio livro de história, hoje. Li para escrever esse. Meu interesse hoje é literatura. [Meu] interesse [é] em ensaios. Eu escrevo sobre religião, sobre antropologia, etc. Quanto ao livro do Doratioto, tem uma coisa interessante. Quando o meu livro saiu, ele estourou, aquele negócio. Eu passei a ser estrela da Brasiliense. Estavam ganhando rios de dinheiro com o meu livro, embora eu não vise a cor do dinheiro. Aí o Doratioto levou esse livro, um livrinho dele. O rascunho desse livro dele – tem um livrinho, [uma Coleção] chamava Tudo é História, na Brasiliense. Ele levou para publica lá. Então o Caio Graco me telefonou perguntando – olha, chegou um livro aqui, assim, assim, que é completamente diferente do seu e tal, cheio de dedos. Se achar ruim eu publicar, tal, etc, Vai pega mal para você? Eu poderia ter falado não [publica], manda ele pro.... ai falei não, tudo bem, pública, acho bom e tal. E realmente achava bom. Então, o livro dele, eu conheço desde quando era rascunho. O livro não me impressionou em nada. Quer dizer, essa visão morna dos fatos. Essa visão acadêmica não faz o meu gênero, entendeu?! O que eu tinha para dizer está dito ai. Eu não desdigo, ao contrário de muita gente que se desdiz. Por exemplo: quando esse livro saiu, as pessoas falavam, [e] hoje ainda falam. Não, esse livro saiu no contexto da ditadura militar, [é apenas] uma espécie de confrontação com a ditadura militar. É muito interessante que o confronto com o meu livro, [isto é], [...] os livros contrários ao meu livro eles começam a aparecer depois da Globalização, quando existe um desejo neoliberalista de que as coisas são rosas, de que ninguém é culpado de nada, que ninguém é responsável de nada, [no estilo] relaxa e goza, entendeu? Ninguém mais toma posição, hoje em dia. Você vê qual o livro de denúncia que sai? Você vê? Tudo ficou bom, no mundo.

**Entrevistadora:** Tem que se analisa, é relativo...

**Chiavenato:** É, só pode bater no Fidel Castro que está morto. Antes da Globalização, não se batia na gente, na esquerda. Depois, com a globalização, qual obra que é ideológica? A minha continua sendo a mesma coisa, não tem nada a ver. Por que [a crítica ao meu livro] não saiu naquela época? Por que não foi [apresentada] uma resposta de imediato? É e eu também não me preocupo com isso. Antes de você chegar, eu falei [pensei], vou da um olhada no meu

livro. Dei uma relida. Independente [de que] se aquilo está certo o está errado, eu pensei comigo, puxa, nesse tempo eu escrevia bem [risos].

**Entrevistadora:** Enfim, agora a última pergunta que, na verdade, o senhor já me respondeu. Ou seja, como o senhor avalia o Genocídio Americano, agora em 2010?

**Chiavenato:** É isso que eu te falei. Ele continua a mesma coisa. Eu não mudo nada. Certo, [...], eu estou acostumado a levar “pau”. Podem falar o que quiserem. O livro está aí. Sabe, sabe, foi em 79, 89, 99, 2009, 32 anos o livro tem, certo, daqui 50 anos, vamos conversa de novo. [Risos.]

**Entrevistadora:** Enfim, a repercussão, as críticas, a importância que teve em sua vida?

**Chiavenato:** Me tornou conhecido e também é um livro que me irrita por que me marcou, sabe...

**Entrevistadora:** O senhor tem outras obras...

**Chiavenato:** E eu te falei, eu não tenho em história. Eu gosto é de literatura. Por exemplo, eu tenho um livro As meninas do Belo Monte que é um romance. Esse livro tem dezenas de estudos literários, teses sobre ele. Genocídio Americano, ninguém estudou. O Genocídio Americano, o Genocídio Americano, as pessoas dão pau, isso e aquilo. Eu não vejo nenhuma análise séria sobre o livro. Sobre os romances que eu escrevi, sim.

**Entrevistadora:** Não sei se o Senhor tem mais alguma consideração a fazer?

**Chiavenato:** Não, nada. A única consideração que eu faço é que eu falo demais.

**Entrevistadora:** Não...eu também falo muito.

**Chiavenato:** Não, mas eu me exponho. A diferença entre eu e os acadêmicos, é que os acadêmicos se escondem atrás das palavras e eu me exponho pelas palavras.

**Entrevistadora:** Bom, eu só tenho a agradecer, é uma honra para eu conhecer o senhor, até por que eu estou começando no mundo acadêmico e a agente, às vezes, está meio sem saber por onde andar, como o senhor falou, nas questões ideológicas, no contexto. Então, quero agradecer mesmo pelo senhor ter me recebido, me auxiliado.

**Chiavenato:** Espero que ajude em alguma coisa.

